




AMÉRICA LATINA: CIDADE, CAMPO E TURISMO

AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS
MÓNICA ARROYO
MARÍA LAURA SILVEIRA
[ORGANIZADORAS]



América Latina: cidade, campo e turismo / compilado por Amalia Inés Geraiges de Lemos ; Mónica Arroyo y María Laura Silveira - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO ; São Paulo : Universidade de São Paulo, 2006.
360 p. ; 23x16 cm. (Programa de edición y distribución cooperativa de CLACSO dirigida por Jorge A. Fraga)

ISBN 987-1183-64-X

1. América Latina - Globalización. I. Geraiges de Lemos, Amalia Inés, comp. II. Arroyo, Mónica, comp. III. Silveira, María Laura, comp.
CDD 337.1

Outros descritores estabelecidos pela Biblioteca Virtual do CLACSO:
Geografia / Campo / Cidade / Turismo / América Latina

Não é permitida a reprodução total ou parcial deste livro, nem seu armazenamento em um sistema informático, nem sua transmissão em qualquer formato ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, fotocópia ou outros meios, sem a autorização do editor.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos livros, artigos, estudos e outras colaborações incumbe exclusivamente os autores firmantes, e sua publicação não necessariamente reflete os pontos de vista da Secretaria Executiva do CLACSO.

COLEÇÃO EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO COOPERATIVA
SÉRIE POR UMA GEOGRAFIA LATINO-AMERICANA

AMÉRICA LATINA: CIDADE, CAMPO E TURISMO

AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS
MÓNICA ARROYO
MARÍA LAURA SILVEIRA
[ORGANIZADORAS]

CARLOS AUGUSTO DE F. MONTEIRO
CARLOS A. DE MATTOS
ANA FANI ALESSANDRI CARLOS
ALDO PAVIANI
SANDRA LENCIONI
NORMA MONTES RODRÍGUEZ
AMÉLIA LUISA DAMIANI
NUBIS PULIDO
CARLOS REBORATTI
LUIS CARLOS JIMÉNEZ REYES

JÚLIO CÉSAR SUZUKI
ROSA ESTER ROSSINI
GEORGINA CALDERÓN ARAGÓN
JUAN HIDALGO
ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS
ADYR BALASTRERI RODRIGUES
RODOLFO BERTONCELLO
RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ
EMILCE BEATRIZ CAMMARATA
LUZIA NEIDE M. T. CORIOLANO



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Editor Responsable Emir Sader, Secretario Ejecutivo de CLACSO

Coordinador Académico Pablo Gentili, Secretario Ejecutivo Adjunto de CLACSO

Colección Edición y Distribución Cooperativa

Director de la colección Jorge A. Fraga

Área de Difusión y Producción Editorial de CLACSO

Coordinador Jorge A. Fraga

Edición

Responsables: Ivana Brighenti - Mariana Enghel

Diseño editorial

Responsable: Miguel A. Santángelo | *Equipo:* Marcelo Giardino - Mariano Valerio

Divulgación editorial

Responsable: Marcelo F. Rodríguez | *Equipo:* Sebastián Amenta - Daniel Aranda - Carlos Ludueña

Programa de Publicaciones en Portugués

Editor Académico del Programa Javier Amadeo

Divulgación Editorial en Brasil Gonzalo A. Rojas

Edición en Español Glenda de la Fuente

Edición en Portugués Sérgio Duarte Julião da Silva

Editora de la Serie Simone Rezende da Silva

Composición en Portugués Carla Castilho | Estúdio

Rua Artur de Azevedo 736, Pinheiros, São Paulo, Brasil

Telefone (55 11) 3082 7677 / Endereço eletrônico <publicarbr@campus.clacso.edu.ar>

Arte de tapa Carla Castilho e Ronaldo Miranda

Impresión Cromosete Gráfica e Editora Ltda.

Primera edición

América Latina: cidade, campo e turismo

(Buenos Aires: CLACSO, diciembre de 2006)

[ISBN-10] 987-1183-64-X | [ISBN-13] 978-987-1183-64-7

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Queda hecho el depósito que establece la Ley 11.723.

CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Av. Callao 875 | piso 3° | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4811 6588 | Fax [54 11] 4812 8459 | e-mail <clacso@clacso.edu.ar> | web <www.clacso.org>

Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo



Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana

Universidade de São Paulo

Reitora Suely Vilela

Vice-Reitor Franco M. Lajolo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor Gabriel Cohn

Vice-Diretora Sandra Margarida Nitriti

Departamento de Geografia

Chefe Amália Inés Geraiges de Lemos

Vice-Chefe Jurandyr Luciano Sanches Ross

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Coordenadora Sandra Lencioni

Vice-Coordenador André Roberto Martin

Avenida Prof. Lineu Prestes 338 | Cidade Universitária | CEP 05508-000 | São Paulo

Fone [55-11] 3091 3769 | Fax [55-11] 3091 3159 | e-mail <coordpgh@edu.usp.br> | web <geografia.fflch.usp.br>

ÍNDICE

PREFÁCIO		11
POR UMA GEOGRAFIA LATINO-AMERICANA		
CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO A AMÉRICA LATINA: DA CRIAÇÃO PASSADA À INVENÇÃO NECESSÁRIA		19
PRIMEIRA PARTE FEIÇÕES E RITMOS DA URBANIZAÇÃO		
CARLOS A. DE MATTOS MODERNIZACIÓN CAPITALISTA Y TRANSFORMACIÓN METROPOLITANA EN AMÉRICA LATINA: CINCO TENDENCIAS CONSTITUTIVAS		41
ANA FANI ALESSANDRI CARLOS DINÂMICAS URBANAS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO		75
ALDO PAVIANI EXPANSÃO METROPOLITANA: A MODERNIZAÇÃO COM DESEMPREGO		89

SANDRA LENCIONI

REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL.

RADIOGRAFIA DA DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO
INDUSTRIAL E DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

| 107

NORMA MONTES RODRÍGUEZ

¿CÓMO TRANSITAN DEL PASADO RECIENTE AL FUTURO

LA POBLACIÓN Y LAS GRANDES CIUDADES

DE AMÉRICA LATINA?

| 119

AMÉLIA LUISA DAMIANI

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO PROCESSO

DE GLOBALIZAÇÃO. APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

| 135

NUBIS PULIDO

EL ESPACIO URBANO LATINOAMERICANO Y LA

GLOBALIZACIÓN. EMERGENCIA DE CIUDADES 'INTERMEDIAS'

Y NUEVOS CAMBIOS EN VENEZUELA

| 149

SEGUNDA PARTE

O CAMPO EM DEBATE

CARLOS REBORATTI

LA ARGENTINA RURAL ENTRE LA MODERNIZACIÓN

Y LA EXCLUSIÓN

| 175

LUIS CARLOS JIMÉNEZ REYES

EL CAMPO EN COLOMBIA: CRISIS Y

ALTERNATIVAS DE SOLUCIÓN

| 189

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

QUESTÃO AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA:

RENTA CAPITALIZADA COMO INSTRUMENTO DE

LEITURA DA DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL

| 213

ROSA ESTER ROSSINI

O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA

CANAVIEIRA ALTAMENTE TECNIFICADA E CAPITALIZADA -

SÃO PAULO - BRASIL

| 225

GEORGINA CALDERÓN ARAGÓN

LA INSERCIÓN DEL CAPITAL EN LOS ESPACIOS

RURALES E INDÍGENAS EN MÉXICO

| 243

JUAN HIDALGO

COSMOVISIÓN Y PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LOS
INDÍGENAS EN EL ECUADOR

| 263

ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

CAMPONESES, CULTURA E INOVAÇÕES

| 281

Terceira Parte

Turismo e território

ADYR BALASTRERI RODRIGUES

TURISMO E TERRITORIALIDADES PLURAIS -
LÓGICAS EXCLUDENTES OU SOLIDARIEDADE
ORGANIZACIONAL

| 297

RODOLFO BERTONCELLO

TURISMO, TERRITORIO Y SOCIEDAD.
EL “MAPA TURÍSTICO DE LA ARGENTINA”

| 317

RYTA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DO TURISMO:
CONVERGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO

| 337

EMILCE BEATRIZ CAMMARATA

EL TURISMO COMO PRÁCTICA SOCIAL Y SU PAPEL
EN LA APROPIACIÓN Y CONSOLIDACIÓN DEL TERRITORIO

| 351

LUZIA NEIDE M. T. CORIOLANO

TURISMO: PRÁTICA SOCIAL DE APROPRIAÇÃO
E DE DOMINAÇÃO DE TERRITÓRIOS

| 367

PREFÁCIO

NOSSO CONTINENTE LATINO-AMERICANO vive, nos dias de hoje, um leque de transformações, cuja escala, intensidade e velocidade parecem ofuscar as interpretações. As novas feições da cidade e do campo nos chamam a uma permanente teorização e à interpretação dos diversos lugares. O movimento torna-se uma manifestação central do espaço geográfico e daí a necessidade de abordar práticas sociais como o turismo. As relações ganham, no período da globalização, ainda maior força explicativa.

É preciso, portanto, um enfoque substantivo que dê conta, ao mesmo tempo, das grandes metrópoles e das cidades médias, do campo que é, ao mesmo tempo, modernizado e excludente, do movimento frenético e seletivo de pessoas, causa e consequência da produção de novos lugares.

Iniciamos este segundo volume da coleção com um texto que corresponde à conferência ministrada pelo Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Tendo por título “A América Latina: da criação passada à invenção necessária”, o artigo nos convida a olhar pelo avesso aquilo que foi nossa criação para torná-la – quanto antes – nossa invenção. Aqui e ali, o mestre nos alerta sobre o fato de termos sido criados pelo desejo colonial à sua imagem e semelhança, implantado em espaços geográficos diversificados e chamando, tantas vezes com violência, outras culturas que ainda guardam marcas. Hoje, neste vasto mundo globalizado, tal invenção envolve os diversos aspectos da vida

social e, doravante, o papel da geografia torna-se basilar. É preciso que alcancemos um novo humanismo.

Na primeira parte do livro, intitulada “Feições e ritmos da urbanização”, os problemas são esmiuçados a partir de prismas diversos porém complementares. Carlos de Mattos aborda a relação entre reestruturação produtiva e transformação urbana na atual modernização capitalista. O autor discorre sobre cinco premissas que chamam a atenção para o papel da grande empresa em rede nos processos de acumulação e crescimento, com a respectiva subordinação do Estado-nação, a desregulação, a difusão de tecnologias da informação e comunicação, a financeirização e a produção de símbolos, entre outros aspectos. É nesse contexto que deve ser analisada a nova morfologia urbana, caracterizada pela periurbanização e a formação da cidade difusa, a policentralidade e a fragmentação.

Pondo em questão o neoliberalismo, cujas repercussões sobre a gestão urbana são inegáveis, Ana Fani Alessandri Carlos propõe entender o espaço como instrumento político que tem sido, crescentemente, manipulado pelo Estado. E a metrópole paulistana, diz-nos a autora, é um caso emblemático. A “cidade dos negócios” surge como produto do desenvolvimento do capital financeiro, orientado à construção dos edifícios corporativos, capazes de abrigar os serviços modernos. Por isso, São Paulo explicar-se-ia, hoje, pela passagem do capital produtivo para o capital financeiro, um movimento de relativa desconcentração industrial com centralização financeira.

Aldo Paviani preocupa-se com o processo de expansão metropolitana no Brasil que, nas últimas décadas, provocou a junção da periferização e do desemprego. O Brasil e as demais economias latino-americanas submeteram-se aos países industrializados e, mormente, aos ditames dos agentes financeiros internacionais que, somados ao avanço tecnológico e à especialização das tarefas, conduziram a uma endemia do desemprego. Nesta, observa o autor, criam-se “lacunas de trabalho” que revelam, ao mesmo tempo, a não-criação de postos novos e a eliminação de postos antigos.

O problema do desemprego é retomado por Sandra Lencioni, que o analisa em paralelo ao crescimento da economia industrial brasileira. Por um lado, observa-se uma desconcentração da indústria de transformação, a partir de empresas de capital nacional e mão-de-obra intensiva, em direção ao norte, nordeste e centro-oeste do país e, por outro, vemos no sudeste, no Estado de São Paulo e na capital paulista e o seu entorno a localização das indústrias intensivas em tecnologia e mormente de capital transnacional. Nesse novo retrato de diferenciação regional, a autora discute o aumento da produção física industrial e a queda do número de empregos e da remuneração dos trabalhadores.

Norma Montes Rodríguez apresenta as diferentes feições nacionais da transição demográfica na América Latina, mostrando os mo-

mentos em que cada país conhece a queda da mortalidade e, depois, a queda da natalidade. Paralelamente, a autora preocupa-se com os fenômenos de urbanização e metropolização que também ganham natureza e extensão graças às particulares combinações de fatores econômicos e demográficos nas nações do continente.

Amélia Luisa Damiani salienta a precária inserção de todos os espaços, aí incluídas as diferentes cidades da rede urbana, na moderna sociedade capitalista. A análise que realmente interessa é, portanto, a da simultaneidade dos processos que põem, lado a lado, temporalidades e espacialidades diversas. E é nesse contexto que as cidades médias podem ser analisadas. Nas palavras da autora, uma miríade de periferias e centralidades é permanentemente produzida no mundo contemporâneo, reforçando a interpretação do processo geral de urbanização como um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional.

Explicando as diferenças entre cidades médias e cidades intermédias, Nubis Pulido propõe reconhecer estas últimas a partir das sua capacidade de troca, autonomia e liderança. O retrato urbano da América Latina sofre profundas mudanças quando o imperativo é tornar cada aglomeração atraente para localizações corporativas. Na Venezuela, os papéis urbanos também são alterados pelas atuais transformações político-econômicas e o peso da megalópole constituída por Caracas, Maracay e Puerto Cabello –duas cidades intermediárias– é incontestável.

“O campo em debate” constitui a segunda parte deste livro. Nesta, Carlos Reboratti apresenta o panorama da complexa situação que experimenta o campo argentino nos últimos vinte anos, principalmente a partir da expansão da produção de soja, não apenas na região pampeana, que foi fortemente transformada, mas também no noroeste e nordeste do país. Mudanças na estrutura agrária e nos sistemas de produção e distribuição revelam uma tendência à polarização entre um grupo de produtores modernos vinculados ao mercado internacional (da soja, das frutas, do vinho) e um outro de pequenos produtores ainda dependentes de programas governamentais para garantir sua sobrevivência.

A situação do campo na Colômbia é discutida por Luis Carlos Jiménez Reyes, examina as conseqüências da política de abertura econômica na última década, com a perda da importância da produção agropecuária frente aos demais setores. Analisa, em particular, o caso de três áreas próximas à cidade de Bogotá, mostrando os problemas sociais e territoriais que apresenta sua estrutura agrária. O autor insiste na necessidade de considerar a problemática do campo, da ruralidade, a partir de suas interdependências com o fenômeno urbano, com a cidade.

Abordando a transição do escravo para a terra como referencial de riqueza que altera as relações sociais, Júlio César Suzuki debate os limites do uso da expressão “renda da terra” que, na opinião do autor, deveria ser substituída pelo conceito de renda capitalizada. A lógica

capitalista que é a mediação geral no campo brasileiro exige, nos dias de hoje, que o Estado formule políticas agrícolas para dar conta da diversidade de realidades históricas.

Rosa Ester Rossini analisa conjuntamente o espaço, a demografia e o campo. A autora retrata a estrutura demográfica do Estado de São Paulo, os movimentos e as tendências da população e as respectivas relações com as políticas sociais de saúde, educação e saneamento básico, entre outras. A partir de tal contexto, discute as relações entre a urbanização e o trabalho na cultura de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, as migrações pendulares, a mecanização, a terceirização e, mormente, a situação da mulher trabalhadora.

Georgina Calderón Aragón preocupa-se com os problemas atuais no México rural e indígena. Analisa as consequências da implantação do NAFTA para o campo mexicano, e os movimentos de migração resultantes desse processo. Sugere uma série de propostas para que a produção agrícola cumpra sua função estratégica dentro de um projeto nacional e reflexiona sobre o significado de ser indígena no século XXI, mostrando a situação atual de vários povos, suas formas de organização, suas propostas alternativas para a solução dos problemas locais e regionais.

A força dos povos indígenas na história do presente do Equador é discutida por Juan Hidalgo Aguilera, através da visão cósmica andina, assim como das formas de organização política do movimento indígena. Nos últimos quinze anos, uma série de mobilizações e levantamentos indígenas permitiu que sua participação nos governos federal, regional e local se efetivasse. Os múltiplos níveis e sentidos da luta camponesa e indígena colocaram a discussão sobre a natureza do estado e da nação, fortalecendo a tese do Estado Plurinacional.

Rosa Maria Vieira Medeiros aborda a questão da identidade camponesa no Brasil, mostrando como os agricultores assentados vão construindo um sentimento de pertencimento na busca de novas raízes, na busca de sua reterritorialização. A autora analisa a situação dos assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul, à luz da implementação do Programa de Reforma Agrária. Examina, em particular, as experiências de vida das famílias camponesas assentadas em dois municípios localizados na metade sul do Estado, uma área de domínio do latifúndio pecuarista.

Na terceira parte, “Turismo e Território”, Adyr Balastreri Rodrigues sublinha o grande dinamismo que define, hoje, a prática turística. Trata-se de uma prática social que, fundada num hibridismo territorial, agrupa os produtos da massividade e dos tempos velozes, o turismo de negócios e convenções e as práticas que oferecem “cultura” e “tradição”, em cooperação ou conflito com a população de residência permanente. Para analisar tais fenômenos complexos, a autora de-

envolve as características do que denomina “modelo economicista” e “proposta humanista”.

Apresentando as características do mapa turístico da Argentina, Rodolfo Bertoncello dá ênfase à análise dos lugares de destino turístico, para descrever seus rasgos principais e suas transformações ao longo do tempo. São definidos dois grandes períodos para explicar a passagem de um turismo tradicional para um novo modelo turístico, instalado na Argentina dos anos noventa. O autor examina as modalidades que o turismo adota em cada momento e as relaciona com as tendências e transformações sociais gerais que o país experimenta.

Rita de Cássia Ariza da Cruz indaga o planejamento governamental do turismo no Brasil, especialmente na década de noventa quando se observa um alargamento e um aprofundamento da ação pública federal, através de uma seqüência de políticas públicas específicas para o setor. Trata-se da elaboração de diversos planos e programas voltados ao ordenamento do território brasileiro para um uso turístico maciço e internacionalizado. A autora se debruça sobre o significado e as possibilidades de fazer do turismo um instrumento do desenvolvimento local e regional.

Observando a mercantilização do tempo livre, Emilce Beatriz Cammarata analisa a evolução da oferta de produtos e serviços específicos orientados a diferentes segmentos de clientes. Na prática do turismo, a paisagem, a cultura e demais elementos tornam-se, no período atual, verdadeiras *commodities*. Preocupada com o valor da participação da sociedade local na prática do turismo, a autora retoma a discussão do que é considerado patrimônio, geralmente determinado pelos especialistas.

Luzia Neide Menezes Coriolano destaca as relações sociais e de poder que são tecidas entre residentes e turistas, entre produtores e consumidores do turismo. Indígenas e pescadores vêm suas terras expropriadas em favor de segundas residências, *resorts*, cadeias de hotéis e outros equipamentos turísticos. Mas essa não é a única transferência de valor, pois o patrimônio cultural passa da população local aos turistas. Todavia, surgem experiências alternativas de turismo que valorizam a identidade local.

Esses trabalhos foram, entre tantos outros, objeto de profundas discussões durante o X Encontro de Geógrafos da América Latina. Os textos aqui apresentados correspondem a algumas de tais intervenções. Coube ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo a árdua e gratificante tarefa de organizar tal encontro, que aconteceu entre os dias 20 e 25 de março de 2005. Celebrada a cada dois anos em diferentes países, essa reunião pretende promover os debates entre pesquisadores e professores do nosso continente. Participaram também da organização a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a Associação Nacional

de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e o Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana (PROLAM). Esse encontro foi possível, também, graças ao apoio financeiro da Universidade de São Paulo, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Naquela ocasião e na preparação material dos livros desta coleção contamos com o trabalho rigoroso e cuidadoso de Flávia Grimm, Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo.

Hoje, mais do que nunca, é mister elaborar nossas próprias interpretações sobre os territórios latino-americanos. E, quando somos convocados a tornar-nos meros produtores de informação, reafirmamos nosso direito de produzir o saber, isto é, identificar os problemas, escolher os temas a investigar, os enfoques e teorias a utilizar. Essas e outras questões são elaboradas, desde prismas diferentes e complementares, neste livro. Com este espírito, inclusive, decidimos publicar os textos nos dois idiomas que fazem parte da tradição lingüística do nosso continente, forma na qual os autores comunicam suas idéias.

Amalia Inés Geraiges de Lemos
Mónica Arroyo
María Laura Silveira
São Paulo, dezembro de 2006

POR UMA GEOGRAFIA
LATINO-AMERICANA

CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO*

A AMÉRICA LATINA: DA CRIAÇÃO PASSADA À INVENÇÃO NECESSÁRIA**

AGRADEÇO PENHORADAMENTE aos organizadores deste X EGAL o convite para esta palestra de encerramento. Estou certo de que tal honraria não é dirigida a um geógrafo que tenha em sua produção uma abordagem especial sobre a América Latina. Trata-se, antes, de uma deferência a um geógrafo brasileiro da segunda metade do século XX, uma espécie em via de extinção.

Embora me haja sido dada total liberdade na escolha do tema, proponho-me a abordar algo que esteja intimamente vinculado ao tema central do evento, sob o belíssimo e adequado rótulo: “Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade”. Propondo como tema “A América Latina: da criação passada à invenção necessária”, desejo pôr em confronto nossa herança imposta pelo processo colonial que nos gerou, marcando-nos fortemente com uma criação que exige, urgentemente, que a inventemos para sairmos da incômoda situação em que nos encontramos. Desejo que esta minha fala seja tomada como depoimento sincero de um geógrafo brasileiro que, não tendo tido envolvimento ativo nessa missão, deseja agora, numa espécie de expiação, atrever-se a apontar al-

* Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

** Conferência de encerramento do X Encontro de Geógrafos da América Latina.

guns aspectos necessários a alcançarmos –nós, os geógrafos da América Latina– aquele *espacio de solidaridad*.

I

Principio evocando, aqui, o depoimento de nosso antropólogo Darcy Ribeiro quando nos diz que em seus anos de exílio em Montevidéu, em seus estudos nas bibliotecas uruguaias, lendo quase tudo o que se escreveu sobre a América Latina, deu-se conta de que:

Foi lá, lendo e repensando nossas vivências, que rompi com meu provincianismo brasileiro para perceber que somos partes de um todo: a América Latina. Que nossa história é feita das mesmas vicissitudes vividas pelos povos que construíram, aqui, com a carne e a alma dos índios e dos negros que os brancos caçaram encurralaram para produzir suas riquezas. Que nosso destino se jogara e decidira também, conjuntamente, dentro do quadro continental que compartilhamos (Ribeiro, 1993: prefácio).

De minha parte, não posso registrar nenhum momento de revelação ou tomada de consciência da importância de nosso pertencimento a este conjunto maior que é América Latina. Mas, recorrendo à minha memória, posso encontrar sinais evidentes de um velado anseio de percepção. Uma sequência de cenas, ao longo da infância e juventude, pode ser aqui mobilizada para ilustrar a evolução desse sentimento.

CENA 1

Escola primária em minha Teresina natal, anos trinta, governo Vargas, antes do Estado Novo (1937). Em comemoração ao então celebrado dia Pan-Americano (de cuja data não me recordo) nossa classe foi contemplada com a missão de homenagear a Colômbia. A professora deu-nos aula sobre a geografia daquele país irmão e fomos mobilizados a construir bandeirolas, imitando o pendão daquele país, para agitarmos no desfile. Jamais esqueci as cores da bandeira colombiana, naquela disposição de faixas horizontais de vermelho e azul na metade inferior, enquanto o amarelo toma toda a metade superior. No período da ditadura não houve mais celebração do dia Pan-Americano, nem mesmo foram permitidas celebrações aos estados de nossa federação, concentradas que eram todas as forças na totalidade do País.

CENA 2

Na então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, anos quarenta, aluno do curso de geografia e história na Faculdade Nacional de Filosofia, na Cadeira de Geografia Humana (não tínhamos geografia regional no

currículo) era-nos indicado o manual *Latin America*, do geógrafo estadunidense Preston Eweret James, da Siracuse University, ex-discípulo de Ms. Helen Semple. Na introdução à obra, o autor recorreu ao mito do El Dorado, lembrando o seu banho no lago onde, após despojar-se do ouro em pó que lhe recobria todo o corpo, a comunidade lançava às águas vários artefatos de ouro. Sobre esse ritual já me referi, em trabalho anterior (Monteiro, 1987) nos seguintes termos:

Talvez nesta metáfora esteja contida a função simbólica que é preciso captar. O homem retira da terra a sua riqueza, sintetizada no ouro –corporeamente em pó e complementarmente em artefatos– mas, após usufruir deles, deve haver um retorno à fonte. Tendo colocado sob as águas do lago, no claro escuro e na dubiedade barroca da simbologia, não se esclarece como a terra reincorpora parte da riqueza devolvida. Mas a repetição anual daquela celebração deixa claro que novas riquezas foram obtidas e, novamente retornadas naquele ritual palindrômico (Monteiro, 1987: 61).

CENA 3

Nos anos setenta, o geógrafo, em suas viagens para participar de eventos científicos internacionais, com destino ao México, num voo com escalas em Manaus, Bogotá, Panamá, malgrado os dez mil metros de altura da aeronave, um tempo excepcionalmente claro, após a planície amazônica, o altiplano de Bogotá exhibe os sulcos paralelos do Magdalena e Cauca numa amostra da variedade e exuberante beleza de paisagens.

CENA 4

Início dos anos setenta. Leio *Cem anos de solidão* de Gabriel García Márquez e fico encantado com os mistérios de Macondo e o realismo fantástico na saga dos Buendía.

Notaram vocês que as quatro cenas do relicário de minha memória referem-se à Colômbia, país irmão, fronteiro, mas que não tive oportunidade de conhecer, salvo o aeroporto de Bogotá no referido sobrevôo. Mas creio que assenta bem à Colômbia esse papel simbólico, posto que o país não é o maior nem o menor e pode representar atributos que, a despeito de escala e grau de intensidade, podem ser encontrados em todos os países de nossa comunidade: a riqueza de conteúdo e simbologia das culturas pré-colombianas, a magnificência de nossas paisagens, o valor dos nossos recursos e a sensibilidade e inventividade dos nossos artistas.

Propositadamente, deixei por último o sentimento exibido na primeira cena, ou seja, aquele de nossa fraternidade frustrada, infeliz herança de nossa colonização. O acadêmico Alfredo Bosi, colega das Letras em nossa faculdade, em sua obra *A dialética da colonização* chama atenção para o fato de que:

Nos países de passado colonial como o Brasil (e isto valerá agudamente para o México e o Peru), a co-habitação de tempos é mais evidente e tangível do que entre alguns povos mais sincronicamente modernizados do Primeiro Mundo. Talvez o nosso processo de aculturação euro-afro-americano ainda esteja longe de se ter completado. E certamente os seus descompassos e sua polirritmia ferem os ouvidos afinados pelos sons dos clarins e das trombetas evolucionistas. Por tudo isso, é preciso escutar nossa música sem pressa nem preconceito. Com delicada atenção. É um concerto que traz um repertório de surpresas, é verdade, mas que no seu desenrolar-se está constituindo a nossa identidade possível. Somos hoje a memória, viva ou entorpecida, do *ontem* e do *anteontem* e prelúdio tateante do *amanhã* (Bosi, 1992) (grifos meus).

Nossa maior preocupação é com o amanhã, o futuro da América Latina. Mas não o alcançaremos sem o conhecimento do presente e do passado. No primeiro caso –o nosso hoje– fomos contemplados com a brilhante conferência do colega peruano Aníbal Quijano que nos ofereceu uma acurada análise da realidade atual da América Latina, em toda sua heterogeneidade, destrinchando magistralmente suas complexidades e especificidades econômicas, políticas e sociais.

O anteontem (passado remoto) creio ser dispensável em todo um desdobramento linear, cumprido apenas resgatarmos os traços essenciais de nossa herança colonial ibérica, nos quatros séculos iniciais de nossa formação social. Já o ontem (passado recente), constituído pelo século vinte, que além de toda a importante carga de mudanças impostas pelos progressos científico-tecnológicos, deve ser sondado naquilo que represente uma tomada de consciência da identidade latino-americana. O amanhã (o futuro), nossa meta principal, repousará nas reflexões a propósito dos conceitos de criação (passada) e invenção (futura) anunciada no rótulo desta palestra.

II

Creio que nosso passado remoto não será de todo esquecido se recorrermos a um poeta, já que estes artistas têm a propriedade de dizer, bela e sinteticamente, aquilo que os cientistas fazem circunstanciada e secamente. Assim, ao lado do grande poeta mexicano Octavio Paz, mobilizado para nosso tema central, evoco o brasileiro Carlos Drum-

mond de Andrade que no seu poema *Canto brasileiro* (1975) assim se expressou:

Por que Brasil e não
outro qualquer nome de aventura?
Brasil fiquei sendo, serei sendo
nas escrituras de sangue
Minha arte de viver foi soletrada
em roteiros distantes?
A vida me foi dada em leis e reis?
Me fizeram e moldaram
em figurinos velhos? Amanheço

A consciência de que fomos moldados em figurinos velhos, em roteiros distantes com leis e reis a dirigir nossas vidas, desvela o entendimento dessa herança do passado colonial que não é apenas aquela forjada pelos portugueses no Brasil, gigantesco, continental, mas também pelos espanhóis na fragmentação de vários países que compõem a maioria da chamada América Latina. Nossa herança é ibérica, pois se não fomos descobertos, com certeza fomos criados por aquela cultura peninsular, européia, cristã e mourisca, mestiça, plena de méritos e defeitos. O desejo colonial de criar novos mundos à sua imagem e semelhança, implantados em espaços geográficos diversificados (tropicais, subtropicais, altiplanálticos, cordilheira e profundos vales) com mobilização de outros estoques humanos (nativos e transplantados) se não replicaram pelo menos guardaram profundas marcas nas criações resultantes.

As capitânias hereditárias no Brasil Português exibem um figurino medieval aplicado em plena Renascença. As Sesmarias, geradoras dos latifúndios, marcaram profundamente nossa vida agrária. Elas têm suas origens nos tempos d'el Rei D. Fernando, quando a lei dos Sesmos foi criada no minúsculo território português para reaproveitar as terras devolutas (devolvidas) da ocupação mourisca. Aqui, na vastidão do território brasileiro a semântica de devolvida em devoluta tornou-se desocupada.

Ao longo daqueles quatro séculos não só brasileiros, mas todos nós Latino-Americanos, ibéricos, neste repertório de surpresas através dos quais estamos construindo nossa identidade possível, exibindo nossas faces inéditas de que nos relembra o poeta brasileiro, talvez seja possível alcançar aquele sentimento de fraternidade solidária de que nos fala o poeta mexicano.

Passando do anteontem ao ontem, gostaria de sublinhar alguns fatos relevantes na evolução de nossa lenta tomada de consciência da identidade Latino-americana no início, meio e final do século vinte.

No alvorecer mesmo do século vinte surgiram duas obras de grande relevância para a consciência de americalatinidade: uma uru-

guaia e outra brasileira. Em 1905 era editada em Paris pelo brasileiro (sergipano, médico, educador, radicado no Rio de Janeiro) Manuel Bomfim (1868-1932) a obra intitulada *América Latina: males de origem*. Aproveitando estar na França estudando pedagogia e psicologia, Manuel Bomfim reage contra o que denominará a malevolência européia em relação à América do Sul e resolve definir o que é América Latina, contrariando aquela opinião corrente.

Contrariamente a toda uma tradição vigente na historiografia brasileira em louvar a matriz colonizadora, Bomfim, demonstrando ter olhos capazes de ver em torno de si, condena o processo de colonização assentado na espoliação da natureza e na implantação de uma sociedade moldada num parasitismo degenerativo. Defende a população indígena e, sobretudo, os escravos vindos de África, sobre quem recaía todo o trabalho. Condena o que designou de parasitismo do pensamento ibérico e carrega nas tintas negativas, resultando daí uma alta dose de lusofobia. Malgrado certos excessos e, segundo opinião de sociólogos, da ênfase num biologismo sociológico (talvez oriundo de sua formação médica), é reputada como obra de extraordinário mérito, destoante do contexto intelectual vigente em sua época.

A grande admiração que envolve esta obra foi sua quase absoluta falta de repercussão entre nós no Brasil. Darcy Ribeiro, um dos entusiastas e divulgador da obra de Bomfim, indaga: por que esta obra extraordinária não serviu de cimento na construção de nossas consciências nacionais?

A outra obra relevante a que me referi, igualmente do início do século vinte, foi a do uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) editada em 1913. Trata-se de um alentado conjunto de ensaios, reunidos em dois volumes, tendo como título *El mirador de Próspero*. Aliás, essa obra de 1913 tem suas raízes num outro ensaio publicado no ano de 1900 e intitulado *Ariel*¹. Percebe-se que as figuras de Próspero e Ariel inserem-se na famosa peça de Shakespeare: *A tempestade*. Próspero, o Duque de Milão, usurpado do poder pelo seu irmão com o apoio do rei de Nápoles, é confinado a uma pequena ilha do mediterrâneo com sua filha mantendo a seu serviço um espírito de luz –Ariel e um ser inculto meio homem meio animal– Calibã.

Nesses ensaios, Rodó, a partir das doutrinas por ele rotuladas como *utilitarismo* e *americanismo*, ressalta a influência nociva dos Estados Unidos da América sobre a América Latina. Enquanto o nosso Bomfim concentra o seu ataque sobre as matrizes colonizadoras ibéricas, o uruguaio Rodó denuncia a influência perniciosa do fruto colonial britânico sobre aquele ibérico. Ao contrário da obra de Bomfim,

1 Este ensaio mereceu uma edição feita em Salvador, Bahia em tradução de Pinho de Aguiar, numa coleção rotulada “Ensaístas Americanos, sem menção de data”.

a de Rodó mereceu ampla repercussão servindo mesmo à função metafórica de identificar Próspero como o cruel colonizador enquanto Calibã seria o símbolo do oprimido colonizado. Essa repercussão pela América Latina culminaria no Caribe, onde muito tem sido escrito. Inclusive há quem veja na geração do personagem Calibã sinais de Caribbean, e tal repercussão se prolongou pelo século, reaparecendo na obra do *brazilianist* Richard Morse que, na tradução brasileira de Paulo Naves, foi editada pela Companhia das Letras em 1988 sobre o título *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas américas*, que mereceu uma apresentação de Antônio Cândido.

O início do Século constitui para nós no Brasil a República velha –evada dos defeitos do Império (uma originalidade nossa)– enfrentando os problemas decorrentes de um estado oligárquico, assentado economicamente na produção agrícola voltada para o exterior. A dita revolução de 1930 aspirou por um estado mais democrático, apoiado nas massas populares urbanas e implantação industrial. Mas tais aspirações democráticas recebem o eco das diretrizes totalitárias fascistas da Europa e principia aquelas metas sob a égide do Estado Novo de Vargas (1937-1945).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) traria substanciais alterações na divisão internacional do trabalho (poder mundial). Antes mesmo que ela se terminasse pela inauguração da era atômica (Hiroshima e Nagasaki) na reunião de Bretton Woods (1944), a Inglaterra passa o bastão do poder mundial a sua ex-colônia EUA, ficando o mundo comandado por um consórcio de nações de língua inglesa. Os EUA irão, a partir daí, medir força com a URSS que, como aliada vencedora, expandira sua experiência socialista para o seu entorno na Europa Central, o que resultara num longo período da Guerra Fria cujo campo de medição de força será dirigido para a conquista espacial (Sputnik Soviético 1957; Apolo 11 Americano 1969).

O meio do século vinte está intimamente vinculado ao pós-guerra onde os EUA empenham-se na reconstrução da Europa Ocidental para fazer face ao crescimento soviético, de que o Plano Marshall é a expressão. A América Latina, alinhada durante o conflito com os Estados Unidos e aliados (malgrado algumas vacilações iniciais em alguns poucos países), foi alijada de qualquer ajuda. Pelo contrário, muitos países viram-se às voltas com aumento da dívida para a qual havia missões (Abink) e planos (SALTE) especiais.

Os anos cinquenta foram marcados pela “descoberta” do subdesenvolvimento e a existência daquilo que o demógrafo francês Alfred Sauvy cunharia de Terceiro Mundo. Usado para descrever um conjunto novo e periférico de nações, por analogia com o Terceiro Estado da Revolução Francesa (1789), mas também associado a atributos terceiristas de cunho latino-americano como a “terceira posição” proposta

na Argentina por Perón (1951). Nessa segunda acepção, empregada em diferentes países latino-americanos e afro-asiáticos a expressão Terceiro Mundo quer denotar uma posição de luta política (Aizcorbe, 1986: 1224). A aliança entre as carências de sucesso econômico e emancipação política acentua o conceito de subdesenvolvimento, aliando o atraso histórico da América Latina com os países Asiáticos e Africanos num processo de esforço de descolonização.

Um marco nesse meado de século foi a criação da CEPAL, proposta por iniciativa do Chile junto à Organização das Nações Unidas em 1948 e instalada naquele país a despeito da má vontade dos EUA. Passando por sérias dificuldades iniciais, conseguiu firmar-se por ocasião da reunião de 1951, realizada no México. Reunindo uma plêiade de economistas de várias procedências e orientações, recebeu a marca do argentino Raul Prebisch, de quem emergiu a visão dinâmica do sistema *centro-periferia*². Nosso economista Celso Furtado, que teve destacado papel naquela comissão, deixou-nos um saboroso relato dos primeiros anos de existência da CEPAL, em sua obra, de cunho memorialista *A fantasia organizada*.

Centradas no binômio centro-periferia, as idéias básicas cepalinas giravam em torno do princípio segundo o qual a troca entre manufaturados (centro) por produtos primários (periferia) afetava a capacidade de acumulação desta última e visava à elaboração de políticas econômicas protetoras da indústria –necessariamente implantada– bem como adequar a alocação de recursos externos prejudiciais à substituição de importações e à capacidade de consumo das grandes massas.

Segundo explica o cientista político José Luis Fiori (1990), a partir de três vieses era possível identificar o complexo Latino Americano: 1) o primário exportador (voltado para fora) baseado em oligarquias gerenciadas por um estado liberal com componentes autoritárias excludentes. Neles as crises de exportação implicavam forçosamente em crises políticas; 2) a substituição de importações (voltada para dentro), implicando deslocamento das oligarquias agrárias em relação ao controle do poder estatal. Esta substituição dar-se-ia por uma aliança heterogênea entre a burguesia industrial, a classe média e os trabalhadores urbanos. O estado populista ou de compromisso visaria à expansão industrial; 3) a internacionalização dos mercados nacionais voltava-se para os estratos sociais de mais alta renda, ocorrendo uma reconcentração da riqueza e marginalização do povo. A contenção de salários e repressão às mobilizações populares são conduzidas por uma tecnocracia civil-militar que resulta em estado burocrático autoritário: ditaduras.

Ao final dos anos cinquenta, a situação do quadro político geral na América Latina complica-se com a Revolução Cubana (1959) e a

2 Não esquecer que, data de 1950, a proposta oriunda da Biologia, por L. Von Bertalanffy: a Teoria Geral dos Sistemas.

opção de Fidel Castro pelo socialismo. Essa nova feição na realidade política latino-americana implica uma revisão de posição da CEPAL, que assume um duplo direcionamento. De um lado, prega o combate ao caráter concentrador e excludente do desenvolvimento conseguido (a duras penas) mediante a distribuição de renda e o combate à heterogeneidade estrutural e obstáculos institucionais ao crescimento. Por outro lado, promove a reflexão crítica sobre a natureza das burguesias latino-americanas, bem como sobre o fracasso do projeto nacional desenvolvimentista e a força instabilizadora do populismo.

Ao se atingir o final dos anos sessenta, já era evidente que se a primeira metade do século havia sido de estagnação econômica, a segunda exibia nítidos sinais de um ciclo expansivo. Isso contribuiu para abalar o mito da inviabilidade do crescimento sob certas condições de dependência, concentração de renda e exclusão social.

Sem que nos fosse dado perceber, a virada dos anos sessenta para setenta concentrou cumulativamente uma série de acontecimentos os mais variados nos diferentes campos do conhecimento científico, progresso tecnológico e comportamento social que serve bem a configurar aquilo que Fritjof Capra designou como o *turning point* (ponto de mutação). O geógrafo britânico David Harvey propôs o ano de 1973, marcado pela crise dos combustíveis, como marco introdutório do pós-modernismo. Eu, pessoalmente, prefiro ampliar o ponto para o quinquênio 1968-1973. Dentro de um grande rol de eventos importantes lembro: revolta dos universitários e greve geral na França; invasão da Tchecoslováquia pela força do Pacto de Varsóvia; eleição de Nixon nos EUA; visita deste à China, renúncia de De Gaulle na França; fim das ditaduras de Salazar e Franco na Península Ibérica; geração do Concorde; Apolo 11 e chegada dos americanos à lua; o Congo, primeiro país comunista na África; terrorismo tupamaro no Uruguai; eleição de Allende no Chile; exposição internacional de Osaka; insolvência da Rolls-Royce inglesa; morte de Duvalier no Haiti; massacre de atletas israelenses na olimpíada de Munique; conferência de Estocolmo sobre a questão ambiental; crise do petróleo árabe e Ato Institucional N° 5 no Brasil.

Com esse “ponto de mutação” penetramos no terço final do século XX, quando a América Latina, sob o ponto de vista econômico, vê-se percorrida pelo debate crítico provocado pela “teoria da dependência”. Lançada no início dos anos setenta por Cardoso e Faletto (1973), repercute ao longo dos anos setenta e chega ao início dos oitenta – década considerada para a América Latina como a “década perdida” – com a análise de Florestan Fernandes (1981). O dependentismo estagnante alterou-se para o rótulo de “desenvolvimento dependente associado”, chegando a admitir-se a condição de “estado capitalista periférico”. José Luis Fiori assim sintetiza este balanço no meado do século vinte:

Numa síntese parcial poderíamos dizer que, se o pensamento político dos anos 20/30 quis fazer do Estado um ator político central na luta contra o atraso, o pensamento dos anos 50 o transformou em agente econômico de uma utopia industrializante. Por sua vez, o dependentismo dos anos 60, frustrado, banalizou-o do ponto de vista teórico e estratégico, transformando-o em uma mera peça num jogo de determinações internas/externas, muito pouco nítido conceitualmente (Fiori, 1990: 65 e 66).

O papel do estado e das economias nacionais na América Latina não se subordinava às mesmas suposições teóricas, impossibilitando reunir num mesmo conjunto os governos autoritários de diferentes países. O estado, na América Latina, tem-se revelado opaco devido a uma excessiva submissão da reflexão teórica às preocupações estratégicas.

A década de 80 –a década perdida para América Latina– desemboca em tentativas de alianças, como foi o caso do Mercosul (1985) principiada pelos governos do Brasil (Sarney) e Argentina (Alfonsín).

Assim, chegamos ao final de século que, antes de tudo, se caracteriza pela vigência de uma “grande crise histórica”. Além do somatório de todos aqueles problemas apontados no ponto de mutação surgiram outros, em grande parte vinculados aos extraordinários progressos tecnológicos nas comunicações, introdutores de substanciais alterações no conceito de espaço (espaços virtuais, *cyber-space*), novas perspectivas no binômio distância/velocidade repercutem nas concepções de mundo/s. No final dos anos 80 (1989) os acontecimentos na porta de Brandemburgo (Berlim) e na Praça da Paz Celestial (Pequim) podem assumir a função simbólica de um importante marco político.

O desmoronamento da URSS, soando como fracasso ao experimento socialista implantado em 1917, pareceu apontar um sucesso do capitalismo e expansão mundial do neoliberalismo. Instalou-se a idéia de globalização e de economia de mercado como o seu sustentáculo. Tornaram-se mais difíceis ainda as relações entre os centros hegemônicos do poder mundial e as periferias em esforço de desenvolvimento. Os instrumentos básicos de controle político-econômico (Banco Mundial, FMI, etc.), procuram impor um modelo puro ou único de ajustamento estrutural como condições básicas para qualquer programa de ajuda aos países em desenvolvimento.

Persegue-se a geração de uma globalização que, assentada em grandes contrastes e desigualdades econômicas nas nações, melhor mereceria o rótulo de megacompetição. O vasto mundo apresenta-se muito heterogêneo para gerar algo “unitário” como uma globalização. Os centros hegemônicos constituídos pelos pólos americanos, europeu e japonês constituem o pequeno, mas poderoso, clube dos sete países ricos. As receitas que eles preconizam aos “remediados” e, sobretudo,

àqueles mais pobres não podem vingar porque além das disparidades econômicas vigoram realidades culturais diferentes.

E a América Latina, como aquele espaço de periferia da economia-mundo, gerado pelas vias coloniais de desenvolvimento do capitalismo, onde extensão espacial e importância cultural afirmam sua importância planetária, não pode aceitar a imposição de modelos econômicos que visem a mantê-la na condição de periferia dependente numa tal globalização. Nada será necessário juntar aqui a este propósito ao que foi apresentado por Milton Santos em sua obra: *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal* (2000).

E lembrar Milton Santos, aqui neste momento, não se prende apenas à sua vasta e importante obra escrita, mas também à sua atuação na instalação e continuidade destes encontros (EGAL) já em sua décima edição. Modestamente iniciada em Águas de São Pedro (SP) no ano de 1987, a prática destes encontros prossegue com crescente sucesso, bi-anualmente, contando sempre com a presença de Milton até o encontro de Buenos Aires (1997) enquanto lhe permitiu seu declinante estado de saúde. E agora dou-me conta de que estes encontros principiaram no mesmo ano em que eu me aposentava da Universidade de São Paulo. Além do desencontro de nossa atuação no Departamento de Geografia –Milton entrando no momento em que eu saía– recolhi-me a escrever algumas obras (de reflexão crítica sobre minha contribuição e memorialista sobre meus verdes anos no Piauí) e mantive-me afastado dos encontros geográficos. Não haveria um motivo, de minha parte, que revelasse desinteresse na temática da América Latina. Meus primeiros artigos, aflorando minhas primeiras reflexões sobre o estudo geográfico dos climas, foram acolhidos na *Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História* (IPGH). Também a esta instituição devo eu a participação em uma memorável *reunião de consulta* realizada na Guatemala (1965). Mais recentemente participei de uma reunião do *Fórum Latino Americano de Geografia Física*, realizado na Universidad de La Habana, em Cuba, entre 1º e 6 de agosto de 2000.

III

Recentemente o crítico literário George Steiner, em sua obra *Gramáticas da criação*, concluiu que, nos tempos que atravessamos, torna-se difícil estabelecer diferenças claras entre os conceitos de criar e inventar. E o fez percorrendo os mais variados ramos do conhecimento, sobretudo aqueles da filosofia, das ciências e das artes. E sua argumentação é bem convincente.

Sem querer contestá-lo, aproveito aqui a opinião de dois outros críticos literários que, a propósito da obra de Shakespeare, exibem contradições que demonstram claramente que a nebulosidade envolvendo

esses conceitos data de muito mais tempo. Harold Bloom, em sua obra *Shakespeare, The Invention of the Human*, como se vê pelo próprio título da obra, deixa claro que o bardo inglês não era criador dos seus temas, muito deles casos históricos conhecidos e outras vezes histórias de amor reaproveitadas. Sobre aqueles enredos já criados, ele fez a sua invenção, ou seja, exhibe o substrato das paixões peculiares à condição humana: dúvida, ciúme, inveja, avareza, etc. A esta opinião de um crítico da atualidade podemos confrontar aquela outra de um crítico britânico do princípio do século XX –Frederick S. Boas. Em sua obra na *Introduction to the Reading of Shakespeare*³, opina ele que Shakespeare “was a unique creator, but not an inventor” exatamente o contrário do que diz Bloom⁴, de onde se poderá concluir que a fluidez semântica entre os dois conceitos é coisa bem antiga.

Na vigência dessa dubiedade (ou mesmo contradição), cabe pesquisar em dicionários das línguas mais usuais aquelas concepções que melhor assentem a nosso propósito de mudança de atitude em face da consciência latino-americana. Nossa síndrome colonial –tanto herança do antigo processo de colonização ibérica quanto de imperialismo mais recente–, a superação daqueles roteiros distantes e figurinos velhos que nos inferiorizaram e inibiram a procura de outros moldes ou paradigmas capazes de nos alçar a níveis mais favoráveis. Creio que a pior herança herdada da colonização e que impregnou nossas formações sociais, mesmo depois da formalização das “independências” as classes dominantes reproduzem a mesma atitude, indisfarçavelmente parasitária (para usar a feliz expressão de Manuel Bomfim) tão arrogantemente predatória e nociva à natureza e aos recursos que nos oferece, quanto a preservação ou mesmo agravamento da injustiça social de manutenção do modelo senhores & escravos.

Da minha procura dos diferentes e possíveis matizes semânticos pertinentes a criar e inventar poderei testar alguns dos mais significativos, como veremos a seguir. Não deveremos, de nenhum modo, aceitar a concepção de criar, como ato divino, aquele capaz de apartar o caos da ordem, a luz das sombras, o nada do todo. As nossas matrizes coloniais não se deram a tanto posto que, quando nos “descobriram”, já havia outros mundos, diferentes dos deles, mas com identidade própria. A sagrada missão despertada em continuação à expulsão dos mouros da península e ação missioneira da Contra Reforma não poderão ser incluídas nesta categoria.

Difícil também será aceitar aquela concepção de criar sob o ponto de vista biológico, ligado a sustentar, alimentar, nutrir, pois que o

3 Produzida em 1927, editada pela primeira vez em 1930 pela Oxford University Press.

4 Admite-se que da imaginação do próprio Shakespeare são *Sonho de uma noite de verão*, *Trabalhos de amor perdidos* e *A tempestade*.

processo colonizatório demonstra antes a situação inversa. Foram as colônias que nutriram as metrópoles.

Só nos será possível aceitar a semântica de criar de novo naquela concepção de fundar, ou melhor, produzir já que novas nacionalidades foram geradas pela herança de línguas e culturas dos dominadores sobre o acervo ativo dos estoques culturais nativos e introduzidos.

No que diz respeito a inventar, há uma sintonia de concepções que favorecem o nosso propósito. Assim, assenta bem a concepção de descobrir maneiras novas de criar novos usos para o que já existia, e até mesmo aquela, sugerida por Steiner de instalar janelas através das quais nos possibilite contemplar terrenos desconhecidos e novas fontes de luz. Inventar também pode ser tomado como urdir, arquitetar e até mesmo imaginar, fantasiar, o que nos franquia a possibilidade de UTOPIA.

No paralelo entre esses dois conceitos –criar e inventar– o que é de fundamental importância é ressaltar que se trata de uma tarefa de pensamento (filosófica) e não propriamente de conhecimento (epistemológica). Dentre as vicissitudes da episteme contemporânea ainda sobrevive a herança de duas representações do universo (conjunto de mundos). De um lado a tradição monista, racional (questão de imanência) e por outro lado aquela dualista de alcançar, espiritual (questão de transcendência).

Esse projeto inventivo um novo condicionamento para o mundo latino-americano em face da grande mutação contemporânea (grande crise histórica) geradora de um vasto mundo globalizado é uma tarefa gigantesca que envolve os vários aspectos da vida social, que inclui forçosamente aquele da comunidade científica, da qual os geógrafos fazem parte. E, devido à própria essência da geografia em compreender as relações entre natureza e sociedade, tem um importante papel a desempenhar.

Nesse momento histórico confuso admite-se que o século vinte foi insuperável em acúmulo de mudanças resultante seja em grandes sucessos em ciência –tecnologia bem como em graves problemas ambientais e sociais. Não é de admirar que desde a entrada naquele século tenham sido proclamados a morte de Deus e ao seu final o fim da história. Se não se proclamou ainda a morte do homem, está suficientemente claro que urge alcançarmos um novo humanismo. O momento atual, de grande crise, desembocará certamente em novas maneiras, novas formas de história desde que o fastígio proporcionado pelo progresso científico e tecnológico (progresso material) seja canalizado em direção a novas filosofias (progresso espiritual).

O atual desencanto do mundo (pós bombas de Hiroshima e Nagasaki) provém das imperfeições do homem, tanto em suas relações com a natureza quanto com a sociedade. O que se reflete no afloramento de vários irracionalismos na sociedade em contraste com excessos de racionalidade instrumentalizada na ciência. Assim, torna-se

absolutamente necessária a geração de um novo humanismo ao mesmo tempo que uma nova ciência carente de uma flexibilidade de método, admitindo a existência de incertezas (cones de sombra) e admissão da possibilidade de poder beneficiar-se de iluminações transversais (provenientes da arte e da filosofia).

Permito-me discordar de Milton Santos no quadro geral de suas idéias a propósito de sua “outra globalização”, sobretudo aquela de uma relativa liberação do homem em relação à natureza. E não considero aqui a ação catastrófica das forças internas: tsunamis, terremotos, erupções vulcânicas. São Paulo, com todo seu poderio econômico e tecnológico, não consegue liberar-se dos efeitos danosos dos grandes impactos pluviais concentrados que lhe confere, durante os verões, uma condição anfíbia. E o próprio temário do presente encontro, ao incluir os problemas ambientais, serve a atestar este reconhecimento.

Vejo assim, sobretudo no caso brasileiro, para a nova consciência de mundo tanto a necessidade de mudar as relações intra-sociais quanto aquelas que dizem respeito às ambientais. Não concordo com os exageros da chamada “ecologia pesada”, mas tenho plena consciência de que a história universal humana tem cometido muitos erros que precisam ser corrigidos, eliminados sob pena de um devir muito sombrio.

A propósito da necessária aliança que venha harmonizar os avanços da ciência-tecnologia com um suporte filosófico adequado gostaria de trazer à baila, algumas conjecturas a propósito do futuro da Geografia em geral e, especialmente de nossa América Latina.

É fato sobejamente conhecido que grandes mutações no campo da ciência ocorreram desde o alvorecer do século vinte: as teorias dos quanta, da relatividade (no início); dos sistemas (meio) e da geometria fractal (no final) vieram evidenciando o enfraquecimento da razão vigente e do próprio método científico. Nos anos 70, a obra de um filósofo da ciência, oriundo da física –Paul Feyerabend– rotulada *Against Method* veio questionar e abalar muitos preceitos vigentes (dentre os quais o da *Estrutura das Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn). Curiosamente Feyerabend, que havia proposto como subtítulo de sua provocativa tese *Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*, no interior da referida obra (cap. 16), admite o atenuante de substituir o termo anarquista por dadaísta. Já se pode vislumbrar aí uma aproximação –até então inusitada– entre ciência e arte, o que viria a ter seguimento com a obra *La nouvelle alliance* de Prigogine e Stengers. O dadaísmo, movimento artístico nascido no momento mesmo da carnificina da 1ª grande guerra mundial (1916) e que teve em Marcel Duchamp seu grande ícone e portador, foi, acima de tudo, uma espetacular ruptura na própria concepção de arte. A roda de bicicleta sobre um banquinho, o urinol invertido e transformado em fonte, um funil de engarrafar sidra assinado pelo artista propõe artefatos como

arte-factos. Seria o caso de, diante de tais “absurdos”, alguém proclamar a morte da arte.

Na realidade, não passaria pela cabeça de Feyerabend fazer constatação da morte da ciência, mas simplesmente destacar uma grande ruptura na maneira de praticá-la aferroada a um método único tal como fora proclamado por Descartes na instalação da ciência moderna. Aliás, Feyerabend, ao admitir jocosamente que em ciência vale tudo (*anything goes*), está opinando em sintonia com Blaise Pascal, contemporâneo de Descartes, que admitia que diferentes problemas admitem diferentes abordagens (tratamentos metodológicos).

Para enfrentar o futuro temos de considerar não apenas as diretrizes atuais que estão surgindo, mas aquelas mudanças e rupturas já ocorridas, antes da grande crise histórica atual, e das quais ainda não nos demos conta. Para um geógrafo como eu, que atravessou sérias mudanças no decorrer do século passado, “revoluções” e propostas de “novas geografias” (algumas percebidas e outras que me escaparam), chega a ser inimaginável o teor e o volume das mutações que se colocaram no futuro próximo. Um tópico que me preocupa e que tem ligação com o nosso propósito de aproximação em torno do tema comum da América Latina tem a ver com a multiplicação e agigantamento na comunidade de geógrafos e novas maneiras coletivas de investigação. Enquanto a produção artística esteve sempre associada ao indivíduo, a ciência admitiu sempre o coletivo, do que a análise de Kuhn, concernente aos aspectos sociológicos da pesquisa, mostrou bem procedente a vigência de equipes de investigadores, liderados por um “patrão” e compartilhando um dado paradigma.

No momento presente, podemos encontrar, em algumas de nossas revistas, artigos ou comunicações com mais de dezena de co-autores. A prática de coletivismo na produção de conhecimento é um fato real. Veja-se a realização do presente encontro onde se constata um inegável gigantismo com mais de mil participantes, com várias atividades simultâneas dificultando uma cabal fruição. Aliás, este coletivismo atual extravasa até para o campo da arte. Já houve aqui no Brasil produção de espetáculos teatrais de autoria de equipes. Embora essa prática haja sido designada “besteirol”, ela vem emergindo com crescente persistência. Talvez cheguemos um dia a constatar que uma equipe de músicos reuniu-se para compor uma sinfonia!

Tudo indica que o desencantamento do mundo, que ocorre na atual crise, predisponha ao coletivismo e à conjunção de esforços. O próprio conhecimento (episteme) tende a ser mais conjuntivo (interdisciplinaridade). Quem sabe isso não irá contribuir para que a própria idéia de socialismo, tão difícil de vingar, venha a encontrar menos dificuldade no futuro? O próprio anseio do homem do mundo atual em procurar, cada vez mais, sinais de vida inteligente no espaço inter-

estelar talvez seja um reflexo de uma insegurança que gera o medo de sentirmo-nos sós!

Quem sabe, também, se não esteja bem próxima –ou até mesmo já esteja sendo praticada– a investigação conduzida por equipes cujos membros em diferentes lugares, ou mesmo países, estejam atuando por meio da utilização do *ciberespaço*?

Quanto à outra vertente, que é a filosófica, completamente necessária à prática científica, sobretudo na geografia, é necessário considerar a atual preocupação que vem ocorrendo na revivescência de uma geografia cultural ou, melhor dizendo, em todo este complexo temático que se vem rotulando de geografia humanística. Todo este fluxo novo, reativando tendências passadas e acrescentando outras inovadoras, poderá contribuir para a geração de um novo humanismo. Atualmente a geografia humana, com sobejas razões, vê-se centrada no determinismo econômico que, na vigência de um acerbado capitalismo, aja como se o homem só tivesse esta dimensão centrada no ter. O homem que, certamente, é multidimensional deveria ser focalizado naquelas outras que, integradas na condição humana, venham despertar valores adormecidos ou embotados e ressaltar novos valores ou que implicarão no surgimento de um mundo melhor já que –como nos ensinou o filósofo Heidegger– mundo é acontecimento produzido dentro do homem.

Como fecho desta já longa palestra, peço a indulgência da plateia para permitir-me relembrar que neste ano está sendo celebrado, no mundo todo, o IV centenário de publicação de *D. Quijote de la Mancha*, fato aqui ressaltado pelo colega peruano Aníbal Quijano. E o faço porque a monumental obra de Cervantes aponta-nos o eterno conflito entre a realidade do mundo e o anseio do homem em superá-la. Se não pela sensatez e o racionalismo protetores da ciência, pela arrebatadora loucura da arte. O espaço romanescos daquela obra prima é o da realidade social da Espanha no século XVII –momento mesmo da instalação da primeira grande modernidade. É sobejamente conhecida a preferência de Cervantes pela condição humana e sua negligência (quase descartamento) da realidade dos lugares. Não só os geógrafos podem dar-se conta desse fato bem notado entre os literatos, como, por exemplo, Flaubert (1991) que exclamou: “comme on voit ces routes d’Espagne qui ne sont jamais décrites”.

Por outro lado, o cavaleiro da triste figura enfrenta a realidade social de seu tempo inebriado de um passado já extinto, resultando daí que, embora imbuído dos mais altos propósitos, seus sonhos, arraigados a um tempo que passou, resultam sempre em ações desastrosas e sobretudo cômicas. E o comentário do poeta Lord Byron (George Gordon – 1788-1824) destaca um dos aspectos capitais da obra cervantina:

É a mais triste de todas as histórias e assim o é porque nos causa o riso; justo é seu herói e, no entanto, vai em busca da justiça; dominar o malvado é seu único propósito, e a luta desigual sua recompensa; são suas virtudes que o tornam louco. Suas aventuras nos apresentam cenas angustiosas, e mais angustiosa ainda é a grande moral que a quantos saibam pensar lhes produz esta genial história épica.

Cervantes era um artista e a isto podia permitir-se, demonstrando a vontade de superar a realidade do mundo através da tristeza. Como geógrafos, com pretensões a ciência, nossa invenção de uma nova América Latina num melhor mundo através da imaginação, até mesmo fantástica, poderá induzir-nos ao terreno da utopia. E isso requer o oposto do pessimismo e da tristeza, mas o impulso otimista através da alegria. E num esforço de demonstração de que nosso anseio de união fraterna entre latino-americanos não nos quer isolar dos outros mundos, lembremo-nos também que neste ano de 2005 celebra-se o bicentenário da morte de Schiller (Johan Christoph Friedrich Von - 1759-1805).

Formado no romantismo alemão, fruto do idealismo de Kant, em toda sua obra poética, lírica ou dramática, transparece sempre uma inabalável fé no progresso humano e uma crença no aperfeiçoamento social. É bem expressiva esta frase colhida numa sua carta dirigida ao amigo Wilhelm Von Humboldt –o irmão de Alexander, pai da geografia: “Afim de contas, somos ambos idealistas e devemos nos envergonhar em dizer que o mundo natural nos formou ao invés de admitir que ele foi formado por nós” (2 de abril de 1805).

Mas o otimismo de Schiller atinge o seu ápice em sua famosa *Ode à Alegria*, composta em 1785 e aproveitada por Beethoven no coral do quarto movimento de sua nona sinfonia. Os brados de *Freude* ecoam num apelo pan-universal:

AMIGOS, basta desses cantos!
Entoemos um outro e mais agradecido
O cântico de Júbilo.

ALEGRIA, brilhante centelha da divindade,
Filha do Eliseu.
Adentramos, semblantes ardentes,
Teu glorioso santuário!
Tua força mágica irmana
O que o mundo separou;
Todos os homens tornam-se irmãos,
Onde a asa tua gentil pousou.

Uma irmandade pan-universal que principiaria pela irmandade latino-americana. Isso seria meta do novo humanismo de que estamos tão necessitados.

Certamente em meio a uma enorme plêiade de poetas latino-americanos haverá diferentes cantos de excelente valor para expressar este anseio comunitário para que deixemos de ser o incômodo labirinto de solidão que temos sido. Contudo, meu conhecimento deste precioso acervo não chega a tanto. Permitam-me retornar ao poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade em seu *Canto brasileiro*. Nota-se que sob o rótulo de moreno ele enfeixa, realística e altaneiramente, nossa condição de mestiços, subdesenvolvidos, mas que, nem por isso, pretendemos a hegemonia, a liderança política econômica, mas certamente desejamos a condição pan-universal de fraternidade.

O traço americano
o sêmen novo
não me fazem um ser descompassado
Brasileiro sou,
moreno irmão do mundo é que me entendo
e livre irmão do mundo
me pretendo
(grifos meus)

Que o futuro nos conduza a uma realidade latino-americana que nos liberte dos *sangramentos* registrados pelos nossos grandes artistas Eduardo Galeano e Oscar Niemeyer.

Muito obrigado pela paciência. Espero que retornem felizes a seus países e a seus lares com um crescente entusiasmo em nossos bons propósitos de intercâmbio fraterno que certamente estará mais aceso no próximo encontro.

BIBLIOGRAFIA

- Aizcorbe, César Sanches 1986 *Dicionário de ciências sociais* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas e UNESCO).
- Bloom, Harold 1998 *Shakespeare, The Invention of the Human* (Nova Iorque: Riverhead books).
- Boas, Frederick S. 1975 (1930) *Introduction to the Reading of Shakespeare* (Norwood: Norwood Editions).
- Bomfim, Manoel 2005 (1905) *América Latina: males de origem* (Rio de Janeiro: Topbooks).
- Bosi, Alfredo 1992 *A dialética da colonização* (São Paulo: Companhia das Letras).

- Cardoso, F. H e Faletto, E. 1973 *Dependência e desenvolvimento na América latina* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Fernandes, Florestan 1981 *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Rio de Janeiro: Zahar Editores).
- Feyerabend, Paul 1993 *Against Method* (Londres: Verso).
- Fiori, José Luis 1990 "Para uma crítica da teoria latino-americana do estado" em *SINTESE – Nova Fase*, Nº 50, Vol. XVII.
- Flaubert, Gustave 1991 *Correspondance* (Paris: Gallimard).
- Furtado, Celso 1985 *A fantasia organizada* (São Paulo: Paz e Terra).
- Monteiro, C. A. de Figueiredo 1987 "Geografia e uso da terra nos trópicos" em *Ciência para os trópicos – Anais do I Congresso Brasileiro de Tropicologia* (Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana).
- Prigogine, Ilya e Stengers, Isabelle 1986 *La nouvelle alliance* (Paris: Gallimard).
- Ribeiro, Darcy 1993 "Prefácio" à obra de Manuel Bomfim *América Latina: males de origem* (Rio de Janeiro: Topbooks).
- Rodó, José Enrique 1913 *El mirador de Próspero* (Montevideu: Jose Maria Serrano).
- Rodó, José Enrique 1984 *Ariel* (México: Fondo de Cultura Económica).
- Rodó, José Enrique 1988 *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas Américas* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record).
- Steiner, George 2004 *Gramáticas da criação* (Rio de Janeiro: Globo).

PRIMEIRA PARTE

FEIÇÕES E RITMOS DA
URBANIZAÇÃO

CARLOS A. DE MATTOS *

MODERNIZACIÓN CAPITALISTA Y TRANSFORMACIÓN METROPOLITANA EN AMÉRICA LATINA: CINCO TENDENCIAS CONSTITUTIVAS

DURANTE LAS ÚLTIMAS TRES DÉCADAS, bajo los efectos combinados de la formación de un nuevo sistema tecnológico y de la aplicación de un nuevo enfoque de política económica, comenzó a ganar impulso en casi todo el mundo un proceso de reestructuración productiva que ha desembocado en lo que *lato-sensu* puede considerarse como una nueva fase de modernización capitalista, de la que constituyen aspectos medulares la globalización y la informacionalización de la economía mundial. Una profunda reorganización de la geografía económica mundial, signada por la recuperación de la importancia de las grandes aglomeraciones urbanas y por el consecuente crecimiento de las mismas, acompaña y forma parte integral de este proceso.

Con ello, las grandes ciudades en el mundo entero han comenzado a ser objeto de una transformación de tal magnitud y alcance que algunos autores estiman que esta debería considerarse como la expresión de una nueva “revolución urbana” (Ascher, 2001), en cuyo recorrido tanto la morfología, la organización y el funcionamiento, como la propia apariencia de las ciudades que se había venido definiendo desde el comienzo de la revolución industrial están siendo objeto de una radical mutación.

* Profesor del Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile.

Frente a este panorama, en este trabajo nos proponemos explorar la relación entre reestructuración productiva y transformación urbana e identificar los principales cambios que estarían afectando a las grandes ciudades involucradas en esta revolución, cuya gestación puede atribuirse específicamente al impacto de este nuevo impulso de modernización capitalista. En esta dirección, el análisis se referirá exclusivamente a los cambios que hasta ahora efectivamente han podido ser percibidos e identificados en la realidad observable, con especial referencia al caso de las metrópolis latinoamericanas, dejando de lado deliberadamente cualquier tipo de especulación sobre lo que podría ser deseable que ocurriese.

EN CAMINO HACIA UN NUEVO MODELO

A efectos de plantear y desarrollar este tema, importa considerar que las transformaciones urbanas y territoriales observadas durante las últimas décadas se encuentran condicionadas estructuralmente por el desencadenamiento y afirmación de una dinámica económica sustantivamente diferente a la que se había configurado a partir de la Gran Depresión de 1929. Esta nueva dinámica se ha propagado progresivamente bajo el impulso de la globalización, habiendo alcanzado ya a la mayor parte de los países del mundo, si bien con diferente grado de penetración y no siempre con idéntico tipo de impacto. El desencadenamiento de esta dinámica aparece, de hecho, como una respuesta al agotamiento del modelo de acumulación y crecimiento, conocido generalmente como fordismo que, bajo diversas modalidades, había logrado imponerse en buena parte del mundo capitalista a partir de la crisis de 1929.

En lo medular, lo que entonces comenzó a imponerse fue un enfoque cuya intención explícita era afirmar las condiciones más adecuadas para el despliegue de la dinámica capitalista. A este respecto, en un trabajo publicado cuando este proceso recién estaba comenzando a cobrar impulso, Castells sintetizó claramente cual era el objetivo y dirección del mismo:

el objetivo fundamental del nuevo modelo [...] es sustituir los mecanismos históricamente inaplicables del modelo “keynesiano” por otros de nuevo cuño, que sean capaces, en las nuevas condiciones sociales, de asegurar los procesos básicos de toda economía capitalista, a saber, la generación del excedente (fuente de inversión), la elevación de la ganancia, el desarrollo de mercados en forma equivalente, y la regulación del ciclo económico y las condiciones generales de producción, mientras se mantienen condiciones de circulación del capital que no perturben la apropiación e inversión de los beneficios, evitando procesos inflacionarios desmesurados (Castells, 1987: 261).

En esta caracterización se destacan dos aspectos que explican tanto las razones del cambio de enfoque, como el objetivo central del nuevo modelo: en primer lugar, la convicción de que los fundamentos keynesianos del “modelo” que se había estructurado e impuesto desde la década de los años treinta y que había tenido un desempeño muy exitoso durante los “treinta gloriosos”, resultaban históricamente inoperantes para dar respuestas efectivas y consistentes al paulatino agotamiento del fordismo; y, en segundo lugar, que la nueva política, y la reestructuración que ella desencadenó, estaban motivadas por el propósito de asegurar la reproducción y afirmación de los atributos que caracterizan a una economía capitalista como tal, restituyendo al mercado su papel de mecanismo básico para la regulación económica y al capital privado el protagonismo de los procesos de acumulación y crecimiento. En lo fundamental, ello significó el abandono de la creencia de que para regular (y/o morigerar) los desequilibrios generados por el propio desarrollo capitalista era necesario recurrir a una fuerza exógena al mercado, lo que dio paso a su reemplazo por una que considera que el libre juego de las fuerzas del mercado es el único mecanismo que asegura la no ocurrencia de tales desequilibrios.

En cualquier caso, hay que tener presente que fue la confluencia de estas políticas sustentadas en un alegato anti-keynesiano junto a la irrupción, difusión y adopción de un nuevo sistema tecnológico articulado en torno a las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC), lo que condujo a la materialización de este nuevo “modelo de desarrollo capitalista” (Castells, 1987). Porque, como sostiene Carlota Pérez (2004: 30), cada revolución tecnológica, “se acompaña de lineamientos de ‘óptima práctica’, bajo la forma de un paradigma tecno-económico, capaz de romper con los hábitos existentes en tecnología, economía, gerencia e instituciones sociales”. En síntesis, fueron estos dos pilares, la estructuración de un nuevo sistema tecnológico y la aplicación de un conjunto de políticas basado en el discurso teórico-ideológico de la liberalización económica, los que sustentaron una radical reestructuración productiva con la que se gestó una “nueva forma histórica particular” del capitalismo (Held y McGrew, 2002: 65). Lo fundamental es que por su naturaleza y por su alcance, el conjunto de cambios involucrados en esta transición condujo a un escenario sustantivamente distinto al que se había impuesto en la fase anterior.

No obstante, no es posible ignorar que ciertos rasgos o tendencias que hoy se presentan como producto de la reestructuración productiva, no siempre son realmente nuevos, pues las manifestaciones iniciales de algunos de ellos ya se podían detectar en la fase anterior. Por ello, estas tendencias tienen que ser observadas como parte de una evolución signada por la continuidad y por el cambio. En particular, estas consideraciones son aplicables al propio concepto de globaliza-

ción, que muchos autores consideran como una tendencia estructural congénita al desarrollo del capitalismo, presente desde sus mismos orígenes: “la transnacionalidad de las cadenas de mercancías es un rasgo descriptivo tanto del mundo capitalista del siglo XVI como del mundo capitalista del siglo XX” (Wallerstein, 1983: 22). Por lo tanto, si la globalización constituye una tendencia inherente al desarrollo capitalista, es importante tener presente que las modalidades específicas que adopta en cada una de sus fases o períodos están condicionadas por la especificidad tanto del sistema tecnológico en torno al que se ha articulado, como de las estrategias, políticas y arreglos institucionales promovidos por los actores dominantes en cada una de esas fases. En este contexto, la especificidad actual de este fenómeno radica en que las TIC suministraron un soporte tecnológico mucho más potente para una proyección y ampliación ilimitada de la cobertura económico-territorial en un espacio de acumulación en incesante expansión y para su funcionamiento a escala planetaria en tiempo real.

Desde esta perspectiva, puede entenderse que lo que se estableció y consolidó con la expansión de la dinámica económica globalizada que comenzó a imponerse por diversos lugares del planeta fueron, ante todo y esencialmente, condiciones más propicias para una profundización a escala planetaria de la dependencia estructural de la sociedad en su conjunto con respecto al capital. ¿Cuál es la implicancia fundamental de esta evolución? Que, en la situación emergente se redujo aún más la posibilidad de aplicar políticas capaces de lograr objetivos sociales de interés general (o, en especial, de interés particular para los sectores más desfavorecidos), si éstos no son compatibles con los objetivos de los propietarios y/o gestores del capital, que son quienes tienen la prerrogativa de invertir o no invertir, de producir o no producir (Przeworski, 1990). Aquí radica uno de los aspectos medulares de las mutaciones que se produjeron desde entonces y, en particular, de las que afectan a las grandes ciudades.

En este escenario, diversos cambios incidieron en la organización y en el funcionamiento de la economía mundial, a medida que la propia dinámica de la globalización impulsaba la formación y consolidación de un espacio mundial, en el que el Estado-nación cedió el paso a la empresa como actor principal central de los respectivos procesos de acumulación y crecimiento. Fue en este espacio, donde la evolución de la globalización, vinculada indisolublemente a la difusión y adopción a escala mundial de las TIC, esto es, a la informacionalización de la economía mundial terminó por imponer una nueva forma de producir, en la que la información se constituyó en insumo básico.

Al mismo tiempo que este nuevo paradigma tecno-económico se fue materializando, también avanzó el proceso de conformación y consolidación de una dinámica económica en la que un número creciente

de empresas multinacionales o firmas globales, tendieron a desplegar-se en forma incesante hacia una multiplicidad de lugares de ese espacio mundial de acumulación impuesto por la globalización, buscando posicionarse en ciertos lugares estratégicamente seleccionados, como requisito ineludible para asegurar su crecimiento y expansión. Como consecuencia de esta dinámica se estructuró una nueva arquitectura productiva, de fundamental expresión territorial, donde las empresas producen y tienen a su cargo lo esencial de las relaciones económicas entre los territorios, internacionalizando sus actividades bajo tres formas diferentes: detentando lo fundamental del comercio internacional, manejando la parte central de la inversión directa productiva en el extranjero y configurándose como empresa-red que localiza un número creciente de nodos en diversos lugares del espacio mundial de acumulación (Lafay, 1996: 37 y ss.).

LAS CIUDADES BAJO EL IMPACTO DEL NUEVO MODELO

¿Cuáles fueron los principales impactos urbanos de estos procesos? Diversos estudios recientes coinciden en que han desaparecido o se han debilitado algunos de los rasgos que habían caracterizado a la ciudad de la época de la industrialización, al mismo tiempo, que han comenzado a esbozarse algunos enteramente nuevos, así como también se han fortalecido otros ya antes perceptibles. Esto ha ocurrido a medida que con los cambios producidos en esta fase de modernización capitalista, comenzó a transformarse la organización, el funcionamiento y la modalidad de expansión de cada metrópoli, en una evolución que, en general, tiende a seguir una dirección semejante a la observada en otras ciudades en proceso de globalización. Esto indicaría que es posible identificar ciertas tendencias generales inherentes a esta fase que, más allá de los específicos rasgos identitarios de cada ciudad, las afecta en forma similar desde el momento en que comienzan a involucrarse en este proceso. Numerosas investigaciones realizadas durante los últimos años sobre las principales ciudades latinoamericanas de los países más globalizados de esta parte del mundo, muestran que estas tendencias ya están presentes aquí.

En este sentido, puede afirmarse que también sería válida para la evolución comprobada en la mayor parte de esas ciudades, la proposición de que “con la periurbanización y la ‘ciudad difusa’ los modelos de suburbanización de tipo latino-mediterráneo y de tipo anglosajón, que durante mucho tiempo han seguido caminos diferentes, tienden ahora a converger en un modelo único común a toda Europa de ‘ciudad sin centro’ de estructura reticular, cuyos ‘nodos’ (sistemas urbanos singulares) conservan y acentúan su identidad a través de procesos innovadores de competición y cooperación” (Dematteis, 1998: 17). De hecho, en esta proposición hay dos aspectos que deben ser destacados: primero,

que ciudades que hasta ahora habían evolucionado siguiendo dos modelos básicos distintos, ahora tienden a converger en un modelo único de ciudad y, segundo, que al mismo tiempo que estos modelos tienden a converger, los sistemas urbanos singulares que componen esta nueva estructura reticular, conservan y acentúan su identidad específica.

A este respecto se ha suscitado cierta confusión, en la medida que la previsión de una posible convergencia hacia un modelo único ha sido interpretada como que ello llevaría a que en todas partes se replicaría un modelo en el que tendería a diluirse la identidad histórica de cada ciudad. Sin embargo, la hipótesis del modelo único se refiere a la irrupción y afirmación de ciertas tendencias generales que modelarían la expansión urbana, afirmando algunos rasgos inherentes a esta fase (como, por ejemplo, la policentralidad o la fragmentación urbana), siendo obvio que ello no implica la desaparición o el debilitamiento de la identidad específica de cada ciudad en particular, sino que, inclusive, en buena parte de los casos tiende a fortalecerse.

Es en este sentido que algunos autores consideran que el producto de estos procesos a lo largo de la historia de cada territorio puede observarse como una metamorfosis (Remy, 2001) o, aún, como un palimpsesto (Harvey, 2000). Metamorfosis, en el sentido de que cada una de estas entidades resultaría afectada por sucesivas transformaciones que originan estados diferentes en los que sobrevive lo esencial de la entidad originaria. Palimpsesto, en tanto cada ciudad se presenta en cada fase como el resultado de una nueva escritura sobre un dibujo anterior, del que se borran algunas partes heredadas del pasado, para hacer posible la aparición de un nuevo dibujo donde, sin embargo, no todo lo pre-existente ha desaparecido. La metamorfosis se produce sobre una entidad que continúa existiendo, aunque en continua mutación; de la misma forma, en el palimpsesto siempre aparecen remanentes de la escritura anterior que lo nuevo no alcanza a eliminar o a diluir.

En cualquier caso, más allá de toda persistencia, tanto en la metamorfosis como en el palimpsesto, lo que importa es identificar cuáles de los cambios que se observan en la estructura, organización, funcionamiento y apariencia metropolitana en América Latina siguen la misma dirección señalada para las ciudades en globalización en otras partes del mundo; y cuáles son los factores asociados específica y concretamente a esta nueva fase de modernización capitalista que puedan explicarlos. A la luz de las conclusiones de diversas investigaciones para el caso de grandes ciudades latinoamericanas, parece posible hacer referencia por lo menos a cinco tendencias principales, que en la mayor parte de los casos ya están presentes en la evolución actual y cuya presencia debe ser asociada concreta y específicamente a mutaciones inherentes a esta fase.

NUEVAS ESTRUCTURAS PRODUCTIVAS, NUEVA DINÁMICA URBANA

Primera tendencia: con la reestructuración procesada durante las últimas décadas, se impuso una nueva arquitectura productiva basada en empresas organizadas en red que impulsaron estrategias de descentralización productiva y de dispersión de sus nodos hacia diversos lugares del espacio mundial de acumulación, los cuales al localizarse en un número creciente de grandes aglomeraciones urbanas, incidieron en una radical transformación tanto de la estructura básica, como de la organización, funcionamiento y paisaje de las mismas.

Hacia mediados de la década de los años setenta, junto al agotamiento del modelo de acumulación y crecimiento que se había desplegado a partir de la Gran Depresión, se observó la acentuación de la crisis de la gran empresa verticalmente integrada para el consumo de masas, organizada conforme a los principios tayloristas, que había conformado el núcleo dinámico del modelo fordista. Esta crisis que se expresó principalmente en una paulatina pérdida de productividad y de competitividad, llevó a muchos analistas a considerar que en tanto se mantuviese el tipo de organización dominante en la fase anterior esta situación podía considerarse como irreversible. Al mismo tiempo, con la generalización y profundización de los procesos de globalización e informatización, también se pudo comprobar que junto a una progresiva pérdida de capacidad de los estados nacionales para regular el comercio internacional y la movilidad del capital, se producía un cambio sustantivo en las condiciones que encuadraban la evolución de la competitividad.

En esta situación, las empresas que pugnaban por posicionarse en el espacio mundial de acumulación, entonces en acelerada expansión, se vieron obligadas a reestructurarse para mejorar sus niveles de productividad y enfrentar más adecuadamente esas nuevas condiciones de competitividad. Esencialmente, lo que se buscó fue encontrar un tipo de organización capaz de sustentar un aumento de su presencia productiva y comercial en el mayor número posible de lugares de ese espacio en expansión.

De esta manera, de hecho como alternativa de supervivencia, estas empresas se vieron forzadas a lograr una mayor flexibilidad organizacional, lo cual llevó a la desintegración de la gran empresa fordista, seguida por una recomposición de las relaciones técnicas requeridas por los respectivos procesos productivos, según las modalidades que Leborgne y Lipietz (1988) caracterizaron como “cuasi integración vertical”. La externalización de procesos y sub-procesos y la sub-contratación pasaron a jugar un papel de creciente importancia y la terciarización se transformó en una tendencia dominante, apuntalada por la creciente demanda de servicios a la producción por parte de las empresas reestructuradas y de servicios personales por parte de las fa-

milias. En esta transformación se impusieron tres evoluciones fundamentales: la descomposición de la integración vertical de las grandes empresas, la externalización creciente de las actividades consideradas como no estratégicas y la multiplicación al interior de las fábricas de unidades elementales semi-autónomas (Veltz, 2000: 178 y ss.), dando lugar a una nueva organización productiva en base a nodos y redes (*hubs & networks*), que se ha ido imponiendo en la mayor parte del espacio mundial de acumulación.

En este escenario, una cantidad cada vez mayor de redes productivas transfronterizas (*cross-border production networks* o *global commodity chains*) de diversos tipos, preponderantemente de carácter oligopólico, pugnan por valorizar sus capitales en diversos lugares y actividades del espacio mundial de acumulación. De tal modo, estas grandes firmas organizadas en red, formadas y/o fortalecidas a lo largo de esta evolución, se han constituido en los verdaderos protagonistas de la dinámica económica globalizada.

¿Cuáles han sido las principales consecuencias territoriales de estos cambios? Básicamente dos consecuencias deben destacarse: por un lado, que la evolución respectiva dio un impulso nuevo y definitivo al proceso de urbanización de la economía en todo el mundo y, por otro lado, que las grandes ciudades se transformaron en los focos dominantes en la atracción de los nodos y los flujos transnacionales. En efecto, como consecuencia de un complejo conjunto de factores (externalidades de diverso tipo, acceso a infraestructuras y servicios, disponibilidad de recursos humanos calificados y diversificados, potencial innovador, etc.) las grandes aglomeraciones urbanas se ubicaron ventajosamente en relación a las ciudades medias y pequeñas (Veltz, 2002) y fueron percibidas como los lugares que ofrecían mejores condiciones para la valorización de los capitales en movimiento.

A medida que las actividades más dinámicas del nuevo modelo y, en particular, los nodos estratégicos de las empresas involucradas, tendieron a localizarse preferentemente en estas aglomeraciones metropolitanas, ellas se constituyeron en los focos articuladores de la nueva dinámica económica globalizada. Como afirma Brenner:

el aspecto clave de esta nueva configuración emergente del capitalismo mundial es que las ciudades, o más precisamente, las regiones urbanizadas a gran escala, son sus unidades geográficas fundamentales. Se dice que estas regiones urbanas están ordenadas jerárquicamente a una escala global de acuerdo a sus modos de integración específicos a escala mundial (Brenner, 2003: 8).

Al transformarse en “unidades” de la nueva geografía de la globalización, la base económica de las ciudades respectivas generalmente se vio afectada por una relativa desindustrialización y por una progresi-

va terciarización, con lo que los servicios pasaron a situarse como el nuevo núcleo de la respectiva economía urbana. Así, estas unidades geográficas, en tanto componentes de una red de ciudades transfronterizas, se convirtieron en el lugar preferido para la localización de un conjunto de actividades y de funciones cuya mayor o menor presencia determinaba la ubicación jerárquica de cada ciudad: a) funciones de dirección, gestión, coordinación y control de las principales estructuras empresariales globalizadas (conglomerados económicos y financieros, empresas multinacionales, grandes empresas oligopólicas), incluyendo múltiples nodos de firmas globales; b) servicios a la producción (financieros, jurídicos, consultoría, publicidad, marketing, informática, ingeniería y arquitectura, inmobiliarios, etc.) y actividades asociadas a las TIC, así como servicios a las familias (comercio, educación, salud, esparcimiento, cultura, etc.); c) las actividades más dinámicas e innovadoras de la nueva industria; y d) actividades relacionadas con la distribución y comercialización de productos globales. La presencia de estas actividades en una metrópoli fue lo que determinó que fuese allí donde se registrase la mayor concentración relativa de riqueza y de poder de cada espacio nacional lo cual, a su vez, tuvo una decisiva influencia en la retroalimentación del crecimiento metropolitano. Como consecuencia de la localización de este tipo de actividades y funciones, fue en estas ciudades donde primero se percibieron los cambios correspondientes a esta fase más intensamente.

En sociedades donde la movilidad llegó a niveles nunca antes conocidos, pueden considerarse dos planos en persistente interacción desde el punto de vista analítico, el *relacional*, resultante de la densificación y entrecruzamiento de distintos tipos de flujos (la ciudad invisible) y el material, donde cristalizan físicamente los distintos tipos de relaciones (la ciudad visible). Remy hace referencia a este como un proceso en el que la interacción entre la ciudad invisible y la ciudad visible genera un territorio urbano fragmentado, que se materializa en una estructura urbana policéntrica en la que los términos “centro” y “periferia” pierden pertinencia:

la ciudad invisible de carácter relacional y la ciudad visible mantienen relaciones regulares y recíprocas. El concepto de ciudad encuentra su pertinencia al interior de esta interferencia. Las relaciones entre ciudad visible e invisible son modificadas por los nuevos modos de movilidad. Por una parte, se debe reconocer que las potencialidades de la ciudad invisible aumentan; por otra parte, la ciudad visible sigue siendo pertinente, aún cuando ella tiene que padecer una metamorfosis (Remy, 2001: 149).

El fenómeno urbano resultante de esta dinámica, donde nuevas formas de movilidad se adicionan de manera continua, resulta estructuralmen-

te diferente de la ciudad autocentrada y territorialmente definida del momento industrial. En la configuración urbana policéntrica emergente, una diversidad de promontorios territoriales conforman nuevas centralidades en las que se cristalizan las conexiones intermodales entre distintos tipos de flujos reticulados como expresión de una evolución todavía inconclusa de este nuevo fenómeno territorial, para el cual se discute la propiedad del calificativo de urbano. En todo caso se trata de una evolución que tiende a generalizarse, como puede documentarse con las transformaciones que comienzan a manifestarse en algunas ciudades latinoamericanas. En este sentido resulta ilustrativo el análisis realizado por Chion de Lima, donde:

el único centro metropolitano que Lima mantuvo por muchas décadas se ha desdoblado en múltiples centros especializados y redes de actividades informacionales, industriales, comerciales y culturales. Estos centros han generado una alta densidad de actividades y flujos de capital e información, creando una nueva jerarquía espacial metropolitana (Chion, 2002: 72).

En definitiva, se trata de una mutación sustantiva que solamente puede explicarse a partir de los cambios que han afectado en esta fase al aparato y a la dinámica productiva, donde el modelo de ciudad correspondiente a esta tercera revolución urbana aparece como el resultado de la transición desde la ciudad compacta, que aparecía como expresión culminante de la fase industrial-desarrollista, hacia una ciudad modulada por el entrecruzamiento de redes múltiples (Veltz, 1997), que ha llegado a ser calificada como post-ciudad (Webber, 1968) o, aún, como no-ciudad (Choay, 1994). Vale decir que lo que se ha modificado es la naturaleza misma de la ciudad y, es esto, lo que justifica que muchos autores, en un intento por resaltar atributos específicos de la configuración actual, propongan denominaciones diferentes a las que se utilizaban en la fase anterior.

Quizás una pregunta sintetiza las preocupaciones y las dudas aún no zanjadas sobre el destino imprevisible de esa evolución: “¿No ha llegado el momento de admitir, sin sentimentalismos, la desaparición de la ciudad tradicional y de preguntarse sobre lo que la ha sustituido, esto es, sobre la naturaleza de la urbanización y sobre la no-ciudad que parece haberse convertido en el destino de las sociedades occidentales avanzadas?” (Choay, 1994: 62).

DESREGULACIÓN, MERCADOS DE TRABAJO, CIUDAD DESIGUAL

Segunda tendencia: las políticas de liberalización, desregulación y flexibilización, junto a la terciarización de la base económica, impulsaron procesos de desestructuración-reestructuración de los regímenes laborales existentes, lo que incidió en una creciente des-salarización y pre-

carización de la fuerza de trabajo y, con ello, en una acentuación de las desigualdades sociales, bajo nuevas formas de exclusión, segregación, fragmentación y turgurización, que han afectado negativamente la vida social de la mayoría de las grandes aglomeraciones urbanas.

Fundamentalmente dos dinámicas, cuyos orígenes y desarrollo se relacionan directamente con esta fase de modernización capitalista, permiten explicar el desencadenamiento y la afirmación de esta segunda tendencia: en primer lugar, la que desde mediados de la década de los años setenta, mediante la aplicación de políticas de liberalización económica, desregulación y flexibilización, se propuso impulsar una reestructuración de los mercados de trabajo orientada a atenuar, o eliminar, los mecanismos de regulación social que habían formado parte de los arreglos institucionales de la posguerra; y en segundo lugar, la que corresponde a la evolución desde una economía básicamente industrial hacia una estructurada en torno a un diversificado y heterogéneo sector terciario, evolución que afecta especialmente a los grandes centros urbanos.

En lo que concierne a la primera dinámica, su motivación se puede encontrar en la argumentación básica del diagnóstico neoliberal sobre las causas de la crisis del fordismo que alegaba que la rigidez impuesta por los arreglos establecidos por el régimen laboral keynesiano se habían constituido en un obstáculo para que las empresas pudiesen enfrentar en forma flexible los cambios en las condiciones de competitividad que se habían afirmado con la globalización; en consecuencia, como respuesta lógica, preconizaba un conjunto de medidas cuyo objetivo era “aumentar la rentabilidad del capital haciendo disminuir el peso ejercido por los salarios y por las cargas sociales, y reducir el impacto de las reglamentaciones generales garantizadas por la ley sobre la estructuración del trabajo” (Castel, 2003: 56). Con ese fundamento se procedió, en la medida que las condiciones políticas de cada país lo permitieron, a dismantelar los arreglos institucionales que habían sido establecidos en la fase anterior para la regulación social de los mercados de trabajo.

En este mismo plano, se preconizó la supresión o atenuación de buena parte de aquellas funciones del Estado de Bienestar que habían sido concebidas con el propósito de amortiguar los efectos negativos de la dinámica capitalista sobre los sectores más desfavorecidos de la sociedad. Wacquant, en sus investigaciones sobre las raíces de la degradación del gueto negro en las ciudades norteamericanas, ha destacado los efectos negativos de esta opción, con una argumentación que trasciende ese ámbito geográfico específico y que puede generalizarse: “la retirada del Estado de Bienestar durante las décadas del setenta y del ochenta es otra causa fundamental del presente deterioro de las oportunidades de vida de los residentes del gueto”; más aún, agrega que “el colapso de las instituciones públicas –resultante de la política estatal de abandono y de la contención punitiva de la minoría pobre– emerge como la raíz más

potente y distintiva de la arraigada marginalidad en la metrópolis norteamericana” (Wacquant, 2001: 83 y 112–113). En esta misma dirección, al analizar lo ocurrido en los países industrializados, Mingione advierte que “... la regulación social de los regímenes de empleo está puesta en peligro por serios problemas que se manifiestan por el aumento de la desocupación a largo plazo o la generalización de empleos precarios que generan ingresos insuficientes, lo que tiene como efecto el aumento de las desigualdades sociales y la pobreza crónica” (Mingione, 1998: 4).

En cuanto a la segunda dinámica, ella está relacionada con la transformación de la estructura económica bajo los efectos de la reestructuración, donde frente a una relativa desindustrialización se desarrolló una creciente terciarización productiva, con una base esencialmente urbana. Desde su trabajo pionero de 1991, Sassen ha argumentado que, en esta situación, los mercados de trabajo de las ciudades globalizadas comenzaron una evolución hacia una mayor segmentación y polarización como resultado de la imposición de una organización económica caracterizada por una creciente demanda de personal altamente calificado con elevadas remuneraciones, que permite sofisticados niveles y pautas de consumo como consecuencia de la expansión de nuevas actividades líderes, en coexistencia con un conjunto de servicios con bajas remuneraciones y empleo a menudo precario. En este sentido, se ha afirmado la convicción de que “la heterogeneidad y la polarización de los regímenes de empleo contemporáneos derivan principalmente de las características del sector terciario, el cual está sometido a procesos muy diferentes de aquellos que caracterizan a la industria manufacturera” (Mingione, 1998: 6).

Si bien con intensidad y efectos terminales diferentes en las economías desarrolladas centrales y en las periféricas se han comprobado transformaciones de esta naturaleza a medida que los distintos países se han ido adscribiendo a la dinámica de la globalización; en otras palabras, la evidencia disponible indica que, independientemente del nivel de desarrollo inicial del país en cuestión e, incluso, de la mayor o menor ortodoxia del tipo de “ajuste estructural” implementado, esta tendencia se manifiesta inevitablemente a medida que comienzan a implementarse las políticas respectivas. A este respecto, tiende a haber consenso en cuanto a que la mayoría de estos países estaría evolucionando hacia un destino en el que lo que se impondría sería una situación marcada por “el fin del trabajo asalariado estable y bien remunerado” (Nun, 2001: 274).

En particular, diversos estudios realizados sobre los cambios en los países latinoamericanos durante la década de los años noventa, muestran un conjunto de tendencias que van en esta dirección: a) la evolución del empleo ha sido desfavorable en comparación con las décadas anteriores a 1980, siendo el principal quiebre la debilidad en la generación de empleo manufacturero; b) el empleo nuevo se concentró casi exclusiva-

mente en el sector terciario, en gran parte en actividades de baja productividad; c) la creación de puestos de trabajo ha sido insuficiente en relación al rápido crecimiento de la población económicamente activa; d) al desarrollarse los procesos de privatización y de terciarización ha tendido a aumentar la informalización y la precarización; y, e) el desempleo afecta más a las mujeres y a los jóvenes, pues mientras la tasa de desempleo de las mujeres es aproximadamente un 30% más alta que el promedio, la de los jóvenes habitualmente duplica el nivel nacional (Weller, 1998; Klein y Tokman, 2000). Estos son los principales rasgos que condicionan la transformación actual de las grandes ciudades latinoamericanas.

Estas tendencias se reflejan claramente en la evolución de la distribución del ingreso en la mayoría de estos países durante las últimas décadas; en efecto, siendo tradicionalmente la región latinoamericana una de las más desiguales del mundo, los cambios que se han producido bajo los efectos de la reestructuración productiva no han alterado mayormente esta situación, puesto que en buena parte de los casos, la desigualdad ha tendido a acentuarse, como muestra la información correspondiente al período 1990-2000, lapso en el que la relación entre el 10% de la población más rica y el 40% más pobre creció en la mayoría de las economías latinoamericanas más globalizadas (CEPAL, 2004).

¿Cómo han afectado estas tendencias a las grandes ciudades? Más allá de la controversia acerca de si el impacto socio-territorial de la reestructuración de los mercados de trabajo está llevando a una mayor polarización social y, por lo tanto, a la formación de ciudades duales (Mollenkopf y Castells, 1991; Borja y Castells, 1997) o a la continuidad y/o agudización de las desigualdades intraurbanas en coexistencia con un fortalecimiento de nuevos sectores medios (Preteceille, 1995; Hamnett, 2003), lo que está fuera de discusión es que la persistencia de las desigualdades constituye un rasgo inseparable del escenario urbano resultante de esta metamorfosis, en el cual riqueza, pobreza y exclusión social aparecen como componentes inseparables.

A este respecto, diversas investigaciones para varias de las principales ciudades latinoamericanas durante los últimos años muestran algunas tendencias comunes en la mayor parte de los casos. Por una parte, se observa una tendencia a la acentuación de la homogeneidad social de los barrios ricos, producto de la preferencia de sus habitantes por vivir tan alejados como sea posible de los diferentes (esto es, de las “clases peligrosas”) y en la proximidad de sus iguales. De donde, “la homogeneidad social de los barrios ricos permite tomar conciencia de la ambivalencia de la segregación: ella no es nunca solamente separación, sino también siempre agregación y búsqueda de sus similares” (Pinçon y Pinçon-Charlot, 2004: 92).

Sin embargo, esta búsqueda de los iguales, no significa una búsqueda de convivencia en comunidad, no obstante que el “producto comu-

nidad” se haya transformado en uno de los más promovidos por la nueva oferta inmobiliaria. Como señala Bauman, “la ‘comunidad’ que buscan equivale a un ‘entorno seguro’, libre de ladrones y a prueba de extraños. ‘Comunidad’ equivale a aislamiento, separación, muros protectores y verjas con vigilantes” (Bauman, 2003: 135). En lo fundamental, se trata de una tendencia de lo que este mismo autor caracteriza como “la secesión de los triunfadores” (Bauman, 2003: 61), que tiene como manifestación culminante la tendencia a la auto-guetización, la guetización voluntaria, materializada en la explosión de los condominios y barrios cerrados.

Son justamente estas islas urbanas, las “gated communities”, una de las principales expresiones de la estructuración social de la ciudad de nuestro tiempo: la fragmentación social urbana como expresión de una discontinuidad o discontigüidad del tejido urbano derivado de un crecimiento marcado por un estallido y una dispersión de nuevas implantaciones, con vacíos no urbanizados y aún no urbanizables entre ellas. Donde la ausencia de articulaciones entre los pedazos en los que estalla el aglomerado urbano y la disimilitud extrema de las formas de los paisajes, tanto al nivel del tejido como al del habitat, así como una gran heterogeneidad de los tipos de niveles de equipamiento (de infraestructura y colectivos) y de servicios urbanos, aparecen como rasgos distintivos de esta evolución (Navez-Bouchanine, 2002).

A ello habría que agregar las peculiaridades de las áreas ocupadas por los sectores medios, donde la periurbanización y la gentrificación aparecen como dos modalidades residenciales que influyen de manera importante en la nueva morfología urbana; de un lado, una parte importante de los nuevos grupos medios en ascenso promueven la recuperación y reconversión de una parte de las antiguas áreas centrales. Y, de otro lado, una parte muy significativa de los sectores medios más tradicionales, motivados por su preferencia por la vivienda individual y, también, por su aspiración a condiciones de vida diferentes a las que pueden tener en las partes más inseguras, congestionadas y contaminadas de la ciudad, se desplazan hacia un periurbano semi-rural, que por esta misma razón tiende a crecer de manera incontrolable. Estas dos tendencias, gentrificación y periurbanización, marcan dos de las velocidades con las que Donzelot (2004), caracteriza la transformación de la ciudad actual.

Por otra parte, en contraposición a estos mundos de la riqueza, el panorama se completa con la ciudad de los tugurios (UN-Habitat, 2003 y Davis, 2006), que se constituye en un componente ineludible de la ciudad de la tercera revolución urbana y caracteriza la tercera velocidad, la de la relegación, propuesta por Donzelot. Al respecto, algunos números del último informe de UN-Hábitat (2003: vi), son por demás elocuentes: “el número total de habitantes en tugurios en el mundo alcanzó a alrededor de 924 millones en el 2001. Esto representa cerca del 32% del total de la población urbana mundial. En ese momento, el 43%

del conjunto de la población urbana de todas las regiones en desarrollo vivían en tugurios, mientras el 78,2% de la población urbana en los países menos desarrollados habitaban en tugurios. En algunas ciudades de países en desarrollo, los tugurios son tan invasivos que los ricos han tenido que segregarse en pequeños enclaves amurallados". La conclusión lógica que se deriva inexorablemente de estas cifras es que "en lugar de ser un foco de crecimiento y prosperidad, las ciudades se han transformado en una tierra inundada por un excedente de población trabajando en servicios industriales y comerciales no calificados, desprotegidos y de bajos salarios" (UN-Habitat, 2003: 40).

Numerosas investigaciones sobre las relaciones entre reestructuración de los mercados de trabajo, evolución de las categorías socio-ocupacionales y transformación socio-territorial metropolitana en América Latina (entre otros, Pochmann (2001) y Taschner y Bogus (2001) para São Paulo; Ribeiro (2003) para Rio de Janeiro; Katzman y Retamoso (2005) para Montevideo; Cariola y Lacabana (2005) para Caracas), han aportado elementos de juicio fundamentales para caracterizar la tendencia que aquí se ha intentado esbozar.

NEGOCIOS INMOBILIARIOS, NUEVOS CRITERIOS URBANÍSTICOS

Tercera tendencia: la progresiva vigencia efectiva del criterio de subsidiaridad, que limitó significativamente el papel gubernamental en la gestión urbana, más el incontrolable aumento de la movilidad del capital producido por la liberalización económica, del cual un volumen creciente se orientó hacia las grandes ciudades en expansión, ha llevado a que la plusvalía urbana haya ganado creciente importancia como criterio urbanístico y a que las inversiones privadas inmobiliarias hayan pasado a jugar un papel crucial en la transformación urbana.

Algunos cambios que se produjeron con la aplicación de las políticas de liberalización y desregulación permiten explicar por qué y cómo se desencadenó y consolidó esta tercera tendencia, cuya incidencia ha sido decisiva en la fase actual de la metamorfosis metropolitana: en primer lugar, el abandono de la concepción de la planificación urbana racionalista y su reemplazo por un enfoque en el que priman los criterios de neutralidad y subsidiaridad del Estado en la gestión pública, lo que ha contribuido a consolidar un escenario más favorable para las decisiones privadas en la vida urbana; en segundo lugar, el desencadenamiento, desde mediados de la década de los años setenta, de una incontenible financierización de la economía mundial, la que se produjo al amparo de las políticas de desregulación, privatización y liberalización (Chesnais, 1994; Strange, 1998), que ha redundado en un significativo aumento de la oferta de capital inmobiliario; y tercero, la generalización de las estrategias de competitividad urbana y *city marke-*

ting, impulsadas en un número creciente de ciudades con el deliberado propósito de atraer inversión externa, que han ocasionado un aumento significativo de la importancia de la inversión inmobiliaria privada.

En primer término, hay que tener en cuenta que el sustantivo cambio en el enfoque de la gestión pública en todos sus niveles y, en particular, en el relativo a la gestión urbana, fue uno de los pilares en que se sustentó buena parte de las transformaciones que caracterizan la actual revolución urbana. Esto se tradujo en el abandono de las ideas sobre planificación normativa centralizada que se habían impuesto hacia mediados del siglo XX, y su reemplazo por una receta en la que la vigencia del principio de subsidiaridad estatal se tradujo en una drástica reducción tanto de la intervención como de la inversión pública y, como contrapartida, en un ascendente protagonismo del capital privado.

De hecho, durante las últimas décadas del siglo pasado, ya se había generalizado la convicción de que tanto las propuestas sobre planificación normativa centralizada, como las de planificación urbana que respondían al mismo fundamento teórico, resultaban inoperantes como instrumento para conducir y/o regular procesos de cambio tanto a nivel nacional como urbano. Fue justamente a medida que se generalizó esta convicción que se produjo el abandono prácticamente total del urbanismo racionalista, en especial del promovido por Le Corbusier y la Carta de Atenas, que en su momento había logrado un fuerte ascendiente. De esta manera, se abrieron paso las concepciones sobre *governance* y planificación estratégica, que revalorizan el papel central del mercado en la regulación de la vida económica, así como la participación consensuada de los principales actores sociales involucrados en las prácticas sociales respectivas. Como ha destacado Harvey (1989), esta evolución está marcada por la transición desde un enfoque *gerencial* de la gestión urbana, hacia otro de corte empresarialista, siendo este un cambio fundamental, que solamente es posible explicar en función de las condiciones generadas por el cambio de modelo.

Este drástico cambio en las ideas y propuestas sobre gestión social, se puede explicar por el hecho de que al mismo tiempo que se comprobaba el fracaso de la planificación racional-comprensiva, se fortalecía el convencimiento de que “[...] la coherencia del proceso no se deriva de una imposición de una doctrina urbanística bajo la coacción de la autoridad”, puesto que “la autoridad política no es la única base de una racionalidad espacial, detrás de la cual no se encontraría más que el caos”. Esto alienta la conclusión de que “la intervención política y urbanística tiene mucho más peso si se inserta en un proceso que toma fuerza independientemente de ella” (Remy, 2001: 148). Al aceptar esta manera de entender la lógica de los procesos sociales y al actuar en consecuencia, la nueva política urbana buscó insertar funcionalmente

sus acciones en ese “proceso que toma fuerza independientemente de ella”, esto es, en la dinámica urbana pre-existente.

Habiéndose aceptado este enfoque, resultó lógico que se postulase explícitamente que era necesario remover, debilitar y/o neutralizar las regulaciones establecidas en la época en que el urbanismo racionalista se había propuesto, aún cuando con muy escasa efectividad, controlar o regular el despliegue de “la multitud de procesos privados de apropiación de espacio” (Topalov, 1979: 20) inherentes a la lógica de la urbanización capitalista. En la medida en que se pudo avanzar en esta dirección, lo que se logró fue fundamentalmente consolidar una situación en la que cobraron mayor importancia las preferencias y los intereses de los propietarios y administradores del capital, con lo que los negocios inmobiliarios pasaron a jugar un papel todavía más importante que el que habían logrado tener hasta entonces en la organización y el funcionamiento de la ciudad, así como también en la transformación de su morfología y su imagen. Consecuentemente, uno de los principales efectos de la aplicación de políticas concebidas según este enfoque alternativo fue que afloraron con mucha mayor fuerza ciertas tendencias compatibles con la lógica de la urbanización capitalista, que si bien habían estado presentes en la fase anterior, habían sido objeto de una mayor regulación.

Un segundo cambio que tuvo una incidencia fundamental en la aparición de la tercera tendencia anotada fue el sostenido proceso de financierización de la economía mundial que se impuso con las políticas de liberalización, desregulación y apertura externa. Este proceso, que estuvo marcado por una creciente autonomización del capital y por un aumento continuado de su movilidad por encima de fronteras nacionales que se fueron haciendo cada día más permeables, derivó rápidamente en un significativo aumento de los flujos de capital hacia los negocios inmobiliarios. La recuperación del crecimiento de las grandes aglomeraciones urbanas en una economía que continuaba urbanizándose fueron percibidas por los inversores privados como un medio privilegiado para la valorización de sus capitales; y, también, en muchos casos, como un mecanismo idóneo para el reciclaje de capitales del crimen organizado y, en particular, del narcotráfico (Strange, 1998).

En todo el mundo, estos capitales –en cuyo manejo se intensificó rápidamente la participación de cadenas financieras de cobertura transnacional– encontraron oportunidades especialmente atractivas para su valorización en grandes ciudades de países globalizados con tasas de crecimiento elevadas o estables, donde la demanda tanto de las familias como de las empresas ofrecían una amplia gama de oportunidades para el negocio inmobiliario. En síntesis, bajo la vigencia efectiva de la subsidiaridad estatal y el consiguiente repliegue de la intervención gubernamental en la gestión urbana, se consolidó una situación muy

favorable para que un volumen ascendente de capitales móviles pudiese encontrar condiciones atractivas para mejorar su valorización en numerosas áreas metropolitanas en expansión.

Finalmente, en tercer lugar, otro cambio que favoreció el despliegue de la tendencia analizada, fue el importante estímulo adicional que recibió la preferencia de los capitales móviles por las grandes ciudades cuando numerosas administraciones urbanas comenzaron a competir por inversión externa, bajo el supuesto de que ello era una condición necesaria para elevar los niveles de crecimiento y de empleo de las ciudades respectivas. Si bien es cierto que de alguna manera las ciudades siempre han estado en competencia, lo realmente nuevo es que ahora la competitividad interurbana se ha constituido en un punto central explícito de la gestión urbana, siendo esto justamente lo que les confiere el carácter empresarialista de que habla Harvey.

Con la generalización de estas estrategias, se estableció una situación particularmente propicia para la retroalimentación del proceso de inversión inmobiliaria metropolitana, puesto que mientras por un lado un número creciente de inversores buscaba condiciones favorables para su mejor valorización en los más diversos lugares del espacio mundial de acumulación, por otro lado una cantidad también creciente de ciudades empezó a tratar de atraer capitales mediante acciones concretas orientadas específicamente a mejorar aquellas condiciones. De hecho, las estrategias de *city marketing* que comenzaron a imponerse prácticamente en todo el mundo al avanzar la globalización, se propusieron construir atractividad en cada ciudad vis-à-vis las firmas y los visitantes globales, suponiendo que su presencia en ellas permitiría generar nuevas actividades productivas, principalmente en sectores como servicios, construcción, comercio, etc. En lo esencial, las estrategias con las que cada ciudad busca atraer empresas y visitantes globales se sustentan en el supuesto de que ello permitirá impulsar nuevos encadenamientos productivos que traerán aparejados aumentos de la actividad económica, del empleo y del ingreso, lo cual, por último, redundará en una mejor calidad de vida de los ciudadanos respectivos.

Sin embargo, cuando se analizan las motivaciones de las inversiones inmobiliarias nos es posible soslayar que, tanto en los países desarrollados como en los latinoamericanos, tiene plena validez la afirmación de Hamnett (2003: 14) en cuanto a que “el sector privado, con conocimiento de causa, no realiza inversiones no rentables, no importa lo socialmente loables o deseables que puedan ser, y las principales opciones para los gobiernos locales son a menudo tratar de oponerse a los desarrollos privados o trabajar con ellos”. Esto debe interpretarse entendiendo que quienes invierten respondiendo a estrategias de competitividad lo hacen motivados por la posibilidad de aprovechar las ventajas que esas ciudades ofrecen para los negocios inmobiliarios

y no para generar empleos o mejorar la calidad de vida de las ciudades de destino. Pese a ello, abundan los ejemplos que muestran que cada día son más las administraciones urbanas que adoptan políticas de esta naturaleza, muchas veces emprendiendo ostentosos esfuerzos de cosmética urbana para aumentar la atraktividad de su ciudad en el ámbito de la red global de ciudades.

¿Cómo podrían sintetizarse los cambios más importantes derivados de esta tendencia? En lo esencial, puede concluirse que lo que ha resultado de los cambios señalados, ha sido ante todo la consolidación y el fortalecimiento de condiciones más favorables para la afirmación de una lógica estrictamente capitalista en el desarrollo metropolitano, lo que ha transformado a las ciudades en un campo de operaciones privilegiado para los negocios inmobiliarios y ha hecho que la maximización de la plusvalía urbana haya terminado por ubicarse como un criterio urbanístico central.

EXPLOSIÓN DE MOVILIDAD, NUEVA MORFOLOGÍA URBANA

Cuarta tendencia: El impacto simultáneo y combinado de la generalizada difusión y adopción de las nuevas tecnologías de la información y las comunicaciones y de un explosivo aumento de la movilidad, impulsó una sostenida ampliación territorial del campo metropolitano de externalidades, así como importantes cambios en el comportamiento locacional tanto de las familias como de las empresas, provocando una radical mutación de la morfología urbana, marcada por incontrolables procesos de periurbanización y policentralización.

Los cambios directamente relacionados con el nuevo paradigma que han tenido mayor impacto en la generación y profundización de esta tendencia han sido la generalizada difusión y adopción a escala mundial de las TIC y la explosión de la movilidad, cuyos efectos impulsaron una reconfiguración y ampliación del campo metropolitano de externalidades, lo cual significó que “actualmente los nuevos campos de externalidad no tienen ya una forma de área compacta, ni un radio tan limitado, sino que se configuran como retículas articuladas en centros y sistemas urbanos pequeños o grandes, en extensiones territoriales macrorregionales” (Dematteis, 1998: 25). Esta evolución, que acompañó la formación del nuevo paradigma tecno-económico, incidió desde su inicio en una transformación crucial en la organización y el funcionamiento de las ciudades, provocando una progresiva reducción de la incidencia del factor distancia en las decisiones de localización en el ámbito de territorios metropolitanos en expansión, tanto de parte de las familias como de las empresas, permitiéndoles optar por lugares alternativos a mayor distancia de los que habitualmente podían escoger en la ciudad industrial.

En todo caso, importa tener presente que estos procesos se desarrollaron en el marco de una dinámica regida por un Estado subsidiario, con regulaciones débiles, con mayor libertad en el juego de las fuerzas del mercado y con una intensificación de la tendencia a la urbanización de la economía y de la población. En este escenario, otros procesos también influyeron en la metamorfosis urbana y, especialmente, en la intensificación de la metropolización expandida. A este respecto en particular, hay que tener en cuenta que en este período: a) continuó aumentando la población de prácticamente todas las grandes ciudades del mundo, lo que redundó en una mayor demanda por suelo urbano; b) también aumentó en forma generalizada el ingreso personal medio y el nivel de vida de una parte importante de los habitantes de estas ciudades, lo cual, como destaca Cavailhès (2004: 167), “ocasiona una demanda acrecentada de espacio residencial”; c) se produjeron cambios en la composición familiar, sobre todo en el medio urbano, con una tendencia a la formación de unidades familiares más pequeñas y el consiguiente aumento de la demanda por nuevos tipos de vivienda; y, d) la reestructuración que afectó a los distintos tipos de empresa, como ya se ha señalado, tendió a imponer una organización reticular que significó al mismo tiempo dispersión y concentración territorial. Todo ello se tradujo en un aumento de la demanda de suelo urbano y derivó en un mayor consumo de tierra urbana per cápita.

¿Cómo afectaron estos cambios a las ciudades? Fundamentalmente sustentaron una evolución por la que un tipo específico de configuración urbana tendió a desaparecer para dar paso a otra, marcada por las tendencias que aquí se intentan caracterizar. ¿Cuál es la configuración básica que tendió a desaparecer? Lo que se “desdibuja con rapidez” es una forma urbana que se había impuesto como expresión generalizada de la época de la revolución industrial, “caracterizada por la existencia de un gradiente densimétrico en sentido centro-periferia, tanto en términos de población, como de actividad y empleo, junto a la identificación de unos límites externos bastante netos frente al entorno rural” (Méndez, 2001: 145).

¿Y qué es lo que aparece como nuevo? A este respecto, numerosos estudios sobre la transformación urbana en diversas partes del mundo muestran que lo que aparece es *una nueva forma urbana*, mucho más compleja, más difícil de identificar, caracterizar y delimitar, que hace que la misma definición de “lo urbano” que se había impuesto en el pasado comience a ser puesta en cuestión. Esta nueva forma urbana, configurada junto con la implantación del nuevo paradigma tecno-económico, implica una “arquitectura organizacional” articulada en torno a sistemas productivos centrales que, desde entonces, se constituyeron en los focos de la organización territorial emergente. Como precisa Sassen:

Un rasgo clave de esta arquitectura organizacional es que ella contiene tanto las capacidades para una enorme dispersión y movilidad geográfica, así como también pronunciadas concentraciones territoriales de recursos, necesarias para la gestión y servicio de tal dispersión. La gestión y servicio de gran parte del sistema económico global tiene lugar en una red cada vez mayor de ciudades globales, o de ciudades que son más bien poseedoras de funciones globales (Sassen, 2003: 6).

De hecho, en el caso latinoamericano, estos sistemas productivos centrales, estructurados con base en las ciudades principales de cada economía nacional o regional, fueron los lugares donde primero se produjeron los cambios requeridos por las funciones globales que cada una de ellas pudo y/o debió cumplir.

Con esta evolución, en cada uno de estos sistemas centrales comenzaron a consolidarse las condiciones para una paulatina ampliación de su respectivo campo de externalidades, con lo que se acentuó la movilidad hacia un territorio cada vez más extenso y se produjo una progresiva articulación al sistema productivo central de diversos centros urbanos aledaños. Con ello, un conjunto de ciudades medias y pequeñas, pese a no conurbarse al área metropolitana, se ensamblaron a la dinámica económica dominante; esto es, aún sin que se haya materializado su incorporación a la mancha urbana continua, se intensificó su relación funcional con ella. Al avanzar estos procesos de articulación a la dinámica del sistema productivo central, dichas ciudades pasaron a formar parte integral de la respectiva macro-región metropolitana, con lo que se atenuó su autonomía productiva y comenzaron a modificarse de manera irreversible sus estilos cotidianos de vida.

En este proceso, perdió pertinencia la expresión mancha de aceite, que era utilizada para describir el resultado de la dinámica expansiva de la ciudad compacta autocentrada, en tanto que comenzó a ser utilizada la metáfora del archipiélago urbano. Con los cambios que se procesaron en la ciudad estructurada como “entrecruzamiento de redes múltiples”, se afirmaron “nuevos patrones de urbanización” que se manifestaron en “una trama continua de asentamientos alrededor de un gran número de focos nodales especializados en una vasta región multicentrada”, cuyo modelo ideal podría ser definido “como una ciudad sin centro o como una región urbana organizada alrededor de los fragmentos desparramados de la explosión del centro” (Dematteis y Governa, 2001: 29). O, para expresarlo con las palabras de Harvey:

el resultado no ha sido sólo crear una suburbanización sin fin, las denominadas “ciudades borde”, y megalópolis en continua expansión, sino también hacer que cada pueblo y cada refugio rural del mundo capitalista avanzado se convierta en parte de una compleja trama de

urbanización que desafía cualquier división categórica simple de las poblaciones entre ‘urbanas’ y ‘rurales’ en el sentido que hace tiempo podía darse razonablemente a esos términos (Harvey, 2000: 178).

La imagen resultante de este modelo ideal, es la que da sustento a expresiones como “ville éclatée” (May *et al.*, 1998), “splintering urbanism” (Graham y Marvin, 2001), “cittá difusa” (Indovina, 1990), “ciudad sin confines” (Nello, 2002), etc., utilizadas en diversos intentos por caracterizar este nuevo tipo de morfología urbana.

¿Cómo se ha observado este tipo de mutación en las grandes ciudades latinoamericanas? Investigaciones para varias de ellas han permitido identificar las modalidades que estas tendencias han asumido aquí a medida que los países respectivos se han ido adscribiendo a la dinámica de la globalización. En este sentido, al observar la evolución de la expansión metropolitana de la Ciudad de México, se ha comprobado que “la mayor parte del crecimiento ya no se da dentro del perímetro urbano, sino que se ha trasladado a un número importante de ciudades medias y pequeñas dentro de una amplia región metropolitana a una distancia considerable del núcleo central de la mega-ciudad” (Aguilar, 1999: 148). Por otro lado, Araujo caracteriza esta tendencia para el caso de São Paulo, señalando que:

la estructura industrial del conjunto de las regiones que configuran el entorno de la Región Metropolitana de São Paulo presenta un elevado grado de integración técnica y funcional con ésta. Puede afirmarse que en esa porción del territorio paulista se encuentra en curso un extenso proceso de metropolización, integrando aglomeraciones urbanas metropolitanas (São Paulo, Campinas y Santos) y no metropolitanas (São José dos Campos y Sorocaba) en una gran área socioeconómica (Araujo, 2001: 27).

Estas tendencias se pueden comprobar no solamente en las metrópolis de mayor dimensión (São Paulo, Ciudad de México, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lima, Bogotá, Santiago de Chile, etc.), sino también en algunas más pequeñas como La Paz, Montevideo, Ciudad de Panamá y San José de Costa Rica, entre otras.

Si bien debe reconocerse que en la mayor parte de estas ciudades ya habían comenzado a aparecer expresiones de periurbanización con la intensificación de la industrialización sustitutiva, ahora este fenómeno tiene otras causas y se despliega bajo otras modalidades. En efecto, ya no es una elevada tasa de crecimiento demográfico metropolitano lo que la origina, puesto que en la mayoría de estas ciudades el aumento de la población se ha ralentizado y ya no se esperan aumentos equiparables a los de las décadas de los años 50 y 60, cuando las migraciones rural-urbanas llegaron a su máxima ex-

presión y la tasa de fecundidad era mucho más elevada. Ahora, la periurbanización obedece ante todo al hecho de que la ampliación del campo metropolitano de externalidades alteró significativamente el comportamiento locacional de las familias y de las empresas, que son los actores urbanos con mayor poder para influir en los cambios en la dinámica y en la expresión territorial dominantes. Porque, como afirma Levy “la periurbanización es ante todo el resultado de la elección voluntaria de una multitud de actores que deciden instalarse fuera de las aglomeraciones morfológicas” (Levy, 2005: 68).

En lo que respecta a las estrategias y decisiones locacionales de las familias, importa analizar las principales razones por las que una parte considerable de ellas estableció, o se vio compelida a establecer, su residencia en el periurbano. Cabría distinguir dos tipos de situaciones extremas: por una parte, la relativa a los sectores de ingresos altos y medios, que en general muestran una fuerte preferencia por la vivienda individual y que, a medida que aumentan su ingreso medio, también aumentan su demanda de suelo urbanizado per cápita, dando impulso a la metropolización expandida; por otra parte, la que concierne a los sectores de menores ingresos, los cuales, en la mayor parte de los casos, fueron empujados hacia el periferia más pobre, muchas veces no urbanizada, donde el precio de la tierra es más bajo, originando vastas áreas de tugurios, resultantes tanto de los programas de vivienda social allí donde los hay, como de la ocupación ilegal de tierras periféricas (UN-Habitat, 2003; Davis, 2006). La persistencia de comportamientos y situaciones de esta naturaleza permiten prever que aún en el caso en que se produzca un decrecimiento (o un crecimiento muy bajo) de la población metropolitana, la periurbanización debería continuar, especialmente si sigue aumentando el ingreso medio de las familias, como ha ocurrido en las últimas décadas en casi todos los países latinoamericanos, con el consecuente aumento de la demanda por espacio residencial.

También ha influido el crecimiento periurbano, la aparición de nuevas formas de barrios externos, destinados principalmente a sectores de ingresos medios y medios altos, lo que incluye desde barrios cerrados amurallados y clubes de campo, hasta las “ciudades valladas” (Hidalgo, 2004), verdaderas ciudades satélites privadas (Alphaville en São Paulo, “ciudad-pueblo” Nordelta en Buenos Aires, Piedra Roja en Santiago, entre otras). Los trabajos de Caldeira (2000) para São Paulo y Svampa (2001) para Buenos Aires, entre otros, aportan importantes elementos de juicio para analizar el significado y el impacto que este tipo de configuración ha tenido en la estructura, el funcionamiento y la imagen de las grandes ciudades latinoamericanas. Si bien los barrios cerrados ya existían en la fase anterior (en Bogotá y Ciudad de México, por ejemplo), ahora han alcanzado una magnitud entonces desconocida bajo el estímulo del automóvil y las TIC y como respuesta a la

agudización de fenómenos como la delincuencia, la conflictividad, la violencia urbana, la contaminación y la congestión.

En lo que concierne a las empresas, con la ampliación del campo metropolitano de externalidades, muchas funciones y actividades que en la ciudad industrial habían estado obligadas a localizarse en la ciudad central, ahora encontraron condiciones favorables para desplazarse hacia lugares más lejanos dentro del ámbito metropolitano. Esta transformación tuvo sus principales fuerzas impulsoras, por una parte, en el despliegue de las empresas organizadas en red que buscaban mejorar su accesibilidad a las diferentes partes del mercado metropolitano; y, por otra parte, en ciertos cambios en las preferencias locacionales de las principales actividades productivas inducidas por los nuevos sistemas y condiciones en transportes y comunicaciones y por el costo de la tierra. Esta tendencia a desplazarse desde la ciudad central hacia el periurbano afectó tanto a los establecimientos productivos industriales, en busca de terrenos más grandes y baratos, como a las sedes corporativas y oficinas centrales de las grandes empresas.

Siguiendo la trayectoria de estos desplazamientos, la construcción de edificios y/o conjuntos de edificios corporativos incidió en la transformación y verticalización de algunas áreas intermedias y/o periféricas y en el establecimiento de nuevas centralidades en la respectiva estructura urbana. Cuando en etapas más avanzadas las necesidades de las actividades globalizadas lo justificaron, en algunas ciudades aparecieron complejos inmobiliario-empresariales de gran dimensión intentando replicar modelos ya consolidados en los países desarrollados. En algunos casos, estos mega-proyectos también contribuyeron a la formación de nuevas centralidades periurbanas. Tal es el caso, por ejemplo, del Centro Corporativo Santa Fe en Ciudad de México, del Centro Berrini en São Paulo, de Catalinas y Puerto Madero en Buenos Aires o de la Ciudad Empresarial de Santiago de Chile, que han logrado contar con una importante presencia de funciones *back-office* del terciario avanzado y, en particular, de los servicios a la producción.

En la misma dirección, diversos servicios personales, tales como los relativos a salud, educación, administración pública y privada, comercio, etc., tendieron a seguir los desplazamientos de las familias, especialmente de las de ingresos medios y altos. Esto ha originado y multiplicado algunos emprendimientos privados de gran impacto en la configuración urbana –como es el caso de los *shopping-malls* y de algunas grandes superficies comerciales– que también han hecho su contribución a la policentralización metropolitana. Al mismo tiempo, siguiendo una evolución similar a la observada en las grandes ciudades norteamericanas, una creciente dispersión de distintos tipos de comercios y de otros servicios también influyó en la formación de una estructura urbana más expandida y des-centrada, funcional a la creciente difusión y utilización

del automóvil. En esta situación, aun cuando algunos centros históricos de estas metrópolis todavía conservan una elevada concentración de funciones terciarias, el paulatino fortalecimiento de la dotación de servicios en diversos centros nuevos, ha redundado en que para algunas dimensiones de la vida cotidiana el centro tradicional haya perdido gravitación y su utilización sea decreciente.

Algunos ejemplos muestran la dirección y la magnitud de este fenómeno, que ha adquirido su mayor expresión en las dos grandes megalópolis de la región, Ciudad de México y São Paulo. En la primera de ellas, en un proceso que ha afectado principalmente a las tres delegaciones centrales de la ciudad (Miguel Hidalgo, Benito Juárez y Cuauhtemoc) se observa un desplazamiento inicial, todavía en el período industrial–desarrollista, desde el centro histórico en dirección al Paseo de la Reforma y a Polanco, que luego se desvió hacia el sur de la ciudad, siguiendo preferentemente la dirección de la Avenida Insurgentes, para posteriormente dispersarse más ampliamente en torno al Periférico Sur y culminar en la vasta operación inmobiliaria del Centro Corporativo Santa Fe y otros importantes megaproyectos (Terrazas, 2003). Por su parte, en São Paulo, se destaca el sucesivo desplazamiento del área principal de negocios desde el centro histórico, primero en el período del apogeo del modelo industrial–desarrollista hacia la Avenida Paulista y luego, en la década de los 90, hacia el cuadrante sudoeste, sobre la Av. Luiz Carlos Berrini y la Marginal Pinheiros, ya considerablemente más alejado del centro histórico, configurando un complejo edilicio de gran dimensión (Frúgoli Jr., 2000; Iglecias, 2001). La misma tendencia también se manifestó tempranamente en Lima, con el progresivo desplazamiento terciario desde el centro histórico, hacia San Isidro y Miraflores (Ludeña, 2002). Igualmente, en Santiago de Chile donde, al desplazamiento inicial en dirección a la Comuna de Providencia, siguió una mayor dispersión hacia El Golf y alrededores, para culminar con la creación de un centro terciario en la Ciudad Empresarial en Huechuraba, con una localización ya sin sucesión de continuidad con la mancha urbana (De Mattos, 2001). Con respecto a esta tendencia, Buenos Aires aparece como la excepción, pues como lo ha mostrado Pérez (2005: 37) entre mediados de los años 80 y 90 esta ciudad “continuó su proceso de crecimiento metropolitano con concentración en el centro”.

Todas las tendencias anotadas precedentemente muestran la profunda transformación morfológica que ha afectado a las ciudades latinoamericanas y que siguen una dirección que parece manifestarse por igual en todas las grandes aglomeraciones que han recibido el impacto de la globalización y la informacionalización, sin que ello haya significado una pérdida de la identidad específica de cada una de ellas. De todos modos, es importante destacar que gran parte de las intervenciones que han tenido mayor impacto estructurante en la morfología urbana

y en la configuración de nuevas centralidades en las últimas décadas, corresponden esencialmente a inversiones privadas realizadas en forma inconexa y fragmentaria, atendiendo principalmente a la rentabilidad de las inversiones respectivas y soslayando lo más conveniente desde el punto de vista de la organización y el funcionamiento de cada ciudad.

NUEVOS ARTEFACTOS, UNIFORMIZACIÓN DEL PAISAJE URBANO

Quinta tendencia: la dinámica urbana impulsada por los negocios inmobiliarios, aunada a la implantación de nodos de firmas globales y a los efectos de las políticas de *city-marketing*, redundaron en la aparición y proliferación de artefactos arquitectónicos emblemáticos de esta fase en las grandes ciudades en proceso de globalización los cuales, más allá de la identidad específica de cada ciudad, caracterizan un tipo de paisaje urbano representativo de la ciudad globalizada que coexiste con extensas áreas tugurizadas, donde la miseria, el desorden y la fealdad alcanzan niveles indescriptibles.

Las ciudades en vías de globalización han sido promocionadas generalmente mediante la difusión de ciertas imágenes emblemáticas que se consideran representativas de su modernidad. Habitualmente esas imágenes corresponden a ciertos artefactos arquitectónicos que se exhiben como nuevos íconos urbanos (como es el caso del Museo Guggenheim en Bilbao o Puerto Madero en Buenos Aires); en su defecto, se tiende a utilizar para ello la imagen de ciertos edificios (en lo posible, rascacielos) o complejos edilicios que acogen y sirven de soporte a actividades y empresas globales, donde los hoteles de lujo de las cadenas internacionales y los grandes centros comerciales también juegan un papel relevante.

Si bien muchos de estos artefactos replican o imitan configuraciones originadas y difundidas desde la fase fordista en los países centrales y, especialmente, en los Estados Unidos, su irrupción y multiplicación actual corresponde a versiones renovadas conforme a los requerimientos específicos de la nueva dinámica económica. De hecho, tanto las actividades como los artefactos de la globalización, a medida que van siendo “inventados” y/o implantados exitosamente en sus lugares originarios, tienden a ser exportados y replicados a impulso fundamentalmente de las respectivas empresas globales en todos los lugares donde ellas se han establecido.

No obstante la relativamente tardía irrupción de intervenciones urbanas de esta naturaleza en muchas de las metrópolis latinoamericanas, ellas se han situado como la principal expresión simbólica de esta nueva fase de modernización capitalista globalizada, y tienen un poderoso impacto en el funcionamiento y en la organización de la vida cotidiana de las ciudades respectivas; al mismo tiempo, también contribuye a destacar partes de la metrópoli, a generar y/o reforzar su estruc-

tura policéntrica y a revalorizar su imagen metropolitana vis-à-vis otras metrópolis, jugando un papel relevante en el respectivo *city marketing*.

En definitiva, conforme a esta dinámica, se ha perfilado un tipo de paisaje relacionado con la actual metamorfosis urbana, que tiende a reproducirse en el mundo entero, afirmando una tendencia uniformizante por lo menos en algunas partes de cada ciudad. Como afirma Picon:

el mismo escenario parece reproducirse de un rincón al otro del planeta, como si se tratase de preparar en todos los lugares el advenimiento de una nueva raza de cyborgs capaces de descifrar un entorno urbano transformado en enigmático [...] Las similitudes que presentan los paisajes urbanos y periurbanos de los Estados Unidos o de Europa del Oeste con los de las grandes megalópolis de África o de Asia tienen algo de desconcertante [...] En numerosos casos, las similitudes son más sorprendentes que las diferencias (Picon, 1998: 26).

El conjunto de similitudes que caracteriza a este nuevo paisaje urbano se apoya en la presencia de determinados componentes básicos que se han ido reproduciendo y multiplicando principalmente junto al despliegue de un sector de servicios globalizado que, a medida que llega a nuevos lugares, requiere de un tipo de soporte o imagen arquitectónica que, además de permitir su mejor funcionamiento, cumple con la función de destacar su imagen corporativa allí donde quiere posicionarse. De la misma forma como las catedrales marcaron la importancia y la posición de la iglesia en la ciudad románica y medieval, estos artefactos pueden observarse ahora como la expresión simbólica del principal nuevo protagonista de la sociedad capitalista global: la corporación multinacional. Por ello mismo, su presencia documenta el avance de la globalización de cada ciudad y marca un punto de inflexión en la transformación del correspondiente paisaje urbano.

De hecho, se puede hacer referencia a una amplia variedad de configuraciones edilicias, cuya presencia en una determinada ciudad depende de la importancia de la respectiva economía nacional o metropolitana y del grado de inserción de la misma en la dinámica global como, por ejemplo: a) espacios comerciales diversificados y/o especializados, especialmente *shopping malls* y diversos tipos de grandes superficies enfocadas en distinto tipo de consumo (super e hipermercados, grandes tiendas de departamentos, *food courts*, etc.), con fuerte influencia en la estructura urbana de la ciudad difusa y policéntrica; b) edificios corporativos y complejos empresariales, concebidos conforme a las más modernas tecnologías ("edificios inteligentes"), entre los que nuevos tipos de rascacielos tienden a constituirse en las expresiones más destacadas de la nueva modernidad; c) hoteles de lujo y complejos para ferias y eventos internacionales, en cuya multiplicación, la intensificación de la inserción externa influye decisivamente; d) nuevas

configuraciones para el esparcimiento, complejos cinematográficos (multiplex), salas de máquinas de juegos electrónicos, parques temáticos tipo Disneylandia, etc.

Pero la imagen configurada por la presencia de este conjunto de artefactos es apenas uno de los rostros de la ciudad globalizada. A esta parte glamorosa de la ciudad, se le contrapone la ciudad de los pobres y de los tugurios, consecuencia de la persistencia de una estructura social extremadamente desigual, especialmente en el caso latinoamericano. Esta parte de la ciudad, generalmente mucho más extensa y también mucho menos accesible, que se forma a medida que las periferias pobres se van expandiendo incontrolablemente, es una ciudad que no se exhibe ni se promociona, que en lo posible se mantiene oculta¹. Es una ciudad inhumana pero, también, una ciudad uniformemente horrible. Hoy en día no hay ciudad latinoamericana que carezca de este paisaje de la miseria y de la fealdad.

Frente a este cuadro, la promoción turística o económica de las principales ciudades latinoamericanas en general se hace especialmente en base a ciertas imágenes seleccionadas de algunas partes cuidadosamente escogidas, situadas invariablemente en una ínfima parte de la ciudad respectiva, que es la que aparece en los mapas turísticos que ofrecen las agencias de viajes y las líneas aéreas. Generalmente, esas imágenes registran algunos edificios o monumentos en particular, ciertas partes del paisaje natural y los lugares que han sido objeto de un tratamiento especial de cosmética urbana. Es el paisaje de la nueva modernidad.

PUNTOS DE CIERRE

Al mismo tiempo que ciertas tendencias que marcan la evolución urbana capitalista ya se pueden observar desde los orígenes de la misma, otras comenzaron a manifestarse posteriormente, siendo específicas a una determinada fase de esa evolución, pudiendo incluso haber incidido en su caracterización y periodización. De igual forma, la génesis de algunas de estas tendencias distintivas de una fase pueden encontrarse en fases anteriores, aún cuanto tener todavía la fuerza que llegarían a tener más tarde. A partir de este tipo de consideraciones, este trabajo se propuso aportar algunos elementos de juicio para mostrar que las cinco tendencias que aquí se han analizado, solamente pueden explicarse como componentes estructurales del paradigma tecno-económico actualmente vigente.

1 Aún cuando, recientemente también, en algunas ciudades (en particular en Rio de Janeiro y Buenos Aires) esta parte se haya transformado en un espectáculo turístico, pues se ha comprobado que mostrar la pobreza puede ser un buen negocio: los ricos procedentes de los países desarrollados pagan por ver la pobreza, si ello se hace con cierta seguridad, y algunos pobres quieren hacer negocio con la miseria que pueden exhibir.

Este análisis permitió concluir que esas tendencias, que definen una nueva forma urbana, pueden considerarse como constitutivas de la modernización capitalista en curso y que, bajo la dinámica impuesta por la globalización y la informacionalización, se están desplegando a escala planetaria, afectando prácticamente a todas las grandes ciudades del mundo, más allá de la persistencia y/o fortalecimiento de la específica identidad e individualidad de cada una de ellas.

Si se acepta esta conclusión, se podrá inferir que muchas propuestas de transformación urbana que se intenta impulsar frecuentemente como respuesta a los problemas que han sido generados por la evolución de esas tendencias, carecen de viabilidad efectiva en la medida que soslayan el hecho crucial de que las mismas son inherentes al modelo dominante. Lo que implica que, en la medida que el cumplimiento de los objetivos que inspiran a esas propuestas aspiran a revertir estas tendencias, su implementación implicaría ineludiblemente cambios estructurales en el modelo constituido bajo el impulso de la globalización y la informacionalización, lo que obviamente está fuera de las competencias y posibilidades de los gobiernos urbanos o metropolitanos.

Esto no implica afirmar que no sea posible regular y mejorar la marcha de las ciudades emergentes, pues como lo muestra la experiencia de muchas de ellas, es perfectamente posible regular su evolución y renovación, conforme a objetivos compatibles con la dinámica del nuevo paradigma. En todo caso, ello significa dejar de lado algunas visiones nostálgicas que tienden a idealizar ciertos rasgos que supuestamente habrían caracterizado a la ciudad del pasado, para trabajar en función de las tendencias que las transformaciones de las últimas décadas han impuesto en forma generalizada.

BIBLIOGRAFÍA

- Aguilar, A. G. 1999 "La Ciudad de México en la región centro. Nuevas formas de expansión metropolitana" en Delgado, J. y Ramirez, B. (eds.) *Transiciones. La nueva formación territorial de la Ciudad de México* (México: Plaza y Valdés Editores).
- Araujo, M. F. I. 2001 "Reestruturação produtiva e transformações econômicas. Região metropolitana de São Paulo" en *São Paulo em perspectiva* (São Paulo) Vol. 15, N° 1.
- Ascher, F. 1995 *Métapolis ou l'avenir des villes* (Paris: Editions Odile Jacob).
- Ascher, F. 2001 *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas a l'ordre du jour* (La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube).
- Bauman, Z. 2003 *Comunidad. En busca de seguridad en un mundo hostil* (Buenos Aires: Siglo XXI).

- Borja, J. y Castells, M. 1997 *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información* (Madrid: Taurus, Grupo Santillana de Ediciones).
- Brenner, N. 2003 “La formación de la ciudad global y el re-escalamiento del espacio del estado en la Europa Occidental post-fordista” en *EURE* (Santiago) N° 86.
- Caldeira, T. 2000 *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo* (São Paulo: Editora 34).
- Cariola, C. y Lacabana, M. A. 2005 *Pobreza, nueva pobreza y exclusión social. Los múltiples rostros de Caracas* (Caracas: Banco Central de Venezuela).
- Castel, R. 2003 *La inseguridad social. ¿Qué es estar protegido?* (Buenos Aires: Manantial).
- Castells, M. 1987 “El nuevo modelo mundial de desarrollo capitalista y el proyecto socialista” en Guerra, A. et al. *Nuevos horizontes teóricos para el socialismo* (Madrid: Sistema).
- Cavailhès, J. 2004 “L’extension des villes et la périurbanisation” en Thisse, J. F. et al. *Villes et économie* (Paris: La Documentation Française).
- CEPAL 2004 *Panorama social de América Latina 2004* (Santiago: CEPAL).
- Chesnais, F. 1994 *La mondialisation du capital* (Paris: Syros).
- Chion, M. 2002 “Dimensión metropolitana de la globalización: Lima a fines del siglo XX” en *EURE* (Santiago) N° 85.
- Choay, F. 1994 “El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad” en Ramos, A. M. *Lo urbano en 20 autores contemporáneos* (Barcelona: Ediciones UPC).
- Davis, M. 2006 *Planet of Slums* (Londres: Verso).
- Dematteis, G. 1998 “Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas” en Monclus, F. J. *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias* (Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona).
- Dematteis, G. y Governa, F. 2001 “Urban Form and Governance: The New Multi-Centred Urban Patterns” en Anderson, H.; Jorgensen, G.; Jove, D. y Ostendorff, W. *Change and Stability in Urban Europe. Form, Quality and Governance* (Aldershot, UK: Ashgate Publishing Co).
- De Mattos 2001 “Santiago de Chile de cara a la globalización: ¿otra ciudad?” en *Revista de Sociología e Política* (Curitiba) N° 19.
- Donzelot, J. 2004 “La ville à trois vitesses: gentrification, relégation, périurbanisation” en *Esprit* (Paris) N° 3-4.

- Frúgoli Jr., Heitor 2000 *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole* (São Paulo: Edusp).
- Graham, S. y Marvin, S. 2001 *Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition* (Londres: Routledge).
- Hamnett, C. 2003 *Unequal City. London in the Global Arena* (Londres: Routledge).
- Harvey, D. 2000 “Mundos urbanos posibles” en Ramos, A. M. *Lo urbano en 20 autores contemporáneos* (Barcelona: Ediciones UPC).
- Harvey, D. 1989 “From Managerialism to Entrepreneurialism: the Tranformation in Urban Governance in Late Lapitalism” en *Geografiska Annaler* Vol. 71, N°1.
- Held, D. y McGrew, A. 2002 *Globalización/antiglobalización. Sobre la reconstrucción del orden mundial* (Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica).
- Hidalgo, R. 2004 “De los pequeños condominios a la ciudad vallada: las urbanizaciones cerradas y la nueva geografía social en Santiago de Chile, 1990-2000” en *EURE* (Santiago) N° 91.
- Iglecias, Wagner 2001 “Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica: o vetor sudoeste de São Paulo” en *Cadernos Metrópole* (São Paulo) N°6.
- Indovina, F. 1990 *La città diffusa* (Venecia: Daest).
- Kaztman, R. y Retamoso, A. 2005 “Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo” en *Revista de la CEPAL* (Santiago) N° 85.
- Klein, E. y Tokman, V. 2000 “La estratificación social bajo tensión en la era de la globalización” en *Revista de la CEPAL* (Santiago) N° 72.
- Lafay, Gerard 1996 *Comprendre la mondialisation* (Paris: Economica).
- Levy, J. 2005 “Habitants acteurs, ville-système” en Chapuis, J. Y. *Villes en évolution* (Paris: La Documentation Française).
- Leborgne, D. y Lipietz, A. 1988 “L’après fordisme et son espace” en *Les temps modernes* (Paris) N° 501.
- Ludeña, W. 2002 “Lima. Ciudad y globalización. Paisajes encontrados de fin de siglo” en Orellana, A. *El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado* (Barcelona: Institut d’Estudis Territorials).
- May, N. et al. 1998 *La ville éclatée* (La Tour d’Aigues: Editions de l’Aube).
- Mendez, R. 2001 “Transformaciones económicas y reorganización territorial en la región metropolitana de Madrid” en *EURE* (Santiago) N° 80.
- Mingione, E. 1998 “Fragmentation et exclusion: la question sociale dans la phase actuelle de transition des villes dans les sociétés industrielles avancées” en *Sociologie et Sociétés* Vol. XXX, N° 1.

- Mollenkopf, J. y Castells, M. 1991 *Dual City. Restructuring New York*. (Nueva York: Russel Sage Foundation).
- Navez-Bouchanine, F. 2002 "La fragmentation: sources et définitions" en Navez-Bouchanine, F. *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?* (Paris: L'Harmattan).
- Nello, O. 2002 *Cataluña, ciudad de ciudades* (Lleida: Editorial Milenio).
- Nun, J. 2001 *Marginalidad y exclusión social* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica).
- Perez, C. 2004 *Revoluciones tecnológicas y capital financiero. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza* (México: Siglo XXI Editores).
- Picon, A. 1998 *La ville territoire des cyborgs* (Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur).
- Pinçon, M. y Pinçon-Charlot, M. 2004 *Sociologie de Paris* (Paris: La Decouverte).
- Pirez, P. 2005 "Descentralización demográfica y centralización económica en la región metropolitana de Buenos Aires" en *Población de Buenos Aires*, N° 2.
- Pochmann, M. 2001 *A metrópole do trabalho* (São Paulo: Brasiliense).
- Preteceille, E. 1995 "Ségrégations urbaines" en *Sociétés Contemporaines* (Paris) N° 22/23.
- Przeworski, A. 1990 *State and the Economy Under Capitalism* (UK: Harwood Academic Publishers).
- Remy, J. 2001 "Ville visible, ville invisible. Un réseau aréolaire?" en *A+C – Arquitectura y Cultura* (Santiago) N° 1.
- Ribeiro, L. C. 2003 "Segregación, desigualdad y vivienda: la metrópolis de Rio de Janeiro en los años 80 y 90" en *Ciudad y Territorio-Estudios Territoriales* (Madrid) XXXV, N° 136/137.
- Sassen, S. 1991 *The Global City. New York, London, Tokio* (Nueva Jersey: Princeton University Press).
- Sassen, S. 2003 "Localizando ciudades en circuitos globales" en *EURE* (Santiago) N° 88.
- Soja, E. W. 2000 *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions* (Oxford: Blackwell).
- Strange, S. 1998 *Dinero loco. El descontrol del sistema financiero global* (Barcelona Ediciones Paidós Ibérica).
- Svampa, M. 2001 *Los que ganaron. La vida en los countries y barrios privados* (Buenos Aires: Editorial Biblos).

- Taschner, S. y Bogus, L. 2001 "São Paulo, uma metrópole desigual" en *Revista EURE* (Santiago) N° 80.
- Terrazas, O. 2003 "Centralidad y globalización en la ciudad de México" en *Anuario de Espacios Urbanos* (México) UAM/Gernika.
- Topalov, C. 1979 *La urbanización capitalista. Algunos elementos para su análisis* (México: Editora Edicol).
- UN-Habitat 2003 *The Challenge of Slums. Global Report on Human Settlement 2003* (Londres: Earthscan).
- Veltz, P. 1997 "L'économie mondiale, une économie d'archipel" en V.V.A.A., *La mondialisation au-delà des mythes* (París: La Decouverte).
- Veltz, P. 2000 *Le nouveau monde industriel* (París: Editions Gallimard).
- Veltz, P. 2002 *Des lieux & des liens. Politiques du territoire à l'heure de la mondialisation* (La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube).
- Wacquant, L. 2001 *Parias urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio* (Buenos Aires: Manantial).
- Wallerstein, I. 1983 *El capitalismo histórico* (Madrid: Siglo XXI).
- Webber, M. M. 2004 (1968) "La era post-ciudad" en Ramos, A. M. (Ed.) *Lo urbano en 20 autores contemporáneos* (Barcelona: Ediciones UPC).
- Weller, J. 1998 *Los mercados laborales en América Latina: su evolución en el largo plazo y sus tendencias recientes* (Santiago: Naciones Unidas, CEPAL).

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS *

DINÂMICAS URBANAS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

A REFLEXÃO SOBRE AS DINÂMICAS URBANAS obriga-nos a considerar o movimento da história enquanto possibilidade da construção real e continuada da cidade; do ponto de vista da análise geográfica, significa analisar a cidade enquanto prática espacial em sua constituição social e histórica.

Esse caminho nos propõe como horizonte a articulação entre teoria –em que se revelam os processos constitutivos da urbanização, isto é, de seu conteúdo num determinado momento da história– e a prática real urbana –como os homens vivem no movimento real de produção da cidade enquanto espaço-tempo da reprodução da sociedade em sua totalidade.

Tanto no plano teórico como no da prática, o que está em questão é a articulação dos elementos capazes de constituírem o fundamento sobre o qual seria possível construir uma teoria urbana reveladora dos conteúdos do processo de reprodução da cidade fundado na e pela prática social. Essa perspectiva nos convoca a pensar o “direito à cidade” como projeto emergindo da prática socioespacial.

Com isso quero dizer que a análise dos processos constitutivos da cidade coloca o pesquisador diante do processo de expansão e

* Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

constituição da sociedade urbana, e a partir dela, diante das contestações. Trata-se das lutas pelo “direito à cidade” num momento em que este direito já não mais existe como decorrência do processo capitalista que expandiu em todos os sentidos o mundo da mercadoria, tornando a própria cidade, mercadoria. Nesta condição, ela é vendida no mercado mundial enquanto eficiência administrativa e cenário perfeito de investimentos.

É nesse contexto que a análise da metrópole de São Paulo aponta um cenário de crise como produto do próprio processo de expansão do capitalismo e sob seu comando que, mundializado, produziu a contradição entre espaços integrados/desintegrados ao capitalismo mundial redefinindo, neste movimento, os conteúdos do desenvolvimento desigual –uma dialética que se desloca do tempo para o espaço.

Nesse momento, a lógica do desenvolvimento desigual ganha expressão no processo de hierarquização dos espaços fundado nas necessidades da reprodução político-econômica articulando “redes” superpostas. Mas a extensão no momento atual dos espaços desintegrados, produzindo uma imensa periferia de miseráveis, coloca em xeque a “pax social” necessária à reprodução continuada do capital exigindo novas estratégias.

É nesse contexto que o termo “governança”, como aponta Annick Osmond, é reeditado pelo Banco Mundial como condição necessária à reprodução ampliada, isto é, como modelo de ação cujo objetivo é permitir o que chama de “ajustamento” das economias em desenvolvimento às necessidades de expansão do neoliberalismo. Nessa direção, a nova gestão urbana produziria o ambiente propício à reprodução da lógica neoliberal sob o comando do Banco Mundial. É assim que uma nova ordem orienta a produção do espaço urbano redefinindo os usos e as funções reorientados pelas políticas urbanas que criam o ambiente necessário ao desenvolvimento da economia neoliberal. Com isso, inaugura-se uma nova relação entre o estado e o econômico e, assim, entre o estado e o espaço, este último tornado instrumento político intencionalmente organizado e manipulado pelo estado, meio e poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios. É assim, também, que a cidadania em seu sentido banalizado e esvaziado (posto que ideologia) “entra na ordem do dia”, tornando o ato de planejar a cidade (como estratégia necessária à reprodução econômica) um “ato de cidadania”. Com esse procedimento, vai-se realizando a integração de todos os cidadãos ao mercado de consumo –através dos atos específicos de compra de bens e objetos– ou ao mercado imobiliário através da “compra da casa própria” pelo sistema habitacional ou da legalização dos terrenos ocupados na periferia da metrópole.

É nesse contexto, por exemplo, que a BOVESPA –Bolsa de Valores de São Paulo– cria um programa de popularização de ações para es-

timular a “cidadania corporativa fundada numa economia global mais sustentável inclusive em termos sociais, com ênfase na governança corporativa”. Por isso entenda-se ampliar o mercado de ações visando à reunião e extensão do número de pequenos investidores, direcionando as poupanças sob o comando do setor financeiro.

É assim, também, que a noção de sustentabilidade como projeto de sociedade entra na ordem do dia como orientador da política estatal produzindo um discurso fortemente ideologizado.

Com isso, quero apontar que o enfoque analítico como fundamento da lógica estatal faz com que a intervenção do estado no espaço urbano apareça como uma “necessidade social”, um preço “a pagar” pelo progresso. Desse modo, as políticas urbanas, em nome do progresso, escondem (nem sempre com sucesso) os interesses imobiliários que no seu desenvolvimento deslocam favelas, expulsam os moradores das áreas que se valorizam com a intervenção do estado, que deixam de “ser compatíveis” com as mudanças (leia-se, expulsão da população com poder aquisitivo inferior àquele que a “nova área” deverá atrair). Essas políticas se justificam em análises que tratam a cidade enquanto quadro físico, mosaico de lugares, reunião de bairros, exigindo a articulação “destes pedaços”, através de sua funcionalização. Esse processo articula espaços funcionalizados a uma vida cotidiana normatizada onde a necessária harmonização do território aparece como objetivo do desenvolvimento sustentável –uma exigência do capital globalizado.

É assim que, na análise, as contradições produzidas e/ou aprofundadas pela acumulação do capital se anulam até quase desaparecerem, momento em que desconcentração industrial vira descentralização; crescimento se confunde com desenvolvimento; segregação torna-se sinônimo de exclusão e a miséria e a violência aparecem como produto de uma suposta perversidade decorrente da globalização. Nesse raciocínio, a cidade tratada como meio ambiente urbano reduz-se a uma expressão natural como negação da própria historicidade. Como consequência, contradição vira desequilíbrio e o desenvolvimento sustentável aparece como a possibilidade única da busca de coesão, coerência e equilíbrio (sob a égide do capitalismo, evidentemente) como horizonte de transformação da realidade. Portanto, há uma inseparabilidade entre a orientação da análise, os processos urbanos definidos pelas políticas públicas e a construção de um projeto sobre a cidade.

Desse modo, é impossível entender o fenômeno urbano ignorando o aprofundamento das desigualdades impostas pelo desenvolvimento do capitalismo que, ao tomar o mundo, realizou suas virtualidades e nesse percurso produziu novas contradições.

1 BOVESPA, 2003.

Alguns mitos que fundam as análises merecem reflexão aprofundada: o mais importante é o da globalização como paradigma inconteste das análises do mundo moderno que vem direcionando as pesquisas, quase que exclusivamente, às mudanças econômicas a partir da passagem do fordismo para o pós-fordismo como fundamento explicativo único dos processos atuais. Na realidade, estas análises não fazem mais do que produzir tautologias.

Convém tornar compreensível que, no mundo moderno, esse processo produz a homogeneização como tendência da mundialização do capitalismo ao se expandir por todo o planeta, produz ao mesmo tempo a integração de novos setores da economia coordenados pelo financeiro a partir da migração dos capitais dos setores menos lucrativos da economia, ao lado da reintegração de setores através de sua modernização, bem como a desintegração de outros. Com isso, aprofundou as desigualdades socioterritoriais fazendo da integração de todos os lugares um mito que dá conteúdo ao esforço de reorientação das políticas do estado em direção às exigências do “livre mercado”. Portanto, o movimento de mundialização revela-se enquanto integração-reintegração-desintegração de setores da atividade econômica e de lugares no movimento do processo econômico atual apoiado num novo papel do estado. Como afirma Damiani:

é da ordem do político um papel fundamental na sociedade moderna: a gestão do sobreproduto social, que significa a potência da parte da riqueza social produzida. A distribuição destes recursos, sua utilização em uma outra direção, tem conseqüências fundamentais na constituição e repartições territoriais. Jamais se pode falar, quanto à sociedade capitalista, em uma separação radical entre o político e o econômico. É comum argumentar que o Estado está atrelado às exigências da base econômica. O que há de novo então? O novo é que este consórcio entre o político e o econômico se estreitou. O Estado cola na economia, expressão de Fernando Ianetti e se caracteriza como Estado de Emergência. Isto é, do sobreproduto social gestado, um percentual bem menor é transferido ao que é de âmbito social, ou ainda, ao invés de recursos sociais constantes, trata-se de investimentos de emergência e mais conjunturais. Boa parte do orçamento alimenta a reprodução do capital no sentido restrito (Damiani, 2004: 42 e 43).

Tal raciocínio pode ser constatado no fato de que, como aponta Miele (2002) entre 1993 e 1994 (gestão do prefeito Paulo Maluf) a região da Operação Urbana Faria Lima (sudoeste do município) recebeu 85% dos investimentos (público-privados) realizados em São Paulo (Damiani, 2004: 42 e 43), de modo a produzir a infra-estrutura necessária à extensão do eixo empresarial-comercial da metrópole de São Paulo –para a

construção dos edifícios corporativos– num momento em que a escassez de terras urbanas colocava-se como uma barreira espacial à reprodução do capital financeiro (Carlos, 2004).

As políticas urbanas privilegiando a abertura de avenidas e a construção de túneis visando à ampliação da circulação viária se assentam na integração submissa à lógica capitalista que impõe o produtivismo, o qual reforça a tendência a reduzir “espaço-tempo” à sua abstração total; neste caso o tempo se reduz a uma expressão quantitativa, enquanto o espaço se torna simples elemento da circulação do capital reduzido ao tempo de percurso, isto é de desvalorização do capital. Nessa perspectiva, anula-se o espaço transformando em tempo, mas mais do que isso, na prática esse processo revela a usurpação do uso da cidade para a realização da vida humana. A imposição dessa nova relação espaço-temporal (construída enquanto abstração) não se fará sem problemas, ou melhor, sem aprofundar as contradições.

A cidade articulada à rede mundial caminha para a homogeneização que pode ser lida na morfologia, na arquitetura onde os lugares cada vez mais articulados ao mundo da produção econômica entrando em choque com suas particularidades históricas (fundadas na acumulação dos tempos na estrutura urbana); por outro lado, revela também a extensão do mundo da mercadoria –e nesta condição todos os espaços se tornam passíveis de serem transformados em valor de troca (essa intercambialidade guarda o fundamento da homogeneização). Mas também e contraditoriamente, como consequência da relação do estado e do impacto de suas alianças com o capital a homogeneização, entra em confronto com a produção de uma hierarquia entre os lugares na rede mundial –uma valorização diferenciada dos lugares em função de sua capacidade de criar condições e os meios necessários à reprodução continuada em nova fase.

A hierarquização também revela-se internamente, isto é, na articulação dos lugares dentro da cidade, o que no espaço urbano significa a orientação de políticas de valorização na constituição/reprodução de espaços produtivos, que entram em confronto com o uso improdutivo do espaço (leia-se, os lugares onde se realiza a vida cotidiana dos cidadãos, não submetida às leis de mercado, nem tampouco permitindo a realização do valor). Esse confronto emerge sob a forma de movimentos sociais na cidade e, nesta condição, questionam o modo como o estado atua no espaço impondo suas prioridades e alianças. Mas também questionando aquilo que funda a segregação –a existência da propriedade privada da terra que em sua extensão produziu a generalização do espaço-mercadoria e com ela a extensão da propriedade privada do solo urbano que está no bojo da explicação da constituição da “cidade dos negócios” como produto do desenvolvimento do capital financeiro que, com a crise do setor produtivo industrial na

metrópole, dirige-se à construção dos edifícios corporativos destinados aos serviços modernos em expansão.

No plano da cidade, a tendência de constituição de um espaço homogêneo se realiza concomitantemente à hierarquização espacial que, por sua vez, está em contradição com o espaço fragmentado pela existência da propriedade privada do solo e reproduzida pelos empreendedores imobiliários. A dinâmica dos processos urbanos revela, assim, o movimento da análise que incorpora a contradição homogeneização-hierarquização-fragmentação (Lefebvre, 1978).

O processo de mundialização que se reafirma no momento atual, longe de apagar o local, coloca-nos diante do fato de que ele, ao se realizar no lugar, coloca também de forma inequívoca a necessidade da articulação mundial-local, não sem as mediações. Esse fato é fundamental num momento em que, não raro, o global e o local –como expressão dos processos de reprodução ampliada– são reduzidos a palavras, chegando mesmo a fundirem-se numa só, sem distinções, no limite último, construindo o vocábulo “glocal” numa tentativa de dar conta da complexidade do processo de extensão do capitalismo hoje. Esse procedimento analítico também encobre o papel das mediações –no caso, a mediação entre o local e o global ilumina o plano da metrópole² (como nível espacial que se estabelece entre o local e o global) como necessária ao entendimento da urbanização atual. É essa necessidade que faz com que os estudos urbanos venham privilegiando este nível como aquele em que as mudanças importantes estão ocorrendo, exigindo um esforço interpretativo.

Há dinâmicas mais complexas a serem consideradas, hoje, para explicar os conteúdos do processo de urbanização revelando a metrópole-fragmentada que pode ser lida:

a) através das estratégias do desenvolvimento do mercado imobiliário, que cria constantemente mecanismos para manter sua reprodução frente à escassez de lugares centrais apropriando-se de um discurso de realização de um “novo modo de vida” frente ao verde e longe do caos urbano, por exemplo. Sob esse pretexto se tornam atrativos os condomínios residenciais fechados com altos muros, verdadeiras fortalezas que separam seus moradores do entorno, dando a falsa impressão de que estão isolados do mundo que os rodeia, num ambiente de exclusividade e segurança, revelando um processo de auto-segregação. É o que se constrói sob a forma dos condomínios que também revela que a globalização produz a contradição entre o homogêneo (enquanto extensão do mundo da mercadoria produzindo uma identidade abstrata entrando em

2 Mas o que cabe explicitar é que a articulação entre esses dois níveis se dá de modo desigual, revelando que a crise da reprodução aponta para a produção de desigualdades específicas.

contradição com identidades locais produzidas por particularidades históricas –que não se reduzem necessariamente a identidades culturais– fundam-se numa prática sócio espacial vivida) e o fragmentado –o mundo da propriedade privada. Mas a periferia também se constitui de imensas áreas ocupadas por autoconstrução e favelas produtos da existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção da moradia, que expulsa e segrega parcela significativa da sociedade urbana sem acesso a este bem onde a existência e qualidade da infra-estrutura e o construído diferenciam a paisagem e a ocupação, estruturando os preços e orientando o mercado. A fragmentação dessa área se explica pelo fato de que a extensão do valor de uso do espaço divide e parcela os espaços, disponibilizando-os para o mercado de moradia. A propriedade privada associada à existência de rendas diferenciadas justapõe morfologia social/morfologia espacial. A periferia estrutura-se como lugar de estratégias de sobrevivência para uma grande parcela da população na metrópole; é também, todavia, o lugar da vida cada vez mais deteriorada pela existência do narcotráfico. Se a cidade é a produção histórica da sociedade sua apropriação privada define o lugar de cada um na classe e no lugar, no espaço e no tempo. Tal processo funda a segregação.

b) da produção da periferia como o lugar da localização do setor produtivo em deslocamento em busca da diminuição dos custos de produção industrial, seja em terrenos mais baratos, malha viária descongestionada, incentivos fiscais; isso porque o processo expande-se no espaço em busca de melhores condições de realização do lucro.

c) da construção de novas formas territoriais ligadas ao processo de transformação produtiva, bem como a necessidade do desenvolvimento do capital sob novas formas, com a passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro fundado no desenvolvimento do terciário superior construindo um “novo espaço” apoiado numa arquitetura de formas modernas e alta tecnologia tanto de construção como de seu gerenciamento e manutenção. A seu lado, os hotéis de capital estrangeiro, *shopping-centers*, centro de convenções, bares, restaurantes e casas de *show* produzem o cenário da atualidade em nítida contradição com os espaços residenciais e industriais apontando os lugares de integração ao sistema hegemônico internacional e reforçando o papel da metrópole como nó de uma rede numa hierarquia espacial altamente excludente, com a desconcentração do processo produtivo e o aprofundamento da centralização do capital no centro da metrópole.

Portanto, as transformações constatadas na metrópole de São Paulo revelam de modo indiscutível o crescimento do setor de serviços modernos, mas é, sobretudo, o movimento da reprodução espacial que revela o conteúdo do processo de urbanização que se explica pelo movimento de passagem do capital produtivo para o capital financeiro, criando um movimento de relativa desconcentração industrial com centralização financeira.

A centralização financeira, por sua vez, aponta um outro fenômeno importante: o capital financeiro para se realizar, hoje, o faz através do espaço –isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Desse modo, São Paulo, no plano local, figura como nível importante do processo de realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial –um movimento que acompanha as modificações do processo de reprodução do capital em suas novas articulações com o plano político. Trata-se, aqui, do modo específico como o Estado atua diretamente no espaço da metrópole construindo a infra-estrutura necessária e as condições para a realização das novas atividades econômicas.

Portanto, a reprodução do espaço urbano da metrópole sinaliza o momento em que o capital financeiro (Carlos, 2004) se realiza também através da reprodução do espaço urbano, na construção dos edifícios corporativos que, sob a forma de “produto imobiliário”, se voltam ao mercado de locação (fundamentalmente no que se refere aos edifícios corporativos de escritórios, rede hoteleira e *flats*). Na sua construção, associa várias frações do capital a partir do atendimento do setor de serviços modernos. Nesse sentido, estabelece-se um movimento de passagem da predominância/presença do capital industrial produtor de mercadorias destinada ao consumo individual (ou produtivo) à preponderância do capital financeiro que produz o espaço como mercadoria enquanto condição de sua realização. Mas o espaço-mercadoria, tornado “produto imobiliário”, transforma-se numa mercadoria substancialmente diferente daquela produzida até então, pois se trata, agora, de uma mercadoria voltada essencialmente ao “consumo produtivo”, isto é, entendido como lugar da reprodução do capital financeiro em articulação estreita com o capital industrial (basicamente o setor de construção civil) que, pela mediação do setor imobiliário, transforma o investimento produtivo no espaço sobrepondo-se ao investimento improdutivo, regulando a repartição das atividades e usos.

O momento atual sinaliza, portanto, uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole, hoje; a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário. Nesse contexto, o movimento de transformação do dinheiro em capital percorre agora, preferencialmente, outros caminhos. A criação dos fundos de investimento imobiliários atesta, por exemplo,

que o ciclo de realização do capital desloca-se para novos setores da economia reproduzindo os lugares como condição de sua realização. É assim, também, que empresários de vários setores da indústria direcionam seus lucros, para o mercado financeiro que vai ser aplicado na produção dos edifícios corporativos –localizados no eixo empresarial (citado anteriormente). Esse capital-dinheiro vai ser aplicado na compra do terreno –logo, uma parcela transforma-se em capital fundiário; em seguida, outra parte vai ser aplicada na construção civil– esta parte se transforma em capital industrial. Desse modo, realizam as frações de capital nele invertidos através da mediação do setor imobiliário, que vai realizar a locação e a administração dos imóveis. Com isso o dinheiro dos fundos imobiliários, potencialmente capital, se mantém, realizando a propriedade privada do solo urbano (corresponde ao primeiro momento); e o segundo momento realizando o lucro. Esse movimento que realiza o capital financeiro enquanto capital produtivo produzindo o espaço requer um terceiro momento em que a mercadoria-escritório se realiza pela locação –aqui o investimento é remunerado sob a forma de juro pela aplicação realizada. O que importa para o investidor é o retorno do seu investimento.

A criação dos fundos de investimento imobiliários na metrópole reunindo pequenos poupadores e orientando suas poupanças ao setor imobiliário é uma estratégia semelhante à da BOVESPA de ampliar o número de pequenos investidores.

Assim, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto “produto imobiliário”. Por sua vez, esse processo requer uma outra relação Estado/espaço –pois só ele é capaz de atuar no espaço da cidade através de políticas que criam a infra-estrutura necessária para a realização deste “novo ciclo econômico”. Nesse sentido, a produção do espaço se realiza num outro patamar: o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro. Desse modo, o capital se realiza em sua totalidade através do movimento contraditório de suas frações: financeiro, fundiário, industrial, comercial.

Assim, São Paulo é o centro da rede de lugares que se estrutura no nível do mundial –a partir do desenvolvimento do capital financeiro, onde a dinâmica espacial da atividade econômica em curso que desconcentra a indústria da metrópole traz em seu lugar as atividades voltadas ao setor terciário, com o pleno desenvolvimento do setor financeiro e dos serviços a ele associados como o desenvolvimento do setor hoteleiro, com seus centros de convenções, a criação de um circuito cultural, novos centros de lazer com suas novas estruturas arquitetônicas, através da produção de um “lugar específico”.

Desse modo, o processo de reprodução do espaço da metrópole, no contexto mais amplo do processo de urbanização, ao marcar a des-

concentração do setor produtivo, sinaliza um novo momento do processo produtivo no qual novos ramos da economia ganham importância. Trata-se, particularmente, do que se chama de “nova economia”, contemplando o setor do turismo e lazer bem como a redefinição de outros setores, como é o caso do comércio e serviços para atender ao crescimento destas atividades. Assim, as transformações na economia –visando à reprodução continuada– se realizam reproduzindo o espaço urbano paulistano com consequências significativas para a prática socioespacial impostas pelo processo de valorização/desvalorização dos lugares.

As lógicas locais da miséria e das desigualdades se entrecruzam com a lógica da cidade global que alimentam. A meu ver, decifrar esta lógica apoiada num modelo morfológico que ligue as cidades latino-americanas às cidades globais é revelar os sentidos mais profundos da reprodução social no mundo moderno através de um processo de acumulação que se generaliza no espaço ao mesmo tempo tornado meio, condição e produto deste processo. A construção das novas atividades econômicas, permitindo a migração do capital de um ramo a outro da economia, bem como a criação de novos ramos de atividade sob a égide da modernização, aprofunda a desigualdade espacial e escancara a pobreza. Neste contexto, o conteúdo da urbanização estaria subordinado ao momento da reprodução em que novas possibilidades/necessidades de realizar a acumulação despontam no horizonte produzindo um “novo espaço” e recolocando a urbanização em outros termos.

Significa dizer que, ao contrário do que muitos afirmam, no modelo de crescimento atual o tempo não tende a abolir o espaço; isso porque, como apontamos, o setor imobiliário revela-se como elemento dinâmico da economia através da mobilização da riqueza fundiária e imobiliária compreendida com a extensão do capitalismo financeiro e a entrada do setor da construção civil no circuito industrial moderno, associado ao desenvolvimento maciço da tecnologia em função da imposição dos novos padrões de realização da atividade econômica nas cidades mundiais, fundado no desenvolvimento e crescimento do setor terciário, que faz da construção de escritórios um negócio altamente rentável capaz de mobilizar parcela significativa de capital financeiro. Assim, o imóvel passa a figurar como “bem” voltado à locação de escritórios em São Paulo –o “aquecimento” deste setor ratifica a tendência de mobilidade do capital financeiro para o solo urbano compensando as dificuldades no circuito normal de produção-consumo, apontando uma estratégia de aplicação de capital.

O desenvolvimento desse mercado de imóveis de escritório tem na raridade do espaço (o segmento de escritórios que não pode se localizar em qualquer lugar do espaço metropolitano) um ponto importante que se estrutura através da estratégia dos empreendedores imobiliários. Portanto, o processo de urbanização atual se explica pelo movimento

de passagem do capital produtivo para o capital financeiro³, havendo, assim, desconcentração do processo produtivo industrial com centralização financeira. Desse modo, a mobilização dos negócios com o solo urbano redefine o conteúdo da urbanização. A “metrópole como negócio” é, destarte, um momento central da reprodução cuja lógica é questionada pelos movimentos sociais urbanos contrários à realização das “renovações/operações urbanas” na metrópole.

Do ponto de vista da reprodução do processo econômico, podemos dizer que o processo de reprodução do espaço da metrópole, no contexto mais amplo do processo de urbanização, ao apontar a desconcentração do setor produtivo, acentua a centralização do capital na metrópole sinalizando um novo momento do processo produtivo (além de criar um outro conteúdo para o setor de serviços). Na metrópole, a reprodução do capital –que em busca de sua reprodução migra de um setor a outro da economia– realiza-se, hoje, através de três setores: 1) a realização do capital financeiro através do setor imobiliário enquanto extensão do capitalismo, reproduzindo, continuamente, o espaço enquanto valor de troca e, neste movimento, realizando a propriedade privada do solo urbano na medida em que o capital financeiro entra no circuito imobiliário através da compra e venda do espaço que aparece enquanto investimento no momento em que o capital industrial, na metrópole perde sua hegemonia; 2) a produção dos espaços de lazer e turismo aponta, de forma significativa, a passagem da produção ao consumo do espaço na medida em que o próprio espaço entra no circuito comercial, como uma mercadoria a ser vendida a partir de seus tributos particulares”; 3) o desenvolvimento do narcotráfico, atividade econômica, cuja peculiaridade de ser uma mercadoria ilegal pressupõe estratégias diferenciadas, isto, é, para que este comércio se realize ele precisa, antes, dominar um espaço produzindo uma forma específica de segregação espacial.

Esses três setores explicitariam, hoje, a fragmentação do espaço, produzindo formas de segregação que revelam, em última instância, as condições da extensão do “mundo da mercadoria”, na fase atual do capitalismo. Nesse sentido, a produção do espaço aparece como possibilidade renovada de realização da reprodução, processo que encontra seus limites gerando imensos conflitos.

No plano da sociedade revelam-se profundas transformações na vida cotidiana com modificações profundas nas práticas socioespaciais

3 O movimento de transformação do dinheiro em capital percorre agora, preferencialmente, outros caminhos. A criação dos fundos de investimento imobiliários atesta, por exemplo, que o ciclo de realização do capital se desloca para novos setores da economia reproduzindo os lugares como condição de sua realização; a centralização do capital financeiro na metrópole em relação ao resto do território reforça a centralidade da metrópole no território nacional em toda América Latina.

pelas transformações do uso do espaço na explosão dos bairros, decorrentes das intervenções públicas, revelando, através da prática espacial, uma nova relação espaço-tempo que invade todos os momentos da vida cotidiana. A reprodução das relações sociais se realiza e se desenvolve em cada atividade social e até em cada gesto na vida cotidiana através dos atos do habitar e dos usos dos lugares da cidade. Uma prática social de conjunto espacializada –produzindo um espaço onde o uso se revela enquanto modo da reprodução da vida através dos modos apropriação do espaço– revela o plano do cotidiano (é onde se lêem as transformações; é onde se materializam as mudanças). O aumento das possibilidades de comunicação entre espaços e pessoas, produzindo novas relações, entra em conflito com a manutenção de antigas relações gerando a diluição das relações de sociabilidade na metrópole e produz a identidade abstrata que entra em choque com as singularidades do lugar contribuindo para a instauração do cotidiano.

As transformações que dão novo conteúdo ao urbano se inscrevem num conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial que converge para a segregação (no espaço) a partir da destruição da morfologia da cidade que ameaça/transforma a vida urbana reorientando usos e funções dos lugares da cidade. Mas pensar a segregação enquanto exclusão encobre a potência da propriedade privada como edificadora das principais contradições da produção do espaço urbano, bem como, na contrapartida, coloca como projeto a inclusão dos excluídos geralmente pela mediação do mercado, realizando a sua condição de consumidores –é assim que o projeto de regularização das ocupações urbanas no Brasil se realiza reunindo todos “ao mercado imobiliário” na condição de consumidores. Na realidade, esta situação revela o modo como uma parcela significativa da sociedade se inclui no processo de reprodução da sociedade atual. Nesta condição, se “integra”. E nesta condição, luta colocando em questão os fundamentos desta sociedade.

É impossível, assim, pensar a fragmentação da metrópole como mosaico de parcelas autônomas e independentes umas das outras, bem como as transformações atuais apenas como um fenômeno econômico produto do desenvolvimento técnico independente de suas determinações sociais, sem enfrentar a realidade da existência da propriedade privada do solo urbano e do desenvolvimento do mundo da mercadoria. Assim, a explicação da coexistência de várias cidades dentro da metrópole, como explicação do fenômeno urbano, hoje sinaliza a negação da contradição em busca de uma lógica para cada fragmento entendido como totalidades parciais isoladas. Tampouco tem caráter explicativo a idéia da cidade dispersa –em contraposição à cidade compacta produzida pela industrialização. Aqui a cidade é constituída de fragmentos quase autônomos –senão autônomos– cuja

decorrência imediata é a separação que obscurece os conteúdos da produção da segregação enquanto produto da realização do projeto neoliberal capitalista aplicado de forma selvagem, através do aprofundamento da miséria com o pauperismo, a degradação das condições de vida, a precarização do trabalho; o desemprego em massa com o desenvolvimento do mundo da mercadoria traz como consequência a construção da idéia de cidadania vinculada ao consumo de bens e serviços e que faz da cultura um espetáculo que apóia a construção de um identidade abstrata fundada na crescimento e poder do mundo da mercadorias. O conceito de “cidade dispersa” (Demattais, 1998) para definir as transformações que estamos vivendo apresenta a “periferia” como produto da mera extensão dos limites morfológicos da metrópole que produz, em diferentes épocas, desenhos e densidades diferenciados, ignorando que no processo não há só continuidade, mas também, descontinuidades importantes.

Portanto, faz-se necessário deslocar a análise das transformações morfológicas em busca dos conteúdos da urbanização.

BIBLIOGRAFIA

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo– 2003 Relatório anual.

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo– 2004 Relatório anual.

Carlos, A. F. 2004 “São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro” em *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI* (São Paulo: Contexto).

Carlos, A. F. e Carreras, C. (orgs.) 2004 *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole* (São Paulo: Contexto).

Coletivo, 2002 “El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado. Una mirada a Europa y América Latina” *Actas del Seminario Internacional* (Barcelona).

Damiani, A. L. 2004 “A geografia e a produção do espaço na metrópole: entre o público e o privado” em Carlos, A. F. e Carreras, C. (orgs.) *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole* (São Paulo: Contexto).

Demattais, Giuseppe 1998 “Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas” em Monclús, F. (org.) *La ciudad dispersa. Urbanismo, ciudad, historia (I)* (Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona).

- Miele, Sávio A. 2002 *Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini a produção do moderno*. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia – FFLCH-USP.
- Monclus, F. 1998 *La ciudad dispersa. Urbanismo, ciudad, historia (I)* (Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona).
- Osmond, Annick 1998 “Governances” em *Les annales de la recherche urbaine*, N° 80-81.

ALDO PAVIANI *

EXPANSÃO METROPOLITANA: A MODERNIZAÇÃO COM DESEMPREGO

*Os espaços dos países subdesenvolvidos
caracterizam-se primeiramente pelo fato
de se organizarem e se reorganizarem
em função dos interesses
distantes e mais freqüentemente
em escala mundial
(Milton Santos, 1979).*

HÁ ALGUNS ANOS, a questão sobre o contexto sócio-espacial latino-americano era: “Como romper com o ciclo da miséria, que leva ao inaccessível físico (pela periferização) e cultural (com gerações sucessivas que não se educam) e ao inaccessível aos bens de uso e de consumo, perpetuador da iniquidade social?” (Paviani, 1989: 28).

Essa pergunta continua muito atual no início do século XXI e é merecedora de aprofundamento. Hoje, a América Latina ocupa espaço nos meios econômicos, na esfera da política internacional, em razão de pressões para a instituição da Alca e por um processo lento e de pouca vontade política para implantar o Mercosul. Esses mercados regionais estão inseridos no processo de mundialização da atividade econômica, com a imposição hegemônica americana e européia. Considere-se, igualmente, a globalização à qual a América Latina encontra-se submetida. Há também preocupações com a fome no continente, com as migrações internas, tráfico de drogas, crises sociopolíticas e econômicas, o crescimento das metrópoles, os movimentos populares –sobretudo dos “sem-teto”–, não necessariamente nessa ordem.

* Professor Titular e Pesquisador da Universidade de Brasília, Brasil.

No entanto, para entendermos o contexto da urbanização latino-americana devemos perpassar as fases recentes da modernização de sua economia e a importância geográfica de suas metrópoles. Assim sendo, neste trabalho focalizaremos alguns exemplos brasileiros e daremos prioridade ao processo de urbanização dos últimos anos, pois, há duas décadas, a expansão metropolitana adquiriu feições de periferização com o desemprego que preocupa os diversos agentes da urbanização. No processo, agentes internos envolvidos na construção metropolitana receberam reforço dos agentes externos, notadamente os que atuam para a mundialização, a globalização/fragmentação e seus coadjuvantes na modernização, financeirização, monopolização, oligopolização e internacionalização das respectivas atividades econômicas, no exemplo citado do contencioso Alca *versus* Mercosul.

No decorrer dos anos 1980, 1990 e início do século atual, acentuaram-se os “comandos externos”, movendo a produção, sob impulso tecnológico, com acentuado desemprego, e promovendo o consumo sob forte condução da propaganda; afinal, o continente latino-americano é um mercado em potencial. Sendo a modernização excludente, nem todos os trabalhadores possuem capacidade de produção por atraso educacional e tecnológico, não sendo, por isso, consumidores. Nesse curso, acentuam-se o desemprego, a exclusão socioespacial, a expansão das periferias metropolitanas que denunciam o empobrecimento da população, a falta de moradias condignas para camadas cada vez maiores de desvalidos, o déficit de saneamento básico, a deterioração do ambiente urbano com incremento dos conflitos (comandados pelo tráfico e por quadrilhas de assaltantes e agentes corruptos/corruptores) e a violência de todo o tipo, que a mídia cotidianamente expõe de maneira exaustiva.

Pelo exposto, concluímos que a agravada situação de desemprego, de expansão da pobreza e da miséria que se observa na América Latina tem estreita relação com os processos modernos de metropolização e de exclusão social, embora se propague que se trata de um continente “em desenvolvimento”. A esse respeito, Stiglitz ensina que:

a redução da pobreza tornou-se uma prioridade cada vez mais importante para os países que desejam se desenvolver [...] Também é verdade que a erradicação exige recursos que só podem ser obtidos com o crescimento. Assim, a existência de uma correlação entre crescimento e redução da pobreza não deve ser uma surpresa. Mas tal correlação não prova que as estratégias de “cascata” (ou “cascata *plus*”) são a melhor maneira de combater a miséria. Pelo contrário, as estatísticas demonstram que alguns cresceram sem reduzir a pobreza e que outros têm obtido mais êxito na realização dessa tarefa (Stiglitz, 2003: 117).

URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: DEPENDÊNCIA EXTERNA E EXCLUSÃO

Ao tempo da colonização, a ocupação dos territórios latino-americanos efetivou-se para a exploração de minerais preciosos, madeiras e especiarias com distribuição de terras para inumeráveis donatários. Por isso, o padrão de povoamento materializou-se ao longo dos litorais e margens de rios importantes, mesmo porque as facilidades para atracação de caravelas, galeões e naus em geral seriam particularmente importantes para o comércio. Ao longo dos dois ou três primeiros séculos, estabeleceram-se verdadeiros corredores para a extração, com rede dendrítica de povoados, vilas e algumas cidades em poucos portos. Esse processo de ocupação dos territórios não foi diferente nos demais países da América Latina. Foi longo o tempo de povoamento com dependência do comércio de produtos primários, passando, posteriormente, no caso brasileiro, pelos chamados “ciclos econômicos”.

A colonização passou por ações de poucos agentes, formando-se a elite abastada com visão de futuro fixa em termos de acumulação de poder político e capacidade econômica, já no século XVIII e XIX, de comprar escravos e manter algumas culturas extensivas como a da cana-de-açúcar. O fim da escravidão, em alguns países latino-americanos, não alterou o “status” do escravo ao ser libertado. Assim, “a escravidão imprimiu sua marca na formação do operário brasileiro”, segundo Colbari (1995: 33). Ao analisar a herança escravista nas representações do trabalho, a autora avalia que:

As condições de trabalho enfrentadas pelos primeiros trabalhadores livres eram semelhantes às vigentes na produção escravista: era comum o pagamento de salários somente aos mestres e contramestres, reservando-se aos demais operários comida, uniforme e pagamento de um bônus no final do ano. A escravidão e a miséria deram o tom das práticas de recrutamento e treinamento, baseadas na crença de que os trabalhadores eram “dóceis, ignorantes e carentes de orientação”, sujeitos, portanto, a tratamento similar àquele dispensado pelo proprietário rural a escravos e demais empregados em suas propriedades (Colbari, 1995: 33).

Por isso, no caso brasileiro, os proprietários rurais detinham todos os instrumentos legais para a exploração da terra e dos escravos. Segundo alguns autores, foi-se criando o “agregado social” (Pochmann, 2004) que, da agricultura, passou à cidade, sem perder essa condição. Esses agregados sociais, sem recursos, não produziam e também não consumiam, ficando na dependência dos seus senhores, fato que está na raiz da pobreza do Brasil. A abastada elite primário-exportadora não criou condições para a diversificação da produção que, da agri-

cultura, pecuária e mineração, passasse a criar manufaturas e outras indústrias. Devido à extração do ouro, as forjas eram rigorosamente controladas, inclusive no que toca à abertura de estradas carroçáveis para o escoamento da produção. Ligados fortemente à coroa portuguesa, os donatários submeteram a colônia à dependência de Portugal. Os portos como pontos de controle, no Brasil, incharam certas cidades litorâneas em detrimento das vilas e cidades litorâneas. As capitais transformaram-se nas maiores cidades no Brasil e nos demais países da América Latina.

A macrocefalia urbana ensinou, no final do século XIX, início do século XX, o início da “industrialização tardia”¹ e o esboço da “substituição de importações”, sem perder a condição de dependência econômica. Pelo contrário, incrementa-se a “necessidade de importar”, segundo avalia Milton Santos:

A modernização tecnológica –aqui a modificação das estruturas do consumo pelo efeito-demonstração– desencadeia uma modificação dos elementos da balança comercial dos países atingidos por ela. Os níveis da demanda externa são função do nível de industrialização nacional, do momento em que esta foi encetada e do ritmo de sua evolução e, enfim, do grau de abertura da população aos novos tipos de consumo. Os processos de modernização e industrialização são, em todas as suas fases, tributárias de grandes importações e se realizam num sistema econômico que é mundial (Santos, 1979: 84).

Pode-se inferir que esse processo se generaliza para todos os países subdesenvolvidos, em especial para os da América Latina.

Ao que tudo indica, o esquema montado no intercâmbio desigual foi de total submissão por parte das fracas economias latino-americanas aos países hegemônicos, de tal modo que afetou suas próprias economias, seus incipientes parques industriais e, com isso, a “endemia do desemprego” no continente. Ademais, com o avanço tecnológico, passou-se a exigir mão-de-obra qualificada/especializada. As indústrias passaram a utilizar máquinas de comando numérico e, posteriormente, robôs. Isso aumentou a produtividade, mas afetou o mercado de trabalho, que passou a priorizar “operários especializados”, com a “prática da exclusão”, como refere Coriat (1989: 128). Com isso, as atividades fragmentaram-se fazendo surgir o “desempregado tecnológico” ou o “trabalho em migalhas”, como o denominou Friedmann (1983).

1 A respeito da influência da industrialização na urbanização brasileira, ver Piquet, 1998.

MUNDIALIZAÇÃO, DESEMPREGO E EXCLUSÃO

Nos fundamentos da modernização e mundialização encontram-se as bases ideológicas do neoliberalismo². Neste, gestam-se novos modos de apartação social (Buarque, 2003), um dos tantos erros cometidos nos países subdesenvolvidos³, que os mantêm nesta condição. Uma das formas de exclusão centra-se nos aparatos produtivos e nos de serviços (privados e públicos) quando empresas e governos desempregam ao adotar tecnologias de ponta para acumular lucros a qualquer preço. O desemprego, todavia, não se dá apenas pela dispensa de certo número de trabalhadores das indústrias, do comércio, dos serviços e de instituições públicas. A eliminação de postos de trabalho (ou a não criação de novos) pode levar ao desemprego estrutural. Para esse processo adotamos a denominação “lacunas de trabalho” (Paviani, 1991), pois é desemprego diverso do primeiro, embora leve também à exclusão e seja difícil de detectar por meios quantitativos, pois acontece silenciosamente. Saliente-se que não há estatísticas sobre a eliminação de postos de trabalho ou a não criação de novas vagas.

Sabe-se, todavia, que a produção modernizada/mundializada requer menos braços; que os serviços são realizados por cada vez menor número de pessoas e que na órbita do funcionalismo público estimulam-se aposentadorias com o propósito de eliminar postos de trabalho. Com a massa dos excluídos, no interior dos sistemas econômicos que adotaram o neoliberalismo, forma-se o “circuito inferior” da economia, ou o circuito dos empobrecidos, como ensina Milton Santos. No atual período “técnico científico informacional”, a raiz da pobreza imposta pelo neoliberalismo é o desemprego ou as diferentes formas de exclusão das fontes de trabalho humano e dos benefícios da modernização.

GLOBALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E SEUS “ATRIBUTOS”

Poderíamos perguntar, como muitos analistas, “o que é ser moderno?”. Para Latour, “a modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores e jornalistas”. E como não há consenso nem para modernidade, nem para globalização, o mesmo autor avalia que:

todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável” (Latour, 1994: 15).

² Ver Paviani, 1999.

³ Ver Buarque, 1994.

Na urbanização, quase sempre se alia o termo “moderno” à configuração da cidade, em termos de edificações arrojadas ou a vias expressas ou a “trens bala”, capazes de tornar o “commuting” mais ágil, com menor perda de tempo nos deslocamentos. As cidades são consideradas “arcaicas” ou “históricas” quando não atualizaram seus edifícios, ruas e avenidas, nem tampouco sua frota para o transporte público. Por isso, a modernidade se liga a um padrão estético e instalações capazes de dar agilidade aos fluxos no interior da cidade. Poucas vezes se vê a utilização do termo “modernidade” ao desenvolvimento social, ao aparelhamento de hospitais, à melhoria no atendimento dos doentes, à elevação dos padrões educacionais com eliminação do analfabetismo ou mesmo, à rede de abastecimento de água tratada ou às instalações para o esgotamento sanitário.

Considere-se, também como “modernidade”, uma nova roupagem que assume o “circuito superior” como instrumento do imperialismo e colonialismo econômico revivificado, que a globalização ensaja. Uma vez mais é Milton Santos quem nos adverte:

Se desejarmos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (Santos, 2000: 18).

Ainda segundo Milton Santos, impõe-se também o “culto ao consumo” e à idéia de que o Estado morreu, mas que, nos dias correntes, o que se vê é o Estado a serviço “da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados das populações cuja vida se torna mais difícil” (Santos, 2000: 19). Tanto isso é concreto que, entre outras temáticas, a dívida dos emergentes e subdesenvolvidos ocupou a agenda tanto do FSM –Fórum Social Mundial–, realizado em Porto Alegre entre 26 e 31 de janeiro de 2005, quanto do FEM –Fórum Econômico Mundial–, reunido em fins de janeiro em Davos (Suíça). Neste, foi aventada a possibilidade de os países ricos concederem perdão dos débitos dos países pobres. A iniciativa não prosperou. Abordou-se em ambos os fóruns o combate à fome no mundo. A ênfase sobre pobreza e fome poderá ter sido a mesma nos dois eventos, mas a imprensa adverte que “Davos ainda está muito distante de Porto Alegre. Mas algo já mudou. Na edição deste ano, o encontro de Davos foi pautado pela discussão sobre a fome, o tema levantado por Lula há dois anos” (Costa, 2005: 33). Todavia, sempre há ambigüidades: se em Porto Alegre, o presidente brasileiro lançou a campanha “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, em

Davos, desejou atrair investimentos estrangeiros, lançando em seminário um convite sob o mote “Brasil e parceiros: oportunidades de investimentos”, com o que deseja o governo “atrair US\$20 bilhões em investimentos estrangeiros diretos”, segundo a citada reportagem de Flôrência Costa, acima referida.

Por isso, tanto no FSM quanto no FEM, observou-se que a evolução para atingir essas metas utópicas é lenta e irá requerer mais do que boas intenções ou propaganda, mas ações efetivas para as quais as economias fortes não manifestam vontade política efetiva, ao menos com a urgência requerida pelos países subdesenvolvidos. E, nessa direção, cabe a assertiva segunda de Milton Santos, quando descortina:

O mundo como ele é: a globalização como perversidade [...] em que o desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades, como a AIDS, se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (Santos, 2000: 19-20).

Esse conjunto de “atributos” da globalização está presente em toda a América Latina, pois todos os dias alguns dos males citados são manchetes na imprensa. No caso brasileiro, em especial, há enormes rombos nas finanças federais, tanto por desvios de recursos que deveriam atender aos reclamos populares pelo mau serviço médico, com longas e humilhantes filas desde a madrugada para atendimento ambulatorial. Há também malversações de recursos públicos, além de monumentais elisões fiscais, sonegação e inadimplência quanto ao recolhimento de impostos por parte de grandes empresas. E, aqui, postula-se o terceiro mundo idealizado por Milton Santos: “o mundo como pode ser: uma outra globalização”, em que seria construída “uma globalização mais humana” (Santos, 2000: 20). Para Santos, a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta vão mostrando a abertura de possibilidades para que sirvam a outros objetivos que não os da perversidade da globalização⁴. Na

4 Para Stiglitz, “A globalização pode ser uma força para o bem”, referindo possibilidades como “globalização das idéias”; “níveis mais elevados de vida”; “benefícios da globalização da economia”, etc. Mas termina menos otimista, considerando que “para milhões de pessoas, a globalização não funcionou” (Stiglitz, 2003: 299). Também uma atitude de cautela nos é indicada por Le Goff: “é necessário vigiar, controlar e combater os perigos da mundialização. Os principais perigos parecem-me ser a predominância do aspecto econômico, o desenvolvimento da desigualdade e da injustiça sociais e a uniformização, que nunca é boa” (Le Goff, 2004: 28).

idealização de Milton Santos, “essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos”. O grande geógrafo anteviu a existência de uma “verdadeira sociodiversidade” e a “emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massa, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança” (Santos, 2000: 20).

Uma outra faceta da globalização/fragmentação, como verdadeira “cunha” para a penetração em territórios promissores, encontra-se na tecnologia de ponta. Os territórios fragmentados prestam-se à “difusão de inovações tecnológicas”, designando as porções onde a tecnologia estará disponível para iniciativas de submissão, sob a roupagem da modernização e “desenvolvimento”. Em termos de fragmentação de território, algo assemelhado vem ocorrendo no aglomerado urbano do ABCD, em São Paulo, onde, com certa frequência, montadoras mudam de município em busca de terrenos maiores para depositar estoques de veículos, sobretudo em períodos de vendas reduzidas. Esse processo também aconteceu na Ásia, quando indústrias japonesas buscaram localizar-se em outros países.

Essa expansão das multinacionais, com montagem de plantas em diversos pontos do planeta, complica a implantação de barreiras para a remessa de lucros ao exterior, bem como altera a “fisionomia” do comércio internacional, tal como chama atenção Noam Chomsky:

perto de 40% do “comércio internacional” não são, realmente, comércio; consistem em operações internas das corporações, gerenciadas de modo centralizado por uma mão altamente visível, com todo o tipo de mecanismos para solapar os mercados em benefício do lucro e do poder. O sistema quase-mercantilista do capital multinacional corporativo está repleto das formas de conspiração dos dominantes, para as quais advertia Adam Smith, sem falar na tradicional utilização e dependência do poder estatal e do subsídio público (Chomsky, 2002: 43-44).

Idéia assemelhada também havia sido expressa por Milton Santos: “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, em que técnicas e política caminham juntas e isso é algo que deve ser levado em conta para entender a “produção da globalização” (Santos, 2000: 23).

Em análise sobre história de complôs, Umberto Eco encontra no *Manifesto* de Marx e Engels “a descrição de um processo de globalização já concluído em 1848. Esse texto nos impressiona enquanto ato fundador do conceito de globalização, e de nossa própria globalização” (Eco, 2004: 37). Para Eco Marx e Engels descreveram que:

A consequência total dessas mudanças foi a centralização política. Províncias independentes, no máximo federadas entre si, possuidoras de interesses, leis governos, tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas numa só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, por trás de uma só barreira alfandegária [...] evidentemente, é de globalização que se trata aqui (Eco, 2004: 36).

COMANDO EXTERNO E “INVESTIMENTOS”

No processo em curso, a mundialização da economia, os processos de comando externo (Paviani e Pires, 1993: 120) e o mercado internacionalizado sempre fazem crer no mito do desenvolvimento e no de “países emergentes”. Na lista desses países aparecem, invariavelmente, o Brasil, a Índia, o Chile, o México e a Argentina. Todavia, nem recursos à propaganda ufanista, nem o entusiasmo dos discursos oficiais eliminam a idéia de que em toda a América Latina o desemprego e a pobreza crescem no mesmo ritmo do endividamento externo e interno: “A dívida interna do governo federal cresceu R\$80,54 bilhões. Passou de R\$731,43 bilhões em dezembro de 2003 para R\$811,97 bilhões um ano depois”⁵. Incrementam-se também os juros da dívida externa e o crescente aparato a serviço do capital fugaz e especulativo: “Investidores estrangeiros vêm ao Brasil lucrar com a taxa de juros elevada. Ingressos em dólares derrubam a cotação da moeda e intervenções do Banco Central não compensam excesso de oferta”⁶. A atração de capitais externos é uma tarefa a que se dedicam de corpo e alma alguns membros do governo federal, sobretudo os ligados ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, tal como entidades de classe vêm denunciando há alguns meses. Daí o esforço do governo brasileiro em pagar bilhões de reais a credores externos⁷; estabelecer arrocho fiscal, manter elevados o “superávit fiscal” e o “superávit primário”, com o aumento dos juros para tornar atrativos os “investimentos” estrangeiros. Com isso, bancos e empresas auferem lucros cada vez maiores, pois os investimentos em títulos públicos são muito atrativos⁸.

Ao mesmo tempo em que as finanças lucram extraordinariamente, aumenta o número dos excluídos da apropriação do produto social. Os apartados sociais não possuem acesso à rede escolar de qualidade;

5 “Dívida cresce 11%” *Correio Braziliense* 20/01/2005.

6 “Política Econômica: Dez anos em oito meses (31,2% é o ganho que o aplicador pode ter conseguido em oito meses)” *Correio Braziliense* 20/01/2005.

7 Em 2004, o Brasil pagou ao FMI US\$4,3 bilhões para amortizar os juros da dívida, conforme divulgou o *Correio Braziliense*, Caderno Opinião: “Migalhas para Pesquisas”, 06/03/2005.

8 Bancos ampliam ganhos em 2004 e continuam batendo recordes de lucratividade “Um show de bilhões” *ISTOÉ* 02/03/2005.

muitos permanecem na condição de analfabetos, na escuridão intelectual, não tendo acesso ao moderno aparato produtivo que, muitas vezes, exige domínio de língua estrangeira. Analfabetos, não têm vislumbre do futuro, estando mergulhados nos afazeres de sobrevivência e na rotina pouco remuneradora, alimentam-se mal e adoecem. Doentes, não podem auferir dos tratamentos hospitalares de boa qualidade ou dos serviços médicos à disposição da classe média e alta.

A elite tem mecanismos para socializar os mecanismos que mantêm a saúde disponível para uma pequena parcela da população. As condições habitacionais dos excluídos, mesmo estando em pleno centro da cidade, são indignas da condição humana e de patamares mais elevados de civilização. Cortiços e favelas não possuem esgoto (sendo locais propícios para a disseminação de enfermidades variadas), água tratada é instalada somente em pontos esparsos. Habitações precárias, “subnormais”, geralmente encontram-se periferizadas em relação aos empregos que melhor remuneram. Os habitantes destes locais segregados estão física e intelectualmente impedidos de produzir. Não produzindo, estão condenados ao desemprego, à lacuna de trabalho e a não consumir mesmo o mínimo necessário condizente à dignidade humana.

DESEMPREGO/LACUNAS DE TRABALHO EM METRÓPOLES BRASILEIRAS

Para as estatísticas oficiais, há distinção entre as diversas categorias de desempregados: podem fazer parte da PIA –População em Idade Ativa– e da PEA –População Economicamente Ativa. A PIA é formada pela população com 10 anos ou mais que, em tese, poderá entrar para o assim denominado “mercado de trabalho”. A PEA é formada pela PIA que está trabalhando ou encontra-se desempregada. Na globalização, há formas perversas de “escolha” da força de trabalho humano, fragmentando-a em um cada vez maior número de tipos de desemprego. Vejamos⁹: 1) desemprego aberto é constituído por pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias ou não exerceram atividade alguma, com vínculo empregatício, nos últimos 7 dias de um censo ou pesquisa; 2) desemprego oculto por trabalho precário: trabalho irregular, remunerado ou não, desempenhado por pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias ou nos últimos 12 meses de uma pesquisa ou censo; 3) desemprego oculto pelo desalento, em que se enquadram pessoas que não possuem trabalho, nem o procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho, mas que estiveram à procura de trabalho nos últimos 12 meses da pesquisa ou do censo; 4) inativos, categoria constituída pela

⁹ Definições e conceitos conforme Governo do DF/SEADE/DIESSE, 2004.

PIA menos PEA, ou seja, aquela porção da PIA, na faixa etária acima de 10 anos, que não está ocupada ou desempregada.

Outra categorização é oferecida por Claus Offe: 1) “Inativos” –crianças, aposentados, doentes, donas de casa, etc; 2) Indivíduos “no” mercado de trabalho, com “relação contratual de trabalho” ou os “disponíveis” para trabalhar, também denominados “*desempregados* registrados”, que possam estar recebendo “benefícios previdenciários”; 3) “efetivamente empregados”, com contrato e salário; 4) “Independentes” ou “autônomos”, que não necessitam vender sua “força de trabalho” porque possuem “meios de produção”, conforme salienta Offe (1989).

Há, todavia, que ressaltar uma outra categoria, não elencada nas estatísticas, que é a constituída pelas lacunas de trabalho. Estas se tornam mais evidentes a partir da globalização/fragmentação e modernização da economia mundial, afetando sobremaneira os países subdesenvolvidos em especial, como referido acima. Todavia, os países desenvolvidos ou industriais não estão livres deste processo. As lacunas de trabalho são frutos da não-criação de postos novos de atividades ou da eliminação de lugares de trabalho antigos, que não voltam a ser preenchidos. Há uma dificuldade para a percepção das lacunas de trabalho, pois não constam dos levantamentos estatísticos oficiais. O trabalhador que foi dispensado sempre será considerado um desempregado, mas aquele que jamais exerceu uma atividade é desempregado de outra natureza, pois só encontrou postos de trabalho preenchidos e vagas inexistentes devido a cortes ou pela não-criação de postos novos. Para ambos, Lojkin refere o termo precarizados¹⁰, ao menos para o caso da França; para o caso brasileiro, talvez pudéssemos cunhar o termo descartáveis, pois já não diz respeito aos componentes de “exército de reserva” do passado, a que se referia Marx, mas de “estoque de lacunas de trabalho”, correspondente ao número de descartáveis que possamos contabilizar¹¹. Todavia, o estoque das lacunas de trabalho não é transparente, esconde-se nas grandes cidades e somente poderá ser avaliado por pesquisas diretas nas empresas ou junto aos que, mesmo em idade adulta, ainda não foram absorvidos no mercado de trabalho, sendo, portanto, “cidadãos-de-segunda-categoria”, não incluídos na massa dos que produzem e consomem. No caso da América Latina, em especial do Brasil, ampliam-se as lacunas de trabalho e, com elas, os que são condenados a serem pobres e excluídos. Na sequência, analisaremos estatísticas da situação do desemprego nas principais metrópoles brasileiras para as quais desde algum tempo há dados disponíveis.

10 Termo utilizado por Jean Lojkin em conferência realizada na UnB em junho de 1994.

11 Denuncia-se na imprensa que algumas empresas se têm recusado a contratar pessoas com pouco mais de 40 anos, considerando-as “velhas”.

DESEMPREGO METROPOLITANO

Embora as grandes cidades sejam as mais visadas pelos que procuram emprego, é nelas também que a massa de desempregados é mais evidente. Todavia, é também nas metrópoles que o IBGE ou o sistema SEADE/DIEESE elaboram pesquisas regulares sobre emprego/desemprego. Registre-se que a preocupação com desemprego não se restringe a datas recentes, mas recua no tempo. Para não retrocedermos muito, basta que analisemos períodos de crise, como aquela que abalou a economia brasileira entre 1981 e 1983. Álvaro Diaz (1988: 39) analisa dados da queda de empregos desse período de crise, entre 1981 e 1983 em alguns setores industriais: indústria metalúrgica 29%; indústria de transporte 32%; indústria mecânica 47%; material elétrico e comunicações 51 %.

Diaz (1988: 39) ainda acrescenta que “para dar uma idéia de magnitudes, basta assinalar que o DIEESE estimou que entre 1979/1984, na base territorial de cinco sindicatos de metalúrgicos e químicos do Estado de São Paulo, foram demitidos mais de 125.000 trabalhadores. Somente entre os metalúrgicos houve mais de 119.000 despedidos”. Todavia, na mesma análise o autor antecipa o que se poderia denominar de lacuna de trabalho, pois “entre 1983 e 1986 a produção industrial cresceu 17%”: o patamar de emprego não havia se recuperado enquanto ocorreu incremento da produtividade. Isso vem demonstrar o caráter histórico e crônico do desemprego e da eliminação de postos de trabalho, uma vez que, com menor número de operários em relação ao ano base, a produtividade aumentou.

No exame dos dados de desemprego desta década, a Tabela 1 mostra uma relativa estabilidade, em patamares elevados, das taxas de desemprego. Os percentuais de todas as metrópoles pesquisadas indicam que, em dezembro de 2001, apenas Porto Alegre possuía menos do que 15% da PEA desempregada, algo ao redor de 250.000 pessoas; enquanto isso, São Paulo e Belo Horizonte com 1.640.800 e 370.630 desempregados, representavam, respectivamente, 17,8% e 17,7% da PEA fora de atividade e ocupando uma posição intermediária. Com taxas mais elevadas vamos encontrar Brasília, Recife e Salvador, com, respectivamente, 174.040, 304.420 e 438.670 das respectivas PEAs sem emprego, o que acarretou as mais elevadas taxas entre as seis metrópoles objetos de pesquisa do sistema SEADE/DIEESE, 19% para a primeira e 20,5% e 27,4% para Recife e Salvador, respectivamente (Tabela 1).

TABELA 1
PEA e desemprego em seis metrópoles brasileiras – 2001/2004

Cidade	PEA dez/01	Desempregados	% dez/01	% jul/02	% jul/03	% jul/04	% dez/04
Brasília (DF)	916.000	174.040	19,0	20,3	23,3	20,9	19,3
Belo Horizonte	2.094.000	370.630	17,7	17,7	19,7	19,6	17,0
Porto Alegre	1.692.000	250.410	14,8	15,9	17,7	16,3	14,4
Recife	1.485.000	304.420	20,5	20,8	23,9	23,5	21,2
Salvador	1.601.000	438.670	27,4	27,7	28,9	25,3	24,8
São Paulo	9.218.000	1.640.800	17,8	18,1	19,7	18,5	17,1

Fonte: Governo do DF/SEADE/DIEESE *Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal: julho/2002; julho/2004; dez/2004.*

De 2001 até 2004 praticamente não houve grande alteração neste quadro de desemprego, mesmo com mudança de governo, em 2002. Em dezembro de 2004 ocorreu pequena elevação nas taxas de Brasília e de Recife, enquanto que, nas demais metrópoles, a redução se atribui ao aumento sazonal de vagas no comércio e na indústria em razão dos festejos de fim de ano.

Os dados de janeiro de 2005, divulgados por meio eletrônico pelo sistema SEADE/DIEESE, não revelam significativas alterações no quadro de emprego e desemprego, pois, mesmo após as festas de fim de ano, as contratações foram mantidas por muitas empresas. Aliás, comparando-se os dados dos últimos meses de 2004 com os de janeiro de 2005, nota-se pequena redução das taxas de desemprego para quase todas as metrópoles pesquisadas. As taxas para janeiro de 2005 são as seguintes e devem ser comparadas com os dados da Tabela 1: Belo Horizonte 17,3%; Brasília (DF) 19,2%; Porto Alegre 16,7%; Recife 20,5%; Salvador 24,8% e São Paulo s/d.

Em dezembro de 2003, os serviços perfaziam 55,6% dos ocupados em atividades econômicas, que aumentaram em dezembro de 2004 para 56,7% ou, em números absolutos, 544.600 pessoas (Tabela 2). Isso também indica a má distribuição dos ocupados, pois a segunda atividade – a administração pública – ocupava, em 2003, 20,6%, reduzindo-se em 2004 para 18,7%, ou 179.400 pessoas, em números absolutos.

TABELA 2
Estimativa de ocupados por setor de atividade econômica DF- dez. 2003/04

Setores	2003		2004 (1)	
	Nº	%	Nº	%
Total	901.000	100,0	959.800	100,0
Ind. Transformação	320.400	3,6	31.800	3,3
Construção Civil	29.600	3,2	35.100	3,6
Comércio	143.100	15,9	161.200	16,8
Serviços	501.500	55,6	544.600	56,7
Administração Pública	185.300	20,6	179.400	18,7
Outros (1)	9.100	1,1	7.700	0,8

Fonte: Governo do DF/DIEESE/SEDE, 2004.

(1) Inclui trabalhadores da agropecuária, embaixadas, consulados representações e oficiais e políticas.

Portanto, a rigor, Brasília, não seria, como se propala, a cidade dos funcionários públicos, pois não é essa a atividade que mais emprega. Aliás, o comércio, com 161.200 empregados em dezembro de 2004, encontra-se em terceiro lugar, com 16,8% dos ocupados da Capital. Uma outra revelação das estatísticas: são insignificantes as demais atividades, em termos de ocupação de mão-de-obra; tanto que, com pouco mais de 3% dos ocupados, a indústria da transformação e a construção civil, não empregavam, juntas, mais de 67.000 pessoas em dezembro de 2004 (Tabela 2), uma outra precariedade do mercado de trabalho local.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A modernização que perpassa a urbanização/metropolização na América Latina, por via da globalização aqui analisada, não permite uma conclusão, como tradicionalmente se poderia esperar. A urbanização é um processo em curso, assim como a modernização e a globalização, podendo se apresentar de forma cambiante em alguns pontos do planeta e mesmo no interior dos continentes. Mas, com o sentido de encerrar este trabalho, o que podemos sugerir ou indicar, no pouco espaço que nos resta?

Em primeiro lugar, que a América Latina se liberte das imposições de organismos internacionais, atenuando a dependência externa. Em tempos de acelerada globalização, governos se submetem aos ditames externos, seja para “obter investimentos”, seja seguir cartilhas como a que sugere estabilidade financeira e monetária por meio de taxa elevada de juros, que pretensamente impediria o deslanchar da infla-

ção. As cartilhas do neoliberalismo têm-se mostrado ineficazes, quando não provocadoras de desemprego e exclusão e deflagrando protestos populares em diferentes países da América Latina. Por essa via, chega-se também ao já constatado empobrecimento da população em todo o continente. Há, ainda, a perda da soberania e a submissão dos países a normas, ditames, barreiras alfandegárias e resoluções que solapam a autonomia e a gestão interna de territórios e seus recursos. Nessa direção pode-se avaliar que um determinado país não pode exportar seus recursos naturais ou produtos industrializados porque os países ricos taxam as importações ou subsidiam a produção interna, inviabilizando um comércio internacional em igualdade de condições, o que tem sido demonstrado até pela OMC, dando ganho de causa às exportações da soja brasileira para os Estados Unidos. Desta forma, se os protestos e rebeliões de rua disseminam-se no continente, os governos deverão estar preparados para alterar o enfoque de suas políticas econômicas calcado nos modelos do neoliberalismo e nas determinações modernizadoras de agências e organismos internacionais.

Em segundo lugar, mas não menos importante, desenvolver um programa de geração e distribuição de renda em todo o continente, valorização do trabalho assalariado, com o que aumentaria a poupança interna, possibilitando um mercado regional mais sólido, ao abrigo de um MERCOSUL revigorado. Salários mais justos e distribuição dos bens socialmente produzidos reduziriam em muito as taxas de desemprego, ganhando-se em produtividade no campo e na cidade com ampliação dos investimentos internos sem a desesperada busca de dólares no exterior.

BIBLIOGRAFIA

- Buarque, C. 2003 *O que é apartação: o apartheid social no Brasil* (São Paulo: Ed. Brasiliense).
- Buarque, C. 1994 *A Revolução das prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética* (São Paulo: Paz e Terra).
- Chomsky, N. 2002 "Democracia e mercados na nova ordem mundial" em Gentili, Pablo (org.) *Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO).
- Colbari, A. L. 1995 *Ética do trabalho* (São Paulo: Letras & Letras-Ed. da FCAA-UFES).
- Coriat, B. 1989 *A revolução dos robôs: o impacto sócio-econômico da automação* (São Paulo: Busca Vida).
- Correio Braziliense* 06/03/2005.

Correio Braziliense 20/01/2005.

Costa, Florência 2005 “Vitrine Brasil” em *ISTOÉ*, N° 1842 (São Paulo).

Diaz, A. 1988 “Crise e modernização tecnológica na indústria metalmeccânica brasileira” em Neder, Ricardo Toledo *et al.* *Automação e movimento sindical no Brasil* (São Paulo: Hucitec).

Eco, U. 2004 “História de complôs” em Barret-Ducroq, François (org.) *Globalização para quem?* (São Paulo: Futura).

Friedmann, G. 1983 *O Trabalho em migalhas* (São Paulo: Ed. Perspectiva).

Governo do Distrito Federal /DIEESE/SEDE 2004 *Pesquisa de emprego e desemprego do Distrito Federal – Resultados: dezembro de 2004* (Brasília: GDF).

Governo do Distrito Federal /DIEESE/SEDE 2004 *Pesquisa de emprego e desemprego do Distrito Federal – Resultados: julho de 2004.* (Brasília: GDF).

ISTOÉ (São Paulo) N° 1846, 02/03/2005.

Latour, B. 1994 *Jamais fomos modernos* (Rio de Janeiro: Ed. 34).

Le Goff, J. 2004 “As mundializações à luz da história” em Barret-Ducroq, François (org.) *Globalização para quem? Uma discussão sobre os rumos da globalização* (São Paulo: Futura).

Micheo, A. 1979 “O caso Carter: um fenômeno planejado” em Assmann, Hugo (org.) *A trilateral, nova fase do capitalismo mundial* (Petrópolis: Ed. Vozes).

Offe, C. 1989 *Capitalismo desorganizado* (São Paulo: Ed. Brasiliense).

Paviani, A.; Ferreira, I. C. B. e Barreto, F. F. P. (orgs.) *Brasília – dimensões da violência urbana* (Brasília: Editora UnB), no prelo.

Paviani, A. 1999 “Exclusão social pelo desemprego/lacunas de trabalho” em *Novos estudos de geografia urbana brasileira*.

Paviani, A. e Pires, N. de P. 1993 “Apropriação de recursos e a gestão externa de territórios: as novas configurações e mapeamentos” em Santos, Milton *et al.* (orgs.) *O novo mapa do mundo – fim de século e globalização* (São Paulo: Hucitec/Anpur).

Paviani, A. 1991 “A construção injusta do espaço urbano” em Aldo Paviani (org.) *A conquista da cidade – movimentos populares em Brasília* (Brasília: Editora UnB).

Paviani, A. 1989 *Brasília: a metrópole em crise* (Brasília: Editora UnB).

Piquet, R. 1998 *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.).

Pochmann, M. 2004 “O país subserviente” em *Carta Capital* (São Paulo) Ano XII, N° 323.

- Romero, J. L. 2004 *América Latina: as cidades e as idéias* (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ).
- Santos, M. 2000 *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record).
- Santos, M. 1994 “O retorno do território” em Santos, Milton *et al.* (orgs.) *Território – globalização e fragmentação* (São Paulo: Hucitec/Anpur).
- Santos, M. 1990 *Metrópole corporativa fragmentada – o caso de São Paulo* (São Paulo: Nobel).
- Santos, M. 1979 *O espaço dividido – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves).
- Stiglitz, J. E. 2003 *A globalização e seus malefícios* (São Paulo: Futura).

SANDRA LENCIONI*

REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL. RADIOGRAFIA DA DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO INDUSTRIAL E DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

INTRODUÇÃO

Atualmente, o desenvolvimento industrial brasileiro, embora apresente mais equidade na distribuição territorial das indústrias e no número de empregos, é ainda muito desigual, como que espelhando tantas outras assimetrias iminentes ao país. Essas desigualdades sociais e territoriais, quando assumem o sentido de discrepâncias agudas, parecem nem mais se constituírem em desafio que temos de superar, mas em pesadelo do qual temos dificuldade em acordar.

Nesse cenário de desigualdades, a economia industrial brasileira vem apresentando crescimento, porém sua expansão não se desdobrou numa ampliação equivalente do emprego industrial; tanto que a participação do emprego industrial no conjunto das ocupações brasileiras no final do século XX é muito próxima à dos anos 40 desse mesmo século, quando a indústria era muito pouco expressiva.

Com o processo de reestruturação produtiva que assolou o mundo e trouxe profundas modificações no parque industrial brasileiro, houve uma perda significativa do emprego industrial. Para se ter uma idéia dessa perda, vale lembrar que nos anos de 1970 o emprego indus-

* Professora Titular do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

trial significava 20% dos empregos do país, tendo passado, nos anos de 1990, para 13%. E essa perda ganha mais expressão quando vemos que entre 1980 e 1990 foram eliminados um milhão e meio de postos de trabalho na indústria¹.

Nessa radiografia da dinâmica recente do emprego industrial vamos tratar, especificamente, da indústria de transformação. Portanto, os dados aqui registrados dizem respeito apenas a esse setor industrial, extraindo-se as considerações a respeito da indústria extrativa e agroindústria.

Em primeiro lugar, gostaríamos de observar que houve uma diminuição geral no número de postos de trabalho na indústria ao lado de um rearranjo na distribuição territorial da indústria, muito embora essa continue, ainda, muito concentrada no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo.

Tomando-se em consideração os setores industriais, as indústrias com expressiva presença do capital nacional e que operam com mão-de-obra intensiva, como as têxteis e de calçado, tenderam a um movimento de desconcentração industrial em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, enquanto aquelas intensivas em tecnologia, em grande parte de predomínio ou de capital transnacional, tenderam a se concentrar no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, privilegiando, aí, a capital; ou seja, a cidade de São Paulo, sua região metropolitana e o entorno dessa região. Isso porque é nessa porção do território que se encontram, de forma significativa e mais eficiente, as condições gerais de produção necessárias às indústrias intensivas em tecnologias e às indústrias de alta tecnologia. Nessa região é que se apresenta uma infra-estrutura necessária a essas indústrias, como, por exemplo, a presença de aeroportos internacionais, de trabalhadores altamente qualificados, bem como de eficientes redes de comunicações e uma extensa rede de fibra ótica.

Esse cenário indica que uma nova diferenciação regional, que é produto não mais da simples presença, densidade ou ausência da atividade industrial nas diferentes regiões do País, mas, sobretudo, do tipo de indústria que se instala nas diferentes regiões do País. Esse cenário é novo e, embora muito dele se deva à mobilidade territorial das indústrias que operam com força de trabalho intensiva, não se confunde com a mobilidade territorial das indústrias havida em décadas anteriores ao processo de reestruturação produtiva. Não se confunde porque embora seja, igualmente, um processo de mudança de localização territorial, ele é de outra natureza. Àquele, o anterior, se relaciona a uma fase do processo de industrialização brasileira que se desenvolveu baseada numa política de substituição

1 A respeito da diminuição do emprego industrial no Brasil, ver Pochmann, 2002 e 2004.

de importações, de protecionismo alfandegário e de uso intensivo dos fundos públicos. Esse outro, que acompanha a reestruturação produtiva, se relaciona às políticas neoliberais e ao incremento de uma arquitetura produtiva estruturada em torno de empresas organizadas em redes e em empresas-rede². A expressão máxima desse novo encontra-se, como dissemos, em São Paulo, na cidade, na região metropolitana e no entorno metropolitano. É aí que é mais visível o rompimento com a industrialização característica da fase de substituição de importações, pois é nessa metrópole que se expressa, de forma mais acabada e mais acentuada, a sobredeterminação de um espaço de fluxos que a configura como uma metrópole dispersa e amplamente estendida territorialmente com densos e fortes vínculos internacionais.

Nessa metrópole ampliada, o centro, a cidade de São Paulo, passou por um processo bastante acentuado de perda do emprego industrial, muito embora seja ainda e, de longe, a maior cidade industrial do País. A reestruturação produtiva significou, portanto, uma desconcentração da indústria de São Paulo e da região metropolitana para o interior paulista; mas significou, também, uma dispersão territorial da indústria para outros estados. Isso não quer dizer que houve uma transferência de plantas industriais localizadas na cidade de São Paulo; isso, essa relocação, pode ter até ocorrido, mas sobretudo o que houve foi a eleição de novas localizações para a instalação de novas industriais.

A DINÂMICA DO EMPREGO INDUSTRIAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Analizando a tabela a seguir (Tabela 1), que compreende um período de 13 anos, entre 1989 e 2002, justamente o período em que a reestruturação produtiva transformou profundamente a atividade industrial, podemos ver que, em primeiro lugar, há uma diminuição no número de trabalhadores, de cerca de um milhão de empregos. Em segundo lugar, podemos observar que nas principais metrópoles do País o decréscimo no número de trabalhadores não só é geral, mas muito intenso, destacando-se a metrópole de São Paulo e do Rio de Janeiro com uma diminuição maior que 50%. Em torno de 40% temos Porto Alegre, Belém e Salvador. E, apresentando as menores perdas, entre 23% e 13%, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Fortaleza.

2 Em relação à discussão da constituição de uma arquitetura produtiva estruturada em rede, cabe mencionar o trabalho de Veltz, 2000.

TABELA 1
Número de Trabalhadores nas Principais Metrôpoles do Brasil (1989-2002)

Metrópole	1989	2002	Variação Percentual 1989-2002
Belém	24.376	14.553	- 40,3
Belo Horizonte	77.527	59.263	- 23,6
Curitiba	84.697	71.092	- 16,1
Fortaleza	68.719	59.489	- 13,4
Porto Alegre	72.084	40.272	- 44,1
Recife	45.200	27.692	- 38,7
Rio de Janeiro	343.968	145.580	- 57,7
Salvador	27.014	18.385	- 31,9
São Paulo	1.024.350	458.133	- 55,3
Brasil	6.151.654	5.209.774	- 15,3

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS: 1996 e 2002.

O declínio no número de trabalhadores da indústria nessas metrópoles apresenta duas sortes de situações: uma em que o crescimento no número de trabalhadores é positivo para o estado e negativo para a metrópole e, outra, em que o crescimento é negativo, tanto para o estado como um todo, como para a metrópole, como pode ser visto a seguir (Tabela 2).

TABELA 2
Taxa de Crescimento do Número de Trabalhadores da Indústria (1989-2002)

Estados com Crescimento Positivo e Metrôpoles com Decréscimo		Estados e Metrôpoles com Decréscimo	
Ceará	+ 47,0	Rio de Janeiro	- 47,7
Fortaleza	- 13,4	Rio de Janeiro	- 57,7
Paraná	+ 39,4	Pernambuco	- 39,9
Curitiba	- 16,1	Recife	- 13,4
Pará	+ 20,1	São Paulo	- 34,0
Belém	- 40,3	São Paulo	- 55,3
Minas Gerais	+ 6,4	Rio Grande do Sul Porto Alegre	- 4,8 - 44,1
Belo Horizonte	- 23,6		
Bahia	+ 2,9		
Salvador	- 31,9		

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS: 1989 e 2002.

O exame dos dados indica, claramente, que foi nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, estados de tradição industrial, que houve uma maior crise no emprego industrial, que afetou tanto a média estadual como o centro metropolitano. O Rio Grande do Sul, embora apresente taxa negativa estadual, essa está muito aquém dos três estados referidos.

Tomando-se como referência um período mais curto, compreendido entre 1996 e 2002, portanto, o final do século XX e início do século XXI, que permite visualizar as mudanças mais recentes e, ainda, examinando em detalhe cada região metropolitana, vamos encontrar situações distintas. Contudo, prevalece um fato comum a todas as regiões metropolitanas: o núcleo metropolitano continua a perder emprego industrial ou apresenta uma expansão pequena, de cerca de 2%, nos casos de Belém, Fortaleza e São Paulo, salvo Curitiba com crescimento positivo de 6,7%.

Na região Norte, a região metropolitana de Belém, como apontamos, apresenta uma variação positiva do emprego industrial na capital, de apenas de 1,2%. É Belém que concentra a atividade industrial da região metropolitana, abrigando 62% dos trabalhadores da região metropolitana em 2002. Para 1996, os dados indicam porcentagem maior, de 74,3%. Outro município de importância industrial na região metropolitana de Belém é Ananindeua, que, embora em 2002 apresente metade do número de trabalhadores de Belém, apresentou, entre 1996 e 2002, um crescimento de 48%³.

No Nordeste, das três regiões metropolitanas –Fortaleza, Recife e Salvador– apenas em Fortaleza se repete a situação encontrada em Belém, de variação positiva no emprego industrial, mas, também, muito incipiente, de 1,4%. Para Recife e Salvador, a variação foi negativa; no primeiro caso, de menos 14,4% e, no segundo, de menos 11,9%⁴.

Na região metropolitana de Fortaleza, é em Fortaleza que se concentra o maior número de trabalhadores, com a cifra de 55,5% para 2002, cabendo lembrar que essa diminuiu, já que em 1996 era de 70,4%. O segundo lugar é ocupado pelo município de Maracanaú. Destacam-se, também, os municípios de Caucaia, Maranguape e Eusébio. Nesses, as maiores taxas de crescimento estão nos municípios com menor número de postos de trabalho⁵.

Comparando-se a região metropolitana de Fortaleza com a de Recife, essa possui um contingente de trabalhadores menor, tendo passado de 32.346 em 1996, para 27.692 em 2002. Nos demais municípios da região metropolitana de Recife destacam-se os municípios de Jaboatão dos Guararapes, com um crescimento no período de 3,8%. Em segundo lugar, Paulista, que passou de 7.890 trabalhadores para 5.614,

3 O número de trabalhadores na indústria de transformação de Belém era para 1996, 14.380 e para 2002, 14.553. Ananindeua registra os seguintes dados: em 1996, 4.718 e, em 2002, 6.995.

4 Fortaleza passou de 58.695 trabalhadores em 1996, para 59.489 em 2002. Recife, de 32.346 para 27.692 e, Salvador, de 20.864 para 18.385.

5 De 1996 a 2002, Maracanaú passou de 14.442 trabalhadores para 17.277, registrando um crescimento de 19,4%. Maranguape, de 2.054 para 7.107, com um crescimento de 245% e, Eusébio, de 3.157 para 5.055. Para Caucaia os dados não estão disponíveis.

apresentando, portanto, uma variação negativa, de quase um terço, precisamente de 28,7%, maior que de Recife, a indicar um problema, já que Paulista se constitui num dos centros industriais mais tradicionais do Nordeste. Olinda praticamente não registra alteração, já que apresenta um crescimento de apenas 0,7% e Cabo de Santo Agostinho, uma variação de 13,4%⁶.

Diferente da região metropolitana de Recife, para a de Salvador os principais municípios da região metropolitana do ponto de vista do emprego industrial apresentam taxas positivas: Lauro de Freitas, com 134,1%, Camaçari, com 48,3% e Simões Filho com 6%⁷.

No Sudeste, apresentamos alguns dados das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte, deixando para análise posterior a metrópole de São Paulo, que se constitui no maior aglomerado metropolitano da América Latina e centro econômico do País.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro e na de Belo Horizonte houve um decréscimo no número de trabalhadores. Para o Rio de Janeiro essa perda foi de menos 19,7% e para Belo Horizonte, de -6,1%. Em ambos os casos é o núcleo metropolitano que mais perde postos de trabalho. No município do Rio de Janeiro houve uma perda de cerca de 50.000 postos de trabalho e em Belo Horizonte, 5.690⁸.

Dentre os demais municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, o destaque é para o município de Duque de Caxias, que possui o maior número de postos de trabalho, seguido de São Gonçalo, Nova Iguaçu, Niterói e São João do Meriti. Desses, Niterói e Nova Iguaçu conheceram declínio acentuado; em Niterói, de menos de 28,3% e em Nova Iguaçu, de menos 23%. Esses dados confirmam, mais uma vez, a industrialização francamente regressiva da região metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo se lembrarmos os dados relativos ao município do Rio de Janeiro.

Em relação à região metropolitana de Belo Horizonte, a capital perdeu cerca de 6.000 empregos⁹. Os principais municípios da região metropolitana, do ponto de vista industrial: Contagem e Betim, também apresentam índices negativos, a indicar o quanto a região metropolitana vem sendo afetada, do ponto de vista do emprego industrial, pelas mudanças econômicas em curso¹⁰.

6 Olinda passou, no período de 1996 para 2002, de 3.785 postos de trabalho para 3.812. Cabo de Santo Agostinho, de 5.201 para 5.990.

7 Em 1996 Lauro de Freitas registrou 1.388 postos de trabalho e, em 2002, 3.250. Camaçari, 9.798 e 14.528, respectivamente. Simões Filho, 7.731 e 8.196.

8 Precisamente, foram eliminados no município do Rio de Janeiro 49.422 postos de trabalho.

9 Exatamente, passou de 64.953 para 59.263.

10 Contagem passou de 38.386 trabalhadores em 1996 para 31.701 e Betim, de 29.829 para 25.416, respectivamente.

As regiões metropolitanas do Sul, Curitiba e Porto Alegre, quanto ao núcleo metropolitano apresentam dinâmicas diversas, pois enquanto em Curitiba há expansão no número de postos de trabalho, em Porto Alegre há retração.

Na região metropolitana de Curitiba, o município de Curitiba, como já apontamos, apresenta expansão no número de postos de trabalho da ordem de 6,7%. Embora seja uma expansão positiva, esse índice está longe da expansão havida nos municípios de maior expressão industrial da região, a saber: São José dos Pinhais (71,2%), Pinhais (26,1%), Campo Largo (14,9%) e Colombo (24,4%)¹¹.

Na região metropolitana de Porto Alegre cabe destacar os municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas¹². Todos esses municípios apresentam expansão no número de postos de trabalho, comportamento inverso de Porto Alegre. Enquanto nesse município a variação foi negativa (-14,8%), foi positiva em Novo Hamburgo (10%), São Leopoldo (31,3%) e em Canoas (5,9%)¹³.

Deixamos por último a metrópole de São Paulo, que, como decorrência do processo de desconcentração industrial em direção ao interior do estado paulista, configurou-se uma cidade-região açambarcando municípios de quatro regiões administrativas: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista. Essas quatro regiões administrativas acrescidas da região metropolitana de São Paulo foram responsáveis, no ano 2000, por 32,4% do PIB nacional e 83,9% do PIB gerado no Estado de São Paulo. A riqueza concentrada nessas cinco regiões administrativas é próxima à da soma do PIB das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do País¹⁴.

11 São José dos Pinhais passou de 11.220 trabalhadores para 19.211; Pinhais, de 5.961 para 7.514; Campo Largo, de 6.511 para 7.481 e Colombo, de 4.826 para 6.004.

12 Uma observação é digna de nota. A região metropolitana de Porto Alegre apresenta mais de 8 municípios em 2002 em relação ao ano de 1996, anos em que estamos procedendo a comparação. Apresenta mais 8 municípios, tendo alguns origem em desmembramentos, enquanto outros foram incorporados à região metropolitana. A grande parte dos casos dos novos municípios resultou de desmembramentos. Os outros se deveram a incorporação à região metropolitana, mas devido ao fato de serem pouco significativos do ponto de vista industrial, as distintas bases territoriais, de um ano e de outro, não comprometem a comparação.

13 Novo Hamburgo passou de 30.357 trabalhadores para 33.392; São Leopoldo, de 14.084 para 18.501 e Canoas, de 13.000 para 13.773.

14 A Região Metropolitana de São Paulo e a de Campinas apresentaram um Produto Interno Bruto (em dólares de 1998) da ordem de 202.883.211.035. As cinco regiões administrativas, um total de 248.475.666.091. O PIB nacional corresponde a 767.901.910.223 e o do Estado de São Paulo a 296.434.982.188. A soma do PIB das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do País corresponde a 295.884.843.429. Fonte: Dados Básicos, IBGE e IPEA, 1996.

Na região metropolitana de São Paulo houve crescimento de 9,3% no número de trabalhadores devido à expansão havida em alguns municípios da região metropolitana¹⁵. No município de São Paulo, a taxa de crescimento foi de 2,4%, tendo o número de trabalhadores passado de 607.530 para 622.326. Considerando-se os municípios da região metropolitana, onde o número de trabalhadores é mais expressivo, podemos afirmar que houve variação positiva em Guarulhos (18,1%), Santo André (23,9%), Santana do Parnaíba (119,7%), Diadema (4,4%) e Osasco (47,7%). A variação negativa ficou por conta de São Bernardo do Campo, com menos 2,9% de trabalhadores ocupados na indústria e São Caetano do Sul, com menos 15,4%.

Contudo, para o caso paulista um exame da região metropolitana em si mesma é inadequado, pois se do ponto administrativo a região metropolitana é conformada por 39 municípios, do ponto de vista econômico e, sobretudo dizendo respeito à atividade industrial, não é possível separar a região metropolitana do seu entorno, onde os municípios estão bastante conurbados. A região metropolitana de São Paulo acrescida da região administrativa de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista compreende uma unidade que responde por 70,2% dos estabelecimentos industriais do estado, 73,2% do pessoal ocupado e, igualmente, 78,8% da receita líquida industrial e, ainda, 81,7% do valor adicionado¹⁶.

Nada parecido ocorre com as outras regiões metropolitanas examinadas. Reiterando, nada parecido ocorre nas outras metrópoles do país. Nessas, a tendência de expansão no número de postos de trabalho se dá nos municípios adjacentes ao núcleo e, além do mais, em poucos, não havendo nenhum processo de espraiamento do trabalho industrial para o entorno metropolitano.

É sabido que o estado de São Paulo tem uma característica particular que o diferencia dos demais estados do país, na medida em que é aqui que se concentram as condições gerais necessárias à reprodução do capital, as quais não ocorrem apenas na região metropolitana, mas a ultrapassam por centenas de quilômetros. É essa característica que confere ao estado paulista a possibilidade de espraiamento industrial para além da região metropolitana, num território bem mais amplo e dotado de todas as condições para a implantação industrial, mormente no que diz respeito às indústrias de alta tecnologia e às indústrias inovadoras.

Isso significa dizer que o processo de desconcentração industrial havido em São Paulo é específico e particular a essa metrópole, não se

15 A região metropolitana de São Paulo registra para 1996, 1.101.334 e, para 2002, 1.203.500 trabalhadores.

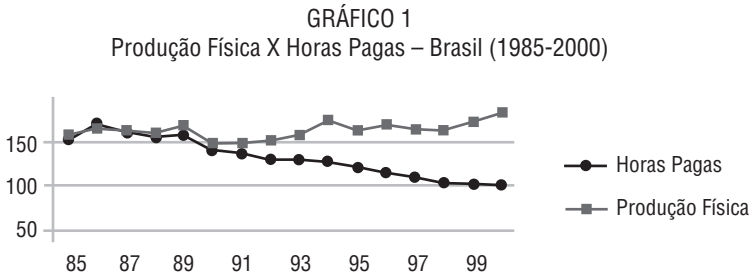
16 Seade, 2001.

encontrando casos similares nas outras metrópoles brasileiras. Isso não se confunde com a expansão do emprego industrial no interior de cada estado, referente às regiões metropolitanas examinadas. Não se confunde porque nos casos da expansão no número de trabalhadores, essa expansão não desenhou, em nenhuma região metropolitana, uma concentração de postos de trabalho no entorno da região. Ao contrário, nessas regiões metropolitanas a densidade de postos de trabalho se circunscreve não só no núcleo metropolitano, apesar do decréscimo havido em alguns casos e apesar da pouca expansão em outros –salvo Curitiba–, mas, sobretudo, em alguns poucos municípios adjacentes a esse núcleo.

O DECLÍNIO DAS HORAS PAGAS NA ATIVIDADE INDUSTRIAL E DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

As transformações havidas na dinâmica do emprego industrial se fizeram acompanhar pela diminuição da quantidade de horas pagas na indústria, apesar do crescimento de sua produção física; ou seja, apesar do crescimento no número de produtos produzidos. Dizendo de uma outra maneira, se produz mais, sim, mas se paga cada vez menos.

O gráfico 1, a seguir, é muito elucidativo da afirmação acima, pois mostra com nitidez a correlação oposta entre a produção física da indústria e as horas pagas ao trabalhador.



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física e Dados Gerais.

Por meio desse gráfico podemos inferir que houve um crescimento da produtividade do trabalho, que guarda relação direta com o progresso técnico e as novas formas de organização do trabalho. Também nos induz a pensar nas diversas modalidades de trabalho não formal que, sabemos, também se faz presente na atividade industrial.

Além da diminuição das horas pagas na indústria, houve uma expressiva depreciação na remuneração do trabalho industrial. Analisaremos, a seguir (Tabela 3), a remuneração do trabalho industrial, segundo as regiões metropolitanas no período de 1996 e 2000. Expressa

em salários mínimos, dividimos a remuneração em dois conjuntos: o primeiro, que compreende a faixa de menos de 1 salário mínimo a 3 salários mínimos, denominada de “faixa inferior” e o segundo, acima de 3 salários mínimos, referida como “faixa superior”.

TABELA 3
Remuneração do trabalhador na indústria 1996-2002 (%)

Regiões Metropolitanas	1996		2002	
	Até 3 SM	Acima de 3SM	Até 3 SM	Acima de 3SM
RM de Belém	59,2	40,8	74,1	25,9
Belém	55,9	44,1	96,2	3,8
RM de Belo Horizonte	40,0	60,0	55,3	44,7
Belo Horizonte	53,0	47,0	64,1	35,9
RM de Curitiba	36,3	63,8	48,2	51,8
Curitiba	31,3	68,7	44,0	56,0
RM de Fortaleza	77,4	26,8	86,3	13,7
Fortaleza	78,0	22,0	88,3	11,7
RM de Porto Alegre	41,5	58,5	54,7	45,3
Porto Alegre	30,1	69,9	49,0	51,0
RM de Recife	50,4	49,6	65,9	34,1
Recife	57,3	42,7	65,6	34,4
RM do Rio de Janeiro	41,7	58,3	52,3	47,7
Rio de Janeiro	37,7	62,3	47,4	52,6
RM de Salvador	45,1	54,9	51,0	49,0
Salvador	64,9	35,1	74,3	25,7
RM de São Paulo	16,7	83,3	34,5	65,4
São Paulo	18,4	81,6	38,5	61,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS: 1996 e 2002.

Segundo os dados, a maior porcentagem de trabalhadores situados na faixa superior de salários encontra-se na região metropolitana de São Paulo e de Curitiba, tanto no ano de 1996 como no de 2002. Comparando-se os dois anos vemos que embora essas regiões metropolitanas estejam à frente das demais, em ambas houve um decréscimo na proporção de trabalhadores que recebem mais de 3 salários mínimos. E, inversamente, um crescimento na proporção dos que se situam na faixa inferior.

Uma segunda característica em relação à faixa superior de remuneração é que, em ambos os anos considerados, a proporção de trabalhadores com maior rendimento no núcleo metropolitano em relação

à região metropolitana se encontra nos municípios do Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

Não resta dúvida que o montante de trabalhadores situados nas faixas superiores de salário situa-se em São Paulo, mas se em 1996 essa proporção era bastante elevada (83,3 %), em 2002 é de 65,4 %, a indicar uma inflexão descendente.

Não seria, então, inexplicável que são justamente nas regiões metropolitanas de maior proporção de trabalhadores recebendo maiores salários que vamos encontrar os menores índices de trabalhadores situados na faixa inferior. Assim, lideram a menor proporção de trabalhadores com menores salários, a região metropolitana de São Paulo e de Curitiba.

Onde vamos encontrar uma proporção elevada de trabalhadores situados na faixa inferior é nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Belém e Recife. Em Fortaleza a proporção de trabalhadores que recebem até 3 salários mínimos saltou de 77,4 % para 86,3 %. Em Belém, de 59,2 % para 74,1 % e em Recife, de 50,4 % para 65,9 %.

Examinando-se o núcleo metropolitano, a proporção de trabalhadores recebendo até 3 salários mínimos aumentou em detrimento da expansão na proporção de remuneração situada na faixa superior.

Os dados indicam, portanto, que houve, do ponto de vista da remuneração do trabalhador, uma depreciação de sua remuneração. Paga-se menos ao trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvida de que vivemos um período de dispersão territorial da indústria pelo território nacional. Mas a pesquisa que efetuamos nos faz afirmar que não resta dúvida, também, que o emprego industrial apresenta uma inflexão negativa, ou seja, que se diminuem os postos de trabalho na indústria e que, ainda, estamos vivendo uma depreciação na remuneração do trabalhador.

Essa realidade reflete que a indústria passou por ajustes aos ditames hegemônicos, cuja racionalidade exige o estrangulamento do emprego industrial que vem acompanhado da depreciação clara e nítida da remuneração do trabalhador.

Por outro lado, o padrão “indústria e metrópole” –entendendo-se, aqui, o núcleo metropolitano– parece, neste início de século, se colocar de uma outra forma, já que, em geral, essa unidade tão forte no século XX se dilui, fazendo a atividade industrial crescer mais nos municípios próximos ao centro metropolitano do que nele em si mesmo. Evidentemente, excetuando-se aí São Paulo, dada a grande extensão do espraiamento da atividade industrial.

Sim, São Paulo é uma exceção no território brasileiro e os processos que aí se desenvolvem não parecem estar ocorrendo nas demais

metrópoles do Brasil. Vivemos uma situação nova em que, como dissemos, se altera a relação entre “metrópole e indústria” e que exige o avanço do conhecimento para que possamos compreender a nova dinâmica territorial da indústria e da metrópole.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo 2000 *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo).
- Benko, Georges 1995 *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI* (São Paulo: Hucitec).
- Diniz, Clélio Campolina *A dinâmica recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Texto para discussão N° 375, s/a (Brasília).
- Diniz, Clélio Campolina 2000 “Impactos territoriais da reestruturação produtiva” em Ribeiro, Luiz César de Queiroz (org.) *O futuro das metrópoles. Desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan/ FASE).
- Lencioni, Sandra 2003 “A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica” em *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR* (Belo Horizonte).
- Ministério do Trabalho e do Emprego – RAIS 1989, 1996 e 2002.
- Piquet, Rosélia 2001/2002 “A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. Planejamento e território, ensaios sobre a desigualdade” em *Cadernos IPPUR*, Ano XV, N° 2, e Ano XVI, N° 1.
- Pochmann, Marcio 2002 *Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil* (Campinas: IE/CESIT/ UNICAMP).
- Pochmann, Marcio 2004 *Reestruturação produtiva. Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social* (Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes).
- Saboia, J. 1999 “Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90” em *Boletim de Conjuntura* (Rio de Janeiro) Vol. 1, N° 4.
- SEADE –Fundação Sistema de Análise de Dados– 2001 *Pesquisa da atividade econômica paulista*.
- Serra, R. V. 2004 “Sobre impropriedades e cuidados na utilização da variável pessoal ocupado (RAIS) nos anos intercensitários” em *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP* (Caxambu).
- Veltz, Pierre 2000 *Le nouveau monde industriel* (Paris: Gallimard).

NORMA MONTES RODRÍGUEZ *

¿CÓMO TRANSITAN DEL PASADO RECIENTE AL FUTURO LA POBLACIÓN Y LAS GRANDES CIUDADES DE AMÉRICA LATINA?

INTRODUCCIÓN

El decursar de la población y el desarrollo en América Latina en el siglo pasado, sus concentraciones poblacionales y urbanización desigual por países y la forma en que se ha desenvuelto la transición demográfica hacen a América Latina un espacio de especial singularidad en el escenario mundial. La forma en que los modelos económicos irrumpen en el territorio desde la segunda mitad del siglo pasado condiciona concentraciones en ciudades de escala mundial por sus dimensiones, pero con todos los males inherentes al mundo donde se desenvuelven. El ingreso de la globalización añade aun más desigualdades y segmentaciones.

LOS COMIENZOS DEL SIGLO XX

Cuando el siglo despunta la población es joven en la región. En 1907 la esperanza de vida en seis países se encontraba entre 30 y 40 años (Argentina, Costa Rica, Cuba, Chile, México y Venezuela). Sólo un país, Uruguay, alcanzaba los 51,4 años. La población crecía de forma sostenida y se perfilaban algunos países como los sobresalientes, así Brasil y

* Profesora del "Centro de Estudios Demográficos", Universidad de La Habana, Cuba.

México ya en 1900 superaban los 10 millones de habitantes. En 1930 la región alcanzaba los 100 millones.

En las tres primeras décadas, el ritmo de crecimiento del Brasil y las pérdidas en México por la guerra civil habían hecho que se sobrepase y duplique en 1930 la población del primero (Cuadro 1).

CUADRO 1
Población de la región y Centroamérica en distintos momentos hasta 1950 (en miles)

Países	1900	1910	1920	1940	1950
Argentina	4693,0	6770,0	8972,0	14153,0	17150,0
Bolivia	1655,0	1789,0	1740,0	2153,0	2766,0
Brasil	18200,0	22316,0	27300,0	41250,0	51940,0
Centroamérica	3619,0	4069,0	4528,0	6240,0	8270,0
Chile	2911,0	3358,0	3754,0	5023,0	6082,0
Colombia	3989,6	4746,8	5911,8	8952,8	11950,0
Cuba	1573,0*	2230,0	2971,6	4554,0	5850,0
Ecuador	1104,0	1302,0	1665,0	2670,0	3300,0
México	13600,0	15200,0	15100,0	19654,0	25791,0
Paraguay	491,0*	603,0	726,0	1090,0	1351,0
Perú	3400,0	4060,0	4860,0	6200,0	7630,0
Uruguay	931,0	1189,0	1448,0	1992,0	2239,0
Venezuela	2410,0	2596,0	2818,0	3583,0	5009,0

Poblaciones estimadas y proyectadas sobre la base de datos censales de años disponibles.

*censo 1899

La transición demográfica, con las escasas estadísticas disponibles que permiten, no obstante en algunos países valorarla, se presenta ya en la región. Primero, como es conocido, desciende la mortalidad y solo después es la natalidad la que interviene para reducir el crecimiento natural. En las primeras décadas se manifiesta el ingreso de inmigrantes desde Europa meridional y ello acompaña al crecimiento poblacional y muy fuertemente al de las ciudades que ya presentaban determinada concentración, despuntando como futuras grandes ciudades.

Una breve visión de algunos momentos y países nos posibilita evidenciar el cambio en tales indicadores (Cuadro 2).

CUADRO 2
Tasas brutas de natalidad, de mortalidad y de migración neta en cuatro momentos

	Ano	Argentina	Chile	Costa Rica	Cuba	México	Venezuela	Uruguay
Tasa bruta de natalidad por mil	1902	44.0	44.7	43.1	44.7	46.1	41.8	38.8
	1912	39.1	44.4	50.8	44.9	42.8	43.6	36.5
	1922	35.0	42.4	46.0	36.8	44.9	39.7	30.1
	1942	26.0	38.3	44.6	32.0	43.5	41.0	21.6
Tasa bruta de mortalidad por mil	1902	26.0	31.6	30.0	23.7	33.1	29.2	13.7
	1912	20.1	31.5	30.5	21.4	46.2	28.3	13.5
	1922	15.0	31.3	29.5	19.3	28.1	24.5	12.6
	1942	10.0	20.1	20.2	10.9	21.7	19.3	10.3
Tasa de migración neta por mil	1902	10.4	--	5.6	5	-0.6	0.2	0.9
	1912	21.9	--	5.2	7.2	-1.9	0.7	1.3
	1922	11.3	--	1.4	15.9	-0.2	0.2	2.6
	1942	4.8	--	--	0.1	-0.3	0.4	-0.8

Cuadro construido a partir de informaciones en Brignoli, 1993: 82-85.

En Argentina, las tasas de crecimiento total descienden entre 1900-1910, con valores de 36.6/000 y 1940-1950 donde fue casi la mitad inferior con 19.2/000. Estas tasas reflejan la disminución de la mortalidad y la natalidad y el ingreso de migrantes que incidieron sobre la población argentina en especial en las primeras dos décadas del siglo XX.

En Brasil, las tasas presentan valores entre 20.6/000 en las dos décadas primeras y 20.3/000 en las subsiguientes; Brasil y Argentina reciben entre las últimas dos décadas del siglo XIX y las tres primeras del XX casi 3,5 millones de migrantes.

Colombia se mueve entre 21.4/000 en la primera década a 20.9/000 entre 1918 y 1938. Chile experimenta igualmente la reducción de la natalidad y la mortalidad y su tasa de crecimiento total no llega a los 20/000 en la primera mitad del siglo XX, siendo de las más bajas de la región. Cuba, Costa Rica y Uruguay experimentan igualmente la combinación de una reducción en el crecimiento natural unido a un ingreso por migraciones del exterior (Uruguay acoge a más de 600 mil inmigrantes y Cuba supera el millón entre finales del siglo XIX y las primeras décadas del XX). Es de destacar, además, la conducta de la mortalidad que generó, unido a lo anteriormente señalado, valores entre 33/000 y 24/000 de tasa de crecimiento total a comienzos de siglo en Cuba y Uruguay a 28.9 y 11.7/000 al alcanzar la década 1940-1950.

LAS CIUDADES

En los comienzos del siglo XX ya se cuenta con una serie de ciudades o asentamientos de relevancia en el territorio que se perfilaban cada vez más como puntos cruciales de concentración de población y funciones. Cuatro países ya tenían más del 50% de su población definida como urbana: Argentina, Cuba, Chile y Uruguay. En total en la región se alcanzaba el 33% de grado de urbanización.

Algunas de las ciudades ya a comienzos del siglo rondaban los 100 mil habitantes, tales son los casos de Buenos Aires (ya en 1885 alcanzaba los 93 mil habitantes); La Habana 242 mil (según censo de 1899); São Paulo 240 mil en 1900; Rio de Janeiro 811,4 mil en 1906 y era la mayor ciudad de América Latina; Ciudad de México 344 mil en 1900; Ciudad de Guatemala 100 mil en 1900.

¿Qué elementos favorecieron estas concentraciones? La instalación de la manufactura y de actividades terciarias favoreció la atracción migratoria que fue un factor decisivo en sus crecimientos.

Argentina, por ejemplo, recibió un fuerte contingente de inmigrantes y sus repercusiones sobre la población, entre 1841 y 1940, fueron de un 29% de incremento por el factor de la migración y otro 29% por el saldo vegetativo de sus inmigrantes, en especial en la capital. Igualmente, la migración rural-urbana contribuyó al proceso de concentración en la capital. En 1914 ya la ciudad tenía 1,5 millones y era una de las 9 grandes ciudades del mundo, y en 1920 llegó a 2,3 millones. Igualmente la presencia del puerto, el ser centro de vastas pampas y el gravitar hacia los mercados europeos fueron factores geográficos determinantes en su rápido ascenso.

La Ciudad de México, construida sobre la otrora Tenochtitlán, sólo cuatro siglos después de la conquista sobrepasaba los 300 mil habitantes. Su mayor crecimiento comienza con el desarrollo industrial varias décadas después del comienzo del siglo XX.

La Habana fue atractiva para las inversiones industriales, del sector terciario y de las instalaciones y actividades portuarias. Recibió inmigración de España en las primeras décadas del siglo XX e igualmente del campo.

Rio de Janeiro se centró después de 1822, independencia de Portugal, en la industria, el comercio y la cultura. Igualmente se localizaron dependencias de consorcios y casas matrices de diversas índoles. Su incremento medio anual fue del 2,4% en las primeras décadas del siglo XX. São Paulo tenía, en 1890, 65 mil habitantes, al tiempo que Río superaba el medio millón. El desarrollo de las inversiones en la agroindustria y los servicios asociados a la misma, la disponibilidad de energía, y la presencia de inmigrantes con alto nivel de instrucción estimularon la posterior localización de actividades industriales, siendo el

principal centro industrial del país. Ya en las primeras cuatro décadas había superado el millón de habitantes.

Todas estas ciudades fueron fuertes centros receptores de migrantes, tanto externos, de Europa meridional en los primeros tiempos, al igual que del entorno rural.

La presencia de “espacios sin ocupar” y las posibilidades económicas han favorecido una notable movilidad espacial y una ocupación marcada más por la selectividad y la dispersión que por la intensidad (Brignoli, 1993).

¿QUÉ MODELO DEFINIÓ LOS DESTINOS DE LA REGIÓN E INCIDIÓ SOBRE LA POBLACIÓN Y SU DISTRIBUCIÓN ESPACIAL?

En la segunda mitad del siglo XX y hasta los años 80 tuvo lugar un relativamente rápido crecimiento económico que fue el resultado de la apertura al modelo económico de sustitución de importaciones, en boga después de finalizada la Segunda Guerra Mundial, y que tenía en su divisa la producción para abastecer mercados locales y de esta forma no realizar importaciones de productos que podían ser desarrollados “en frontera”. Este crecimiento económico generó empleos no sólo en la industria, sino también hubo la apertura de comercios, de grandes centros comerciales y de servicios que atrajeron población hacia ellos.

En estas décadas las ciudades tuvieron un crecimiento acelerado, donde fue característico el traslado de grandes masas de habitantes rurales que buscaban recursos presentes en el medio urbano. Caracas creció un 7,6% anualmente a partir de los 40, Cali lo hizo en un 8% y São Paulo en un 7,4%.

La industrialización por sustitución de importaciones actuó en el medio urbano. La región pasa de ser predominantemente rural a urbana en décadas sucesivas a la de los 40. Este cambio se produce por acciones combinadas en las variables demográficas, con la caída de la mortalidad, la aceleración de la migración interna, el desarrollo tecnológico y las variaciones en las tecnologías.

Los indicadores de la transición demográfica siguen avanzando y así se tiene el cambio en la tasa bruta de reproducción y en la esperanza de vida desde 1950 hasta 1980 (Cuadro 3).

CUADRO 3
 América Latina. Esperanza de vida al nacimiento y tasas brutas
 de reproducción 1950-1980

País	Esperanza de vida		Tasa bruta de reproducción	
	1950-1955	1975-1980	1950-1955	1975-1980
Argentina	62.7	68.7	1.55	1.65
Bolivia	40.4	48.6	3.29	3.12
Brasil	50.9	61.8	3.00	2.05
Colombia	50.6	62.1	3.28	2.10
Costa Rica	57.2	71.4	1.95	1.82
Cuba	58.7	72.7	2.36	1.06
Chile	54.1	65.6	3.41	1.51
Ecuador	46.9	59.9	3.15	3.07
El Salvador	45.2	62.1	3.46	2.93
Guatemala	42.6	57.7	3.44	2.77
Haití	37.5	50.6	3.00	3.48
Honduras	42.1	57.1	3.44	2.63
México	50.7	64.1	3.29	3.08
Nicaragua	42.2	56.2	3.58	1.98
Panamá	55.2	69.2	2.77	2.54
Paraguay	51.9	64.1	3.23	2.62
Perú	43.9	56.9	3.35	2.34
Rep.Dominicana	45.1	60.2	3.66	1.43
Uruguay	66.2	69.6	1.33	2.31
Venezuela	52.2	66.2	3.24	2.89

Fuente: CELADE Boletín Demográfico N° 32 (1963) y N° 44 (1989)

La mortalidad desciende antes que la natalidad y por ello ésta puede ser alta, y así el crecimiento natural puede permanecer alto.

Las ciudades desbordan ya el espacio de la ciudad central y avanzan en un proceso de aglomeración hacia zonas próximas formando espacios que se denominan Gran Buenos Aires, es decir su área metropolitana, La Habana Metropolitana, conurbando su área central con otros municipios limítrofes; Gran Río de Janeiro, Gran São Paulo, Zona metropolitana de México, de Lima, entre otras.

La población del área metropolitana de Buenos Aires creció de 5 millones en 1950 a 8,4 millones en 1970. Después de 1940 fue significativo el crecimiento de la industria en los distritos del norte y del este. Los distritos del sur, de anterior desarrollo, crecieron de forma paralela al centro de la ciudad.

La ciudad de Caracas igualmente se transformó en aglomeración y creció a ritmos del 4,7% en la década de los 60. En 1950, ya tenía 676 mil habitantes. El desarrollo industrial y las actividades de la industria petrolera irrumpieron en la ciudad y provocaron inmigraciones internas y externas y el rápido crecimiento de su población, no obstante existir igualmente un relativamente alto crecimiento natural.

La Habana, durante las décadas del 50 y 60, creció a ritmos del 2,1%, pero las políticas de no-localización de nuevas inversiones en la capital sino de desarrollar otras ciudades como centros regionales hizo descender la tasa de crecimiento a menos de 1%. En los 70, al recibir la migración, se ubica en gran parte en los centros regionales priorizados con inversiones.

La Paz experimentó una tasa de crecimiento medio anual de 3% en las primeras décadas de siglo XX, lo que hizo que la población creciera en más de cuatro veces. En 1976 alcanzó 635 mil habitantes. Los flujos migratorios del campo fueron notables en el crecimiento de la ciudad debido a causas diversas en las décadas del 30, 40 y continuaron después de las transformaciones económicas que sucedieron a la Revolución de 1952. Se le suele conocer como la “capital Aymará” porque casi la mitad de su población habla la lengua aymará.

Lima concentraba, en 1950, 973 mil habitantes, transformándose igualmente en aglomeración. Una fuerte inmigración fue característica de su desarrollo poblacional que tuvo tasas de 5,5% anuales entre 1950 y 1970 y respondió a la localización de las actividades industriales, culturales y financieras del país.

La Ciudad de México, a partir de los años 30, experimentó un crecimiento que incentivó una migración que se estima fue, entre 1940 y 1970, de unos 6,2 millones procedentes de las áreas rurales. Se transformó en una gran aglomeración. Así, en 1950, llegó a 3,1 millones; 5,4 millones en los 60 y 9,1 millones en 1970. La industria se incrementó significativamente y se generó la necesidad de inversiones enormes en infraestructura.

Montevideo igualmente recibió migraciones del área rural y llegó a 1,14 millones en 1950, y 1,18 en 1975. La presencia del puerto y de las principales actividades fueron incentivos para su crecimiento en etapas tempranas. No obstante, debido al deterioro de la situación económica desde los 70, experimentó una sensible emigración, compensando el ingreso anterior de población en gran medida.

Quito creció de 206 mil habitantes en 1950 a 501 mil en 1970. En 1980, la aglomeración alcanzaba casi 800 mil habitantes. El desarrollo de la ciudad pasó de ser una economía basada en la agricultura a una en donde la industria adquirió un papel relevante después del surgimiento de los pozos petroleros.

Rio de Janeiro alcanzó 3,3 millones en 1960 y 4,3 millones en 1970. Ya la región metropolitana de Rio llegó a 6,9 millones en 1970. La industria se ha desarrollado de forma diversificada: textil, farmacéutica, entre otras. Igualmente es centro financiero y de servicios de escala mundial.

Santiago de Chile, a su vez, devino aglomeración y pasó de 1,33 millones en 1950 a 2,84 millones en 1970. La ciudad centro de la aglomeración concentra al 90% de la población de la región metropolitana. Es la ciudad más industrializada del país.

São Paulo experimentó una industrialización acelerada al aplicar el modelo de sustitución de importaciones y la construcción de infraestructuras viales desde los años 50. Alcanzó una población de 3,7 millones en 1960 y de 8,1 millones en 1980. Así, el área metropolitana, el Gran São Paulo, tuvo uno de los ritmos de crecimiento mayores del mundo en las décadas de 1950 y 1960, 6,6%, evidenciando el proceso de concentración, pues el país lo hacía a la mitad.

En las décadas a partir de los 60 se producen escasas entradas de inmigrantes, sobre todo de Europa, pues ciertos contingentes de Asia aún ingresan, aunque con menor intensidad. Ello señala que la región cesó de ser atractiva.

No obstante, se manifestó con fuerza la migración intrarregional. Venezuela y Argentina se destacaban por la presencia de inmigrantes de la región. En Venezuela, producto del atractivo de la extracción e industria petrolera, fue común el ingreso de colombianos procedentes del país colindante, además de naturales de los países de Argentina, Chile y Uruguay que se vieron conminados a abandonar sus países por problemas políticos, en especial en la década de los 70. En Argentina los países limítrofes igualmente han sido originarios de movimientos de población hacia su territorio.

UN NUEVO MODELO ENTRA EN ESCENA

En los años 80 las economías de América Latina descienden en sus ritmos, el ingreso per capita entre 1980-1984 bajó en casi 5%. La situación económica va en continuo deterioro, la deuda externa se generaliza con más fuerza en los 80. El empleo informal aparece como una alternativa al empleo ya escaso; las grandes ciudades comparten espacios de comercios informales con los restantes; el sector informal cuenta con una proporción mayor de empleos que en los períodos anteriores.

El deterioro de la vivienda estimula la construcción de las viviendas de bajo costo, además de la existencia de los clásicos barrios que toman diversos nombres y proliferan (favelas, callampas, villas miseria, cerros).

El modelo de sustitución de importaciones no puede permanecer más tiempo y se agota. La economía neoliberal ingresa en el escenario

latinoamericano y se introduce un nuevo modelo: el de la industrialización orientada a la exportación. La globalización abarca grandes espacios regionales. Cambios tecnológicos y en la organización de la producción en pos de abaratamiento de la producción dominan en el mundo y alcanzan todos los confines.

Las grandes empresas que iban en pos de la reducción de los costos y de la aligeración y flexibilización de los procesos productivos exploran y se instalan en escenarios donde las tecnologías altamente intensivas de mano de obra puedan encontrar beneficios. Uno de esos destinos es América Latina. Revisten distintas formas; es común la multiplicación de maquiladoras que buscan mano de obra barata, fundamentalmente femenina, de bajo nivel de escolaridad, no organizada en sindicatos y carente de seguridad social.

Se produce una apertura de la economía nacional al capital extranjero y la correspondiente reducción del papel del estado; cambios, innovación y modernización en las infraestructuras, empeoramiento de los servicios públicos y la seguridad social. Reconversiones tecnológicas, inversiones en sectores productivos, pero también con fuerza hacia el sector de los servicios y las infraestructuras. Se realizan accesos a los sectores de las finanzas, sistemas bancarios, hoteles, transporte e informatización, enlazados con sus casas matrices mundiales. Tal apertura e internacionalización de los mercados conlleva una inestabilidad e inseguridad económica, limitando el poder de los gobiernos para poder actuar en las economías locales. El capital penetra casi sin respetar las fronteras nacionales en las zonas convenientes en pos de fuerza de trabajo barata. Ello da lugar a que las fronteras nacionales pierdan una cierta importancia para los trabajadores e inversionistas.

Los gobiernos en pos de atraer inversiones, en vez de cumplir su papel de defensa de intereses nacionales contraponiéndolos a los mundiales, más bien empiezan a actuar como agentes de la globalización. Al frente, recibiendo todos estos cambios, nuevas inversiones y transformaciones están las grandes ciudades de la región. Ellas prioritariamente se enlazan al sistema mundial y esto gravita sobre sus espacios, sus perfiles. Sus destinos están unidos al sistema global y la repercusión sobre sus habitantes de las directivas y soluciones emanadas de los centros de decisión de escala mundial

En el plano demográfico, la población sigue la transición demográfica con matices, según países. El franco proceso de envejecimiento es común a una serie de países y en éstos se manifiesta de forma más aguda aún en las ciudades.

La transición demográfica en Argentina, por ejemplo, fue de las pioneras en el continente. Buenos Aires tiene un nivel de natalidad relativamente bajo, donde el total de nacimientos por mujer era de 2,2 y un envejecimiento que en 1990 ya constituía el 22% de la población

de 60 y más años. Otro país muy envejecido, Cuba, con esperanza de vida en 2001 de 77,8 años, tenía en su capital el 17% de la población con 60 y más años.

Las ciudades latinoamericanas han descendido en los valores de sus tasas de crecimiento, en acciones combinadas de la reducción sensible de la natalidad urbana además de la rural y una aproximación entre el estándar de la población en las zonas urbana y rural (Cuadro 4). Además, los ajustes estructurales incidieron sobre los empleos y redujeron aun más las posibilidades de empleo en las áreas urbanas. Así se observa en el cuadro siguiente:

CUADRO 4
Tasas de crecimiento anuales de las grandes urbes latinoamericanas

Ciudades	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1990
Bogotá	7.2	5.9	3.0	3.9
Buenos Aires	2.9	2.0	1.6	1.1
Caracas	6.6	4.5	2.0	1.4
Lima	5.0	5.3	3.7	2.8
Ciudad de México	5.0	5.6	4.2	0.9
Rio de Janeiro	4.0	4.3	2.5	1.0
Santiago de Chile	4.0	3.2	2.6	1.7
São Paulo	5.3	6.7	4.4	2.0

Fuente: Villa y Rodríguez, 1996.

Incluso hay ciudades que están perdiendo población en los últimos años por causas diversas, como son los casos de São Paulo y México. Inversiones industriales se hacen fuera de la ciudad, en otras ciudades o en zonas de las regiones metropolitanas.

La pobreza, compañera inseparable de las consecuencias de los ajustes estructurales, es visible en muchas ciudades. Así por ejemplo, en Buenos Aires, se estima que una de cada tres familias vive en la pobreza en la década de los 90.

En São Paulo, las empresas fueron localizadas en Sao José dos Campos, Piracicaba, Campinas, entre otras. El deterioro ambiental, la contaminación, la delincuencia y la violencia igualmente hacen a las ciudades menos atractivas para vivir en ellas.

En el plano demográfico, la migración presenta particularidades. En la década perdida de los 80, por ejemplo, la intensidad de la migración hacia Argentina y Venezuela descendió. Pero México se convirtió en destino de corrientes originarias en Centro América (Villa y Pizarro, 2001).

Es significativo el cambio de la migración hacia un patrón emigratorio fuera de la región. No obstante la multiplicación de destinos, como la remota Australia, países de Asia y Europa, la gran corriente se dirige hacia América del Norte, es decir Estados Unidos y Canadá. Es un patrón de migración sur-norte con múltiples consecuencias: la pérdida de capital humano, la acción económica de las remesas, la conformación de comunidades transnacionales y la continuidad de esta tendencia (Villa y Pizarro, 2001). Según la CELADE, entre 1960 y 1990 la proporción de latinoamericanos migrando internacionalmente se incrementó de 0,7 a 2,5% (CELADE, 2000).

LAS CIUDADES GLOBALES EN LA REGIÓN

Junto con la entrada de la globalización en la arena mundial, aparecen términos nuevos como ciudades globales que pasan a encabezar los movimientos de información, finanzas y del capital, que dan un vuelco en la jerarquización de los centros urbanos.

En este sentido, en los 90, diversos autores llaman la atención sobre la concentración económica producida en ciertos grandes e importantes centros urbanos que se vuelven centros de decisión y relaciones del nuevo orden económico y financiero internacional. Se les llama así ciudades globales, ciudades mundiales, ciudades madres, ciudades red, Islas del Archipiélago Mundial. Se trata de nuevos espacios ganadores o emergentes. La economía global se estructura, se nuclea en derredor de centros de control y de mandos que coordinan, innovan y dirigen las actividades ínter vinculadas, entrelazadas de las diversas redes de firmas y empresas.

Cuando se habla de ciudades globales, se entiende como tales a aquellas urbes que toman parte y ejercen una función específica en la economía mundial. La ciudad global se localiza en el Norte, mientras que la mega ciudad en el Sur. Ambas, en el norte y en el sur, presentan una fuerte concentración de población y, a la vez, las funciones de cada una son distintas.

¿Cómo se sitúa América Latina en este universo urbano? Se produce una integración de las grandes urbes a la red mundial y al sistema de acumulación, sólo que se comportan como periferias. Son puntos de comunicación con el sistema mundial y funcionan cumplimentando determinado papel en ciertos espacios globales.

En estudios y clasificaciones diversas se han tomado los servicios bancarios, legales, contables y publicitarios según niveles de dimensión y concentración, además de valoraciones de expertos y de publicaciones (Globalization and World Cities Study Group, 1995).

Ciudades como São Paulo, Ciudad de México, Buenos Aires, Río de Janeiro y Santiago de Chile, entre otras, se sitúan en la red jerárqui-

camente estructurada. Por ellas América Latina se “enlaza al mundo”. Se produce la conocida dualidad ya que, por una parte están situadas en el sistema mundial de ciudades y, por otra, un sector considerable de la población está en situación deplorable, de abandono y por ende la calidad de vida no se corresponde con su lugar en la posición que ocupan en la producción de riqueza a escala mundial.

Además de ser centros de servicios globales, irradian a través de sedes regionales, servicios al resto del continente. Ciudad de México es señalada como el mayor centro global en los aspectos valorados por autores como Saskia Sassen.

En la cima de estos centros urbanos están los propietarios que dirigen y manejan la producción y la información electrónica muy desarrollada en los últimos años y conectada con los centros mundiales, y bajo ellos hay diversos grados de proletarios que dependen de aquellos para trabajar.

El sector servicios se ha desarrollado preferentemente y así ya no es el sector industrial el de relevancia. Igualmente coexisten el sector servicios de alta calidad y tecnificación con los empleos formales, de altos niveles de remuneración con el sector informal que apoya las necesidades de los sectores formales. El sector informal juega un papel protagónico en las megaciudades de la región, debido a la presencia de consumidores potenciales para sus productos.

Así, en la ciudades coexisten de forma compleja dos mundos diferentes y formalmente desarticulados. Algunos señalan un “primer mundo”, una suerte de enclave que dirige y concentra las funciones de primer orden en la generación de riquezas del país y otro espacio, que puede estar cercano a la ubicación del primero y que es un “tercer mundo”, donde se localiza la informalidad, la pobreza. Así la ciudad “global” es a la vez una megaciudad y, en este sentido, lo global se enlaza con la escala local.

¿CÓMO SERÁ EL FUTURO?

Se prevé que en el 2030 la población de América Latina sea de 723,2 millones. El proceso de envejecimiento, con matices según países, ha de continuar. Esto es aun más significativo en las ciudades.

El envejecimiento, el elemento más importante de la población en una serie de países, tiene dos momentos: la prolongación de la vida y el aumento de la proporción de personas mayores y como tal es una consecuencia de la transición demográfica. En 1995 la población de la región tenía un 7,4% con más de 60 años (Chackiel, 2000). Entre el 2010 y el 2025 crecerá a un ritmo del 4% anual. En dos décadas después del fin del siglo se duplicará esta población, llegando a 80 millones. Esto implica desafíos en aspectos como la salud, jubilaciones, integración

social. A la vez, debido al estancamiento en la población de menos de 15 años, la carga demográfica tendría una tendencia a descender, luego se recuperaría. Este “bono demográfico” se produce en países con una baja importante en la fecundidad en el pasado reciente. Este bono se vería potenciado además por el aumento en las tasas de participación en la actividad económica, bajo la hipótesis de una tendencia creciente en la incorporación de la mujer en la oferta de mano de obra. Este mayor contingente de fuerza de trabajo permitiría liberar recursos antes destinados al gasto social para atender a los niños, realizar inversiones en la economía, generar empleos.

La urbanización avanza igualmente, por la propia inercia de las poblaciones asentadas en las ciudades y asentamientos urbanos; se estima que la población urbana será de 607,7 millones en el 2030. El grado de urbanización se calcula que pasará de 73,3% en el 2000 a 80,5% en el 2015 y a 83% y 84% en el 2025 y 2030 respectivamente; 49 ciudades contaban con más de 1 millón de habitantes en el 2000 y en el 2015 serán 61. Las megaciudades se estiman en 6 en el 2015 (Buenos Aires con 13,2 millones, Río de Janeiro con 11,5 millones, São Paulo con 21,2 millones, Bogotá con 9,0 millones, México con 18,1 millones y Lima con 9,4 millones) (World Urbanization Prospects, 2001).

Las grandes ciudades se desarrollaron más que las ciudades secundarias por la acción de localización preferente de plantas industriales que eran atraídas por sus condiciones. Su futuro depende de las perspectivas de las economías nacionales, pero es difícil si se mantienen economías en declinación. La presencia de industrias más eficientes y de la investigación e información tecnológica son elementos que las vuelven más competitivas; algunas ciudades y aglomeraciones tienen ventajas en estos aspectos, como es la aglomeración de São Paulo. En otras, la liberalización del comercio les permite avanzar, mientras que en otras no está claro si podrán prosperar y ser competitivas.

La vida urbana, en especial en las grandes ciudades, estará cada vez más marcada por la llamada mundialización y serán los espacios donde las transformaciones de los procesos globales tendrán lugar preferentemente. El futuro urbano de la región dependerá de la medida en que las ciudades por separado sean capaces de salir a competir al mercado global.

Las dificultades por el bajo o casi ningún crecimiento económico harán que no haya ninguna o poca capacidad y recursos en los gobiernos para dar servicios. La distribución del ingreso en las recesiones a partir de la década de los 80 acentuó las desigualdades. El futuro no parece avizorar, de seguir las tendencias, una mayor estabilidad y equidad que antes. Existe el riesgo de que continúe la polarización por la desigualdad en el acceso a los empleos y en la distribución de los beneficios.

Una parte de la población en las megaciudades globales no estará involucrada en lo que la parte de vanguardia, conectada a los centros mundiales, ejecuta y desarrolla. Así dos “ciudades” coexisten y se ignoran en un espacio común, que a su vez también se segmenta.

Los problemas ambientales, el tráfico, la vivienda son aspectos que siguen latentes. La geografía resulta excepcional para investigar estos problemas, pues localiza, sitúa los vínculos, los enlaces entre la naturaleza y la sociedad, entre las escalas diversas: global y local.

El urbanista Jorge Wilhelm (1999) sitúa dos posibles escenarios en una visión mundial, uno en donde todo anda mal y se agrava la incertidumbre en el porvenir. Las tensiones urbanas y la segregación se acentúan. La ciudad pierde su vocación inicial: un crisol de encuentros y de intercambios. La persistencia del endeudamiento en los países del sur no posibilitará el financiamiento de las infraestructuras urbanas. Sin fondos, el poder será menos democrático. Un segundo escenario optimista, donde la acción pactada entre el Estado, el mercado, los individuos activos y la sociedad civil se concerta. Nueva calidad de vida en las ciudades. La mejoría de las infraestructuras posibilita que se integren los barrios ilegales en la ciudad. Participación popular como respuesta.

Finalmente una transición entre ambos: el perseguir objetivos sociales debe conllevar a que en las megalópolis haya una nueva civilización sobre la base de una democracia participativa y un nuevo sistema que conjuge lo social y el mercado.

A MANERA DE CONCLUSIONES

La región ha pasado por una rápida transición demográfica en la mayoría de los países y sus grandes ciudades. Esto se refuerza, ya que como consecuencia de los procesos anteriores, en las próximas décadas la región va a vivir una transformación en la estructura etaria. Ello llama la atención sobre las políticas a priorizar en una sociedad cambiante con predominio de adultos mayores, en especial en las grandes ciudades. La reducción del tamaño de los núcleos y la convivencia de varias generaciones son realidades que repercutirán en una serie de proyecciones económicas y sociales.

Igualmente, en un espacio temporal que resulta breve, un siglo, la región ha experimentado profundos cambios en su espacio. Relativamente pequeños asentamientos han devenido concentraciones de escala mundial. La impronta de la globalización ha trascendido en muchas de ellas, las que al mismo tiempo que son megaciudades, son ciudades globales. No obstante, son periféricas en el sistema mundial, lo cual les confiere especificidades. Es de notar que la presencia de algunas zonas urbanas de América Latina en el escenario mundial de ciudades muestra cómo se ha profundizado la articulación a la dinámica mundial.

Estas megaciudades-ciudades globales principales de la región, al intervenir como elementos de la organización internacional, son para el interior de sus países los puentes a través de los cuales se engarzan al proceso de globalización al interior, como país y como región, y la forma en que se enlazan al mundo.

La condición de megaciudad tiende a identificarlas con elementos negativos y así se tienen la existencia de la pobreza, de las manifestaciones de marginalidad y desorden en las viviendas improvisadas, carentes de infraestructura, en espacios que se han ido agregando a la aglomeración. Ello señala una no correspondencia con su papel en el entramado de ciudades mundiales donde participan de la generación de riqueza mundial y la pobreza, nivel de vida precario, ausencia de hábitat decoroso para parte de la población, que no se integra ni participa directamente del proceso global.

Este aspecto debe ser valorado y defendido para situar a toda la población en su justo y decoroso lugar. La existencia del proceso dual de ser por una parte miembros del sistema mundial y por otra parte la realidad de tener los aspectos negativos que las identifican entre las megaciudades son realidades del contexto urbano latinoamericano. Esta situación, por supuesto, polariza a la población y al espacio donde se han estructurado y organizado las ciudades-aglomeraciones. La integración de los excluidos y los habitantes de los enclaves es algo que no puede ser postergado.

Se señala que América Latina, como resultado de las acciones devastadoras de la crisis de la deuda externa y de las políticas neoliberales, se ha vuelto una región con movimientos de sus habitantes de diversas naturalezas: abandono de áreas rurales despojadas de oportunidades productivas para los pequeños productores y éxodo desde zonas de paisajes denudados y contaminados hacia pueblos y ciudades orientados a la producción industrial para la exportación (Helbert y Lawson, 1998). Ello no parece ser reversible, es algo que hay que interiorizar y concertar en pos de incorporar amplios sectores a la marcha de todos que necesita América Latina.

BIBLIOGRAFÍA

- Bilsborrow, R. E. 1996 *Migration, Urbanization and Development: New Directions and Issues* (Nueva York: UNFPA).
- Brignoli, Pérez 1993 "América Latina en la transición demográfica 1800-1980" en *IV Conferencia Latinoamericana de Población* (México) Vol. I.
- CELADE 2000 "Migración internacional en América Latina" en *Boletín Demográfico* 65.

- Chackiel, J. 2000 "El envejecimiento de la población latinoamericana ¿hacia una relación de dependencia favorable?" en *Serie Población y Desarrollo* (Santiago de Chile) N° 4.
- Globalization and World Cities Study Group 1995 "A Roster of World Cities" en *Cities* 16 (6).
- Helbert, S. y Lawson, V. 1998 *Global Change and Urbanization in Latin America* (Washington: Dept. Geography, Univ. Washington).
- United Nations, 2001 *World Urbanization Prospects* (Nueva York: UN).
- Villa, Mnez y Pizarro, J. 2001 "Tendencias y patrones de la migración internacional en América Latina y el Caribe" en *Notas de Población* (CEPAL, CELADE) N° 73.
- Villa, M y Rodríguez, J. 1996 "Demographic Trends in Latin American's Urban Systems, 1950-1990" en Gilbert, Alan G. (ed.) *The Mega City in Latin America* (Tokyo: United Nations University Press).
- Wilhein, J. 1999 "Urbanización y mundialización (1999)" en *El Correo de la UNESCO*.

AMÉLIA LUISA DAMIANI*

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO. APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

A TESE DESTE TRABALHO refere-se ao sentido das diferenças espaciais, enquanto diferenças sociais e econômicas, inerentes a um sistema econômico que se desenvolve a partir da divisão social do trabalho, que tem como projeção espacial a divisão territorial do trabalho. Num determinado momento, chegou-se a pensar nessas diferenciações como diferentes modos de produção agindo simultaneamente, sob o domínio do modo de produção especificamente capitalista. Tratava-se de uma leitura estruturalista-marxista. Alain Lipietz, com seu livro *Le capital et son espace*, está entre os interlocutores desta versão, tendo influenciado significativamente a geografia. Numa interpretação mais interna ao marxismo, define-se a lei do desenvolvimento desigual para incluir, no interior da formação econômico-social, o desigual desenvolvimento de setores produtivos, nações, regiões, cidades, dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do processo histórico como inerente a essa formação.

Tradicionalmente, a Geografia reconheceu essas diferenças espaciais enquanto hierarquias urbanas a partir das quais se estabelecia um feixe diversificado e, ao mesmo tempo, composto de relações, cuja

* Professora Doutora do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

potência e raio de influência variavam segundo o tamanho dos centros urbanos. Chegou-se a ter como paradigma de desenvolvimento desejável um modelo hierárquico equilibrado, que envolveria uma rede urbana com cidades de diferentes tamanhos, com funções e relações mutuamente atuantes. Um grande hiato, reconhecido como próprio de países subdesenvolvidos, seria a inexistência ou a reduzida quantidade de cidades médias, mantendo as grandes cidades inchadas e incapazes de realizar as expectativas de emprego e vida urbana que atraíam, na ausência dessas estruturas urbanas intermediárias, como modos de equilíbrio socioeconômico. Na outra ponta, prevaleciam pequenas cidades, verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorviam pouco os processos acumulativos próprios da modernidade. O raio de influência de cada cidade, então, variava em função de seu tamanho e, ao mesmo tempo, era definido por este, numa dupla determinação. Especialmente, uma rede urbana equilibrada definia os termos desenvolvidos de uma região ou país. A ausência de cidades de porte médio, própria de países subdesenvolvidos, acabava por conceituá-lo enquanto tal, e determinava a exigência de planejamento territorial, que mantinha como programa o desenvolvimento de cidades médias.

Uma rede urbana em desequilíbrio explicava uma outra característica própria dos países subdesenvolvidos: a macrocefalia urbana, isto é, as grandes cidades, cujo gigantismo, ao mesmo tempo, determinava seus problemas estruturais, exatamente, um crescimento industrial inferior às necessidades de emprego acrescentadas, dado seu grau de atração relativo, comparativamente às outras cidades da região ou país. Então, definia-se uma urbanização descompassada com o crescimento industrial. Um dos grandes mentores deste conhecimento foi o geógrafo Brian Berry, cujos artigos freqüentavam a *Revista Brasileira de Geografia* nos anos 1970. Os projetos de planejamento nacional, nos anos 1970, em todo o mundo propunham o desenvolvimento de cidades médias, ou melhor, na sua versão francesa, as estratégias de crescimento de metrópoles de equilíbrio.

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade. O planejamento nacional foi substituído por planejamentos estratégicos, envolvendo redes de cidades; cidades estas de mais de um tamanho, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias. Milton Santos em *O espaço dividido* fala da explosão das mesmas, com a globalização.

Ao mesmo tempo, e por isso, o modelo gerencial metropolitano é consagrado e generalizado para toda e qualquer cidade, num processo de consultoria gerenciado a partir das grandes metrópoles. Não só a economia mais moderna tem o domínio dos vários espaços, com distâncias variadas, absolutamente relativizadas pelas novas tecnologias, como o modo de vida metropolitano é simulado em todo e qualquer lugar, negando os tradicionais estilos de vida. A televisão, o cinema e o próprio rádio são veículos dessa generalização do modo de vida moderno. A essa perspectiva, acrescentem-se, ainda, os sistemas de informação e comunicação por computador. Inversamente, e de modo inerente a um processo de acumulação de riquezas contraditório –cuja base real, inclusive, é substituída pela fictícia–, há produção expandida da pobreza e de muitos arcaísmos, que estão presentes na metrópole como alhures: o moderno apresentando-se de modo rudimentar.

Em síntese, o mundo globalizado insere precariamente todos os espaços. Esse é o modo de inserção possível numa sociedade crítica como a moderna sociedade capitalista. Assim, a tese a discutir tem os seguintes termos:

Sabe-se que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares. Tem-se que, nas pequenas cidades, ele se poderia apresentar mais residualmente. Contudo, enquanto tal, de modo imanente, o processo do capital põe as diferenças temporais e espaciais: formas pré-capitalistas de produção ou não capitalistas o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista. A divisão social do trabalho se desdobra numa divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas. Nesse caso, a análise não é a da existência de descompasso entre o que é mais ou menos moderno.

Assim se desdobra a questão das pequenas cidades: se são a face menos moderna do processo modernizador; a análise é a da simultaneidade dos processos implicados, enquanto as temporalidades e espacialidades diversas são tidas como inerentes, sendo que as grandes cidades concentrariam os elementos dinamizadores e/ou, a rigor, não se pode falar da existência do mais ou menos inserido numa dinâmica econômico-social, que se realiza de modo diferencial.

Desta perspectiva, não cabe considerar as cidades médias como focos modernizadores. O processo detém uma complexidade que não permite refletir somente em termos de difusão.

Por outro lado, numa economia meio real, meio fictícia, reduzem-se, espacialmente, as cidades que guardam fatias importantes do processo modernizador. Países inteiros ficam residual e perversamente inseridos. O ciclo dos negócios se fecha. Nessa economia financeirizada, esta modernização é extremamente volátil, gasta vorazmente recursos

humanos e recursos naturais e migra incessantemente. Uma estrutura urbana, com as hierarquias postas como permanências, tende a ser negada. Há um processo generalizado de desestruturação em curso, que põe a produção e a reprodução de periferias dentro e fora das grandes cidades. Há poucos núcleos que centralizam os recursos voláteis e uma miríade de periferias, sendo produzidas o tempo todo. Evidentemente, há focos desconcentrados de estruturas produtivas e técnicas, que implicam certa potência econômica e técnica desses lugares, que, ao mesmo tempo, definem uma proletarianização ainda mais precária.

A propósito da concepção de cidades médias e pequenas, Milton Santos aponta “um problema de taxonomia”, sendo que “as classificações mais correntes seriam de dois tipos: 1) as que se contentam com o dado demográfico bruto e que distinguem as cidades em função do volume da população (cidades pequenas, médias, grandes e muito grandes); 2) as que se referem a uma classificação funcional... cidades industriais, cidades comerciais, cidades administrativas, etc.” (Santos, 1979: 223). Neste momento propõe uma classificação considerando a capacidade de organização do espaço pela cidade: cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas (Santos, 1979: 223). Avalia que o desenvolvimento industrial e a melhora das comunicações internas de um país remetem a relações diretas entre as cidades de nível inferior e aquelas mais importantes (Santos, 1979: 227). Sendo que as cidades locais teriam recebido um impulso particular na segunda metade do século XX, com a “difusão de novos modelos de informação e de consumo agindo como fatores de dispersão espacial” (Santos, 1979: 243). Todavia, para responder a certos tipos de demanda, produzir-se-iam relações com a cidade intermediária, nestes termos: “Com efeito, no atual período tecnológico, a cidade regional, chamada ainda de cidade ‘média’, torna-se cidade intermediária. Seu poder de comando e sua influência sobre a região diminuem e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole” (Santos, 1979: 243). Sua capacidade regional vê-se diminuída pela possibilidade de relação direta com a metrópole.

Então, os poderes de dispersão existem e se intensificam, reproduzindo de modo ampliado a influência metropolitana, concentradora da dinâmica econômica.

Podemos compreender esse processo de dispersão como Guy Debord, enquanto “uma maré de destruições, poluições, falsificações, que se estende por toda a superfície do planeta”: “em um mundo unificado, não é possível exilar-se” (Debord, 2002: 49). Junto aos processos de fragmentação e hierarquização, postos pelo processo modernizador da economia capitalista, subsistem a formação e a reprodução de uma base homogênea de tratamento da economia, da sociedade e da vida humana, que chega à produção do cotidiano. Pela economia, os espaços

são conectados uns aos outros e a vida cotidiana é a sobrevivência em reduzidos espaços, em todo e qualquer lugar. Uma nova forma de proletarização que atinge toda a sociedade: maculada pela redução do viver.

A dispersão, compreendida como expansão geográfica e reorganização espacial, supõe inversões em infra-estruturas materiais e sociais de ampla duração, proporcionando estratégias para absorver o excesso de capital (Harvey, 2004). David Harvey exemplifica:

Assim, durante a década dos trinta o governo norte-americano tratou de responder ao problema da sobreacumulação empreendendo obras públicas orientadas para o futuro em lugares até então subdesenvolvidos, com a clara intenção de reduzir o excesso de capital e força de trabalho então existente (Harvey, 2004: 80).

Entre as políticas estatistas, dos últimos decênios, visando à acumulação do capital, tem-se a adoção de políticas de privatização, observando que do patrimônio privatizado restam fragmentos ainda estatizados menos móveis do ponto de vista da circulação do capital, de difícil e lenta realização econômica.

Então, conceber as cidades pequenas e médias exige pensar uma economia do espaço e, valendo-me da argumentação de Harvey (2004), considerando: a) que a atividade capitalista produz um desenvolvimento geográfico desigual, sempre buscando custos menores e lucros maiores; b) que não há equilíbrio espacial, sendo que o processo de acumulação de capital é perpetuamente expansionista; c) que a localização espacial confere certa vantagem monopolista. E que ela é produzida (eis as infra-estruturas materiais, absorvendo muito capital); d) que as inovações tecnológicas alteraram substancialmente as condições de espacialidade (a fricção da distância); e) que, em síntese, dos processos moleculares da acumulação derivam as tensões entre concentração e dispersão; centralização e descentralização; imobilidade e movimento; dinamismo e inércia, etc.

Da argumentação substanciosa de Harvey, considerando o tema proposto, é importante ressaltar uma dialética surgida dos processos moleculares de acumulação do capital: o reforço a certa coerência espacial com “a criação de infra-estruturas materiais e sociais, tanto para respaldar a atividade econômica como para promover e assegurar valores culturais e educativos, assim como muitos outros aspectos da vida civil”, produzindo uma espécie de entidade regional. Neste sentido, os papéis das diversas cidades, nas suas diferenças, produziriam uma certa coerência; coerência, e não exatamente estabilidade, o tempo todo assuntada pela volatilidade inter-regional, pelos perigos de “crises itinerantes”, quando o capital reorienta os fluxos de capital de um espaço a outro, como modo de reduzir sobreacumulações e desvalorizações (Harvey, 2004: 101).

Aqui, uma síntese da pesquisa “Gestão pública estratégica de governos subnacionais frente aos processos de inserção internacional e integração latino-americana” (Barreto, 2004):

Verifica-se a intensificação de assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, portanto uma crescente desigualdade, considerando a globalização e a integração produtiva, comercial e financeira (Barreto, 2004: 12). Neste contexto, as cidades emergem “como *locus* privilegiado de articulação entre instituições políticas, agentes econômicos privados e organizações não-governamentais.” Nas questões sociais e econômicas a cidade adquire um protagonismo: adotando estratégias de competitividade na atração de investimentos e os poderes locais devem promover essas possibilidades de inserção nos espaços econômicos globais. Entre os itens de inserção: a promoção econômica para o exterior e a concepção e implementação de projetos urbanísticos (Barreto, 2004: 12).

Estamos diante de novas relações bilaterais e multilaterais. Governos locais interagem com organismos de natureza intergovernamental. No caso brasileiro, a institucionalização desse tipo de relação avança com certa dificuldade, exigindo ajustamento do modelo federativo frente à autonomia municipal e estadual. A constituição de 1988 consagrou o município como ente federado e político, com maior autonomia financeira (Barreto, 2004: 13). Resta reconhecer um descompasso entre os planos jurídico-institucional, fiscal ou político e o plano econômico, na afirmação “dos governos locais enquanto novos atores nas relações internacionais” (Barreto, 2004: 14), através das cidades, envolvendo entidades supranacionais: o Mercosul, a Alca, a União Européia.

Chegamos às redes de cidades como núcleos emergentes no sistema internacional, o que subverte uma hierarquia convencionada entre cidades pequenas e médias, a partir dos interesses econômicos globais. O estabelecimento de redes incide sobre a idéia da complementaridade numa unidade. A partir das últimas duas décadas do século XX, trata-se das organizações internacionais (políticas e financeiras, primordialmente) e dos blocos regionais estabelecerem relações no plano das redes de cidades, atravessando os Estados nacionais, tendo como foco vantagens e competências específicas, baseadas em parâmetros globais, mais que nacionais ou regionais (Barreto, 2004: 15).

Num misto de realidade e representação produz-se um par envolvendo competitividade e cooperação. Isto é, o exercício da competitividade, funda-se numa ideologia da cooperação (cooperação técnica e financeira internacional). Do que se trata é de “especialidade agrícola, ou de *agribusiness*, competências em ramos de tecnologia ou *high-tech* em serviços (bancos, comércio)” (Barreto, 2004: 15); e, considerando as restrições orçamentárias dos municípios, os financiamentos internacionais ganhando corpo.

Nos anos 80-90 do século XX, a desconcentração industrial é nuclear na compreensão do fenômeno industrial (inclusive, a partir de incentivos fiscais, definindo a interiorização da indústria em São Paulo, por exemplo), o que não se confunde com a descentralização industrial (a gestão do empreendimento continua localizada nas grandes metrópoles) (Lencioni, 2001). Nesse sentido, Sandra Lencioni fala em regiões metropolizadas: os elos com a metrópole não tendo sido rompidos. Segundo os resultados da pesquisa, os “pequenos municípios, mais precisamente, os médios, ganharam opções de consumo, lazer e vida noturna semelhantes às da metrópole. ‘Há uma homogeneidade no território e a antiga distinção entre capital e interior deixou de existir’” (Lencioni, 2001: 73), sendo que 95% da população do Estado de São Paulo é, neste momento, urbana.

Também se esboroa a distinção rural-urbana, já não somente porque a força de trabalho rural mora nas periferias das cidades –como o bóia-fria–, mas, nas últimas décadas, o meio rural vem ganhando novas funções –agrícolas e não-agrícolas–; “a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo, cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano no País” (Izique, 2000: 48).

A considerar a reorientação das políticas do Banco Mundial, que passam a utilizar, nos anos de 1980, a estratégia da gestão urbana descentralizada, “privilegiando o local, mais que o nacional, e as pequenas cidades em relação às grandes cidades”, paradoxalmente equivale a um “enquadramento cada vez mais pesado dos aparelhos institucionais de gestão da cidade”, em todas as escalas territoriais (Osmont, 1995: 147). Trata-se de um tratamento da cidade como entidade social e política, comportando “o desenvolvimento municipal, apoiando-se na gestão urbana local” (Osmont, 1995: 8). Os projetos de desenvolvimento municipal remetem a políticas neoliberais, que definem desengajamento dos Estados, uma mutação do modelo tecnocrático centralizado, mas também equivalem à desconcentração dos poderes técnicos, até mesmo descentralização política, administrativa e orçamentária. Constituem-se as “hierarquias administradas”, definindo, sobretudo, os termos da “governança’ local, da organização que permitirá produzir uma cidade cujo funcionamento será conforme ao que se espera num conjunto macroeconômico nacional reestruturado” (Osmont, 1995: 281), e que envolve conceber projetos urbanos, cuja base é o tratamento da cidade como empresa-cidade. Dos 571 municípios no Estado de São Paulo, do final dos anos 1970, passa-se, nos anos 90, a 645 municípios paulistas. Situação que coincide com o avanço da agroindústria para a exportação e a desconcentração industrial, de modo geral, portanto, com a ampliação e intensificação dos processos de capitalização em todo o estado.

se se quer atrair os investimentos do setor privado em lugares precisos, é preciso sem dúvida melhorar a infra-estrutura, mas é preciso antes melhorar as capacidades de gestão das autoridades locais. É uma transformação em profundidade das modalidades da gestão urbana local [...] Ela é legitimada pela busca de uma melhor rentabilidade dos investimentos públicos e privados” (Osmont, 1995: 145).

O pesquisador Jacques Brun, professor de geografia das indústrias do Institut de Géographie, Paris I, avaliava, nos anos 90, que dessa situação derivou um descontrole da relação público-privado, em benefício de negociatas envolvendo os poderes locais, que reconduziam o trabalho informal e clandestino, miseravelmente remunerado.

Na indústria da construção, nos anos 1980, essas mudanças se fazem sentir, combinando grandes empresas internacionalizadas, enquanto grupos industriais polivalentes –que vão do estudo do projeto à gestão da obra– no papel de coordenação, e empresas locais especializadas. As fronteiras entre as atividades da construção e os serviços urbanos se diluem numa tentativa por parte dessas empresas de constituir uma oferta global, incluindo a concordância do poder político local, num contexto político-institucional descentralizado.

Os processos de capitalização intensificados de modo desconcentrado, as formas de política insistindo nesta desconcentração corroboram para a constituição de espaços de catástrofe das metrópoles, das cidades médias e das pequenas, com os desmembramentos municipais, a constituição de pequenas cidades e o aumento do tamanho das cidades. Altera-se a medida dos fenômenos urbanos, com a mobilização qualitativa da variável indiferente que é a quantidade de população.

A *Medida* é um *quantum* (quantidade determinada) específico, enquanto que não é externo, mas determinado pela natureza do objeto, pela qualidade.

Na transformação de um *quantum*, no seu crescimento ou decréscimo, que acontece no interior da medida, encontramos igualmente um processo de especificação, no qual o movimento indiferente, externo da grandeza para o alto ou para baixo da escala é determinado e modificado pela natureza da própria coisa.

Quando a “medida” de uma coisa é transformada, a própria coisa muda e cessa de ser aquela coisa particular que era, pelo fato de transpor além da medida –de crescer ou decrescer para fora dela (Hegel, 1995: 163).

Desse ponto de vista, as diferenças de tamanho passam a ter pertinência, não exatamente na manutenção dos equilíbrios espaciais, mas no desvendamento das formas de ruptura.

A teoria clássica das crises não desaparece. Ela ganha lugar naquela das catástrofes. Permite descrever e analisar os sintomas de uma eventualidade, a catástrofe. Determina as causas, e razões, de efeitos que vão além dessas causas e razões: o enfraquecimento das condições de estabilidade de uma morfologia, sua ruptura. [...] A teoria esclarece a desapareição das condições de estabilidade em um espaço determinado. A teoria das catástrofes permite explicar as estruturas e justifica dinamicamente sua aparição, sua estabilidade, seu fim. Ela reduz todo processo causativo a um só, cuja justificativa intuitiva não coloca problema: o conflito, pai segundo Heráclito de todas as coisas [...] Esta teoria é qualitativa, ignorando as considerações de escala como as leis somente quantitativas (Thom, 1974: 25 e 86).

O autor demonstra a generalidade de sua teoria e sua aplicação, não somente aos fenômenos físicos e naturais, mas aos fenômenos históricos e sociais: em todo lugar em que houver morfologia e topologia (Lefebvre, 1978: 257 e 258).

A idéia de morfologia estratificada comporta a hierarquia, uma certa estabilidade, mas o equilíbrio vê-se perturbado pelas formas e momentos de rupturas. Talvez fosse um modo interessante de visitar a bibliografia das hierarquias espaciais.

O conceito já expresso anteriormente de morfologia hierárquica estratificada (com sua implicação: o espaço de catástrofe) resulta das pesquisas já mencionadas de Thom. Ele se generaliza e se estende ao espaço social. A análise na sincronia (o atual) não interdita a análise diacrônica (história do espaço). Pelo contrário: uma leva à outra. A análise morfológica supõe a genética [...] Pode-se falar de morfologia estratificada cada vez que formas definidas, comportando unidades discretas, implicam-se umas nas outras, numa ordem definida (Lefebvre, 1978: 294).

Assim, admitir a hierarquia urbana como morfologia constatada, depois formalizada de maneira a fazer aparecer a implicação hierarquizada dos níveis. Sendo que: “A articulação, contrariamente à ideologia tecnocrática que abusa deste termo, não é somente um fato ‘positivo’ e uma solidez. Ela desencadeia efeitos negativos: rupturas, catástrofes” (Lefebvre, 1978: 295).

Com isso, pode-se superar a discussão do espacial como apenas próprio de uma lógica do espaço, em benefício da tentativa de pensar na possibilidade de uma dialética espacial.

É possível recuperar aqui a importância da escala numa política espacializada (Smith, 2000). Há uma conexão ativa entre as escalas. A escala não é um fato, mas é examinada no seu processo de produção e reprodução concretos; portanto, socialmente construída, o que questio-

na um neo-kantismo geográfico, entendendo a escala como construção de preferência metodológica do pesquisador.

A produção e reprodução contínuas da escala expressam tanto a disputa social quanto geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares [...] A escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcalismo contemporâneos. A questão é justamente não 'congelar' um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos mediante os quais e para os quais esse congelamento das escalas é, todavia, realizado –embora transitoriamente. É melhor conceber essas diferentes escalas como encaixadas em vez de hierarquizadas, pois a ordenação hierárquica das escalas é séria candidata à abolição numa geografia social revolucionada (Smith, 2000: 142 e 144).

Considerando a economia e a política atuais, que equivalem a uma porosidade econômica crescente das fronteiras nacionais e a pulverização dos negócios, institucionalmente abrigados, o autor fala de geografias regionais reestruturadas nos anos 1980 e 1990, marcadas pela fluidez e flexibilidade (Smith, 2000: 153).

Assistimos a uma via que leva ao tratamento da cidade *per se*, quando seus problemas são aqueles que lhe são específicos e, ao mesmo tempo, os problemas mundiais que a atravessam, cujo discernimento e consciência coletiva são mais residuais.

A cidade aparece como sujeito: o grupo dominante; sua cultura; sua política; a ação popular ou seu silêncio de consentimento. No mundo da economia, que inclui a cidade francamente, ela se eleva a sujeito. Cidades populares, especialmente as pequenas, de inserção mais residual, passam a se tornar: econômicas –verdadeiros complexos produtivos–, o que pode substituir o grupo dominante, cultural –envolvendo aí a presença do turismo, que também altera substancialmente a inserção econômica e cultural de sua população; etc. É uma transformação social: a cidade se culturaliza, se economiza.

De toda forma, o ambiente agrário, a indústria, a gestão administrativa e financeira produzem relações que determinam mutações nas cidades. A gestão se torna cada vez mais dominante: enquanto centralidade administrativa e política.

Desta perspectiva, a noção de centralidade e periferia se torna importante: produz-se o tempo todo periferia, periferias diversas –inclusive em relação ao centro; e a centralidade inclui a multiplicação dos

centros, sua diferenciação, aspecto este fundamental: a centralidade é desigual, diferenciada, múltipla.

A centralidade da metrópole de São Paulo comporta centralidades subordinadas e complementares, como a macrometrópole, que envolve Sorocaba, São José dos Campos, Campinas e Santos. Há centralidades várias. As pequenas e médias cidades podem ser centralidades, centralidades subordinadas; São Paulo é a centralidade de todas essas centralidades. Há um imbricamento de centralidades e a produção concomitante de diferentes periferias. Periferias compreendidas como espaços da repetição de processos, sua redundância, quando o núcleo formador está alhures, e as centralidades decifradas como lugares de produção de novos processos econômicos, políticos, culturais, ainda que subordinados.

O processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades. Os centros se multiplicam e os antigos centros se defendem reproduzindo de modos diferentes sua centralidade: diz-se de São Paulo se tornando uma centralidade financeira e de serviços, no momento em que a indústria se desconcentra. Há deterioração do produtivo nas grandes cidades, que se financiarizam primordialmente. Mas o produtivo não desaparece (eis em São Paulo, com o projeto do Rodoanel –anel viário projetado para circundar a metrópole–, a afirmação produtiva de São Paulo, sendo que o projeto inclui centros integrados de logística; na verdade, uma alteração da plataforma logística da metrópole). A produção vai em direção ao campo, às periferias, mas não completamente. E inversamente, a urbanização atinge o campo. Esse processo:

não é somente um programa geográfico, ou demográfico, ou sociológico, isto recobre todas estas disciplinas particulares e é um processo global, que solicita todas as ciências [...] A produção [...] se expande sobre o território... ela se difunde no território mas de uma maneira desigual; ela deixou a centralidade urbana que muda de caráter [...] É a extensão da urbanização ao território inteiro [...] Mas se as redes se estendem sobre o território inteiro, os nós [os elos] engendram cidades [...] entre os núcleos há espaços agrícolas. A rede não é uma urbanização homogênea, é alguma coisa de heterogênea, de diferenciada. A noção de diferenciação do espaço e de urbanização é extremamente importante [...] A dificuldade é de conseguir compreender as diferenças na homogeneidade; as periferias diferenciadas nas centralidades; trata-se de um processo complexo e dialético [...] Eu creio que isto não pode se imobilizar. Há sempre novas centralidades e novas periferias [...] Se em si, abstratamente, a produção se deslocaliza, com efeito ela permanece

ligada aos lugares, pois que são pessoas que trabalham [...] Uma produção é em si independente do lugar mas na realidade há população, trabalhadores, portanto habitações, escolas [...] e então lugares [...] Portanto, mesmo se em si, tecnicamente, a produção se deslocaliza, concretamente a produção permanece um fenômeno urbano (Renaudie, 1988).

Sobre o espaço de catástrofe: os agronegócios para exportação podem aparecer como espaço de catástrofe das pequenas cidades, que ganham uma centralização ampliada, nos processos econômicos globais. E, assim, se negam como tais, enquanto pequenas cidades baseadas em processos majoritariamente locais.

Inversamente, e enquanto prática e contestação políticas, o urbano como espaço de catástrofe do rural –os bóias-frias são o exemplo quase clássico– é revertido e invertido, com a mobilização a partir do agrário, cuja finalidade é a reforma agrária, na luta contra a propriedade privada da terra, através do embate com as grandes propriedades improdutivas –cujo estatuto de propriedades legais chega a ser questionado– e, inclusive, incluindo estratégias de controle de formas de comercialização e mercantilização dos produtos agrícolas produzidos. Assim, o rural pode ser o espaço de catástrofe do urbano.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, Maria Inês 2004 “Inserção internacional de governos locais” em *Revista Teoria e Debate* (São Paulo) Ano 17, N° 59.
- Debord, Guy 2002 *Panegírico* (São Paulo: Conrad Editora do Brasil).
- Harvey, David 2004 *El nuevo imperialismo* (Madri: Akal).
- Hegel, F. 1995 (1939) *Morceaux choisis* (Paris: Gallimard).
- Izique, Claudia 2000 “O novo rural brasileiro – reduziu-se o abismo tradicional entre meios urbanos e rurais” em *Fapesp Pesquisa* (São Paulo) abril.
- Lefebvre, Henri 1978 *De l'État – Les contradictions de l'État moderne* (Paris: Union Générale d'Éditions).
- Lencioni, Sandra 2001 “Produção no interior, gestão na capital” em *Fapesp Pesquisa* (São Paulo) N° 61. (entrevista a propósito de sua pesquisa “Emprego e exclusão social na reestruturação urbano-industrial do estado de São Paulo”, projeto financiado pela FAPESP).
- Lipietz, Alain 1983 *Le capital et son espace* (Paris: La Découverte/Maspero).
- Osmont, Annik 1995 *La banque mondiale et les villes – du développement à l'ajustement* (Paris: Karthala).

- Santos, Milton 1979 *O espaço dividido – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Rio de Janeiro: Francisco Alves).
- São Paulo 2004 *Avaliação ambiental estratégica do programa rodanel* (Governo do Estado de São Paulo).
- Serge, Renaudie 1988 “Henri Lefebvre. Une nouvelle positivité de l’urbain” em *Journé Ml* (Paris) (Entrevista com Henri Lefebvre).
- Smith, Neil 2000 “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica” em Arantes, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença* (São Paulo: Papirus).
- Thom, R. 1974 *Modeles mathématiques de la morfogenese* (Paris : Union Generale Dieditions).
- Vaneigem, Raoul 1996 *Nous qui désirons sans fin* (Paris: Gallimard).

NUBIS PULIDO *

EL ESPACIO URBANO LATINOAMERICANO Y LA GLOBALIZACIÓN. EMERGENCIA DE CIUDADES “INTERMEDIAS” Y NUEVOS CAMBIOS EN VENEZUELA

LOS GRANDES CAMBIOS de las dinámicas socio-económicas en el ámbito mundial han incentivado transformaciones de diferente género, incluyendo el orden espacial, llegando a marcar distintas etapas en la evolución histórica, social, económica y espacial de las sociedades.

En este sentido, aproximadamente desde los años setenta, el reconocimiento de nuevos cambios en el sistema productivo, entendido como un cambio cualitativo de la organización de las fuerzas productivas, bajo el extendido proceso de la globalización, supone en principio una nueva reestructuración de las firmas multinacionales bajo nuevos objetivos, los cuales involucran nuevas estrategias de ubicación espacial. Internacionalización de la producción, de los intercambios y la conformación de redes de carácter internacional, son algunos de los rasgos característicos de esta nueva dinámica global.

En ese mismo marco extendido de la globalización, cambios de todo orden, económico, así como político, cultural y social, han afectado de manera particular a América Latina, generando alteraciones en el orden espacial para develar tendencias en su dinámica urbana diferentes a las registradas hasta hace una época relativamente reciente.

* Profesora del Instituto de Geografía y Conservación de Recursos Naturales, Universidad de los Andes, Venezuela.

Éstas se manifiestan con la emergencia de nuevos espacios distintos a las grandes metrópolis. Algunas ciudades medias latinoamericanas se han convertido en las más atractivas para el emplazamiento y desarrollo de las nuevas actividades económicas, mucho más acordes con las nuevas exigencias que imponen los mercados actuales. Estas ciudades experimentan el mayor dinamismo, tanto demográfico como funcional y una mayor capacidad para integrarse a las redes que sobrepasan el cerco nacional; su diferenciación la establecemos con la utilización del apelativo de ciudades “intermedias” (denominación que surgiera en el marco de un proyecto conjunto GRAL/CREDAL –Proyecto PIR-Villes– en Francia, para diferenciar a un tipo particularmente dinámico de ciudades medias).

La noción de ciudad media hace alusión a aspectos estáticos: peso, población, en suma, a estadísticas, banalizando con ello en alguna medida, su objeto. Insistir en la noción de intermedia es por el contrario, señalar la importancia de elementos dinámicos, la noción de estrategia, de lugar a conquistar, de espacio a construir, de posicionamiento a ocupar, de mediaciones a suscitar entre los hombres, los capitales, de sinergias a desarrollar (Gault, 1989)¹.

En Venezuela, cuatro ciudades: Maracay², Puerto Cabello³, Barquisimeto⁴ y Ciudad Guayana⁵, de entre las 23 áreas metropolitanas (así denominadas por el Instituto Nacional de Estadísticas), consideradas a estos efectos, ciudades medias (con un tamaño entre 100.000 y un millón de habitantes), han sido objeto principal de las grandes inversiones públicas, lo que junto con los efectos multiplicadores que las mismas han generado, las han convertido en los principales centros económicos del país. Ellas aparecen, conjuntamente con la capital (Caracas) y las dos ciudades grandes (Maracaibo y Valencia), como los puntos privilegiados para el establecimiento de las inversiones, sobre todo de origen extranjero, constituyendo los principales puntos de anclaje dentro del vasto tejido urbano, canalizando los mayores intercambios de inversiones, mercancías y población; ellas lucen así mismo como los centros, dentro del sistema urbano con mayor autonomía relativa tanto financiera como política, con respecto a la capital, para tomar decisiones que conciernan a su desarrollo. Finalmente, estas ciudades muestran

1 Es necesario aclarar que en francés, ciudades medias e intermedias no son utilizadas como sinónimos. Se habla de ciudades medias en relación con la talla mediana, y de intermedias en tanto que enlace entre dos categorías distintas.

2 Ciudad industrial por excelencia y capital administrativa del estado Aragua.

3 Principal puerto marítimo del país y centro industrial con la actividad petroquímica.

4 Centro de intercambio comercial mayorista y capital administrativa del estado Lara.

5 Polo de desarrollo industrial, creado a partir de las ideas de Perroux y Friedmman (1960), con una gran planta siderúrgica, es la ciudad más importante del sur de Venezuela.

una gran capacidad para polarizar el espacio y erigirse en líderes de sus regiones. Es decir, estas cuatro ciudades venezolanas se definen en tanto que ciudades “intermedias”.

Todo esto ha sido puesto de relieve a partir de un análisis realizado sobre el conjunto de estas ciudades medias, siguiendo una aproximación a través de las ciudades “intermedias” (análisis realizado sobre una serie de datos cuyos registros alcanzan hasta mediados de los años 90), el cual constituye un trabajo de tesis doctoral en geografía (Pulido, 1999).

Una tipología de dichos centros fue parte de los resultados de esa investigación, en función del comportamiento de tres parámetros considerados básicos para definir a las ciudades intermedias, a saber: capacidad de intercambio, de autonomía (financiera y política) y liderazgo (Cuadro 1).

Estos factores resumen y fueron medidos a través de un conjunto de variables y sub-variables tratadas según la modalidad del índice compuesto, reunidas en un factor general, llamado a nuestros fines “indicador de intermedia”. Los detalles metodológicos seguidos a tales efectos han sido ampliamente expuestos en el trabajo presentado en el VIII EGAL (Pulido, 2001). La emergencia de ciudades “intermedias” constituía la tendencia más resaltante de la urbanización en Venezuela, según la referida investigación.

CUADRO 1
Tipología de ciudades venezolanas

Ciudades	Indicador de "intermedia"	Calificación
Caracas	10,49	Ciudad grande
Valencia	7,29	Metrópolis incompletas
Maracaibo	8,58	
Maracay	8,42	Ciudades "intermedias"
Puerto Cabello	7,59	
Barquisimeto	6,98	
Ciudad Guayana	6,81	
Barcelona-Pto La Cruz	6,22	Ciudades en transición
Punto Fijo	5,69	
San Cristóbal	5,35	Ciudades medias
Ciudad Bolívar	5,26	
Lagunillas	5,19	
La Victoria	5,15	
Guarenas-Guatire	4,93	
Los Teques	4,90	
Cabimas	4,85	
Porlamar-Pampatar	4,61	
Mérida	4,59	
Ciudad Lozada	4,50	
El Tigre	4,46	
Coro	3,80	
Valera	3,51	
Cumaná	3,13	
Acarigua-Araure	3,12	
Maturín	2,30	
Barinas	2,28	

Fuente: Pulido, 1999: 57

LOS CAMBIOS RECIENTES EN VENEZUELA

Sin embargo, en los últimos cinco años, Venezuela vive un nuevo y violento proceso de transformación política, social y económica que pudiera alterar la economía de las diferentes localidades y, con ello, el panorama que prevalecía hasta finales de los años 90 y que se caracterizaba por la emergencia de ciudades intermedias. Este proceso está vincula-

do a: 1) orientaciones políticas de retorno a viejas formas de excesiva centralización en la administración; 2) amplia intervención estatista en la economía (paralización y reversión del proceso de privatización de las empresas públicas); 3) cambio en las orientaciones de política económica externa, por consideradas neoliberales y causantes de la crisis estructural que vive el país. Este cambio incide en una contracción de las IED –Inversiones Extranjeras Directas– y en el desestímulo a las inversiones privadas y, 4) en materia territorial, el intento del Estado por generar una situación contraria a la tendencia histórica respecto a la ubicación tanto de la población como de las inversiones. Estas transformaciones ocurren simultáneamente con unos aumentos excepcionales en los precios internacionales del petróleo, lo cual le concede unos ingresos fiscales igualmente importantes al Estado venezolano y, con ello, nuevos esquemas de distribución o de reparto de la renta petrolera.

La tesis que aquí se sostiene es la de que los cambios que recientemente se han generado en el contexto político y económico venezolano, acompañados de nuevas propuestas en materia de desarrollo territorial, pudieran alterar el panorama bajo el cual emergían las ciudades “intermedias” y amenazar el rol de líderes regionales que bajo las condiciones precedentes habían alcanzado. Por lo que, aun cuando éstas logran conservar cierta ascendencia respecto al resto del conjunto urbano, las mismas pudieran frenar el fuerte impulso que antes acusaran en los diferentes parámetros (capacidad de intercambio, de autonomía y de liderazgo) y que les aseguraran el papel de privilegio relativo en el contexto urbano nacional antes de tales cambios.

A tales efectos nos proponemos hacer una revisión de esos cambios a fin de analizar sus posibles efectos en el contexto socio-espacial en el que se conformaban las “ciudades intermedias”.

Si bien la emergencia de ciudades “intermedias” en Venezuela se determinó a partir del análisis de ciertas variables específicas, relativas a esas ciudades, la lectura de los cambios experimentados por esas variables a nivel del país, permite inferir ciertos efectos, aun cuando indirectos, en la dinamización de esas unidades territoriales. Un estudio complementario, actualizado, siguiendo la misma metodología del anterior (Pulido, 1999), daría cuenta de manera más precisa de estas tendencias en el momento actual, no obstante, la no disponibilidad de los datos no permitió tal aproximación.

LA CAPACIDAD DE INTERCAMBIO

Uno de los parámetros fundamentales para definir a las ciudades “intermedias” es la capacidad de intercambio, entendida como la capacidad que tienen las ciudades para situarse como centros privilegiados de intercambios en el vasto tejido mundial (o puntos de apertura hacia la

internacionalización de los territorios de los cuales son motores). En Venezuela, la misma ha sido inferida a través de: 1) el comportamiento espacial de las inversiones extranjeras y el lugar de importancia que, como lugar de recepción, le concede la localización de dichas inversiones a una determinada ciudad; 2) la capacidad que tienen dichas ciudades para acoger a las empresas exportadoras; 3) el avance de la privatización en las empresas locales y la participación que en ello tiene el capital de origen extranjero; así como 4) el grado de atracción que ejercen las ciudades sobre las inversiones privadas.

Al respecto, en los últimos cinco años, una serie de cambios con tendencias inversas a las hasta entonces registradas en el comportamiento de estas variables, evidenciados a través de indicadores simples (generales), permite suponer la direccionalidad de los mismos.

El proceso de privatización de las empresas públicas en Venezuela, que se implementara con mayor fuerza en la década de los noventa, fue detenido dándose una vuelta a la intervención estatista en la economía; un ejemplo en ese sentido lo constituye la decisión reciente, por parte del gobierno nacional (septiembre de 2004), de crear una nueva compañía de teléfonos estatal después de que la antigua compañía telefónica del estado, CANTV (Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela), hubiera sido privatizada en la década de los 90.

Las inversiones extranjeras directas no-petroleras, por su parte, bajaron en 15% en ese mismo periodo (SIEX), mientras que las totales descendieron en 10,2% (Offnews Info, 17/10/2003). Sólo en el año 2003 se registró un aumento de las IDE, sin embargo, debe considerarse que las inversiones realizadas en 1996, en la principal empresa de telecomunicaciones, CANTV, fueron registradas en el 2003; por lo que, si se excluyen los montos por esta negociación, las IDE registrarían una disminución de 2 millones de dólares con respecto al año precedente (Cuadro 2).

En este contexto, también es necesario tomar en cuenta el alto riesgo político e institucional que Venezuela supone para los inversionistas extranjeros (riesgo país), lo cual incide negativamente en su capacidad para atraer nuevas inversiones. El riesgo-país se mide por la diferencia entre el interés que pagaría la República Bolivariana de Venezuela por un bono de deuda pública y el que ofrecería uno similar emitido por el Departamento de Tesoro de los EEUU (Rojas Jimenez, 2001). Éste es ubicado entre 800 y 900 puntos básicos, equivalente a una brecha de 8 o 9 puntos porcentuales entre el rendimiento de un bono de deuda pública venezolana y el de un título estadounidense.

Probablemente, los indicadores anteriores estén en la base de la explicación del bajo nivel de competitividad de Venezuela en el contexto mundial. Ciertamente, Venezuela ocupó el puesto 82 entre 102 países en el ranking global para el periodo 2003-2004. Debido a claras desven-

tajas en sus políticas macroeconómicas e institucionales (Competitividad Andina, 2003).

Por otra parte, las exportaciones no petroleras mantienen un comportamiento constante, en tanto que las importaciones no cesaron de aumentar en el mismo período, sobre todo en el sector correspondiente a los bienes intermedios (Cuadro 3).

Este escenario se desenvuelve en un entorno energético nacional caracterizado por un alza continua de los precios internacionales del petróleo: el precio del barril alcanza en este período su máximo record histórico, 41 dólar/barril, habiendo ascendido desde 18 dólar/barril, hace apenas cinco años (Venezuela Analitica.com 18/8/2004).

Es de suponer, que todos estos cambios en estos aspectos de la vida económica del país han afectado a todas las ciudades de manera general, particularmente a aquellas que constituían los principales asientos de las actividades económicas y eran las zonas de destino por excelencia para las mayores inversiones, tanto extranjeras como nacionales, nos referimos a las definidas como ciudades “intermedias”.

CUADRO 2
Inversiones Extranjeras Directas

Año	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Millones de dólares	312	531	1551	516	585	728	297	295*
% del PIB			2,79	1,35	0,90	1,10	0,43	0,31

Fuente: SIEEX, publicado por conapri.org

* Este valor ascendería a 1.174 con inversiones en CANTV.

CUADRO 3
Intercambio comercial no petrolero (Millones de dólares)

Año	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2001	2003
Exportaciones	4.569	5.220	5.047	5.402	5.442	4.122	5.114	5.152	4.908	4.919
Importaciones	7.605	10.315	7.732	11.705	12.873	11.565	13.732	15.244	10.948	9.321

Fuente: BCV, publicado por Venancham.org/

CAPACIDAD DE AUTONOMÍA

La autonomía es otro de los parámetros que definen la condición “intermedia” de una ciudad. Se entiende como la mayor capacidad que tienen las ciudades para producir y gerenciar sus propios recursos financieros (dependiendo cada vez menos de la administración central), en la búsqueda de un desarrollo autónomo y consensual que de prioridad a la satisfacción de las necesidades de sus comunidades. En el estudio de las ciudades intermedias (Pulido, 1999), la autonomía ha sido evaluada

a través de un análisis de las cuentas de los municipios capitales⁶, y de las expresiones políticas que se deducen del comportamiento electoral en los diferentes períodos electorales.

El análisis de este parámetro exige revisar los avances del proceso de la descentralización. La crisis político-económica que se gestara bajo el esquema proteccionista, intervencionista y centralista que regía las administraciones precedentes a 1989 y que se hiciera sentir de manera importante con la maxi devaluación de 1983, fue el móvil para la creación del proyecto de la descentralización. Éste surge como un intento por combatir y superar dicha crisis. Aun cuando de forma incipiente, hasta mediados de la década de los noventa, la descentralización había concedido a las diferentes unidades territoriales el inicio de un camino hacia la búsqueda de su desarrollo en función de sus ventajas comparativas y de una mayor autonomía relativa financiera, administrativa y política, lo cual les permitía posicionarse mejor en el contexto nacional. Algunos logros en ese sentido fueron evidenciados en el citado estudio de las ciudades intermedias.

Sin embargo, con el detenimiento tanto del avance de la descentralización, como de la búsqueda de crecimiento sin inflación y de la racionalización del gasto público, así como ante el fracaso del intento aperturista y de liberalización, esas tendencias parecen revertirse o sencillamente persistir, pero sin bases sólidas que aseguren el éxito que garantice una plataforma al desarrollo consensual de las áreas comandadas por las ciudades intermedias.

Por sus implicaciones, vale la pena considerar algunos de los cambios recientes, que en materia de descentralización y por vía de las asignaciones presupuestarias, conociera el país. En agosto de 2000, el gobierno modificó dos de las leyes que rigen la asignación de recursos públicos a las unidades territoriales: la Ley de Asignaciones Especiales⁷ (LAE) y la Ley del Fondo Intergubernamental para la Descentralización⁸ (FIDES). Ello sin que se incrementaran los porcentajes del presupuesto concedidos a través de esas asignaciones. Tres meses más

6 Entre otros: el peso de los recursos producidos por el propio municipio y sus tendencias, la capacidad de inversión del gobierno local, la importancia relativa de los gastos en servicios sociales, el peso de los nuevos recursos devengados bajo el cuadro de la descentralización, etc.

7 Esta asignación presupuestaria se financia con 20% de la regalía que retiene el gobierno central luego de los aportes para el situado constitucional. Se distribuye en 70% para los estados petroleros y 30% para los no petroleros, su asignación se realiza sobre la base de proyectos evaluables y se otorga de acuerdo a un rango de prioridades, iniciándose con programas de saneamiento y equipamiento ambiental.

8 Entre los estados y municipios se distribuye el 15% de lo que se recauda por Impuesto al Valor Agregado (IVA), éste se distribuye en proporción a indicadores poblacionales y de pobreza que incluyen un Fondo de Compensación Interterritorial.

tarde, en nuevas modificaciones a estas leyes, se establece la reducción de estas asignaciones presupuestarias: se intentó disminuir a una cuarta parte los aportes al FIDES y dejar a discreción de la Asamblea Nacional y del Ejecutivo la porción de lo asignado para los años siguientes. La reacción contra este intento, de parte de los gobernadores, alcaldes y legisladores regionales y municipales (incluidos los del partido del gobierno), fue de tal magnitud que se retiró la propuesta, en medio de una confrontación política que amenazó con romper la coalición dominante en la Asamblea Nacional y el gobierno central. Un año después de estos eventos (abril, 2001), se discute una ley de hacienda pública estatal y una para el fondo de compensación interterritorial (Ley habilitante para la Presidencia de la República, Consejo Federal de Gobierno), que sustituyen a toda la legislación anterior en materia de distribución territorial. También, el actual gobierno modificó la ley del Fondo de Inversiones para la Estabilización Macroeconómica⁹ (FIEM) para no hacer más aportes a partir de octubre del 2002. Contrario a lo anteriormente establecido en la ley, fueron gastados todos los recursos represados hasta el 2003, exceptuando los de Petróleos de Venezuela (PDVSA), aún cuando el período ha sido de incremento de los precios del petróleo y su consecuente ingreso, y no de caída de los mismos. Junto a esto tenemos entonces que, por un lado, el gobierno ha limitado los mecanismos del Situado Constitucional¹⁰, Ley de Asignaciones Especiales (LAE), Fondo de inversiones para la estabilización macroeconómica (FIEM), Fondo de Inversiones para la Descentralización (FIDES) y por el otro, hace permanente e imprevisible los retardos en la entrega de las asignaciones a los estados y municipios (Rojas, 2004).

Si se examina la trayectoria de los aportes a las regiones a través del cuadro 4 (Rojas, 2004), es posible apreciar la evolución de dicho proceso. Desde 1992 hasta 1998, las asignaciones experimentaron incrementos progresivos, para, a partir de allí, sufrir oscilaciones tanto por la vía de los montos, los cuales disminuyeron, como por la vía de los retardos temporales en concederse tales asignaciones (tal como fuera denunciado por el Presidente de la Asociación de Alcaldes de Venezuela). Todo esto, evidentemente afecta el desempeño de las diferentes unidades territoriales y en consecuencia sus posibilidades de desarrollo.

9 Fondo creado con los montos adicionales de ingreso petrolero que vaya más allá de un cierto valor previsto para el barril de petróleo en el presupuesto nacional (-15 \$/barril en el 2002). Una parte se asigna al gobierno central, otra a las gobernaciones y alcaldías y otra a PDVSA. En sus planteamientos está previsto que se acumule en los períodos de bonanza, represándolos para ser utilizados en los períodos de caída del ingreso petrolero.

10 El situado constitucional es una partida incluida anualmente en el Presupuesto Nacional de Gastos Públicos equivalente a un porcentaje de los ingresos ordinarios estimados del respectivo ejercicio (20%), esta partida se distribuye de acuerdo a un porcentaje fijo (30%) para los estados y un porcentaje proporcional al peso poblacional de cada uno de ellos.

CUADRO 4

Participación porcentual de la descentralización en el gasto total (millones de bolívares)

Años Concepto	1992	1993	1994	1996**	1997	1998	1999	2000
Situado Constitucional	12,6	14,6	16,8	14,54	16,61	17,1	12,72	14,28
FIDES				0,38	1,28	3,7	3,2	3,3
LAE						2,9	1,9	2,5
Total Descentralizado	12,6	14,6	16,8	14,92	17,89	23,7	17,8	20,1
Total Gasto Fiscal	965.349	1.105.792	-	5.294.183	7.825.656	11.243.899	14.557.816	17.878.137

Fuente: OCEPRE. Ley de Presupuesto. Varios años

FIDES: Fondo Intergubernamental para la Descentralización.

LAE: Ley de Asignaciones Especiales

** Segunda reconducción del presupuesto de 1995.

La otra dimensión del componente autonomía está vinculada con el comportamiento político de las diferentes unidades territoriales, en la medida en que los gobiernos locales se acercan o alejan de la dirección política que predomina en el nivel nacional. Es decir, en la medida en que la orientación política de los gobiernos locales de las diferentes unidades territoriales les conceda manifestaciones de nuevas formas de poder, en oposición al poder central, se supone que ello se traduciría en una mayor autonomía de estas áreas y al prevalecimiento de formas representativas del poder más plurales, es decir, más democráticas.

El avance de la descentralización y la dinámica política que hasta finales de la década de los años 90 prevalecía en el país, hacía suponer que se transitaba desde una sociedad caracterizada por la concentración del poder político a otra de amplia distribución de este poder (en medio de una situación de crecimiento moderado del ingreso petrolero). Bajo este esquema, las ciudades intermedias acusaban un comportamiento político caracterizado por la predominancia de actores y agrupaciones con una mayor heterogeneidad y diversidad de intereses políticos y sociales, como lo reflejaban los resultados de las elecciones regionales (Pulido, 1999).

De este hecho, los partidos políticos y sus líderes parecían actuar menos como mediadores de una dirección ubicada en el centro, concentrador del poder, y más al servicio de las comunidades locales o regionales a las que representaban. Sin embargo, es de suponer que la dinámica petrolera en Venezuela introduce un elemento paradójico en su situación política, y es que los incrementos en el ingreso petrolero parecieran conducir (o impulsar) a mayores concentraciones del poder político. Tal como ha sido puesto en evidencia (Rojas, 2003), los períodos más democráticos en Venezuela se corresponden con aquellos de crecimen-

to moderado y decrecimiento del ingreso petrolero, mientras que por el contrario, los menos democráticos, o de mayor concentración de poder, se asocian con períodos de mayor crecimiento de ese ingreso.

Hoy, ante el aumento reciente en el ingreso petrolero debido a los incrementos en los precios internacionales del petróleo, la tendencia registrada parece revertirse, respondiendo al comportamiento cíclico, que vincula la renta petrolera con la concentración del poder. Esta concentración se traduce por el predominio del partido de gobierno en la mayoría de las diferentes unidades administrativas como resultara en los comicios regionales más recientes (31 de octubre de 2004).

Este examen hace suponer que las ciudades intermedias encuentran hoy disminuido el abanico de posibilidades políticas y de negociaciones que habrían ganado con el avance de la descentralización, lo cual podría incidir restándoles dinamismo (haciéndolas menos autónomas, en todo caso, y más dependientes del poder central) para posicionarse en el nuevo contexto competitivo de la globalización.

CAPACIDAD DE LIDERAZGO

El último parámetro considerado para definir a las ciudades “intermedias” es el liderazgo, entendido como la mayor capacidad que tendrían las ciudades para polarizar el espacio. Ello es evaluado a través de la existencia de ciertas actividades claves para el movimiento global de concentración urbana, tales como, la industria, la investigación y la enseñanza superior, las cuales no sólo simbolizan la inserción de una ciudad dentro una sociedad moderna, sino que le conceden también un poder económico cultural y político adicional que se traduciría, en el nivel espacial, por una más vasta influencia territorial. ¿Cómo pudieran afectar los cambios recientes al parámetro de liderazgo?

Con respecto a la dinámica experimentada por la actividad industrial, los efectos negativos de las actuales políticas económicas pueden ser inferidos a partir de los siguientes indicadores: a) Venezuela sufre una caída progresiva del índice de producción industrial desde 1997 hasta el 2003 (Boletín de Coyuntura Económica e Industrial, Febrero 2004); este descenso explica que el 58% de las industrias venezolanas cerrara sus puertas en el lapso comprendido desde 1998 hasta el 2003 (CONINDUSTRIA, 2004); b) por esta misma razón, el empleo industrial se ha contraído en 42% en el mismo lapso (Globovision); c) el nivel total de desempleo alcanzó una tasa de 17,2% en mayo de 2004 (DATANALISIS, 2004); d) igualmente, las ventas globales realizadas por el 55% de las pymes (pequeñas y medianas empresas) sufrieron una disminución apreciable en el 4° trimestre de 2003 (CONINDUSTRIA, Encuesta de Coyuntura Industrial, 2004); e) en materia de precios, el índice de precios al consumidor ha variado en 225% entre 1998 y 2003, mientras que las remuneraciones sólo han crecido en promedio 99% en el mismo

período; f) finalmente, el PIB per cápita, a precios constantes de 1984, ha descendido en 15% entre 1998 y 2002 (Banco Central de Venezuela). En consecuencia, se observa una profunda expansión de las actividades informales de la economía; en efecto, el empleo informal asciende a 53,60% de la PEA en el 2003 (CONINDUSTRIA, 2004).

Estos indicadores, junto con los considerados en el parámetro de *intercambio*, permiten suponer un efecto negativo en las ciudades cuya actividad industrial generaba dinamismo.

Por otro lado, respecto a las actividades de investigación y de enseñanza superior, es necesario considerar que en el nuevo contexto de la globalización, la noción tradicional de formación universitaria parece cambiar bajo el influjo de la sociedad del conocimiento. No se trata ya solamente de un mayor acceso de los individuos a la formación superior, como un objetivo de democratización de la sociedad, sino sobre todo, de una herramienta más eficiente y globalizada para enfrentar la competitividad económica a través de la calificación de la mano de obra y la renovación tecnológica.

En Venezuela, los cambios políticos recientes también han afectado a este sector de la vida pública, como aquí expondremos. Tradicionalmente, en el país han existido varios tipos de universidades: las autónomas, las experimentales y las privadas, a las que se agregan los institutos universitarios, politécnicos, pedagógicos, tecnológicos, eclesiásticos, militares, colegios e institutos universitarios, así como también reconocidos centros de investigación tales como el CIED –Centro de Desarrollo Tecnológico de Petróleos de Venezuela–, asociado al INTEVEP –Instituto Tecnológico Venezolano de Petróleos– y el IVIC –Instituto Venezolano de Investigación Científica, entre otros.

En las universidades autónomas, aún cuando incipientes, recientemente se han manifestado unos elementos anti-autonomía vinculados al centralismo del actual régimen. Un ejemplo de ello lo constituyen algunas solicitudes, de parte de algunos miembros universitarios, de la intervención de estas instituciones por parte del gobierno central a través del Ministerio de Educación. Esto ha ido acompañado de otro hecho, esta vez muy concreto, vinculado al régimen presupuestario de las universidades autónomas. Estas instituciones dependen en más del 90% de los dineros públicos concedidos por el gobierno central a través de asignaciones presupuestarias periódicas. En los últimos años, estas asignaciones están siendo más irregulares de lo que alguna vez lo fueron en el pasado, lo cual genera alteraciones en su desempeño.

Por otro lado, las universidades experimentales poseían autoridades escogidas mediante un proceso de selección interna. En algunos casos, las comunidades universitarias de estas organizaciones elevaban al Ministerio de Educación, de entre sus miembros, una lista de candidatos designables entre los cuales el Ejecutivo Nacional, a través de este Ministerio, aprobaba las autoridades. Esto dejó de ocurrir bajo la

actual administración, y en su lugar hubo la intervención administrativa de la mayoría de ellas, siendo ahora sus autoridades designadas desde el gobierno central y en función de intereses meramente políticos. Estas universidades, que habían sido diseñadas para actuar en tanto que factores de desarrollo regional (Universidad Ezequiel Zamora, en Los Llanos Altos Occidentales; Rómulo Gallegos en Los Llanos Centrales, Francisco de Miranda en la región semi-árida del Occidente venezolano, la de Guayana con influencia al Sur del Orinoco), pierden ese rol protagónico en sus regiones para convertirse en factores políticos inestables por demás.

Las universidades privadas, por el contrario, además de competir por los recursos, están jugando un rol fundamental en la formación profesional de nivel superior, sobre todo en las grandes ciudades (UCAB y Universidad Metropolitana en Caracas, Universidad Tecnológica del Centro en Maracay, Universidad Cecilio Acosta y Rafael Belloso en Maracaibo, son algunos ejemplos).

Por otro lado, Intevep (Instituto Tecnológico Venezolano de Petróleos), constituía uno de los más importantes centros de investigación aplicada y de desarrollo tecnológico de Venezuela y de América Latina (al cual era dedicado el 55% de la inversión en este sector), agrupaba a 985 profesionales y arrojaba un record de 124 trabajos y 17 patentes cada año. Después de la participación de la mayoría de su personal en el paro petrolero general del 2002, sufrió las represalias del gobierno, el cual, bajo un supuesto programa de reestructuración, realizó 881 despidos (97% del personal profesional y técnico), desmantelando así a este importante centro de investigación, así como a la filial de educación: Centro Internacional de Estudios y Desarrollo, CIED (Requena, 2003).

Un destino incierto también es el que se está gestando actualmente en el Instituto Venezolano de Investigación Científica (IVIC) en el que el componente político cobra un peso importante en las decisiones que le conciernen a esta organización, pudiendo prevalecer por encima de los criterios científicos y de excelencia. Los recortes presupuestarios son uno de los mecanismos implementados por el gobierno para intervenir tales instituciones. “La asfixia económica del instituto que amenaza con cierre por falta de insumos y recursos para el sostén es el ataque contra la inteligencia”, según declaraciones del investigador López Padrino, premio de la Sociedad Internacional de Neurología y Premio Polar (www.vivavenezuela.nl).

Paralelamente, el gobierno crea la Universidad Bolivariana de Venezuela (2003) –otra de las nuevas formas del reparto de los dineros públicos obtenidos en mayores cantidades, debido a los contingentes ingresos que aseguran hoy los elevados precios internacionales del petróleo–, la cual se pretende sea una alternativa para los estudiantes excluidos de los sistemas de admisión de las universidades autónomas, experimentales y privadas. Ésta acoge a los estudiantes, sin mayores exigencias académicas, bajo un nuevo esquema de aprendizaje en siete carreras no

tradicionales, orientadas hacia el trabajo con las comunidades: comunicación social, derecho en estudios políticos, economía, promoción social, gestión ambiental, gestión de salud pública y participación comunitaria. La orientación de esta institución está dirigida fundamentalmente hacia la docencia y no hacia la investigación y no posee nexo alguno con el sector productivo privado. Por su orientación, esta universidad no pretende formar elites profesionales, sino cuadros comunitarios.

Pudiera decirse que la orientación general que se le pretende dar a la educación superior en Venezuela hoy se resume en la paradoja: Masificación versus Excelencia. Bajo esta premisa, el sector de la educación superior y de la investigación se encuentra lejos de constituir la plataforma desde la cual se gestó un proceso de innovación y modernización de las áreas que les permita a las ciudades ampliar sus influencias territoriales y enfrentar los retos económicos que plantea la globalización.

CAMBIOS EN MATERIA TERRITORIAL. UNA CONSIDERACIÓN APARTE

Es necesario señalar que desde la época precolombina, en un proceso que abarca ya casi seis siglos, el emplazamiento de la población y de las actividades económicas, en lo que posteriormente sería Venezuela, ocurrió en el área de mayor concentración de la población actual (proceso ampliamente estudiado: López, 1968; Chaves, 1974; Papail y Picouet, 1987; Amaya, 1999; Ríos y Carballo, 2000). Venezuela, ha vivido un proceso de configuración territorial que se caracteriza esencialmente por una distribución de la población sobre el territorio que privilegia la concentración en aquellas zonas de mayor actividad económica y de intercambio, las cuales se emplazan de manera preferencial en las costas, esencialmente en la llamada zona centro-norte-costera. En esta zona se localizan las principales ciudades del país con sus conurbaciones con las cuales forman áreas metropolitanas y las áreas de más intensa urbanización, incluido un corredor urbano de dimensiones megalopolitanas alrededor de la capital.

Esa concentración tiene su explicación en el proceso histórico de localización de las principales actividades económicas del país, bajo sus diferentes modelos de desarrollo, que se da inicialmente, durante el período denominado “agro-exportador” (hasta 1920), con una economía portuaria y el desarrollo de hinterlands o nodos de penetración en el arco costero-montañoso. Posteriormente esta situación es reforzada por las inversiones provenientes de la actividad minero-petrolera (entre 1920 y 1950) y, desde mediados del siglo XX, por la política de sustitución de importaciones y el destino centralizado de la renta petrolera (Amaya, 2003). En este último período, bajo una administración fuertemente centralizada, las inversiones de los dineros públicos, generados a través de la renta petrolera, fueron canalizadas principalmente hacia las áreas cercanas a los centros de decisión política, establecidos en la zona centro-norte-costera.

Complementando este esquema de distribución de la población y de los recursos, actualmente, tal como lo revelan sus tendencias (Pulido, 1999), la urbanización en Venezuela pone de relieve no solamente la emergencia de cuatro ciudades intermedias, ante la pérdida de importancia relativa de la ciudad capital, sino la formación de un área de dimensiones megalopolitanas, englobando e integrando a dos de dichas ciudades junto con Caracas, capital administrativa y a Valencia. Esto hace que, sirviendo a sus áreas de influencia respectivas y revitalizando cada vez más sus economías, las ciudades “intermedias” de Maracay, Puerto Cabello (y, aun cuando un tanto más alejada físicamente, Barquisimeto), sean llamadas a jugar un rol de complementariedad a la escala de la unidad espacial de la cual forman parte, la megalópolis centro-norte-costera (Pulido, 2004).

Las actuales orientaciones de política territorial en Venezuela amenazan este panorama bajo el cual el país se preparaba para insertarse en el contexto globalizado de la economía.

¿EN QUÉ CONSISTEN LAS NUEVAS PROPUESTAS TERRITORIALES?

El Plan Nacional de Desarrollo Regional 2001-2007 parte de un diagnóstico que resalta de manera particular, lo que es considerada la causa fundamental de los problemas del país en materia territorial:

un proceso de ocupación del país con marcada tendencia hacia la concentración de la población y las actividades productivas en un número reducido de núcleos urbanos localizados en la franja centro-norte-costera, en contraste con el resto del país, una gran extensión semidespoblada con un enorme potencial en recursos. Esta desequilibrada ocupación del territorio nacional creó graves problemas sociales y ambientales en sus principales ciudades y restó dinamismo a la provincia (República Bolivariana de Venezuela, Ministerio de Planificación y Desarrollo, 2001: 7).

También se atribuye a los desequilibrios regionales la gravedad de problemas tales como el estancamiento económico, las migraciones, la marginalidad, la pobreza y el deterioro ambiental, todo lo cual afectaría sensiblemente el desarrollo general del país.

En este diagnóstico, se culpa al modelo neoliberal aplicado en los últimos 10 años de los nefastos resultados en materia de distribución territorial de la población y las actividades económicas.

Se supone que el proceso de descentralización que se inició en 1989, contribuyó a mantener los desequilibrios territoriales y favoreció a los estados de mayor población y desarrollo económico.

En función de tal diagnóstico, este plan propone como objetivo general: Ocupar y consolidar el territorio de forma más equilibrada, mediante una estrategia de “descentralización desconcentrada”. En el

orden territorial, esta estrategia del gobierno nacional se apoya en los siguientes elementos:

1) Desarrollo de las fachadas de integración: amazónica, andina y caribeña, mediante las cuales se pretende favorecer tanto el desarrollo de las regiones fronterizas como la comunicación con los países vecinos a través de la integración de los grandes ejes fluviales y del transporte ferroviario, terrestre, aéreo y marítimo.

2) Fortalecimiento y desarrollo de los ejes de desconcentración: Occidental, Oriental y Orinoco-Apure (Figura 1), que conforman regiones programa cuyos recursos, teóricamente, serán dirigidos a la ejecución de obras de infraestructura y al mejoramiento de los servicios públicos en los centros poblados ubicados a lo largo de cada uno, a los efectos de generar condiciones favorables para la inversión privada. Se ha propuesto el establecimiento de tres ejes principales de desconcentración: a) eje occidental: con el desarrollo de este eje se pretende fortalecer el crecimiento industrial y agroindustrial a fin de integrarlo al desarrollo de actividades productivas complementarias y, según se plantea, aprovechar su ubicación estratégica, ya que constituye una encrucijada abierta al Caribe y Colombia, con posibilidad de conexión con el océano Atlántico, a través del eje Orinoco-Apure; b) eje oriental: este figura como un proyecto clave dentro de la política territorial nacional para la descentralización desconcentrada. Está ubicado hacia el extremo oriental del país a ambas márgenes del río Orinoco, desde la Isla de Margarita, pasando por Ciudad Guayana y su gran área de influencia económica, hasta Santa Elena de Uairén, en el límite entre Venezuela y Brasil; c) eje Orinoco-Apure: este proyecto pretende expresar la idea de diversificación, descentralización y desconcentración del territorio. Tiene como objetivo la estructuración de un eje de desarrollo en el área de influencia inmediata de los ríos Orinoco y Apure, a través de la identificación, promoción y ordenamiento de una serie de actividades productivas y sociales capaces de generar un importante proceso de ocupación territorial e intercambios económicos de bienes y servicios. La importancia que se le concede, lo sitúa como un gran proyecto nacional, con un alto componente estratégico y geopolítico, que persigue una ocupación más "racional" del territorio venezolano y un mejor aprovechamiento de sus recursos. Está ubicado en la franja media del país. Su área de influencia inmediata ocupa una superficie superior a los 300.000 km², que representa algo más del 30% del territorio nacional, y aloja aproximadamente el 13% de la población nacional.

3) Fortalecimiento de la dinámica regional, con ello se pretende privilegiar las actividades productivas de acuerdo a la vocación y potencial propios de cada región, tomando en consideración los sectores definidos como dinamizadores, es decir, pequeña y mediana indus-

tria, agricultura y agroindustria, minería, petróleo y petroquímica, turismo e infraestructura y servicios. A estos fines se definieron seis regiones: Región Central, Región Centro-occidental, Región Occidental, Región Oriental, Región de los Llanos, Región Guayana.

4) Establecimiento de la ley de Zonas Especiales de Desarrollo Sustentable (ZEDES). De acuerdo con el decreto de esta ley (promulgada en 2001), se entiende por Zonas Especiales de Desarrollo Sustentable (ZEDES) a aquellas áreas del territorio venezolano que sean delimitadas por el ejecutivo nacional con la finalidad de instrumentar y ejecutar planes especiales de desarrollo integral de acuerdo a sus características y potencialidades económicas, entendiéndose como tales áreas continuas del territorio nacional con importantes potencialidades y características ecológicas más o menos homogéneas; estas áreas podrían ser extensiones continuas que abarquen total o parcialmente el territorio de uno o varios estados o municipios. Con esta Ley, el Ejecutivo pretende dinamizar el proceso de aprovechamiento de las potencialidades existentes en recursos naturales, promover los rubros bandera, garantizando la seguridad alimentaria y el encadenamiento industrial. Nueve ZEDES han sido reconocidas.

FIGURA 1
Ejes de desconcentración



¿CUÁLES SERÍAN LAS PROBABLES INCIDENCIAS DE LAS NUEVAS PROPUESTAS TERRITORIALES EN LA ORGANIZACIÓN DEL ESPACIO GEOGRÁFICO?

La apreciación que se refleja en el Plan de Desarrollo Territorial, sobre desequilibrio territorial y excesiva concentración de actividad económica y población, ya formaba parte de los diagnósticos contenidos en los planes de la nación precedentes, antes incluso de que se aplicaran las medidas neoliberales. Ya el IV Plan de la Nación (1970-74) hablaba de una política de desconcentración económica y de descentralización administrativa. El V Plan (1976-80) se refiere a una dualidad espacial en Venezuela y a los desequilibrios interregionales y urbanos. El VI Plan (1981-1985) insiste en la idea de los desequilibrios interregionales y en incentivar las áreas que el V Plan calificó como de incentivos preferenciales. De esta manera, el nuevo plan no sugiere nada novedoso; él no hace más que ratificar los diagnósticos precedentes, atribuyéndole esta vez una causa (el neoliberalismo) que, a lo sumo, sólo pueden haber reforzado la tendencia precedente (Rojas, 2001).

Pero, las estrategias socioterritoriales contenidas en el Plan de Desarrollo Territorial presentado por el actual gobierno, no sólo reproducen los antiguos esquemas pretendidos por las pasadas administraciones; sino que proyectan activar nuevos ejes de desarrollo territorial en función de enormes inversiones públicas en áreas poco pobladas, mientras se desatienden aquellas que más lo requieren. Ello revela el desconocimiento de las fuerzas de la dinámica distributiva del ingreso petrolero y del poblamiento, las cuales continuarán atrayendo los recursos y la población hacia el centro.

Por otro lado, esta administración (de corte hipercentralizado) subestima los alcances de los gobiernos locales y estatales en materia de desarrollo. Todo esto no hará más que contribuir a mantener un territorio subequipado que actúa como un imán poblacional y unas áreas poco pobladas que tampoco alcanzarán un equipamiento satisfactorio (Rojas, 2001).

Para la nueva administración, el actual patrón de distribución de la población genera serias dificultades en la dotación de servicios y en el abastecimiento de las áreas de concentración demográfica, como lo expresara el actual Ministro de Planificación, bajo el argumento de que en la región centro-norte del país no existe producción agroalimentaria autosuficiente, como tampoco recursos hídricos ni hidroeléctricos, los cuales sí abundan al sur del país. Bajo este argumento, el gobierno supone la necesidad de que la población ubicada en el área centro norte costera, migre hacia el sur, hacia los alrededores de los ríos Apure y Orinoco.

Ahora bien, pretender que las áreas urbanas sean autosuficientes desde el punto de vista agroalimentario, como lo intenta (al menos en

el discurso) la nueva administración, es un sin sentido ajeno a todas las tendencias históricas. Desde ese punto de vista, cabría preguntarse: ¿supone la actual administración venezolana, que acaso logren este pretendido las ciudades que se creen o crezcan a lo largo de los corredores de desarrollo propuestos? Ello tal vez sea posible mientras el tamaño sea modesto, pero jamás cuando sus límites se expandan para hacer de ellas ciudades de tamaño importante.

En cuanto a los ejes de desconcentración. De los tres ejes definidos: el eje Orinoco-Apure, considerado el proyecto bandera por la actual administración, es quizás el más cuestionable, ya que su base territorial se sustenta en el desarrollo del sur del país, en las áreas menos pobladas del país, lo que implica la movilización de enormes recursos financieros, el desarrollo de nuevos sistemas de transporte, para intentar, sin garantía alguna, la movilización de población y de las inversiones, con lo cual se restarían recursos a las áreas de concentración demográfica. Es importante señalar que este proyecto ya había sido abandonado a mediados de los años ochenta, a raíz de la caída del ingreso petrolero y luego de hacerse evidente la imposibilidad de mantener la navegabilidad por los cauces durante más de seis meses al año. Un hecho muy reciente viene a corroborar la imposibilidad de esta presunción. Mientras se finalizaba esta ponencia, el gobierno nacional, a través de su ministro de vivienda y hábitat, admitió, en ocasión de la IX Convención Nacional de la Vivienda, la inviabilidad del eje Orinoco-Apure, por lo cual el gobierno abandonaba este proyecto en pro de otro de poblamiento de los Llanos (*El Nacional*, 25/10/2004)

En cuanto a la dinámica regional, el gobierno aplica un nuevo esquema de regionalización (seis regiones, en comparación con las nueve regiones de los años ochenta) y le asigna una importante función a las antiguas corporaciones regionales. Se consagra constitucionalmente la descentralización y la transferencia de competencias hacia los estados y municipios, pero al mismo tiempo se reactiva lo que queda de las Corporaciones Regionales de Desarrollo muchas de las cuales habían sido eliminadas durante la descentralización y otras han languidecido en medio de indefiniciones operativas y de duplicación de competencias que fueron asumidas por los estados. Se introduce con ello un nuevo factor de mediación característico del centralismo que imperara en el pasado cuestionado (Rojas, 2001).

Con los pretendidos del nuevo plan, el gobierno pareciera ignorar los fracasos de proyectos precedentes, los cuales tuvieron una orientación similar: por ejemplo, el programa de la conquista del Sur del Orinoco, el programa de las áreas de desarrollo rural integrado (ARDI), el programa integral de los llanos Altos Occidentales (PIALLO), Ciudad Sucre en las fronteras y el eje fluvial Orinoco-Apure, entre otros.

REFLEXIONES RESPECTO A LAS POLÍTICAS EN MATERIA TERRITORIAL

Lo que Venezuela requiere de manera urgente, por ser un país con más del 87% de la población urbana, es equipar a sus ciudades para asegurar una mayor calidad de vida a sus habitantes, viabilizar sus economías y concederles la posibilidad de una mayor autonomía, y no pretender trasladar la población al campo o a lugares menos habitados, pues en su trayectoria histórica esta población no ha mostrado una tendencia a tal preferencia, lo que supone un esfuerzo voluntarista del Estado que conllevaría probablemente al fracaso inminente de tal política. Piénsese en las implicaciones que todo lo expuesto anteriormente tendría en la situación relativa de las ciudades “intermedias”.

De todo esto se desprende además, que las políticas territoriales, en el caso venezolano, están signadas por una carga ideológica antiurbana como prevaleciera en otras épocas (bajo la tendencia higienista) en algunos países de Europa, donde las ciudades eran vistas como centro de los males de la sociedad y en contrapartida se acariciaba la idea romántica, nostálgica, hartamente idealizada de la vida armónica en los pueblos y villas.

El mito de una distribución de la población “equilibrada” sobre el territorio, creado a imagen de los modelos teóricos espaciales, tales como los hexagonales y jerárquicos, han sido abandonados hace largo tiempo por los ordenadores del territorio, incluso en los países que los promovieran, ante la constatación de que ello no repercutía diferencialmente en el desarrollo económico y bienestar de la población. Francia es un buen ejemplo de ello con 19% de 56 millones de pobladores asentados en la región Ile-de-France (Veltz, 1999); Estados Unidos, con el 80% de la población en sus costas, otro. En Venezuela, sin embargo, y pese a que no se especifique cuál es el precepto teórico que lo orienta, aún se insiste en tal equilibrio.

Lo que se debiera lograr, en definitiva, no es que se desatienda al campo o zonas menos pobladas del país, es que simultáneamente a los planes de desarrollo regional, se le de la prioridad que reclaman las áreas a través del peso de sus demandantes, es decir, de los habitantes, y en Venezuela, éstos se encuentran asentados en las ciudades, las cuales tienen una concentración espacial importante en el área centro-norcostera (40% de la población en el 2% del territorio).

Más aún, se le debe conceder un tratamiento especial a aquellas ciudades más dinámicas, ubicadas a la cabeza del sistema urbano, pues ellas constituyen los vehículos de integración del país en el contexto globalizado de la sociedad. Las ciudades “intermedias” venezolanas merecerían una consideración y tratamiento particular.

CONCLUSIÓN

Al ser afectadas, como lo evidencian los indicadores aquí expuestos, las actividades y dinámicas que en el pasado reciente estimularan y valorizaran de manera importante a las ciudades “intermedias” venezolanas, podemos inferir que estas ciudades pudieran resultar netamente afectadas tanto en sus capacidades de intercambio, de autonomía, como en el de liderazgo, es decir, en su condición de “intermedias”, transformando así su situación de privilegio relativo en el contexto globalizado; redefiniéndose con ello, a su vez, nuevas tendencias en la organización del espacio y en la dinámica urbana en Venezuela.

BIBLIOGRAFÍA

- Amaya, Carlos 2003 “Dimensiones de la concentración y desconcentración urbana en Venezuela” en Manero, F. y Pastor, L. J. (comps.) *El espacio latinoamericano. Cambio económico y gestión urbana en la era de la globalización* (Valladolid: Universidad de Valladolid-Secretariado de Publicaciones e Intercambio-Editorial Valladolid).
- Amaya, Carlos 1999 “Desarrollo histórico del sistema urbano venezolano: modelos de organización” en *Revista Geográfica Venezolana* (Caracas) Vol. 40, N° 2.
- Chaves, Luis Fernando 1974 *Proceso y patrón espacial de la urbanización en Venezuela durante el período 1961-1971* (Mérida: ULA-IGCRN).
- CONAPRI –Consejo Nacional de promoción de inversiones– Disponible en <<http://www.conapri.org>>.
- CONINDUSTRIA –Confederación Venezolana de Industriales– 2004 Encuesta de Coyuntura Industrial; Boletín de Coyuntura Económica e Industrial y otras estadísticas. Disponible en <<http://www.conindustria.org>>.
- DATANALISIS –Empresa de Investigación de mercados– Disponible en <<http://www.datanalisis.com>>.
- Gault, Michel 1989 *Villes intermédiaires pour l'Europe?* (Paris: Syros Alternatives).
- López, José Eliseo 1968 *Tendencias recientes de la población venezolana* (Mérida: IGCRN-Universidad de Los Andes).
- Papail, Jean y Picouet, Michel 1987 *Des villes et du pétrole. Aspects historiques et prospectives des populations urbaines au Venezuela* (Paris : Editions de l'Orstom).
- Pulido, Nubis 1999 *Les tendances récentes de l'urbanisation au Venezuela: le rôle des villes moyennes*, Tesis de Doctorado presentada en la Universidad de Toulouse-Le Mirail, Francia.

- Pulido, Nubis 2001 "Emergencia de ciudades intermedias, rasgo más resaltante de la urbanización venezolana actual. Procedimiento metodológico para su identificación" *VIII Encuentro de Geógrafos de América Latina* (Santiago de Chile).
- Pulido, Nubis 2004 "Globalización y surgimiento de ciudades 'intermedias' en América Latina y en Venezuela" en *Revista Geográfica Venezolana*, Vol. 45, N° 1.
- República Bolivariana de Venezuela 2001 *Ley de zonas especiales de desarrollo sustentable* (Caracas).
- República Bolivariana de Venezuela, Ministerio de Planificación y Desarrollo 2001. *Plan Nacional de Desarrollo Regional 2001-2007*, diciembre (Caracas).
- República Bolivariana de Venezuela 2001 *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*, septiembre (Caracas).
- República de Venezuela 1990 *VII Plan de la Nación (1990-1994)* (Caracas).
- República de Venezuela 1981 *VI Plan de la Nación (1981-1985)* (Caracas).
- República de Venezuela 1976 *V Plan de la Nación (1976-1980)* (Caracas).
- República de Venezuela 1971 *IV Plan de la Nación (1971-1975)* (Caracas).
- Requena, Jaime 2003 "Desmantelamiento tecnológico en Venezuela" en *Inter ciencia* (Caracas) Vol. 28, N° 2.
- Rios, Josefina y Carballo, Gastón 2000 *Análisis histórico de la organización del espacio en Venezuela* (Caracas: UCV-CDCH).
- Rojas, Andrés 2004 "Venezuela una sociedad distributiva y sus particularidades" en *Revista Geográfica Venezolana*, Vol. 45, N° 2.
- Rojas, Andrés 2003 "Influencias la péndula concentración-desconcentración del poder y el ingreso petrolero en las tendencias de la dinámica espacial de la Venezuela actual" en Manero, F. y Pastor, L. J. (comps.) *El espacio Latinoamericano. Cambio económico y gestión urbana en la era de la globalización* (Valladolid: Universidad de Valladolid-Secretariado de Publicaciones e Intercambio-Editorial Valladolid).
- Rojas, Andrés 2001 "Contraste entre las tendencias de la dinámica político-territorial de Venezuela, sus planes de ordenamiento y el ingreso petrolero" en *IV Congreso Venezolano de Geografía* (Caracas).
- Rojas Jiménez, A. 2001 "Riesgo país sin revertir" en *Dinero*, N° 161, Edición XIII. Disponible en <<http://www.dinero.com.ve>>.
- Veltz, Pierre 1999 *Mundialización, ciudades y territorios: La economía de archipiélago* (Barcelona: Editorial Ariel).

VENANCHAM –Cámara Venezolana Americana de Comercio e Industria–
Disponible en <<http://www.venamcham.org>>.

Prensa electrónica variada (on-line) y estadísticas diversas extraídas de
sitios web

<www.caf.com>.

<www.Globovision.com>.

<www.Offnews.Info>.

<www.venezuelaanalitica.com>.

<www.vivavenezuela.nl>.

<www.lyd.org>.

SEGUNDA PARTE

O CAMPO EM DEBATE

CARLOS REBORATTI*

LA ARGENTINA RURAL ENTRE LA MODERNIZACIÓN Y LA EXCLUSIÓN

INTRODUCCIÓN

Los últimos 20 años han sido el escenario de una serie de cambios radicales en el agro argentino, y seguramente el más espectacular es el proceso de crecimiento de la producción de granos en la región pampeana y algunos sectores del norte del país. Este crecimiento vino de la mano de una serie de cambios en la estructura agraria y en los sistemas de producción y distribución, y produjo un efecto notable en la propia imagen que tiene el resto de la población de la producción agrícola. Por otra parte, en el resto del país la situación oscila entre la formación de algunos polos de desarrollo productivo y tecnológico agrícolas, rodeados de zonas que todavía se debaten por salir de la crisis y, más allá, el sector campesino que continúa tan olvidado y marginado como siempre lo fue. En este trabajo se intenta brindar un panorama de esa compleja situación y se busca una mirada prospectiva realista, definiendo posibles escenarios futuros.

LOS ANTECEDENTES Y LOS CAMBIOS

Hacia fines de los '60, el campo argentino parecía estar en una etapa terminal en cuanto a sus posibilidades de crecimiento productivo. La

* Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Profesor Titular de la Universidad de Buenos Aires, Argentina.

estructura agraria se basaba en por lo menos cuatro grupos de productores: grandes, medianos y pequeños, a los que se sumaba una masa considerable de campesinos, buena parte de ellos semi asalariados y dependientes en sus ingresos monetarios de un mercado de trabajo estacional crecientemente frágil.

En la región pampeana, la mejor dotada naturalmente y la fuente más importante de producción agraria, la falta de mejoramiento tecnológico había estancado la producción y la productividad. Lejos habían quedado los tiempos en que la producción se podía expandir mediante el crecimiento territorial, solo un cambio tecnológico o una modificación en el peso relativo de los usos de la tierra podían mejorar la situación. Habiendo adoptado la estrategia del uso flexible de la tierra durante buena parte del siglo, alternando entre agricultura y ganadería, se había logrado mantener en forma aceptable la capacidad productiva de los suelos, pero a costa de un estancamiento de la producción agrícola y ganadera. Los cambios tecnológicos adoptados habían sido empujados por algún tipo de problemas en la oferta de insumos, como fue el reemplazo de mano de obra por maquinarias a principios de siglo y más tarde el de los animales de tiro por tractores, pero pasado el medio siglo no parecía haber un nuevo impulso para adoptar nuevas tecnologías (Barsky y Gelman, 2001; Reboratti y Sabalain, 2002).

En el resto de la Argentina rural, la situación era distinta. Las áreas de producción agrícola por lo general estaban fuertemente ligadas al mercado interno y sufrían los vaivenes de un mercado pequeño, con situaciones de sobreproducción que trataban de atenuarse mediante la creación de organismos de regulación, como los de la yerba mate en el nordeste del país. Esto no salvaba a las áreas productivas de caer en profundas crisis, a veces tan fuertes como las de la producción algodonera en la década del 50 y la de la caña de azúcar en los 60, que afectaron sobre todo a los pequeños productores y generaron verdaderas migraciones masivas hacia los centros urbanos. Las únicas producciones que mostraban dinamismo eran las más nuevas, como la producción de frutas del norte de la Patagonia, que se dirigía en buena medida al mercado externo, y la producción de tabaco claro de algunos valles del noroeste, dirigido a un mercado interno que exhibía cierto dinamismo. Al contrario de la región pampeana y las zonas de producción moderna, donde los productores medianos predominaban, en el resto del país la estructura agraria estaba muy fuertemente basada en un gran número de muy pequeños productores, de escasa o nula capacidad de capitalización y sin ninguna flexibilidad productiva. Rodeando como un halo imaginario a estas dos Argentinas, había un tercera, la de los campesinos e indígenas que vivían arrinconados en las regiones peor dotadas naturalmente, desarrollando actividades de subsistencia, combinadas eventualmente con trabajos temporarios estacionales en las áreas de producción comercial (por ejemplo como cosecheros) (Manzanal, 1993).

A partir de la década del 70, y con fuerza creciente en los veinte años posteriores, los cambios se precipitaron en algunas regiones. Para tener una idea de ello, podemos comparar (Cuadro 1) la estructura agraria del país en dos momentos del cambio, 1988 y 2002, correspondientes a los dos censos agropecuarios relevados en la época (y, vale la pena decirlo, realizados con criterios modernos, confiables y efectivos). Como se puede advertir, y aun considerando que se trata de datos muy agregados y que reflejan situaciones regionales muy distintas, en esos 14 años se produjo un fuerte proceso de concentración de la producción y de la tierra, con una notable disminución de los pequeños y medianos productores y un aumento considerable de los grandes, que en ese período adquirieron el control productivo sobre 18 millones de hectáreas. Cabe preguntarse, ¿qué había sucedido para justificar ese cambio?

Los primeros signos de modificación de la situación se notaron en la región pampeana, con la adopción de algunos de los elementos tecnológicos de la Revolución Verde. Aunque el paquete tecnológico de alta productividad exigía la adopción de nuevas variedades, el uso de agroquímicos, maquinaria más potente e irrigación fue adoptado solo parcialmente. Estos cambios fueron suficientes para empujar un aumento de la productividad. Se adoptaron con relativa rapidez nuevas variedades de cultivos, como el trigo mexicano de ciclo corto y el maíz híbrido (si bien éste ya existía en el país). Como agroquímicos se usaron los herbicidas y pesticidas, confiando en la tradicional fertilidad de la pampa para evitar los costos de utilizar fertilizantes. Teniendo en cuenta lo que sucedería más tarde, lo que importa de la Revolución Verde en la región pampeana fue que permitió la entrada de la soja para aparearla con el trigo y así generar dos cosechas anuales, algo inédito en la región.

LA SOJA COMO MOTOR DEL CAMBIO PAMPEANO

La tecnología para la producción de soja era conocida y era también conocido el potencial de la pampa para su producción, pero todavía no se había recibido el estímulo necesario. Unos años antes se había intentado impulsar la producción sojera en el noroeste del país sin demasiado éxito (Vessuri, 1975). Cerca de la frontera, en el sur del Brasil, ya era un cultivo exitoso (si no tenemos en cuenta el tema ambiental) (Warnken, 1999). La posibilidad del doble producto generó un cambio radical en el sector más fértil de la región, la llamada pampa húmeda. Hasta los '70, las condiciones climáticas y el tipo de producción adoptado en la región habían limitado la posibilidad de tener más de una cosecha por año, y los campos, una vez cosechados, quedaban vacíos o, en el mejor de los casos, se pastoreaba ganado en los rastrojos. Los principales actores en este período fueron los productores medianos apoyados tradicionalmente por el Estado a través de la actividad del Instituto Nacional de

Tecnología Agropecuaria (INTA), un vehículo eficiente de distribución de conocimientos tecnológicos. El nuevo trigo se plantaba en agosto y, dada su capacidad de crecimiento rápido, se cosechaba en diciembre. Esto permitía que los mismos campos fueran utilizados para la soja, que se plantaba a principios de enero y se cosechaba en mayo. Los beneficios eran altos, pero también lo era la presión sobre el suelo, que comenzó a sentir los efectos de dos cultivos al año sin usar fertilizantes (Morello y Solbrig, 1997). Si bien esto frenó la expansión del doble cultivo, que sólo se mantuvo en algunas situaciones y con el agregado de altas dosis de fertilizantes, produjo un efecto importante: la introducción definitiva de la producción sojera en la llanura pampeana. Podemos tomar a los '80 como el período de transición, y a la década posterior como la de amplia predominancia sojera.

La potencialidad ambiental pampeana para la producción de soja ya había sido probada, las tecnologías de producción no eran demasiado diferentes a las de los cereales clásicos, los mercados internacionales estaban abiertos y creciendo rápidamente y los precios se mantenían altos. El "giro productivo" estaba en pleno auge y la biotecnología entró para acelerar el proceso. La nueva Revolución Verde era un complejo sistema de nuevos procesos de manejo del suelo, semillas genéticamente tratadas, maquinaria agrícola de mayor tamaño y complejidad, a veces sistemas de riego complementario, sistemas de almacenamiento baratos y flexibles y una fuerte articulación de la producción agraria a cadenas y complejos agroalimenticios.

El sistema clásico de manejo de suelo en la región pampeana consistía en varias pasadas de maquinaria, dirigidos a enterrar el barbecho, alisar los suelos, realizar surcos, sembrar, combatir malezas y cosechar. No menos de cinco veces por año los suelos eran cavados, removidos, dados vuelta, pulverizados y aplanados. Fue un verdadero milagro que los procesos de erosión tardaran tanto tiempo en comenzar a hacerse evidentes. A partir de los '90 comenzó a expandirse rápidamente un nuevo credo tecnológico: labranza cero y siembra directa. En buena medida eso significa una vuelta a los antiguos sistemas precolombinos de cultivo, solo que en una mayor escala y ayudados por la maquinaria en vez del trabajo humano. Al no remover el suelo más de lo estrictamente necesario, se mantiene la humedad del subsuelo, no se afectan los microorganismos activos en los procesos de degradación biológica y se mantiene la estructura radicular, evitando los procesos de erosión hídrica y eólica. Esto significa que los restos de la cosecha anterior quedan en el suelo, lo que es muy positivo desde el punto de vista del retorno de nutrientes al suelo y la contención de la erosión. En contrapartida, las pestes y las malezas se difunden muy rápidamente, lo que obliga al uso masivo de biocidas. Lo que por un lado es un uso conservacionista, por otro significa la aplicación agresiva de agroquímicos contaminantes.

Aun cuando la nueva agricultura se define como “sostenible”, es algo bastante difícil de probar y sostener, dado que se trata, en realidad, de un sistema abierto donde la productividad se basa sólo parcialmente en el manejo de los recursos naturales y muy fuertemente en la introducción de insumos energéticos externos, por supuesto que a un costo que debe ser menor que los ingresos previsibles (Pengue, 2000).

Junto con la labranza cero y la siembra directa, la medida más efectiva y la más discutida ha sido evidentemente la adopción masiva de semillas genéticamente modificadas. Dos de ellas fueron las más importantes, la soja RR y el maíz Bt¹ (aunque posteriormente se aprobó también el maíz RR). Las semillas RR son semillas genéticamente modificadas para hacer el cultivo resistente al glifosato, un herbicida de amplio espectro cuya patente ha vencido, lo que lo hace más barato en el mercado de agroquímicos. Esta característica reduce el número y precio de las fumigaciones, reduciendo de esa manera el costo general de producción. El éxito de la semilla RR fue increíble, y en la actualidad casi el 90% de la soja plantada lo es con esa semilla, convirtiendo a la Argentina en el país con mayor porcentaje de adopción de esta semilla en el mundo entero (Larreche y Firpo Benta, 1999; Bisang y Gutman, 2001).

La nueva Revolución Verde implicó también la utilización de nueva maquinaria más sofisticada e incluso, y en el caso de algunos productores muy grandes, el uso de la llamada “agricultura de precisión”, con tractores equipados con computadoras y GPS². Las ferias agrícolas pampeanas, ampliamente publicitadas, muestran claramente la tendencia al uso de este tipo de maquinarias, lo que implica campos más grandes, sistemas de manejo más sofisticado y, por supuesto, una mayor inversión de capital.

En algunos casos, las variaciones en el régimen de lluvias de la región pampeana (usualmente no muy importantes) son controladas en sus efectos sobre la producción agrícola mediante el uso de riego complementario, basado en maquinarias de riego por aspersión que utilizan agua subterránea. Si bien esto aumenta mucho la productividad, los costos de instalación son altos y sobre todo no se parte de un conocimiento cabal del recurso que se está utilizando, lo que pone un signo de interrogación sobre las posibilidades de uso futuro. De todas maneras, la expansión sojera fue acompañada por un ciclo húmedo, lo que hace muy marginal la necesidad de uso de este tipo de equipamiento, además limitado por la utilización masiva del arriendo como forma de tenencia de la tierra.

1 RR significa “Roundup Resistant”, siendo Roundup el nombre comercial del glifosato; Bt significa *bacillus turingensis*, contra el cual se inmuniza la planta.

2 Global Positional System, un sistema de posicionamiento de alta precisión que utiliza señales satelitales.

Por muchos años, el cuello de botella de la producción cerealera en Argentina había sido el almacenamiento y transporte de los granos, ya sea a los puertos o a las fábricas. Dado que la capacidad de almacenamiento en el propio establecimiento era muy baja por los costos que implicaba, el grano debía venderse o transportarse rápidamente a los silos locales, lo que significaba poca capacidad de negociación de precios o altos costos de almacenamiento. Entonces, se comenzaron a ofrecer sistemas flexibles y baratos de ensilado en la forma de gigantescas bolsas de plástico que se ubican en trincheras, donde el grano puede ser guardado, fumigado y secado a la espera de mejores precios.

Una de las características más importantes de la producción sojera es que está totalmente integrada como un eslabón más a una cadena productiva. Esta comienza con las grandes compañías que comercializan semillas mejoradas y agroquímicos, y continúa con la venta para la exportación o la industrialización luego del momento de producción. En buena medida la soja no se exporta como grano sino transformada en aceite y alimentos balanceados para animales. Es por esto que el aumento de la producción incluyó la construcción de grandes fábricas de aceite y puertos privados cerealeros y aceiteros. La soja está integrada en un sistema extremadamente complejo y difuso, donde grandes compañías internacionales de agroquímicos y semillas, carteles de exportación cerealera, capitales financieros nacionales e internacionales y grandes productores agrícolas se mezclan en un sistema donde no siempre es fácil definir los límites entre actores. (Giarracca, 1996; Goodman y Watts, 1997 y Silva, 1994).

LA EXPANSIÓN SOJERA Y SUS CONSECUENCIAS

La breve historia de la producción sojera en Argentina es realmente notable: de un cultivo prácticamente desconocido en la década del 70 pasó a ser el primer producto agrícola del país, cubriendo más de 12 millones de hectáreas que generaban unos 35 millones de toneladas para el año 2003, casi triplicando la productividad por unidad de terreno. La expansión sojera produjo un agudo proceso de agriculturización en la pampa, apartándose de la habitual oscilación entre agricultura y ganadería que caracterizaba sobre todo a los grandes productores. Mucha de la tierra antes utilizada para la ganadería a campo fue transferida a la producción sojera, mientras el ganado o bien se concentraba en *feed lots* o era desplazado hacia las provincias peripampeanas. Entre 1988 y 2002 la región pampeana perdió más de 2 millones de cabezas de vacunos y 3 millones de ovinos, mientras que la superficie implantada con granos aumentó en 4,6 millones de hectáreas.

Pero la agriculturización no significó diversificación, ya que el resto de los cultivos “clásicos” pampeanos, como el maíz, el trigo y el gi-

rasol, se estancaron o disminuyeron al no poder competir ni en costos ni en precios con la soja, lo que realmente pone en duda la sostenibilidad ambiental de la producción a mediano plazo ante la falta de rotación.

En cuanto a la estructura agraria, el “efecto soja”, debido a la escala requerida por el nuevo paquete tecnológico, se concentró principalmente en los grandes productores, transformados ahora en “agri-business”, o sea establecimientos totalmente diferentes a la vieja idea del latifundio pampeano. Los grandes productores sojeros prefieren arrendar la tierra en vez de poseer grandes superficies, lo que les permite concentrar la inversión de capital en tecnología de maquinaria y la compra de insumos. La no posesión de la tierra hace posible adoptar estrategias geográficas de disminución de riesgo climático, presionar libremente sobre los recursos naturales e influir en el mercado de tierras en alquiler. A estos agricultores se les suma una nueva opción, la de los llamados “pool de siembra”, capitales de origen financiero que atraídos por la alta rentabilidad de la producción arriendan las tierras y terciarizan las actividades productivas.

Ante el nuevo paquete tecnológico, los pequeños y medianos productores con escasa capacidad de acceso al capital optan generalmente por la salida del arriendo o la venta de sus campos, empujados por los increíblemente altos niveles de precios. Así, en la década del ‘90 la región pampeana vio aumentar el tamaño promedio de los predios de 390 a 530 hectáreas. Vaciados los campos de productores y peones, se pueblan ahora por tractores y camiones que navegan en un verde mar de soja.

La expansión sojera, hambrienta de tierras y aprovechando los bajos precios relativos, comenzó a expandirse hacia el norte. Ya a fines de la década del 80 la soja había penetrado en los campos recién deforestados del Umbral al Chaco, siguiendo a la producción porotera y alcanzando a principios de los 90 la frontera boliviana (Reboratti, 1992). Pero los últimos años vieron también expandirse la soja hacia el noreste, sobre todo sobre la llanura chaqueña. Aquí la situación ambiental es diferente, ya que en ambos casos la expansión agrícola significa deforestación masiva y total, dejando los suelos muy frágiles cuando son desmontados, con una alta fertilidad natural solo en los primeros años y altos riesgos climáticos para la variabilidad interanual. Hasta ahora, la producción sojera no trata de adaptarse a las condiciones ambientales específicas de estas regiones nuevas, promoviendo una especie de “pampeanización” productiva que genera un impacto muy negativo sobre el ambiente.

MODERNIZACIÓN Y EXCLUSIÓN EN LAS REGIONES NO PAMPEANAS

El “efecto soja” no se trasladó al resto del país, salvo en las situaciones antes nombradas del norte. Las producciones agrícolas regionales siguieron caminos diferentes. En algunos casos, tomaron rápidamente el

ritmo de la modernización, como fue el caso de la vid en Cuyo, en otros los productores se mantuvieron sorteando las crisis gracias a algunos cambios relativos en los precios internacionales (como fue el caso del algodón) y, finalmente en el resto, los problemas solo se retrasaron al activarse el mercado interno con posterioridad a la crisis de fines del 2001. Sin embargo, eso no significa que la situación estructural haya mejorado ni mucho menos.

En el caso de la vid, la crisis de sobreproducción de los '70, unida a una disminución del consumo de vino de baja calidad, obligó a la reconversión productiva, dirigiéndose hacia los vinos de mejor calidad, varietales provenientes de cepas seleccionadas. Esto significó dejar afuera del sistema a aquellos que carecían de capacidad financiera para soportar los altos costos de implantación de nuevas variedades y la obligada espera de varios años para la producción. Por otra parte, las nuevas bodegas prefirieron producir su propia uva antes que comprar a otros productores y así muchos de los pequeños productores y los llamados "contratistas de viña", arrendatarios de campos para la producción de vid, fueron desplazados. También significó la entrada de la producción en cadenas agroalimenticias muchas veces financiadas por grandes compañías multinacionales, que se apropiaron de las antiguas bodegas en quiebra, mejoraron la calidad de la vid, introdujeron nuevas y mejores variedades y se expandieron con mucho éxito hacia el mercado internacional, tradicionalmente descuidado. En esta expansión también intervinieron algunos capitales locales y otros llegados de otras regiones del país, dándole a la producción de vid y vinos una nueva configuración.

Las otras producciones regionales quedaron muy atrás en el proceso de modernización, atadas a problemas estructurales y amenazadas siempre por la potencial apertura de los mercados internacionales, como es el caso del azúcar y la previsible introducción de producción brasileña de la mano del MERCOSUR (Bolsi y Pucci, 1997). Tímidos y esporádicos intentos de atreverse a nuevas producciones, como las *berries*, los cultivos de invernáculo y algunas producciones orgánicas tienen buenas perspectivas, pero es difícil que solucionen los problemas generales de las áreas agrícolas empobrecidas (De Dios, 1998).

Una forma alternativa para paliar las crisis de las producciones pampeanas fue la adoptada por el gobierno federal a partir de principios de los '90, cuando se pusieron en práctica varios planes de ayuda a los pequeños productores. El más extendido fue el Plan Social Agropecuario, dirigido a ayudar financieramente a pequeños productores para permitirles insertarse en el mercado. A este se superpuso el Programa de Iniciativas para el Desarrollo Rural, con fines similares pero más cercanos a un simple sistema de subsidios no retornables. Ambos planes solo fueron un paliativo para los problemas del campo, cubrieron menos del 10% de los pequeños productores rurales que eran su objetivo y fueron muy

poco eficientes en cuanto al manejo de los fondos, con fuertes gastos de gestión, complejos aparatos burocráticos y una gran lentitud en los procedimientos. En buena medida fueron luego reemplazados por la competencia de planes federales y provinciales de ayuda social destinados a paliar el problema del desempleo, como el Plan Jefes y Jefas de Hogar (Basco, 1997; Carballo, 1995 y Lombardo y Tort, 1999).

EL SECTOR CAMPESINO

No se puede decir que la crisis por la que pasaron y pasan las economías del interior del país hayan afectado seriamente al sector campesino e indígena, ya marginados históricamente y con cientos de años de exclusión. Sobrevivieron a esta especie de crisis estructural por su capacidad de auto-sustentación. Incluso, se podría decir que desde una perspectiva histórica están en mejor situación que antes: en el caso de las poblaciones indígenas, los cambios en la legislación y la reforma constitucional de 1994 reforzaron su identidad y les otorgaron derechos por los que están presionando fuertemente con más armas legales que antes; también ayudó la aparición de varios movimientos de apoyo a estas poblaciones bajo la forma de organizaciones no gubernamentales nacionales e internacionales. Los gobiernos responden a estas presiones en forma lenta y poco clara. Por ejemplo, la lucha por las tierras solo ocasionalmente ha tenido una respuesta efectiva. Si bien por un lado el gobierno nacional expropió algunas antiguas haciendas andinas y se las otorgó en propiedad comunitaria a las poblaciones locales, por otro lado los gobiernos provinciales no han sido capaces de solucionar problemas como el de la ocupación conflictiva de tierras fiscales entre indígenas y criollos, como sucede en el caso del Lote 55 en la Provincia de Salta.

Aunque muy poco estudiados, se han dado casos de ciertos movimientos hacia la recampesinización, sobre todo cuando el trabajo asalariado temporal de cosecha que complementaba la economía campesina comenzó a desaparecer de la mano de los procesos de mecanización de la producción azucarera y algodonera. Cuál será la respuesta de esta población campesina a mediano plazo, es algo muy difícil de predecir (Hocsman, 2002 y Occhipinti, 2002).

MIRANDO HACIA EL FUTURO

La tendencia a la polarización de la Argentina rural entre un grupo de productores "exitosos" y una masa de excluidos es creciente y difícil de solucionar. En primer lugar, se debería revertir la apertura neoliberal hacia los mercados no regulados que caracterizó la década de los '90, lo que no parece un pronóstico válido. Por otra parte, es difícil de regular la intrusión en la producción agraria de grandes conglomerados multinacionales, incrustados en varios momentos del proceso productivo y con

gran capacidad de control sobre toda la cadena, sin una decisión política y económica que no se encuentra, por ahora, a la vista. Tampoco hay que olvidar que, saliendo de un escenario de profunda crisis económica y social, la producción agrícola ha quedado como una de las fuentes más importante de ingresos fiscales, lo que lleva a los gobiernos a actuar muy cautamente cuando se trata de intervenir en el mercado.

Esto está muy claro en el ejemplo de la expansión de la soja: este tema ha generado una polémica que ha dividido al país en dos bandos: los pro y los anti soja. Los primeros exhiben, para justificar y promover la expansión, la dinámica y potencialidad futura de los mercados, la capacidad de absorción tecnológica de los actores, los altos precios y la inocuidad de la producción con transgénicos, adoptando lo que podríamos llamar una “sostenibilidad blanda”, donde los posibles problemas serían solucionados mediante el adelanto tecnológico.

Por otra parte, los enemigos de la soja hablan del efecto pernicioso sobre los suelos y la fragilidad sanitaria de un monocultivo, los posibles efectos de la soja en la salud, el peligro de la introducción de las multinacionales, la fragilidad de los mercados internacionales, su tendencia a la fijación de normas contrarias a los granos modificados genéticamente, la volatilidad de los precios, la falta de valor agregado a las exportaciones y los peligros de la dependencia de un solo producto (Grupo de Reflexión Rural, 2002 y Souza, 1999).

Pero es verdad que, ante un mercado internacional en expansión, que mantiene precios relativamente altos y se está abriendo a las semillas genéticamente modificadas, los enemigos de la “sojización” necesitan ofrecer alternativas válidas que vayan más allá de una simple posición ideológica o ética, fundamentos que no por nobles dejan de ser totalmente inefectivos en la práctica concreta de los productores. Ante todo esto, el Estado elige no hacer nada y no presionar por la regulación de, por ejemplo, las rotaciones con otros productos. En el fondo, es difícil que un gobierno se decida tan fácilmente a poner controles estrictos a una producción que le representa una entrada de 1.500 millones de dólares anuales en concepto de impuestos a la exportación.

Las llamadas “economías regionales” han recibido un salvavidas inesperado con la reactivación económica, pero ese salvavidas tiene una cuerda corta, ya que los problemas estructurales no se han solucionado y nada indica que se tienda a hacerlo. Por desgracia, en los últimos años las “soluciones” han venido de la mano del mercado desregulado, con la expulsión lisa y llana de los que no podían adaptarse a la nueva situación. Esto sucedió sin mayores costos políticos, sociales o económicos en Cuyo, en la zona tabacalera y en la de producción frutícola (Radovich *et al.*, 1999). Pero sería difícil pensar en una modernización dirigida a la captación de mercados externos en el caso de la yerba mate o del azúcar y aun en el del algodón. En todos ellos la presencia de la producción mi-

nifundista es mayoritaria y como es tradicional, la solución de la crisis ha sido la emigración, sin que nunca se llegue a poner en práctica un plan coherente de reconversión productiva, capitalización y promoción tecnológica adecuados para la escala de esos productores, “ineficientes” desde el punto de vista estrictamente mercantil.

La población de Argentina es hoy en día 93% urbana y para la mayor parte de esa población, y merced a una fuerte y efectiva campaña publicitaria, la imagen de una Argentina agrícola activa y eficiente ha tomado cuerpo. La implantación de esa figura en el imaginario social hace todavía más difícil buscar una solución para las otras argentinas agrarias, que en contraposición se ven como atrasadas, ineficientes y como solo fuente de problemas sociales y presión por subsidios. Aun tratando de alejarse de una afiliación neoliberal a ultranza como la que lo caracterizó en los '90, el Estado nacional no acierta en plantear una iniciativa válida para los excluidos del campo, y mucho menos lo pueden hacer los gobiernos provinciales, no solo empobrecidos sino también presos de una aparentemente infranqueable red de corrupción e ineficiencia.

Si antes la solución fue la emigración hacia las grandes ciudades, los problemas de seguridad, el desempleo y la alta de servicios esenciales que éstas vienen sufriendo hacen que el nuevo objetivo sean las capitales provinciales y las ciudades intermedias, que ofrecen mejores condiciones, están más cerca y todavía tienen cierta capacidad de absorción de población. De marginales rurales a marginales urbanos, ésta pareciera ser, otra vez, la triste solución adoptada por los excluidos del campo.

BIBLIOGRAFÍA

- Barsky, O. y Gelman, J. 2001 *Historia del agro argentino. Desde la conquista hasta fines del siglo XX* (Buenos Aires: Grijalbo-Mondadori).
- Basco, M. 1997 *Modalidades de asistencia técnica a los productores agropecuarios en la Argentina* (Buenos Aires: IICA).
- Bisang, R. y Gutman, G. 2003 “Un equilibrio peligroso. Nuevas dinámicas en la producción agropecuaria” en *Encrucijadas* (Buenos Aires) 3/21.
- Bolsi, A. y Pucci, R. 1997 “Evolución y problemas de la agroindustria del azúcar” en *Problemas Agrarios del Noroeste Argentino* (San Miguel de Tucumán: UNT/Junta de Andalucía).
- Carballo, C. 1995 “Programa social agropecuario y cambio rural. Dos intentos para atenuar la crisis entre los agricultores” en *Realidad Económica* (Buenos Aires) N° 136.
- De Dios, R. 1998 “Políticas para la pequeña producción agropecuaria o el derecho a permanecer” en *Realidad Económica* (Buenos Aires) N° 158.

- Giarracca, N. 1996 "Procesos de globalización y cambios en la agricultura argentina" en Piñeiro Diego, (comp.) *Globalización, integración regional y consecuencias sociales sobre la agricultura* (Montevideo: AUGM - UNESCO, Universidad de la República).
- Goodman, D y Watts, D. 1997 *Globalising Food. Agrarian Questions and Global Restructuring* (Nueva York: Routledge).
- Grupo de Reflexión Rural 2002 "De los agro-negocios sin agricultores a una nueva cultura agraria: huecos en el debate sobre transgénicos" en *Theomai. Estudios sobre sociedad, naturaleza y desarrollo* (Buenos Aires) N° 5.
- Hocsman, L. 2002 "Nuevo mercado de trabajo rural y gestión doméstica de los recursos en una comunidad andina" en *Estudios Sociales del NOA* (IIT Tilcara) 5/5.
- Larreiche, H. y Firpo Benta, L. 1999 "State of the Soybean Industry in Argentina" en *Proceedings of the World Soybean Research Conference VI* (Chicago).
- Lombardo, P. y Tort, M. I. 1999 "Estrategias de intervención para pequeños y medianos productores agropecuarios en la década de los '90" en *Realidad Económica* (Buenos Aires) N° 168.
- Manzanal, Mabel 1993 *Estrategias de sobrevivencia de los pobres rurales* CEAL.
- Morello, J. y Solbrig, O. (comp.) 1997 *Argentina, granero del mundo hasta cuándo? La degradación del sistema agroproductivo de la Pampa Húmeda y sugerencias para su recuperación* (Buenos Aires: Orientación Gráfica Editora).
- Occhipinti, L. 2002 "Land and Identity in two Communities in Northwestern Argentina" en *Journal of Latin American Anthropology*, 8/3.
- Pengue, W. 2000 *Cultivos transgénicos ¿Hacia dónde vamos?* (Buenos Aires: Lugar Editorial).
- Radonich, M., Steimbregger, N. y Ozino Caligaris, M. S. 1999 "Expansión productiva y espacial de grandes empresas frutícolas de la cuenca del río Negro" en *Primeras Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales* (Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires).
- Reboratti, C. 1992 "Ambiente, producción y estructura agraria en el Umbral al Chaco" en *Estudios Geográficos* LIII, N° 208 Consejo Nacional de Investigaciones Científicas de España.
- Reboratti, C. y Sabalain, C. 2002 "El mundo rural de Argentina: modernización, fragmentación y crisis" en Segrelles Serrano, José

- A. *Agricultura y espacio rural en Latinoamérica y España* (Madrid: Ministerio de Agricultura).
- Silva, José Graziano 1994 "Complejos agroindustriales y otros complejos" en *Agricultura y Sociedad* N° 72.
- Souza, J, *et al.* 1999 "Transgénicos: ¿otra vuelta al espiral de la subordinación a la agroindustria?" *Primeras Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales* (Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires).
- Vesuri, H. 1975 "La explotación agrícola familiar en el contexto de un sistema de plantación: un caso en la provincia de Tucumán" en *Desarrollo Económico* N° 58/15.
- Warnken, P. 1999 *The Development and Growth of the Soybean Industry in Brazil* (Ames: Iowa State University Press).

LUIS CARLOS JIMÉNEZ REYES*

EL CAMPO EN COLOMBIA: CRISIS Y ALTERNATIVAS DE SOLUCIÓN

INTRODUCCIÓN

Para analizar la problemática del campo en el caso colombiano se hace una revisión incompleta de la documentación sobre el tema a nivel europeo y latino americano. Posteriormente se hace una aproximación al nivel nacional con base en información primaria y de fuentes secundarias. Posteriormente, se hace referencia a estudios de caso en el área de influencia de la ciudad de Bogotá. Primero, al norte, la cuenca hidrográfica del río Garagoa, región deprimida con economía campesina de subsistencia y con tendencia a la expulsión de población en edad de trabajar. Segundo: al norte, la cuenca hidrográfica del lago de Tota, próspera y caracterizada por los conflictos del uso del agua, a pesar de la gran oferta del recurso, entre los monocultivadores de cebolla larga, los cultivadores de papa a gran altitud, los pescadores de trucha, los servicios al turista y el abastecimiento para el consumo humano e industrial. Tercero, al occidente, a muy pocos kilómetros de Bogotá, los distritos de riego de La Ramada y la Herrera, área comparativamente pequeña, gran proveedora de hortalizas y tubérculos que satisface cerca del 25% del total de alimentos que llega a la central de abastos de la ciudad. Finalmente, algunas recomendaciones sobre un modelo de desarrollo regional propuesto.

* Profesor del Departamento de Geografía, Universidad Nacional de Colombia.

EL APOORTE DE LA ACADEMIA Y ELEMENTOS PARA LA DISCUSIÓN

Los reportes de investigación, los coloquios y los documentos especializados sobre el tema de la agricultura y la ruralidad en América Latina reiteran la existencia de transformaciones, mutaciones, cambios y recomposiciones en la estructura social, jurídica, económica, tecnológica y demográfica del campo. Aunque no se haga referencia explícita a los efectos socio espaciales de tales transformaciones por considerar que lo espacial es puramente formal. Tales cambios y transformaciones están atravesados por matices e importantes particularidades en el interior de cada Estado nacional, de cada región y de cada sub región.

Lejos de imaginar las sociedades rurales de hoy –a inicios del siglo XXI– tal como las definía Lebeau en 1969 “relaciones profundas y durables, fortalecidas por la costumbre, entre las sociedades rurales y la tierra que ellas explotan” (Lebeau *apud* Renard, 2002: 34); los espacios rurales de hoy se están insertando, unos más que otros, dentro de un dinamismo inspirado en la lógica del libre cambio, del aperturismo, de la globalización, de la contracción del Estado y de las nuevas formas espaciales urbanas que surgen del desarrollo tecnológico en las comunicaciones y las telecomunicaciones. Pero ¿cuáles son esos dinamismos?, y ¿por qué se dan en unos espacios mas que en otros? Para responder estas preguntas, se puede hacer referencia a una serie de factores explicativos, adaptados de Renard (2002).

Factores demográficos. El incremento de la población urbana exige la búsqueda e incorporación de nuevas tierras agrícolamente aprovechables; así como también exige el mejoramiento de la productividad y del rendimiento de los sistemas agroindustriales mediante el uso de la ingeniería, de nuevas energías y de la manipulación genética. No será fácil alimentar los casi 10.000 millones de habitantes que viven sobre la superficie terrestre; el afán para lograrlo está suscitando conflictos y grandes deterioros ambientales. Se sabe que la población humana no está regularmente distribuida sobre la superficie terrestre y que la oferta de recursos naturales –a los cuales recurrimos para satisfacer unas necesidades más que elementales– tampoco está regularmente distribuida. Además, aquellos que controlan o tienen acceso a los recursos están en una posición privilegiada dadora de poder y dominación, frente a una proporción mucho más grande de la población que no tuvo el privilegio o simplemente no pudo acceder primero a los recursos.

En el caso colombiano la población urbana y rural está concentrada en los valles intercordilleranos de los ríos Cauca-Magdalena y en la llanura del Caribe; en la mitad occidental y en el norte del país. Cerca del 80% de la población está viviendo en algún centro urbano de más de 15.000 habitantes: “Colombia es un país urbano”; y tal como lo afirma el profesor Montañéz “los colombianos cuarentones, como yo, nacimos en un país rural y vamos a morir en un país urbano” (Montañéz, 2000: 31).

La otra mitad oriental, que incluye la selva amazónica así como los llanos orientales que compartimos con Venezuela y el extremo occidental del país, en la vertiente que da al océano Pacífico, permanece con muy bajas densidades de población. Los colombianos vivimos trepados en las montañas y metidos en valles interiores, donde además desarrollamos la agricultura que nos proporciona aún una cantidad importante de los alimentos que consumimos.

La ciudad constituye un factor de atracción para lo que resta de la población rural. Estudios recientes desarrollados por el Instituto de Estudios Ambientales –IDEA–, de la Universidad Nacional de Colombia están revelando que, sin embargo, esas montañas están dejando de producir alimento debido al estado de deterioro de los suelos y la menor oferta hídrica. Tal situación está generando el desplazamiento de población en edad productiva hacia otras regiones del país, pero principalmente hacia las ciudades. La gran hipótesis del IDEA es que en Colombia puede estar produciendo más desplazamiento el hambre que la misma violencia.

Desprecio hacia lo rural por parte de la población y olvido del campo por parte de los gobernantes. A lo largo del siglo XX Colombia sigue plenamente las recomendaciones de la banca internacional, las cuales son: incremento de las exportaciones mediante la modernización de la agricultura, construcción de vivienda en la ciudad para grandes masas de campesinos que se convierten en mano de obra barata citadina, vías para sacar los nuevos y los tradicionales productos hasta los puertos, conexión entre las ciudades y con las tierras más promisorias y productivas. El resultado fue que gracias a la movilidad de los factores de producción, aunado a las continuas guerras civiles y violencias, fueron generándose desplazamientos de la población rural hacia las ciudades y por ende esto dio lugar a la redistribución y concentración de la propiedad rural. Lo rural pasó a un segundo plano, decir “soy campesino” es motivo de vergüenza. En el campo se gana menos, se sabe menos y se aprende menos. Igualmente, se han ido configurando nuevos desequilibrios regionales y nacionales entre espacios marginados y aislados que por su distanciamiento, no sólo físico, respecto a la ciudad y a los centros de desarrollo, quedan excluidos de las preocupaciones de crecimiento que emprenden los gobiernos nacionales y regionales.

Periurbanización y expansión de la mancha urbana sobre tierras agrícolamente productivas. Aparecen nuevas actividades y funciones en el espacio rural, a veces sin cambiar significativamente el paisaje rural, pero, con actividades al servicio del consumidor urbano que están llevando a la agricultura a un segundo plano. Lo rural deja de ser rural y se transforma para lo urbano. Aunque algunas veces el paisaje morfológicamente no tenga grandes variaciones, sí las tiene desde el punto de vista funcional, socio espacial y estructural. Algunos han llamado a este fenómeno con un neologismo: rurbanización.

Por otra parte, son las actividades de descanso, recreación, la difusión del turismo y de las prácticas de contemplación o de consumo de espacios, con objetivos que no tienen nada que ver con la producción de materias primas agrícolas, las que conducen a una evolución paisajística desconocida hasta hoy (Renard, 2002: 9).

Particularmente, la ciudad de Bogotá crece en tales funciones como una mancha de aceite que se expande hacia el norte sobre tierras con vocación agrícola y con uno de los valores ambientales más importantes del país a pesar de haber sido declarado como tal por una ley de la Nación (Pérez, 2003). Bogotá ha agotado todas las posibilidades de crecimiento dentro de la jurisdicción de su municipio y es capaz de involucrar hoy un espacio para sí que cubre más que la extensa “sabana de Bogotá”.

La agricultura tradicional sede el paso, no necesariamente el espacio, a la agricultura comercial productivista. La agricultura comercial productivista se conecta muy bien con la lógica capitalista que suscita la ciudad, puesto que con menos mano de obra y con menos tierra, alimenta relativamente a mayor número de personas. Además, esas tierras están estratégicamente localizadas respecto a la ciudad, de tal forma que puedan ser aplicadas las economías de escala y las economías de aglomeración. El precio es menor y los rendimientos mayores. Más que en ningún otro momento de la historia, hoy, no es posible hacer cualquier cosa en cualquier parte. La distancia y la optimización de la ganancia cuentan más que nunca. Mientras eso ocurre, masas de campesinos que están alejadas de las infraestructuras que sirven a la ciudad van ocupando las peores tierras desde el punto de vista agronómico e infraestructural, con las cuales escasamente consiguen alimentar en condiciones precarias a su propio núcleo familiar.

Aquí surge un cuestionamiento que aún no hemos terminado de responder para el caso colombiano: ¿quién alimenta la población de las grandes ciudades colombianas? ¿Las multinacionales de los cereales y las cadenas de alimentos industriales a través de los hipermercados (también multinacionales) o los empresarios y ganaderos colombianos que ocupan los suelos más fértiles y las tierras mejor irrigadas del país o los campesinos agricultores tradicionales de vertiente adaptados a la distribución natural de las lluvias?

Una de las evidencias de mutaciones en las relaciones que establecen la ciudad y el campo son los cambios en los patrones de consumo y en los hábitos alimentarios. El abastecimiento alimentario de la gran ciudad sigue dependiendo del campo, pero en el campo hay cada vez más opciones para los empresarios agrícolas y cada vez menos para los pequeños y desprovistos campesinos. La participación de la gran industria abastecedora en manos de las multinacionales y grandes empresas nacionales es cada vez mayor, en detrimento del pequeño productor

vulnerable ante la premura del transporte de sus delicados productos, la fluctuación de precios, la desventaja tecnológica, los riesgos ambientales, sus semillas tradicionales, etc.; aspectos que cada vez lo sumen en la extrema pobreza, dejándolo finalmente fuera del mercado.

Simultaneidad de la consideración de los temas alimentario-ambiental vs. mayores desajustes ambientales. Mientras crece la preocupación por los temas ambientales y de seguridad alimentaria, van creciendo los efectos nocivos sobre el ambiente. Los proyectos infraestructurales emprendidos para potenciar el crecimiento económico y la productividad empresarial, sean éstos de iniciativa privada o pública, pretenden desconocer la vulnerabilidad y el posible agotamiento de los recursos que oferta la naturaleza. Por su parte, las metas de desarrollo social y territorial se ven seriamente afectadas y como coloquialmente se califica “los países van bien, pero no su gente”.

El tema ambiental ha venido pasando, sin embargo, a un segundo plano. En el caso colombiano a partir de ajustes en la estructura del Estado se fusionaron instituciones y desaparecieron otras; y como habría de esperarse, el tema ambiental resultó seriamente afectado. Por encima de la preocupación ambiental está la preocupación de dotar de vivienda a la población destechada por la intermediación, claro está, del sistema financiero.

Frente a la preservación ambiental ¿dónde quedan los efectos de la uniformización de los paisajes agrarios, el monocultivo, la motorización, los transgénicos?. Éstos están aún por verse realmente (Renard, 2002). Nuevamente es mayor la preocupación por alimentar eficientemente (leer rentablemente) que aquella por conservar.

Tres de los componentes ambientales más vulnerables y con mayores efectos nocivos son también los de mayor importancia para la agricultura y el campo en general: son éstos el agua, el suelo y el aire. No quiere decir que sean menos importantes para la ciudad, por el contrario la mutua importancia reivindica la necesidad de cualificar las relaciones complejas que se establecen entre la ciudad y el mundo rural.

hay sobre explotación y muchos ríos ya no llegan al océano. El Colorado, el río Amarillo, el Amou Daria son ejemplos. La rareza de las tierras cultivables y el progreso de la desertificación, los cuales han sido medidos, constituyen otro peligro; igualmente lo son las deforestaciones ligadas a las explotaciones abusivas [...] [al respecto] la agricultura juega un papel ambiguo. Es cierto, ésta ha podido y sabido hacer frente al aumento de la población y a las necesidades utilizando al máximo los suelos y aumentando de manera espectacular los rendimientos gracias a la aplicación de los desarrollos tecnológicos. Pero este balance tiene sus reservas. Dónde queda la deforestación excesiva y sus efectos reales pero no reconocidos. Dónde queda el agotamiento

de las reservas de agua. Dónde queda la utilización masiva de insumos, principalmente abonos y pesticidas, de los cuales se han sobrepasado sin duda los límites permisibles (Renard, 2002: 26).

Al respecto existen alternativas y propuestas académicas con enfoque integral para abordar el desarrollo territorial. La propuesta de Enrique Leff (1994) es conveniente en cuanto a la necesidad de conciliar tres aspectos fundamentales: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Tarea que requiere de la iniciativa y el empeño de los actores territoriales presentes a nivel local, con el apoyo de la institucionalidad a nivel regional y la incorporación del capital empresarial.

EL AGRO EN COLOMBIA

Los cambios y las crisis del agro en Colombia no se explican de manera diferente a los problemas estructurales que afectan al agro en el resto de los países de América Latina. Aunque cada país, cada región y cada cadena productiva derivada de actividades del sector agropecuario, tiene unas particularidades respecto al contexto externo y otras endógenas. Para explicar los cambios y las crisis del sector rural hay que partir por reconocer los cambios que están ocurriendo en el ámbito internacional –aunque éste no es el único factor explicativo–. La inserción de Colombia en la lógica de la globalización y el aperturismo ha tenido desaciertos y derrotas. La apertura se dio en condiciones desfavorables para el productor y para el resto de las cadenas productivas; y por regla general, los gobiernos tienen cada vez menos ingerencia en el manejo de los asuntos económicos del sector, dejando libre el camino para el pleno desarrollo de las reglas del libre mercado.

El auge del multi lateralismo y el regionalismo abierto de la última década [antes de 1999] ha cambiado el panorama de manejo de la agricultura y está conduciendo a una reestructuración institucional inducida desde afuera por las fuerzas de la globalización [...] La globalización continuará y es difícil frenarla: lo que pueden hacer países como Colombia es buscar una adaptación a los cambios para no caer en atrasos en su posición en el concierto mundial y en conflictos con aquellos organismos internacionales con quienes se han adquirido compromisos, a tiempo que se tomen medidas para superar la exclusión que genera el modelo (Machado, 1999: 47 y 67).

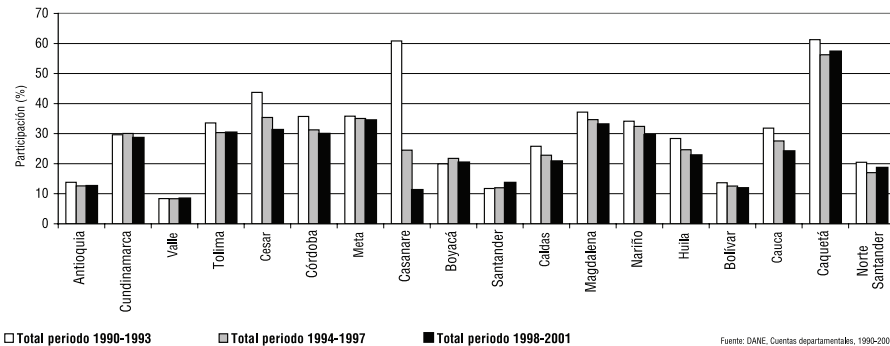
EL DESCENSO DE INDICADORES ECONÓMICOS DEL SECTOR AGROPECUARIO EN COLOMBIA

Muy a pesar de la invitación hecha por Machado a buscar adaptaciones a los cambios que irrumpen como consecuencia de la globalización, la información disponible en las estadísticas oficiales demues-

tra que en los departamentos colombianos el sector agropecuario está disminuyendo su participación en el total del PIB; además, las tasas de crecimiento del PIB agropecuario son cada vez más bajas y tienden en los últimos cuatro años a ser negativas. Eso en cuanto a las cifras, puesto que al visitar el campo colombiano es posible percibirse directamente de la pobreza y estado de abandono de nuestros compatriotas campesinos.

Si se toma como referencia para un análisis cuantitativo una ventana de tiempo de 12 años entre 1990 a 2001, fraccionada en tres cuatrienios: 1990-1993, 1994-1997 y 1998-2001, se puede ver lo siguiente (figura 1): de los 18 departamentos colombianos con mayor aporte al PIB agropecuario tan solo dos o tres incrementaron su participación en el último cuatrienio de observación. Obsérvese como las barras más oscuras que muestran el tiempo más reciente, son más pequeñas en la mayoría de los departamentos. Aunque la reducción de la participación no implica necesariamente descensos en la producción agropecuaria en términos absolutos, si está demostrando la pérdida de importancia del sector frente a los demás sectores o ramas de la economía.

FIGURA 1
Participación del PIB agropecuario en el PIB total de los departamentos colombianos
(con base en totales de PIB a pesos constantes de 1994 para tres cuatrienios de observación: 1990 y 1993;
1994 y 1997; 1998 y 2001)



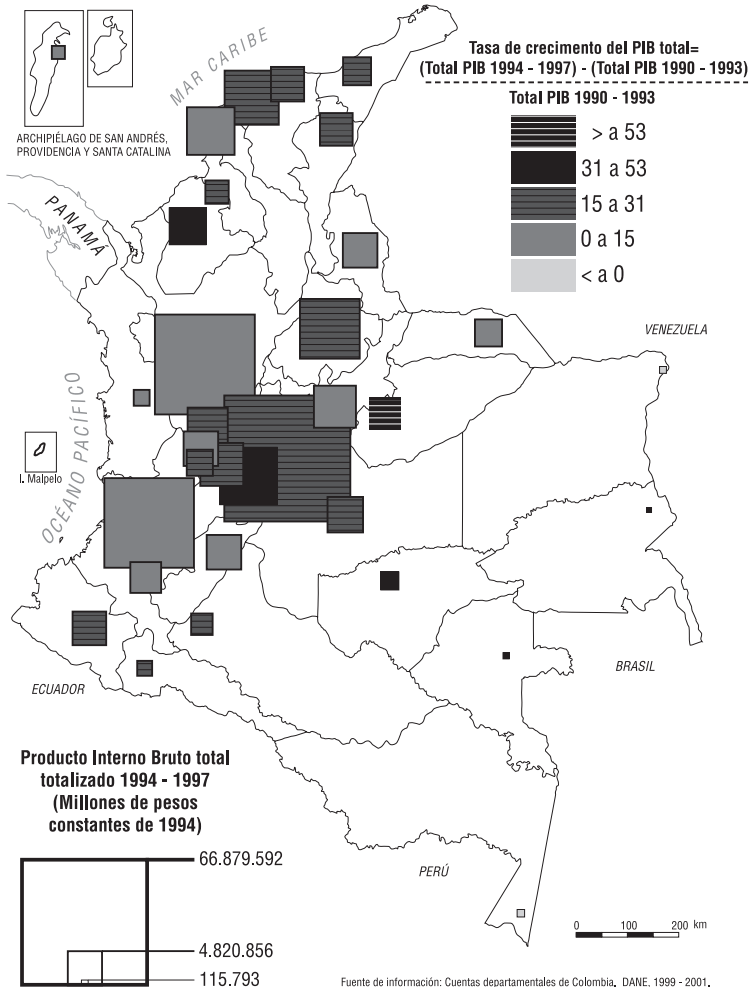
Las tasas de crecimiento del PIB agropecuario para finales de la década del noventa en los departamentos colombianos tienden a disminuir e inclusive la mayoría de ellos experimentan valores negativos. Tan solo unos pocos departamentos colombianos tuvieron recuperación para el segundo periodo de observación. Igualmente, la tendencia general en valores absolutos es al decrecimiento del PIB. Los resultados favorables están asociados principalmente al sector pecuario antes que al agrícola y corresponde principalmente a la cría intensiva de especies menores.

Cabe resaltar también el incremento de la producción bajo condiciones artificiales o de invernadero, principalmente el caso del tomate.

La información de la encuesta nacional agropecuaria suministrada por el Departamento Administrativo de Estadística –DANE–, como fuente oficial del gobierno colombiano, muestra una disminución de las áreas efectivamente cosechadas para algunos cultivos transitorios y permanentes. La revelación contundente es: en Colombia las hectáreas dedicadas a los cultivos agroindustriales y agro comerciales también están disminuyendo para dar paso a los productos importados.

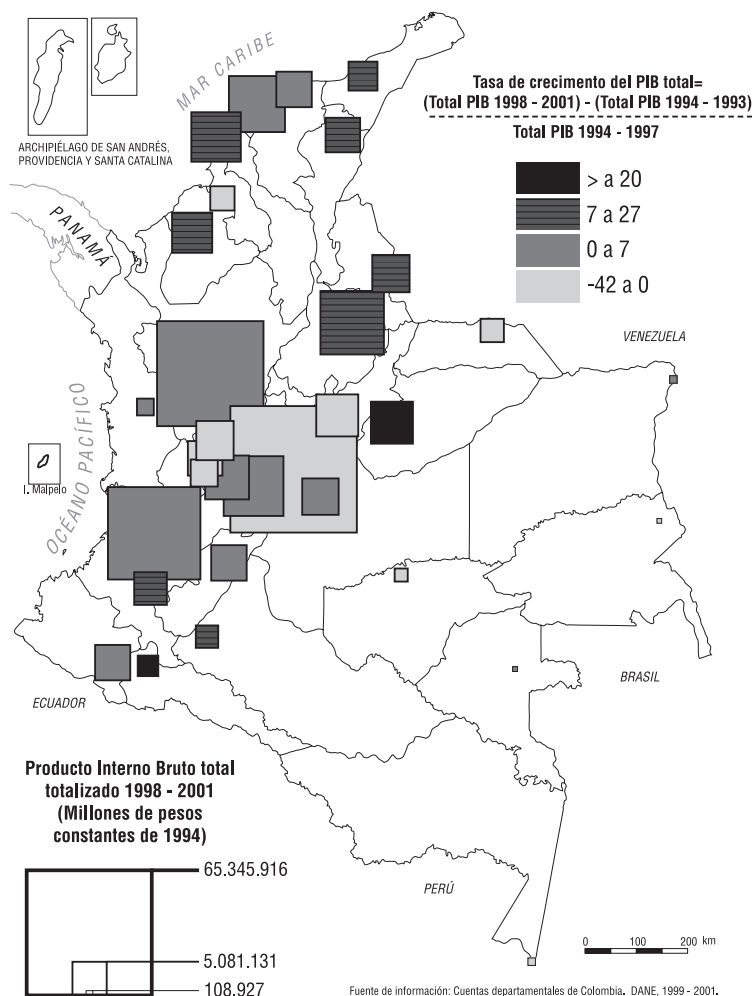
En el comportamiento espacial del PIB total (Mapas 1 y 2), se observa una concentración importante de la producción nacional en la mitad occidental del país. Esta es una constatación más de las desigualdades espaciales de desarrollo entre las *dos colombias*: “la que cuenta” al occidente y “la que no cuenta” al oriente. El mapa 2 revela que la economía nacional desde la segunda mitad de la década de los noventa entra en crisis, particularmente la de aquellos departamentos cercanos o directamente vinculados a la ciudad de Bogotá. Obsérvense las mayores tonalidades de preto para el centro del país en el mapa 2, aspecto que no será detallado aquí, pero que merece la revisión posterior, comenzando por el libro de Vincent Gouset *Bogotá: nacimiento de una metrópoli* en el cual demuestra, contradictoriamente, como el modelo territorial colombiano está dejando su estructura cuadricéfala para dar paso al típico modelo latinoamericano macrocéfalo.

MAPA 1
Producto Interno Bruto total en los departamentos de Colombia 1990 - 1997



Mapa 1. PIB departamental 1990-1997.

MAPA 2
Producto Interno Bruto total en los departamentos de Colombia 1994 - 2001



Mapa 2. PIB departamental 1994-2001

LA CUENCA DEL RÍO GARAGOA EN EL DEPARTAMENTO DE BOYACÁ

El trabajo de campo realizado en los últimos cinco años en la región permite mostrar a manera de sinopsis el siguiente diagnóstico situacional.

Injusticia y desigualdad: los grandes y medianos productores reciben asistencia y apoyo crediticio de las instituciones de nivel local, regional y nacional, mientras que los pequeños productores son tenidos en cuenta solo para proyectos o acciones asistenciales. En la identificación e inclusión de los actores territoriales del desarrollo regional predominan los intereses de los sectores productivos dominantes, situación que se agrava con el ejercicio simultáneo, por parte de éstos, del poder político. El Estado ya no tiene como función la reducción de las desigualdades espaciales de desarrollo, por el contrario, su afán por la competitividad está llevando a su acentuación. En el juego del mercado con sus perdedores y ganadores ya no están exclusivamente las clases sociales sino que ahora aparecen las regiones y sub regiones al interior de una misma nación; situación negadora de la solidaridad entre vecinos.

Descrédito y desconfianza bilateral respecto a los procesos participativos e incluyentes: la participación comunitaria es casi inexistente, el campesino de tierra fría se ha estereotipado como poco participativo, introvertido, desconfiado y egoísta. Los administradores territoriales se quejan constantemente de que convocan y nadie viene, nadie participa, hay apatía; mientras que los campesinos ya no desean participar ante engaños y malogradas experiencias del pasado. Hay problemas de comunicación y lo que es peor, no hay evidencia de mejoramiento de calidad de vida derivados de procesos de desarrollo local. Se afirma que el campesino está sumido en el abandono, con grandes privaciones, o peor aún, que éste no es capaz de percatarse de las condiciones indignas en las cuales está sumergido.

Evidencias de tipo demográfico y poblacional: la estructura y la composición de la población es un gran indicador de la dinámica socioeconómica de las regiones “agropecuarias”. Debido a los bajos costos de la mano de obra, a la falta de oportunidades de negocio, al agotamiento de los recursos naturales que otrora facilitaban algún proceso productivo, a la fijación de un modelo de vida mostrado en los medios masivos de comunicación, incomunicación o deficiente infraestructura vial, entre otros factores; el resultado es el éxodo rural, vaciamiento demográfico, la población en edad productiva y en edad de trabajar tiende a migrar a las ciudades y rara vez a otras áreas rurales.

Dependencia de la gran ciudad: existe gran dependencia de la ciudad de Bogotá y de los centros de mayor jerarquía urbana en cuanto a la demanda y oferta de mercados y servicios. Los productos procesados industrialmente, los modelos de vida, los servicios especializados, los recursos para el funcionamiento y la inversión municipal, entre otros, pro-

vienen de Bogotá, de las capitales departamentales y del resto del mundo. Por su parte los productos del campo, caracterizados por ser extractivos y con muy poco valor agregado, tienen como única opción de mercado la ciudad de Bogotá. Adicionalmente, el mercado entre municipios vecinos, que pudiera ser autónomo, es realmente marginal; por cuanto todo el mercado fluye en dirección de las grandes ciudades, poniendo en riesgo inclusive la seguridad alimentaria de los campesinos. La supremacía de la gran ciudad se hace evidente en la participación porcentual del producto interno bruto: las ramas del sector terciario y las del secundario localizadas en la ciudad mayor y su área metropolitana se llevan más del 80% de las utilidades. Como agravante específico, el campesino tiene poca participación en los sectores superiores al primario y particularmente los costos de intermediación se elevan gravemente.

Dependencia en la demanda de servicios profesionales: en los centros rurales o municipios con economías campesinas dominantes, los oficios y servicios personales mediana y altamente especializados provienen de los centros urbanos de mayor jerarquía y tamaño. Los profesores de bachillerato, agrónomos, ingenieros, enfermeras, médicos, contadores, abogados, las secretarías de la administración, entre otros, provienen de la capital departamental o de la capital nacional, desarrollando movimientos pendulares para desplazarse de su lugar de habitación a su lugar de trabajo y viceversa.

Limitaciones para la producción social y la comercialización justa de los productos del campo: Hay fallas en todo el sistema y en toda la cadena productiva derivadas de la total desatención y falta de intervención de un Estado cada vez más espectador y empeñado en ajustarse a las exigencias del libre cambio y de la globalización. Los problemas pasan por los contrastes en el tamaño de la propiedad, las limitaciones para el acceso a la tierra, el triunfo de la ganadería, la concentración de la propiedad, la desconfianza y el miedo a la organización comunitaria, la desconfianza en las instituciones del Estado, el agotamiento de los recursos naturales y la degradación de las condiciones ambientales, el abandono y mal estado de la infraestructura vial secundaria, los desestímulos a la investigación y al desarrollo tecnológico, etc.

Precariedad en la asistencia técnica y ausencia de desarrollo tecnológico: Las administraciones municipales asignan irrisorias cantidades de recursos y personal a sus oficinas encargadas de la asistencia técnica; esta es una función secundaria que se agrava con la crisis fiscal de los municipios. Por ejemplo, en el caso del cultivo de caducifolios en la cuenca del río Garagoa los productos no tienen uniformidad de tamaño ni color; son frutos manchados por el ataque de plagas y por las condiciones climáticas, etc.; no hay mejoramiento ni control de calidad de los productos; hay asistencia técnica deficiente acompañada de falta de investigación, situación que los hace poco competitivos frente a los productos

importados, los cuales han saturado el mercado de la ciudad de Bogotá. Las instituciones agropecuarias del nivel nacional se han transformado en organismos de control fiscal y administrativo antes que organismos dedicados al mejoramiento de los sistemas productivos.

Desconocimiento del territorio con la complacencia y apatía de la academia: a pesar de la normatividad inaugurada en los años 90 orientadora de la moda del ordenamiento territorial, sigue existiendo desconocimiento sobre las potencialidades y las limitaciones del territorio. Los estudios se convierten en volúmenes de información que no tienen ninguna utilidad práctica; lo descrito hasta aquí se presenta bajo la mirada pasiva e inactiva de las nacientes escuelas de geografía en las universidades públicas y ante el anquilosamiento de las asociaciones y sociedades de geografía. El componente que abordaría la plataforma socio económica es el principal ausente o al menos el más desatendido en los planes de ordenamiento. Las acciones que se desprenden de los planes de ordenamiento territorial benefician siempre a las cabeceras urbanas o áreas urbanas en detrimento del sector rural. Esta situación se agrava a raíz de la imposibilidad de tener en Colombia una ley orgánica de ordenamiento territorial después de casi 15 años de ajustes y propuestas por doquier de unos y otros sectores políticos dominantes.

Desconocimiento de la organización funcional del territorio: Los sistemas de producción son muy dependientes del estado de las vías, de la accesibilidad y la conectividad; sin embargo, los estudios de mercadeo de los productos del agro desconocen la plataforma funcional y la organización del territorio. En los procesos de planificación territorial no se parte de un verdadero conocimiento del territorio y la dimensión espacial se convierte en algo accesorio o de requisito.

El efecto polarizador de la gran ciudad se refleja en la movilidad poblacional: La mano de obra es uno de los factores productivos más sensible al poder seductor de la ciudad. En el campo hay cada vez menos oportunidades para los jóvenes, no hay incentivos ni atractivos para quedarse en su lugar de nacimiento. El futuro está en la ciudad, donde hay mayor oferta de empleo y las oportunidades son mayores. “A los jóvenes les da pena agarrar un azadón” y “lo mejor para mi hijo es que pueda irse para la ciudad, para que no sufra lo que yo”, son algunas de las frases que expresan los viejos al referirse a las nuevas generaciones.

Los problemas y las soluciones al campo si se conocen: desde hace más de dos décadas se han estudiado los problemas de campo; antes más que ahora. Las bibliotecas especializadas tienen volúmenes que apuntan siempre a los mismos factores agronómicos: la no rotación de cultivos, el monocultivo, el uso inadecuado de pesticidas, la falta de asistencia técnica, la falta de cultura empresarial asociativa, la falta de razas mejoradas en especies mayores y menores, las instalaciones pecuarias deficientes, la baja fertilidad de los suelos, la dificultad

económica y el rechazo cultural para acceder a semillas mejoradas, la resistencia del campesino para acceder a posibilidades de mejoramiento tecnológico, el uso y prácticas agronómicas inadecuadas, la falta de riego y otras infraestructuras para la producción, etc. Sin embargo, las dimensiones política, cultural y económica, de donde surgen otros factores explicativos de mayor relevancia, no son tenidas en cuenta.

Existencia de problemas estructurales evidentes para el campo. Desde el punto de vista de la competitividad en la producción y la comercialización de los productos agropecuarios de la región, los estudios consultados y los diagnósticos realizados a partir de trabajo de campo y entrevista a actores territoriales¹, manifiestan como principales factores limitantes los siguientes: deficiencia en la creación de formas asociativas; ausencia de regulación estatal de precios; presencia de contrastes muy grandes en el tamaño de la propiedad, por una parte en las áreas mejor dotadas naturalmente hay grandes propiedades y en las áreas con limitaciones hay fraccionamiento y propiedades muy pequeñas; falta de cultura empresarial y falta de gestión por parte del pequeño y mediano productor; desatención por parte del propietario de la tierra de las características del sistema productivo agrícola, generalmente en las tierras con mayor precio hay una preocupación especulativa antes que productiva, gran parte de los propietarios viven en una ciudad cercana y dejan el cuidado de la tierra a encargados asalariados; a la limitación anterior contribuyen problemas de inseguridad delincuencia común y presencia de grupos armados; insuficiente infraestructura vial primaria y otros equipamientos básicos de apoyo; inadecuada y deficiente asistencia técnica e imposibilidad de acceder a líneas de crédito blandas y favorables al campesino. En este último factor no hay amparo del riesgo que debe asumir el campesino y él mismo no tiene conciencia de la necesidad de compartir los costos del riesgo y los imprevistos a través de un sistema de aseguramiento.

REFERENCIA A ESTUDIOS DE CASO EN LA CUENCA DEL RÍO GARAGOA

Con el fin de descender aún más en el nivel de profundidad y detalle de las cuestiones agrarias y agrícolas en el campo colombiano, se hace referencia ahora a unos casos ejemplares a manera de historias de vida.

Una fábrica de lácteos está localizada en un municipio del departamento de Boyacá, cien kilómetros al norte de la ciudad de Bogotá sobre la carretera Central del Norte. Es propiedad de alguien nacido

¹ Algunos de estos estudios surgen en el marco de la orientación a los estudiantes del Curso *de planificación regional del desarrollo regional y urbano* de la Carrera de Geografía en la Universidad Nacional de Colombia, durante el segundo semestre de 2004 y el segundo semestre de 2003.

en el municipio y genera 17 empleos directos. La empresa se encarga de acopiar por las veredas en sus propios camiones, finca a finca, cantidades de leche que cada propietario manualmente ha ordeñado de la o las pocas vacas que puede tener, aunque también compra a grandes propietarios. Acopia cerca de 23.000 litros diarios de leche que son vendidos crudos a empresas multinacionales puesto que no posee tanque de enfriamiento. Las multinacionales fijan el precio a partir de pruebas químicas que miden el contenido de impurezas e higiene. Una parte muy pequeña de la leche que se recibe es utilizada para procesar quesos, los cuales se venden en los mercados de Bogotá o directamente en el punto de fábrica, aprovechando la ventaja de estar localizada sobre una carretera que presenta gran flujo de vehículos. Visualmente, las condiciones sanitarias de preparación de los productos procesados directamente por la fábrica no son adecuadas.

En entrevista con un funcionario del municipio nos informa que esta fábrica es la empresa más grande y objeto de orgullo del municipio, pero que hay serias dificultades en la cadena productiva. Entre otras razones porque no se han introducido pastos mejorados, por el fraccionamiento del tamaño de la propiedad y porque durante tres de los doce meses del año, en la temporada seca, no hay disponibilidad de agua de lluvia a falta de obras de infraestructura para la regulación del líquido. El mismo funcionario municipal manifestó que se ha estado pensando en un modelo tecnológico más eficiente, pero que hay dificultades económicas y culturales. Se ha pensado que se puede mejorar la alimentación del ganado, por ejemplo montar el ensilaje como opción para tener pasto todo el año; promover el mejoramiento genético del ganado y organizar mejor la estructura empresarial. Al respecto la ayuda que pueda dar el municipio es escasa y todo quedaría en manos de los propietarios, los cuales tampoco tienen ni la actitud ni los recursos suficientes para hacerlo.

Una familia de una vereda del municipio de Jenesano está compuesta por el padre y una decena de hijos, entre hombre y mujeres. El padre es agricultor, actividad que heredaron la mayoría de los hijos. Según dice, él fue uno de los primeros hace más de 50 años en iniciar por allí el cultivo de los caducifolios (manzana, pera, ciruela, etc.). Según el padre, hay cerca de 8 hectáreas de tierra dedicadas a estos cultivos, diversificados según la época del año con arveja y otras leguminosas. Él, con la ayuda de 4 de sus hijos y un grupo pequeño de jornaleros se dedican a las faenas de los cultivos. Pueden recolectar en épocas de cosecha la producción y llevarla directamente en su vetusta camioneta a una plaza de mercado de la ciudad de Bucaramanga, que dista aproximadamente 250 kilómetros al norte; él prefiere vender allí, asumiendo el doble de distancia que lo separa de Bogotá, ya que va con mayor poder de negociación, ante un mercado que no muchos conocen. Uno de

los hijos que está en el campo con el padre tiene tierras en otras veredas del municipio, con las mismas condiciones climáticas, pero con condiciones edáficas disímiles; aspecto que le permite, dice, tener frutas de mayor calidad. El mismo hijo tiene frente a la finca de su padre, sobre la carretera que comunica a Jenesano con la carretera Central del Norte (conexión entre Bogotá y Tunja), un comercio o tienda donde tiene una mesa de villar para alquilar, vende cerveza y también le sirve de plataforma para bodegaje y para ofertar al por menor parte de la producción de las fincas de su padre y hermanos. Dos de los hijos viven en Bogotá con sus propias familias, tienen sus propias tiendas de barrio en las que venden alimentos perecederos y empacados.

El caso de la familia descrita anteriormente es una excepción; puesto que la producción anual de frutas en el municipio de Jenesano –aproximadamente treinta mil toneladas– es comercializada en el mercado nacional por un número muy reducido de intermediarios que establecen a su favor el precio y concentran la mayor parte de las utilidades.

En otra vereda del municipio de Jenesano viven familias muy pequeñas en propiedades de pequeño tamaño que no sobrepasan las 2 hectáreas. Allí los suelos presentan estados avanzados de degradación y erosión, además de una menor oferta hídrica. Las personas que viven en las humildes viviendas son en su mayoría adultos mayores y en algunos pocos casos hay niños. Los jóvenes han migrado a la ciudad de Bogotá en busca de empleos no exigentes en capacitación y formación, que además resultan poco remunerados. Algunos de estos jóvenes encuentran pareja en la ciudad y al nacer sus hijos, ante la imposibilidad de cuidarlos, los envían con los abuelos para que los cuiden a cambio de pequeñas ayudas económicas que contribuyen escasamente a la manutención de los abuelos y los niños. Los abuelos se dedican a cultivar pequeñas huertas de maíz, arveja, etc. que marginalmente les permite tener excedente para vender en el mercado local y como alternativa de “pan coger”; también suelen cuidar una vaca, que algunas veces no es de su propiedad, para obtener de ella la leche que será complemento nutricional de la familia. Por regla general, las viejas mujeres en el tiempo libre, después de las actividades de la cocina y el cuidado de animales domésticos como gallinas, se dedican a la fabricación artesanal de alpargatas de fique e hilo, las cuales venden a precio muy bajo a un intermediario. Una docena de alpargatas, que es el trabajo de una semana, pueden venderla a un precio en pesos equivalente a tres dólares estadounidenses, también equivalente al dos por ciento de un salario mínimo mensual colombiano. Históricamente, esta vereda como la mayoría de municipios de Boyacá, se califica como expulsora de población o generadora de emigración. A lo largo del siglo XX muchos boyacenses, entre hombres y mujeres jóvenes, alimentaron oleadas migratorias y de colonización hacia “tierras frías” en la

cordillera Central colombiana, (en departamentos de Tolima y Caldas), hacia “tierras calientes” en los Llanos Orientales colombianos, así como se constituyeron en la segunda mitad del siglo XX en la principal fuente de inmigración para la ciudad de Bogotá.

EL CASO PARTICULAR DE LA ACTIVIDAD ARTESANAL: RECONVERSIÓN Y TRANSFORMACIONES

El departamento de Boyacá es uno de los departamentos con mayor producción artesanal en el centro del país. Hay tres municipios que merecen principal reconocimiento en este sector: son Ráquira, con la alfarería; Nobsa, con los textiles derivados de la lana de oveja y Tenza, con la cestería. El trabajo artesanal, actividad que vincula personas de la provincia, es cada vez más mal pagado. Los derivados de fique, cañas, palmas, arcilla y de origen animal encuentran cada vez más limitantes y menos competitividad para sortear el mercado. Puedo citar un caso: en Nobsa, la producción local y la exhibición en vitrina se viene reemplazando por producción ecuatoriana y la producción local ha dejado de ser artesanal para convertirse en “industria artesanal”, como los productores le llaman ahora; todo gracias al aperturismo y las globalizaciones. En Ráquira, la producción se está diversificando, puesto que debe satisfacer un grupo de turistas ciudadanos proveniente de Bogotá y otras regiones del país, los cuales son cada vez más exigente en diseño, estética y calidad. Igualmente, producto del control ambiental, los talleres de procesamiento y hornos deben estar alejados de las zonas residenciales; esto implica una desconcentración y deslocalización de las fábricas. Estas ya no son visibles, mientras si lo son los almacenes y los puntos de distribución.

Si en la geografía industrial está bien hablar de reconversión industrial, para la geografía del subdesarrollo rural está bien hablar de la reconversión artesanal y agrícola. El sistema productivo y las cadenas productivas ligadas al trabajo artesanal se están reconstruyendo, relocalizando, etc. Tal como se mencionó al inicio, para el sector agropecuario, todo el sector primario en general está sufriendo importantes mutaciones.

CUENCA DEL LAGO DE TOTA EN EL DEPARTAMENTO DE BOYACÁ

La cuenca del lago de Tota en el Departamento de Boyacá es igualmente interesante para este análisis. Es una cuenca próspera con una extensión de 141 km² dedicados principalmente al monocultivo de la cebolla larga en la parte plana o cercana al lago, a la papa en las partes altas y cercanas al páramo (arriba de los 3200 m) y a la acuicultura en el lago que tiene un lámina de agua de 60 km² y profundidad promedio de 50 m. Las aguas

de este lago son objeto de múltiples intereses de diversos actores: por una parte están los cebolleros que pretenden arrebatar al lago tierras aprovechables agrícolaemente mediante obras para obligar el descenso del nivel de las aguas; por otra, los industriales y las municipalidades de la cuenca industrial vecina que mediante obras de ingeniería hidráulica trasvasan un volumen importante de las aguas para uso industrial, riego y consumo humano; también los pescadores que defienden las aguas del lago por ser su fuente de sustento; igualmente, los paperos que ocupan el páramo; los transportadores de cebolla, papa y agroinsumos; los organismos de control y protección ambiental; el sector del turismo representado en dueños de hoteles, hospedajes y restaurantes; y finalmente los turistas.

IDENTIFICACIÓN Y CARACTERIZACIÓN DE LA PROBLEMÁTICA DEL AGUA: ¿DE ESPALDAS AL LAGO?

El lago de Tota no ha tenido siempre la misma significación, como tampoco la misma importancia económica ni la misma fragilidad ambiental de hoy. Aspectos culturales y mitológicos permiten acercarse a las percepciones que sobre el lago construyeron en otros tiempos sus actores socio espaciales:

De esta laguna refieren, dice Piedrahita, que a tiempos descubre un pez negro, con la cabeza a manera de buey, mayor que una ballena. Quesada dice que en su tiempo lo afirmaban personas de gran crédito, y que los indios decían que era el demonio; y por el año de 1652, estando yo en aquel sitio, me refirió haberlo visto doña Andrea de Vargas, señora de aquel país. Tan autorizada quedó esta patraña del demonio de agua dulce, que nadie se hallaba con valor para explorar el lago, del cual y de sus islas contaban lindezas peores que las de Piedrahita, hasta que recientemente [mediados del XIX] llegó por allí un inglés poco temeroso del diablo, y fabricando una balsa de juncos, abordó a la isla mayor, donde sostuvo una sangrienta batalla con los tímidos venados, que pacíficamente la poseían (Ancizar, 1984: 45).

La población “vivía antes a espaldas del agua. Se pescaba poco un pez runcho o pez graso o pez vela, con el cual se producía un aceite que servía para las lámparas” (Raymond, 1990: 4). A principios de la década de 1950 se introducen las primeras poblaciones de trucha en el lago, desde entonces todo cambió.

Pero, a las leyendas y temores (al agua) de la población que rodea el lago de Tota en el siglo XIX, así como a la valentía del “Inglés”, es conveniente agregar las ideas propuestas por M. Ancizar. Propuestas que podrían pasar hoy por descabelladas o utópicas.

Frente a Puebloviejo [hoy Aquitania] se ha extendido, por más de media legua de ancho, una llanura formada por los aluviones del río

Tobal y tres grandes arroyos afluentes al lago [...] Al extremo sur tiene un desagüe natural, origen del Upía, susceptible de ser ahondado con poco trabajo, para dejar en seco mucha parte de las márgenes, de que podrían aprovecharse los estancieros ya situados en contorno [...] Los desagües parciales, ahondado periódicamente el cauce del Upía, es lo único practicable y que promete buen éxito a los que busquen tierra para trabajar (Ancizar, 1984: 46).

¿Estará la población que “vive” el espacio geográfico de la Cuenca Hidrográfica del Lago de Tota, frente a una condición de inconciencia y desatención de lo que implica compartir recursos naturales de tan magna significación: el agua y el suelo? Al respecto citamos un texto de Martha Herrera “Para la población andina el agua, a pesar de ser imprescindible para la supervivencia [...] ocupa un papel secundario frente a la montaña” (Herrera, 2002: 45).

Creemos que tal condición es muy relativa del momento histórico en el cual nos encontramos y debe ser relativa también al espacio geográfico. Será necesario indagar al respecto.

SECARLO O INUNDARLO, ¡EH AHÍ EL DILEMA!

La cuenca del lago de Tota drena naturalmente en dirección Sur a través del río Upía, afluente éste del río Meta (en los llanos Orientales de Colombia), cuenca del río Orinoco y del océano Atlántico; es decir que drena la vertiente oriental de la cordillera Oriental (que registra volúmenes de precipitación altos por ser una vertiente externa y expuesta a los vientos alisios cuando son del SE). Sin embargo, desde 1928 la Cuenca del Lago de Tota desagua artificialmente en dirección Norte al río Tota, a través de una serie de obras de ingeniería, afluente éste del río Chicamocha y la cuenca del río Magdalena.

También, hacia 1960 la Siderúrgica construyó obras para desviar las aguas del río Olarte al lago (antes desembocaba aguas abajo del desagadero natural del lago), así como un muro aliviadero en el desagadero, con el fin de aumentar el caudal de aprovechamiento del lago y elevar el nivel de sus aguas. Retomando lo anterior, el lago es alimentado naturalmente por una serie de quebradas (Hato Laguna, Los Pozos), pero también es alimentada artificialmente con aguas del río Olarte. Desagua naturalmente por el río Upía, pero también artificialmente por el río Tota. Estos proyectos de trasvase, desviación y extracción no son por sí solos tan complejos, como al considerar todas sus implicaciones jurídicas: entre usuarios, entes territoriales, empresarios y autoridades ambientales y a todas las implicaciones ambientales por conocer y comprender.

Las recomendaciones de Manuel Ancizar a finales del siglo XIX son aceptadas en tiempos recientes por los agricultores de la “parte plana” que bordea las aguas del lago. Está por establecer la

condición actual de las contradicciones surgidas entre los proyectos de ahondamiento del desagüe para secar y la construcción de muros para inundar.

Los propietarios de las orillas hacen de cuando en cuando grandes convites con barras, azadones y palas, para profundizar el lecho del desagadero [drenaje natural de la laguna hacia el río Upia]: ellos saben que con esta ayuda a la socavación del río... aumentan rápidamente sus predios" (Triana, 1972: 74, *apud* Raymond, 1990: 16).

Por su parte, la cuenca del río Tota-Pesca, demandante artificial de las aguas del lago de Tota, se caracteriza por su vocación industrial para el centro del país, particularmente para la generación de energía térmica y la siderurgia. También se localiza en esa cuenca un sistema urbano de gran importancia para el departamento de Boyacá conformado por las ciudades de Sogamoso, Duitama y Paipa.

CONFLICTOS ENTRE ACTORES TERRITORIALES POR EL USO DEL AGUA: ¡MÁS ALLÁ DE LA LAGUNA!

El cuerpo de agua parece cristalizar los problemas ambientales de la cuenca. Los problemas del cuerpo de agua trascienden el espejo de agua y tocan las actividades económicas y la organización socio territorial de la población que ocupa sus vertientes.

Las actividades económicas que son predominantes en la cuenca hidrográfica del lago de Tota y su área de influencia: cultivo y comercialización de cebolla, cultivos y comercialización de papa, cría y/o pesca de trucha y los servicios ligados al turismo, tienen cada una su propia manifestación espacial y territorial. Sin embargo, tienen en común una particularidad: son economías capitalitas, con una amplia vinculación y dependencia de los mercados urbanos en la región y el país, principalmente de la ciudad de Bogotá.

Respecto a las características de estos sistemas productivos, existe un trabajo amplio y exhaustivo de Pierre Raymond y la Universidad Javeriana titulado: *El lago de Tota ahogado en cebolla: estudio socioeconómico de la cuenca cebollera del lago de Tota*. Se trata de un estudio con grandes aportes sobre las características del sistema productivo de la cebolla en Aquitania. Los orígenes del cultivo, requerimientos ambientales, condiciones socioeconómicas: monocultivo, tamaño de la propiedad, tipos de tenencia, etc.

A mediados de los 60 empezó a coger fuerza el cultivo de la cebolla. Aparece como alternativa ante una crisis en el negocio de la papa producida por los ataques de plagas a los cultivos. Hoy todo está invadido de cebolla, "ya no hay espacio ni para un alfiler". "En estas condiciones el cultivo se vuelve monotonía. El municipio sólo vibra al unísono

de las cotizaciones [del precio] de la cebolla en Corabastos [la central de abastos de Bogotá, la más grande del país] y de los brotes de amarilla en el cultivo” (Raymond, 1990: 10).

Con base en la información estadísticas suministrada por la central de abastos de alimentos de Bogotá, Corabastos, se puede observar lo siguiente: entre julio del 2001 y julio del 2002, de los productos agrícolas que el municipio de Aquitania hizo llegar a la Central, el 99.4% corresponde a cebolla (la papa ocupa el 0.3%); y el 99.5% de la cebolla que llega a Corabastos proviene de Aquitania. Los cebolleros de Aquitania produjeron en ese año 79.129 toneladas de cebolla destinados al mercado de alimentos más importante del país.

EL DISTRITO DE RIEGO DE LA RAMADA EN EL DEPARTAMENTO DE CUNDINAMARCA

El distrito de riego de la Ramada en la sabana de Bogotá se caracteriza por el desempeño en economías agrícolas comerciales productivistas, en propiedad de mediano y gran tamaño, muy bien insertadas al mercado de la ciudad de Bogotá. Aporta, según Corabastos, la Central de Abastos de Bogotá, el 20% (289.990 toneladas), del total de las toneladas de alimentos que llegan en promedio anualmente a la central de abastos de Bogotá; una proporción muy grande si consideramos su extensión de tan solo 65 km². Son todos productos de clima frío que se desarrollan en suelos fértiles y con la aceptable oferta hídrica que brindan las aguas descontaminadas (no purificadas), de uno de los ríos más contaminados del mundo: el río Bogotá.

Según el Atlas Regional de la Jurisdicción de la Corporación Autónoma Regional de Cundinamarca, CAR, el 86% de la zona susceptible de riego está dedicada a la ganadería y el 14% restante a la agricultura de la papa, hortalizas, zanahoria, cebolla, ajo y choclo.

El área del distrito de riego es atravesada por tres de los ejes viales de mayor importancia para la ciudad de Bogotá, puesto que la conectan con el sur-occidente, el occidente y el nor-occidente del país. Al mismo tiempo, a lo largo de estos ejes viales se desarrollan las mayores expectativas de crecimiento y deslocalización industrial para la ciudad de Bogotá; así como las mayores expectativas de construcción de vivienda de interés social con iniciativa gubernamental para las masas de bogotanos demandantes de suelo barato. Ya se han emprendido algunos de estos programas; es el caso de “metro vivienda” del ex alcalde bogotano Enrique Peñalosa, quien ante el déficit de suelo urbano en la ciudad encontró en los alcaldes de los municipios vecinos, los cuales desarrollan procesos metropolitanos con Bogotá, los mejores aliados para extender la mancha urbana sobre tierras con excepcionales cualidades agronómicas.

Las tierras de este distrito de riego están bajo la mira de un gran matiz de actores territoriales y económicos: terratenientes, especuladores de tierra que convierten minifundios rurales en latifundios urbanos, industriales, agricultores, municipalidades, gobierno departamental, gobierno nacional, transportadores, comerciantes de agro insumos, por solo mencionar algunos.

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Colombia y los países latinoamericanos deben diseñar y reflexionar sobre un modelo autónomo de desarrollo territorial, que bajo principios democráticos, participativos e incluyentes, oriente la justicia y el equilibrio territorial de sus espacios nacionales y de las relaciones entre el campo y la ciudad.

La solución de gran parte de los problemas del campo viene de la ciudad y los de la ciudad vienen del campo. Eso no significa que debamos urbanizar el campo o ruralizar la ciudad; dentro de la lógica de recomposición de las funciones del uno y del otro debe seguir primando la racionalidad ambiental, el respeto a los derechos humanos y el pleno desarrollo por encima del crecimiento económico.

La ciudad le dio la espalda al campo porque ahora se pretende globalizada. Antes el campo era eso inmediato que rodeaba la ciudad, pero hoy las nuevas tecnologías de la información y el mejoramiento en las comunicaciones le permiten ser abastecida por una red exitosa de multinacionales. La jerarquía de una ciudad es dada hoy por la importancia de las ciudades con las cuales se conecta en el mundo, no como antes, que ésta se definía por las características del espacio que la rodeaba. Esta situación debe cambiar si se quiere un desarrollo conjunto de los campesinos y de los ciudadanos de nuestros países.

Nos hemos concentrado en la dualidad y las desigualdades al interior de la ciudad, pero nos hemos olvidado de las desigualdades y los desequilibrios entre la ciudad y el campo. La reconfiguración de los espacios regionales y locales al interior de los estados nacionales, así como la acentuación de las desigualdades espaciales de desarrollo, demandan estudios y análisis a manera de diagnósticos situacionales, los cuales deben constituirse en fuente de información y en elementos conducentes a la toma de decisiones políticas a todo nivel.

Se requiere del diseño de un modelo de desarrollo autónomo para cada ciudad-región que reconozca su diferencia en el contexto nacional, así como los instrumentos de planificación adecuados para llevarlos a cabo. La autonomía implica que cada modelo territorial debe partir de la consideración de las características socio espaciales de todos sus actores.

Cada espacio rural a nivel local y regional tiene sus propias particularidades. Algunos de estos espacios se adaptan mejor que otros. Pero la clave para alcanzar el desarrollo territorial está al interior de cada uno

de ellos de acuerdo a la capacidad de organización y gestión de los actores territoriales, pero sobre todo en función del compromiso e impulso dado por los niveles de estado supra locales. Debe adicionarse como elemento fundamental, el apoyo y la participación de la academia.

Otro elemento a manera de recomendación parte del hecho de habernos preocupado en sobremanera de la seguridad alimentaria de la población urbana, mientras que nos hemos desentendido de la seguridad alimentaria de un grupo poblacional tan vulnerable como lo es la población campesina que vive en el campo.

BIBLIOGRAFÍA

- Ancizar, Manuel 1984 (1853) *Peregrinación de Alpha* (Bogotá: Banco Popular).
- David, María Beatriz 2001 *Desarrollo rural en América Latina y el Caribe, ¿la construcción de un nuevo modelo?* (Bogotá: Alfaomega – CEPAL).
- Deler, Jean-Paul 2001 “Estructuras y dinámicas elementales del territorio colombiano” en *Cuadernos de Geografía X*, N° 1-2.
- Herrera, Marta 2002 *Ordenar para controlar: ordenamiento espacial y control político en las llanuras del Caribe y en los Andes Centrales neogranadinos, siglo XVIII* (Bogotá: ICANH-ACH).
- Leff, Enrique 1994 *Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable* (México: Siglo XXI).
- Link, Thierry 1997 “La ruralité en miettes? Globalisation et fragmentation des territoires et sociétés rurales du Mexique” en Gastellu, J. y Marchal, J. *La ruralité dans les pays du sud à la fin du XX siècle* (París: ORSTOM).
- Link, Thierry 1994 *Agriculturas y campesinados de América Latina* (México: FCE).
- Machado, Absalón 1999 “El contexto de análisis de la crisis cafetera” en *Conflictos regionales: la crisis del eje cafetero* (Bogotá: CEREC).
- Méndez, Ricardo 1997 *Geografía económica: La lógica espacial del capitalismo global* (Barcelona: Ariel).
- Montañéz, Gustavo 2000 “Pensar la ciudad” en *La ciudad: hábitat de diversidad y complejidad* (Bogotá: Unibiblos).
- Pérez, Alfonso 2003 “La expansión urbana de Bogotá: mitos y realidades” en *Territorio y sociedad: el caso del plan de ordenamiento territorial de la ciudad de Bogotá* (Bogotá: Unibiblos).
- Raymond, Pierre 1990 *Lago de Tota ahogado en cebolla* (Bogotá: ECOE-Univ. Javeriana).
- Renard, Jean 2002 *Les mutations des campagnes: paysages et structures agraires dans le monde* (París: Armand Colin).

JÚLIO CÉSAR SUZUKI*

QUESTÃO AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA: RENDA CAPITALIZADA COMO INSTRUMENTO DE LEITURA DA DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL

SITUAÇÕES MUITO DIVERSAS da história são aquelas em que se inserem os países latino-americanos. Situações em que ora a riqueza foi produzida com base na escravidão africana, ora com a escravidão indígena, ora com outras formas de submissão do trabalho do indígena que não a escravidão, como *la encomienda* ou *la mita*.

Situações que parecem deslocar os países latino-americanos da possibilidade de construção de uma unidade interpretativa como conjunto.

Será que apenas o subdesenvolvimento é a marca de construção da unidade? Será que apenas características mais contemporâneas são as que definem a unidade? Será que apenas a situação de colônias de exploração constitui sua marca genética?

As histórias são diversas, mas encontram unidade no sentido em que se estabelece não só a colonização, mas, também, a repartição da riqueza desde o período colonial.

A diferença entre os que produziam a riqueza e a diminuta parcela dos que se apropriavam estabelecia-se tendo como referência o domínio relativo da terra, em que o cessionário poderia reaver a terra

* Professor Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

cedida; diferente do momento posterior, em que a terra, inserida como mercadoria no movimento de reprodução das relações sociais, passa a se constituir como domínio integral, conforme salienta, tendo como referência a colonização portuguesa nas Américas, Murillo Marx:

Realmente, seja no caso da concessão pura e simples de chãos urbanos, seja no caso de seu aforamento, permanecia um vínculo entre o cedente e o cessionário. A doação ou o foro implicavam, a primeira, a possibilidade, ainda que teórica, de o imóvel retornar ao cedente, ao Estado; o segundo, a manutenção do domínio direto, no mínimo e a prática de um direito de preferência para obter novamente a posse. Ora, no caso da venda de parcelas de um terreno, o que se passava ao adquirente era, além do domínio, a propriedade absoluta, ou seja, a sua posse e domínio integrais, o direito de pelo mesmo processo livremente transmiti-las, e a sua isenção de quaisquer obrigações que não os impostos (Marx, 1991: 108).

A terra, sob o domínio relativo, colocava-se, sobretudo, como instrumento de conquista de riqueza, pois, em si, não possuía preço. A riqueza estava entesourada, em grande medida, na pessoa do escravo. No Brasil, o termo fazenda referia-se à riqueza e não à terra: “‘fazenda’ significava o conjunto de bens, a riqueza acumulada; significava sobretudo os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo” (Martins, 1990a: 23).

Assim, não era a terra que se definia como fazenda, mas a riqueza produzida pelo trabalho, bem como o trabalho personificado no escravo. No entanto, no decurso da segunda metade do século XIX, fazenda vai incorporando cada vez mais seu sentido territorial¹.

A transição do escravo para a terra, como referencial de riqueza, revela uma significativa alteração na reprodução das relações sociais, cuja determinação principal encontrava-se na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, moldando a terra como fundamento de riqueza e a sua mercantilização como legítima com a promulgação da Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras.

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativeiro entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Im-

1 A radicalização dessa mudança de significado do termo “fazenda” se completa, nos finais do século XX, quando passa a incorporar até mesmo a possibilidade de uma terra sem trabalho algum que a tenha modificado: a fazenda improdutiva.

portava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra dos trabalhadores sem recurso” (Martins, 1990a: 59).

Assim, com a libertação dos escravos, o cativo deveria alterar o seu objeto do escravo para a terra, daí o nome do clássico livro de José de Souza Martins: *O cativo da terra*.

A Lei Nº 601/1850, a Lei de Terras, vem legitimar a mercantilização da terra como única forma de aquisição, bem como as posses anteriormente existentes, sendo que, para a realização da titulação, o Estado, que estava em formação, utilizou-se da única informação possível que garantisse a efetiva ocupação das terras: o registro paroquial.

Os liames que relacionam a transição do escravo para a terra, como fundamento da riqueza, com a do trabalho escravo ao trabalho livre aparecem, de modo muito marcante, na Lei de Terras, em seu artigo 18, já que aprova a possibilidade de o Governo imperial arcar com os custos da vinda de imigrantes (trabalhadores livres em substituição aos trabalhadores escravos, no contexto do processo abolicionista, em que o fim do tráfico negreiro, estabelecido, decisivamente, pela Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, marca o seu início e a Lei Áurea, o seu fim).

Art. 18 O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente à custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que fôr marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administracao publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando, antecipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem (São Paulo, 1998: 235-242).

A generalização da terra como mercadoria, a abolição da escravidão e o incentivo à imigração estão vinculados à pressão exercida pela Inglaterra, cujo objetivo era sumariamente expandir seu mercado, bem como garantir preços acessíveis na aquisição de matérias-primas, de que o Brasil era grande exportador.

Assim, podemos afirmar que a Lei de Terras, de 1850, coadunava-se com os ideais mercantilistas do projeto inglês de ampliação de seu mercado, já que o número de consumidores cresceria com a entrada do contingente de escravos negros recém-libertos, bem como os imigrantes, sobretudo de italianos, que ao se monetarizarem também entrariam nesse mercado como consumidores potenciais.

Era esse, então, o contexto em que se inseria a constituição da propriedade privada da terra –propriedade absoluta–, da terra como mercadoria, no Brasil.

Roberto Smith, ao analisar a formação e expansão da propriedade privada da terra no Brasil, salienta que, para Marx, a transição de formas anteriores de propriedade para a propriedade capitalista estava em consonância com a criação da força de trabalho necessária ao capital.

Assim, a interação do capital sobre as velhas formas de propriedade leva-as a se transformarem em renda em dinheiro o que induz a agricultura a vir tornar-se um ramo da indústria e as antigas relações de produção a se transformarem em relações de trabalho assalariado, com a desvinculação dos laços que prendem o homem à terra. A relação do homem livre com a terra, quando expropriado dos seus meios de produção e subsistência, passa a ser intermediada apenas pela sua força de trabalho, posta em ação, enquanto trabalho assalariado, para o capital, sobre a propriedade da terra (Smith, 1990: 132 e 133).

Tendo como referência a absolutização da propriedade privada no Brasil, ou seja, a transformação da terra em mercadoria sob o domínio absoluto, Roberto Smith reconhece que os proprietários fundiários tendem a incorporar a busca da renda a do lucro, ao realizarem atividades produtivas: “O moderno proprietário, ao produzir com vistas ao lucro, empregando trabalho assalariado, incorpora na sua pessoa tanto o arcaico arrendatário quanto o moderno empresário” (Smith, 1990: 134).

Na Província de São Paulo, em meados do século XIX, a situação do fazendeiro não era apenas de rentista, mas, também, de capitalista, conforme reconhece explicitamente José de Souza Martins:

A renda capitalizada foi a principal forma do capital da fazenda cafeeira tanto sob o regime do trabalho escravo quanto sob o regime do trabalho livre. Por isso podia, a um só tempo, fazer do fazendeiro um empresário capitalista e da fazenda um empreendimento baseado principalmente em relações não capitalistas de produção [...] [N]o fazendeiro convive a condição de proprietário e capitalista (Martins, 1990a: 23 e 33)

Cabe, então, discutir que renda se extraía das fazendas. Assim, procuraremos apontar o limite do uso da expressão renda da terra e a necessidade de aplicação das noções de renda capitalizada para o entendimento da sociedade brasileira, bem como o dos países latino-americanos em geral, particularmente na transição da riqueza fundada no escravo, ou outra forma similar de trabalhador subjugado pelo processo colonizador, para a terra.

A renda da terra está posta, na produção da riqueza, como um excedente do trabalho não pago, conforme aponta Karl Marx (1984), na análise da renda em trabalho e em produto, ao tratar da gênese da renda fundiária capitalista.

A produção da riqueza, fruto do trabalho, materializa-se em bens de consumo direto para o trabalhador ou para o senhor das terras (Marx, 1984).

A renda da terra poderia ser paga em produto, em trabalho ou em dinheiro, mas, durante o Feudalismo, na Europa, não estava determinada pelo lucro médio, sobretudo porque se colocava como um tributo pessoal, extraída de forma diferenciada em cada domínio feudal.

a propriedade da terra dá direito ao seu titular de extrair uma renda diretamente da produção, sem a necessidade de intermediários. É quando o camponês paga ao senhor o direito de trabalhar em suas terras; ou então entregando-lhe diretamente uma parte da sua produção; ou, ainda, convertendo essa parte da produção em dinheiro e entregando-o diretamente ao proprietário. Nesses três casos de renda pré-capitalista em trabalho, em espécie e em dinheiro, o próprio produtor entrega *diretamente* nas mãos do proprietário o excedente que este reclama como pagamento pela utilização da terra. Esse pagamento tem o caráter de um tributo pessoal de cada trabalhador ao senhor de terras; ele é claramente deduzido da produção do trabalhador. É o trabalhador quem paga a renda (Martins, 1990b: 163).

O pagamento desse tributo, que poderia dar-se em trabalho, em produto e em dinheiro, como um tributo pessoal torna-se um tributo pago pelo conjunto da sociedade.

a renda não é paga por ninguém em particular porque ela é paga pelo conjunto da sociedade. Ela aparece primeiramente nas mãos do capitalista como se fosse um lucro extraordinário, que ele se julga no direito de reter para si porque para ele o lucro é o pagamento pela propriedade dos instrumentos de produção proporcional ao valor que esses meios têm. Ele conserva a parte que lhe cabe e passa adiante ao proprietário da terra, a parte que cabe a este. Assim, a renda capitalista da terra também se distingue da renda pré-capitalista porque não tem o caráter de um tributo pessoal e sim o caráter de um tributo social. O conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra. A dedução não é feita sobre os ganhos deste ou daquele, mas sobre os ganhos do conjunto da sociedade, sobre a riqueza socialmente produzida, ainda que sujeita à apropriação privada do capitalista. É claro que a dedução não incide sobre o capitalista individual, mas sim sobre a

coletividade dos capitalistas, sem que nenhum deles em particular se sinta lesado pelo fato de ter que pagar a renda territorial. Caso isso não fosse necessário, poderiam se apropriar em conjunto de toda a mais-valia, sem dividi-la com ninguém, o que aumentaria o lucro médio (Martins, 1990:164 e 165).

Assim, entendemos que a renda da terra se colocava como uma renda pré-capitalista, portanto feudal, enquanto a renda fundiária capitalista como renda capitalizada. Quem paga o tributo pessoal, sob o Feudalismo, é, sobretudo, o servo ou o camponês livre, em regime de vassalagem, cujos resultados do trabalho excedente não se inscrevem como lucro, mas como renda que ao trabalhador não pertence, sendo apropriada pelo senhor feudal.

Sendo a renda não mediatizada pelo lucro médio, não podemos pensar que os vassalos feudais se insiram na mesma lógica da submissão étnica do trabalhador que se estabelece, principalmente, com a expansão ultramarina, tendo em vista que o servo e o camponês livre não se colocavam como uma mercadoria em si, tal qual o escravo africano ou o negro da terra (nome pelo qual se identificava o escravo indígena no Brasil). No caso do servo, sua situação social era a de parte integrante da terra concedida, não um objeto móvel. No caso do camponês livre, a busca de proteção o mantinha no domínio feudal, mas tendo guardado certa liberdade de locomoção, ou seja, alguma autonomia de que o servo não dispunha.

A presença da escravidão, durante o Feudalismo, é bastante reduzida (Anderson, 1982). Não se colando como fundamento da reprodução das relações sociais tal qual estava posta à servidão. Assim, a noção de renda escravista é pouco adequada ao entendimento das formas de produção e apropriação da riqueza. Tanto que Marx, ao despendar todo um volume de *O capital* à análise da renda da terra, só se refere ao escravo quando trata da renda capitalizada; conceito essencial para discutirmos a transição de uma sociedade fundada na propriedade do escravo para outra fundada na propriedade da terra.

A renda capitalizada define-se como antecipação de rendas futuras (Marx, 1984: 857-858), bem como lucro extraordinário acima do lucro médio (Marx, 1984). Assim, a renda capitalizada é, então, mediatizada pelo lucro médio, sobretudo no limite que ele impõe para o lucro suplementar; mas é, também, mediatizada pela taxa corrente de juros no mercado de dinheiro (Marx, 1984).

Da mesma forma que o preço da terra se define como renda capitalizada, o preço do escravo também o é. Permitindo, ao senhor de escravos, a apropriação de parcela da riqueza socialmente produzida por ter a propriedade de escravos, os quais passam a ser, então, renda capitalizada.

El precio de la tierra no es otra cosa que la renta capitalizada, y por ende anticipada. Si la agricultura se explota de manera capitalista, de modo que el terrateniente sólo percibe la renta y el arrendatario no abona por el suelo otra cosa que esa renta anual, resulta palmario que el capital invertido por el propio terrateniente en la compra del suelo es para él, por cierto, una inversión de capital que devenga interés, pero que nada tiene que ver en absoluto con el capital invertido en la propia agricultura. No constituye una parte del capital operante aquí, ni del fijo ni del circulante; por el contrario, sólo le proporciona al comprador un título a la percepción de la renta anual, pero nada tiene que ver, en absoluto, con la producción de esa renta. Pues el comprador de la tierra le abona el capital precisamente a quien la vende, y el vendedor renuncia por ello a su propiedad del suelo. Por consiguiente, el capital no existe ya como capital del comprador, pues éste ha dejado de tenerlo; por lo tanto, no se cuenta entre el capital que de alguna manera puede invertir en el propio suelo. El que la tierra haya sido adquirida cara o barata, o que la haya recibido en forma gratuita, en nada altera el capital invertido por el arrendatario en la explotación, y en nada modifica la renta, sino que sólo modifica lo siguiente: si se le aparece como interés o no interés, como un interés alto o bajo. Tomemos como ejemplo, la economía esclavista. El precio que se abona en este caso por el esclavo no es otra cosa que el plusvalor o ganancia, anticipado y capitalizado, que ha de extraerse de él. Pero el capital abonado en la compra del esclavo no pertenece al capital mediante el cual se extrae del esclavo la ganancia, el plustrabajo. Por el contrario. Es capital que el poseedor de esclavos ha enajenado, deducción del capital del que dispone en la producción real. Ha cesado de existir para la agricultura. La mejor prueba la constituye el hecho de que sólo vuelve a cobrar existencia para el poseedor de esclavos o para el terrateniente una vez que vuelve a vender al esclavo o el suelo. Pero entonces se produce la misma situación para el comprador. La circunstancia de que ha comprado el esclavo, no lo capacita aún, sin más, para explotarlo. Sólo lo capacita para ello un capital adicional, que se encuentra dentro de la propia economía esclavista (Marx, 1984: 1028 e 1029).

José de Souza Martins discorda desta última afirmação de Karl Marx de que a compra do escravo não capacita ao seu senhor a possibilidade de extrair lucro; mesmo antes da produção de mercadorias. Mesmo que o escravo não seja capital, funciona como tal ao se definir como equivalente de capital, como renda capitalizada, mediada pelo lucro médio.

o próprio trabalhador escravo entra no processo como mercadoria. Portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que *produzir lucro* já *antes* de começar a produzir mercadorias e não apenas depois [...] a sujeição da produção ao

comércio impunha a extração de lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força-de-trabalho e sim diretamente como mercadoria; mas, não entrava também como capital, no sentido estrito, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada. A exploração da força de trabalho se determinava, pois, pela taxa de juros no mercado de dinheiro, pelo emprego alternativo do capital nele investido antecipadamente, isto, o cálculo capitalista da produção era mediado por fatores e relações estranhos à produção (Martins, 1990a: 15).

Fatores e relações estranhos à produção porque nem o custo da terra nem o do escravo entram no preço de produção, por mais que o capitalista tenha em mente a produção que será realizada pelo escravo e a proporcionalidade de ganho que deverá alcançar em relação a este investimento, já que o preço do escravo é antecipação da parcela de excedentes que o escravo deverá produzir (Martins, 1990a:16).

Em situações tão distintas de submissão do trabalho, como a da escravidão africana, a da *mita* ou a de *la encomienda*, não se foge a uma acumulação primitiva do capital. São relações de produção não-capitalistas que permitem a produção ou a formação do capital, mas, como deixou claro José de Souza Martins (1997b: 96), em moldes não-capitalistas, pois “não se pode falar em produção capitalista de capital”. Situação que perdura até finais do século XIX, em algumas regiões, ou meados do século XX em outras, se tivermos como referência a transição de formas de submissão do trabalho como a encontrada na escravidão, na *mita* ou em *la encomienda* para o trabalho livre, mas comum, ainda hoje, na prática da escravidão por dívida, não mais uma escravidão com fundamento étnico.

A transição das relações de produção não-capitalistas às relações de produção capitalistas não se dá de maneira completa. O assalariamento não substitui todas as outras formas de submissão do trabalho.

A modernização da agricultura, realizada após a década de 1960, insere como uma de suas marcas a expansão do trabalho assalariado. No entanto, as relações de produção não-capitalistas não deixam de existir. Não só como resíduo, mas como fundamento da própria dinâmica do capitalismo nos países latino-americanos.

A transição do predomínio das relações de produção não-capitalistas para as relações de produção capitalistas foi marcada pela metamorfose da propriedade da terra.

A propriedade moderna, absoluta, mercadoria, passa a ser o fundamento da acumulação e de expressão da riqueza social. É o cativeiro da terra de que nos fala José de Souza Martins quando discutiu a

transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada da terra, conforme já citado anteriormente, no Brasil do século XIX.

Uma explicação que parece tão expressiva para pensar a cafeicultura brasileira, mas tão pouco significativa para discutir a realidade latino-americana em geral, tendo em vista que, nos países latino-americanos, com exceção do Brasil, a escravidão africana não foi tão contundente.

De qualquer modo, a transformação da terra em mercadoria, como fundamento da reprodução das relações sociais, foi uma marca geral. Transformação que está na gênese da sociedade moderna, em consonância com a transição de relações de produção não-capitalistas para o assalariamento e a reprodução ampliada do capital.

Assim, o cativo da terra possui um caráter explicativo que vai para além da agricultura cafeeira. O seu potencial de explicação alcança a diversidade de realidades históricas latino-americanas.

Sobretudo, porque a gênese da questão agrária é a desigual apropriação da terra. Não só no momento em que a terra era concedida pela Coroa, ainda no momento de domínio relativo, mas de forma muito mais contundente no momento em que a propriedade da terra se transforma no fundamento da reprodução das relações sociais, já como domínio absoluto.

Tentaram-se, para a resolução da questão agrária brasileira, vários caminhos, como a distribuição de terras em projetos de colonização, a constituição de projetos de assentamentos rurais, a venda de lotes com financiamento estatal.

Como o resultado ainda é insignificante em relação às necessidades dos que não dispõem de um pedaço de terra para plantar e viver, isso sem levar em conta a desigualdade na distribuição da terra, os movimentos sociais de luta pela terra tentam cada vez mais conquistar a parcela que falta.

No entanto, a viabilidade dos projetos de assentamento não pode olvidar as dificuldades e necessidades da produção agrícola. Não que se constitua uma questão agrícola como preocupação iminente com o déficit de produção agrícola para abastecer as mesas dos consumidores, mas com a sua repartição e apropriação.

Por mais que as proposições neomalthusianas de que há uma perspectiva de déficit de produção agrícola estejam cada vez mais comuns nos meios de comunicação, não é esta a questão que realmente preocupa a maioria dos pesquisadores.

Situações excepcionais, como as da seca em regiões tradicionalmente sem déficit hídrico, são extremamente preocupantes, pois criam dificuldades de abastecimento da população, bem como dificuldades na manutenção dos produtores em suas terras.

Políticas agrícolas que dêem conta da excepcionalidade, mas também da diversidade de realidades históricas em que se inserem os produtores, é o que deveria estar no fundamento das políticas do Estado.

Não é possível tratar a reprodução das famílias quilombolas, caiçaras, indígenas, camponesas em geral, ou integradas às cadeias produtivas em particular, como um bloco único e homogêneo.

Não é possível tratar a reprodução das famílias assentadas, sobretudo as mais recentes, do mesmo modo que os camponeses já há muito instalados na terra. As infra-estruturas são muito distintas.

Por isso, a desativação do PROCERA, um programa destinado aos assentados em projetos de reforma agrária, e a implantação do PRONAF, destinado a todos os produtores, com forte direcionamento da produção para o mercado, criou dificuldades na manutenção dos assentados. O PRONAF não é adequado para dar conta das necessidades de um leque tão amplo de produtores rurais.

Não é possível pensar na produção capitalista como a panacéia para todos os males do campo. Se há produção de divisas na produção agrícola capitalista, há, também, centralização das terras e do capital.

No vértice dos dilemas da restrição de recursos para as políticas públicas, cabe, necessariamente, priorizar os que estão em condições muito mais complicadas, aqueles que foram alijados, quase completamente, ou então em sua totalidade, do Estado de Direito: os incluídos de forma precária, subalterna e marginal; conforme expressão forjada por José de Souza Martins (1997a).

A diversidade de situações históricas presentes no campo brasileiro representa uma parcela do espectro muito mais amplo encontrado na realidade latino-americana em geral, em que as etnias indígenas participaram de modo muito mais intenso, com suas marcas, do que neste pedaço da América Latina chamado Brasil.

No entanto, mesmo em meio a tanta diversidade, a lógica capitalista está presente como uma mediação geral. É nesses termos que a categoria de renda capitalizada se coloca como importante para pensar a gênese dos Estados Nacionais que compõem a unidade da América Latina, mas, também, as dificuldades no encaminhamento do político e da política na relação entre produções definidas por matrizes de racionalidade que não se coadunam com o uso do tempo linear, com a reprodução ampliada do capital, com a lógica do mercado, com a impessoalidade das relações sociais, sobretudo, porque a renda capitalizada não deixou de existir, sendo um impeditivo para que muito da produção, marcada por esta diversidade histórica por nós já indicada, em seus termos gerais, possa se realizar; já que os espaços são cada vez mais ocupados pela produção voltada para o comércio internacional, em grande medida inserida como *commodity*.

Nesses termos, a categoria renda capitalizada nos ajuda a entender o movimento do mundo na diversidade sócio-espacial e nos dilemas que impõe a contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Perry 1982 *Passagens da antiguidade ao feudalismo* (Porto: Afrontamento).
- Martins, José de Souza 1997a *Exclusão e a nova desigualdade* (São Paulo: Paulus).
- Martins, José de Souza 1997b *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano* (São Paulo: Hucitec).
- Martins, José de Souza 1990a *O cativo da terra* (São Paulo: Hucitec).
- Martins, José de Souza 1990b “A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária” em Martins, José de Souza *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político* (Petrópolis: Vozes).
- Marx, Karl 1984 *El capital. El proceso global de la producción capitalista* (México: Siglo XXI).
- Marx, Murillo 1991 *Cidade no Brasil, terra de quem?* (São Paulo: EDUSP/Nobel).
- São Paulo – Divisão de Arquivo do Estado 1998 “Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850” em *Registros de Terras de São Paulo – Freguesia Senhor Bom Jesus do Brás*.
- Smith, Roberto 1990 *Propriedade privada e transição; estudo da formação da terra e transição para o capitalismo no Brasil* (São Paulo: Brasiliense).

ROSA ESTER ROSSINI *

**O TRABALHO DA MULHER NA
AGRICULTURA CANAVIEIRA ALTAMENTE
TECNIFICADA E CAPITALIZADA
– SÃO PAULO – BRASIL**

A POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, no último censo (IBGE, 2000), foi de 37.032.403 habitantes, sendo 34.592.851 urbana e 2.439.552 rural. Há certo equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres (48,98% de homens e 51,02% de mulheres); entretanto, as mulheres continuam na dianteira. De acordo com dados SEADE –Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados–, a população de São Paulo sofre um significativo aumento já em 2003: 38.718.301.

O desenvolvimento técnico-científico e informacional no estado de São Paulo intensificou, desde a década de 60, a aceleração do processo de urbanização de modo que a população rural é hoje de apenas 6,59%.

A região administrativa de Ribeirão Preto não foge à regra. São residentes urbanos 96,24% e 3,76% rural. A presença feminina também guarda a mesma participação em relação ao estado (50,70% de homens e 49,30% de mulheres) (Tabela 1).

* Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

TABELA 1
Estado de São Paulo – Componentes do crescimento populacional entre 1940 e 2000

Ano	População	Acréscimo Populacional	Saldo Vegetativo	Saldo Migratório	Proporção dos Componentes	
					% vegetativo	% migratório
1940	7. 180. 316					
		1. 954. 107	1.469.600	484.507	75,21	24,79
1950	9.134.423					
		3. 689. 403	2.691.489	997.914	72,95	27,05
1960	12. 823. 826					
		4. 948. 122	3.372.191	1.575.931	68,15	31,85
1970	17. 771. 948					
		7. 268. 764	4.254.422	3.014.342	58,53	41,47
1980	25. 040. 712					
		6.475.535	5.919.111	556.424	91,40	8,60
1991	31. 436.273					
		5.596.130	4.269.143	1.326.987	76,28	23,72
2000	37.032.403					

Fontes: IBGE; SEADE e Perillo, 1985.

Para melhor aquilatar a complexidade da dinâmica do crescimento demográfico e da inserção da mulher e do homem na força de trabalho, torna-se oportuno apresentar os componentes do crescimento demográfico: mortalidade, fecundidade e migração.

A redução da mortalidade e o aumento da esperança de vida são objetivos universalmente procurados. Ações políticas, econômicas e sociais podem colaborar para se atingir esse intento, desde que se leve em consideração que política de população não é confundir planejamento familiar com controle de natalidade.

A autonomia para planejar o número de filhos por parte do casal, apesar de consagrada como direito básico, nem sempre é respeitada pelo estado ou pelos organismos internacionais que agem no país.

Dentre as variáveis demográficas, é a fecundidade que mais sensivelmente faz sentir seus efeitos sobre a população e é a variação do seu nível que define fundamentalmente a distribuição etária da população.

Segundo Berquó (1985) e Wong (1985), a taxa de fecundidade da mulher brasileira tem caído de forma bastante acentuada. No estado de São Paulo, especificamente, os declínios da taxa foram bastante lentos até 1960 e se acentuaram nas décadas seguintes. Dois fatores foram prioritariamente importantes para a explicação dessa queda: a urbanização e a proliferação dos métodos anticoncepcionais artificiais.

Acrescente-se, ainda, o esclarecimento da população a partir da melhoria do sistema de informação, além da maior participação da mu-

lher na força de trabalho, completando sua família por volta dos 30 ou 35 anos de idade.

No período 1960-2003, a maior queda foi registrada entre 1970-75, caindo de 4,2 filhos por mulher para 3,4. Surpreendente foi o declínio apresentado no período 1980-84, chegando ao mais baixo nível do país (2,7 filhos por mulher). Em 1990 foi de 2,3; e em 2003 ocorreu uma pequena queda: o número foi de (1,8) filhos por mulher (SEADE).

Em 2000, esses dados permitem induzir que, no futuro, a fecundidade no estado de São Paulo dificilmente retomará a tendência de aumento nos seus níveis, salvo se ocorrer forte aumento migratório de populações com outros padrões de comportamento reprodutivo.

No caso da mortalidade, devem-se levar em conta dois aspectos: primeiramente, um fenômeno individual que depende de fatores biológicos e, em seguida, um fenômeno coletivo que é afetado pelo contexto social em que cada indivíduo realiza sua trajetória de vida.

Os altos riscos de morte a que uma pessoa está exposta dependem, em primeira instância, da sua bagagem biológica ao nascer e das condições ligadas ao parto. A partir do nascimento, em que se superam estes riscos, passa a sujeitar-se a outros que dependem, diretamente, do segmento da sociedade que ela passará a integrar, em função da posição na classe social na qual está inserida sua família.

Para boa parte da população do estado de São Paulo, no caso da população carente, falta medicina preventiva e curativa, que deixa de ser um direito inalienável do cidadão, para ser um privilégio de poucos. Falta de atendimento médico aliada à fome endêmica configuram os fatores principais responsáveis pelos altos riscos de morte, especialmente no primeiro ano de vida.

A queda dos índices de mortalidade é devida ao controle das doenças infecciosas e parasitárias. Nestes 60 anos, o ganho na esperança de vida do brasileiro foi enorme (cerca de 27,07 anos), enquanto para o estado de São Paulo, cuja esperança de vida em 1940 já era superior, o ganho foi significativo (cerca de 24,66 anos). A esperança de vida para homens e mulheres no estado de São Paulo é bastante diferente, em 1991 para os homens era de 64,87 anos e para as mulheres de 73,24 anos, enquanto que em 2000 era de 66,8 anos para os homens e de 75,6 para as mulheres.

A taxa bruta de mortalidade é um indicador da situação de atendimento, no campo da saúde, à população. Apesar de a situação de desemprego e nutrição, qualidade de vida em geral, serem muito ruins, o índice de mortalidade para o estado de São Paulo é bastante baixo. Isso se deve à atenção que o estado vem dando à população carente, através do melhor atendimento à saúde e à mulher gestante. São distribuídos alimentos à mãe carente gestante e à criança, enquanto esta se mantiver com peso inferior ao estabelecido pelo padrão da idade. A preocupação

dos médicos é prioritariamente com a linha da medicina preventiva, para diminuir o atendimento ligado apenas à curativa.

Acrescente-se ainda a essas informações a intensificação da atuação da medicina preventiva através de medidas compulsórias de vacinação da população, colaborando para a diminuição substancial da mortalidade infantil. Caso não fossem tomadas essas providências, a mortalidade geral, e em especial a infantil, seria muito superior em função da situação de carência crônica que vive a população de baixa renda.

Há que ressaltar também a ampliação dos serviços de saneamento básico. Pesquisa realizada em São Paulo pelo professor Carlos Augusto Monteiro, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, ratifica que a instalação da rede de água em um bairro pode provocar a queda de 50% da mortalidade infantil e é mais importante do que instalação de um hospital, pois o mesmo vai cuidar do doente enquanto a água saudável pode evitar a doença.

À medida que há atenção no sentido de evitar a mortalidade infantil, amplia-se a participação percentual da mortalidade de pessoas de mais de 50 anos. Baixos níveis de mortalidade se devem à atenção quanto à nutrição, saneamento básico, assistência médico-hospitalar, etc., e estamos longe de conseguir, como um todo, esse tipo de atendimento via hospitais públicos: municipal e estadual. De 1930 a 2003, a mortalidade infantil apresentou aumentos e quedas muito sensíveis e significativos. Em 1930 era de 155,14 por mil; em 1940 era de 178,31; em 1950 era de 115,85; em 1960 era de 77,37; em 1970 83,19; em 1975 era de 84,63; em 1980 era de 51,21; em 1990 era de 31,19; em 2000 era de 16,97; em 2001 era de 16,07; em 2002 era de 15,04 e em 2003 era de 14,5.

Na década de 30, a mortalidade alcançou níveis bastante elevados, culminando em 1940 com 178,31‰ (óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos). Esses dados são a constatação da crise pela qual passou o estado, neste período, e se expressou de forma clara, através do sacrifício de milhares de crianças, basicamente pobres. Os altos níveis de mortalidade ocorrem pela invasão de doenças parasitárias e infecciosas, devido à desnutrição, baixa qualidade do atendimento vinculado ao saneamento básico e fraca assistência médico-hospitalar. Em oposição, os mais baixos níveis até 1975 ocorreram em 1960-65, quando a população usufruiu da melhor qualidade de vida, devido à correspondência do salário à inflação, com pequeno saldo para o primeiro. Acrescente-se ainda que, além das mudanças sócio-econômicas, houve outras que ocorreram nas áreas de saneamento, habitação, medicina preventiva e curativa, bem como os avanços técnicos na medicina (quimioterapia de sulfa e antibióticos, imunização mais eficaz, controle dos vetores, etc.) que atenuaram as causas da mortalidade infantil ligadas às epidemias.

Em 2003 a taxa mortalidade infantil é baixa (14,85‰). Isso não quer dizer que esteja havendo melhor distribuição da renda, que não

tenha havido redução do salário mínimo real, ou que tenha ocorrido diminuição da pobreza ou, ainda, que não haja mais migração de população carente. Estudos têm mostrado conclusivamente que o modelo de desenvolvimento brasileiro mantém, e talvez induz, a altos níveis de mortalidade infantil nos segmentos da população do estado constituídos por proletários, pequenos produtores e desempregados, que sofrem por causa dos baixos níveis de renda, nutrição deficiente, carência de habitação, saneamento inadequado ou inexistente e acesso bastante restrito à assistência médica.

Finalmente, a queda, nesta década, da mortalidade infantil, com reflexos na mortalidade geral, não se deve à melhoria da renda, mas ao papel importante que se pode atribuir à expansão da rede de água (inclusive nas favelas) e de esgoto e à crescente cobertura de vacinação nos grupos de menores de um ano, além dos programas de saúde e atendimento pré-natal.

A constatação da intensificação das relações capitalistas na agricultura, o deslocamento da família operária do campo para a “cidade”, sem, no entanto desvinculá-la da atividade agrícola, torna-se parte essencial no trabalho de campo realizado na mais importante área canavieira do estado de São Paulo –Ribeirão Preto.

Em 1977, 1985/86, 1995/96 e 2003/04, foram feitas pesquisas com 43, 38, 42 e 35 famílias respectivamente, para verificar, entre outros aspectos, como era a sobrevivência dessas famílias onde, pelo menos, uma mulher, na casa, empregava sua força de trabalho na atividade ligada à agricultura canavieira.

A preocupação deste estudo, em todos os momentos, vincula-se ao aspecto qualitativo, o qual se expressa também pelo reduzido número de famílias pesquisadas em profundidade. Acrescente-se ainda o fato de que dada a característica que se tornou mais expressiva na década de 60, o da residência urbana e migração pendular em função do processo de intensificação do capital no campo, a moradia na periferia da cidade foi a opção para boa parte desta população trabalhadora.

Nestes vinte e cinco anos de pesquisas, as mudanças foram significativas: aumento do número de pessoas trabalhadoras na família, diminuição de residentes na casa, crescente procura de participação da mulher na força de trabalho, maior escolarização, queda no número de filhos, aumento na última década de desemprego/desocupação para homens e mulheres. O fato mais marcante desta última década foi a diminuição dos postos de trabalho e a masculinização nos novos engagements. Apenas os homens operam máquinas.

Toda a sociedade humana conhecida tem uma divisão sexual do trabalho, e uma conseqüente diferenciação dos papéis masculinos e femininos (Wajzman *et al.*, 1998). O trabalho da casa, o cuidado com as crianças e velhos, etc. eram historicamente de competência da mulher, e os homens dele participam à distância. Hoje, o trabalho fora do lar é

necessário a ambos, restando, portanto, um sobretrabalho substancial à mulher. Começa a existir na casa uma certa divisão de trabalho. Alguns homens colaboram na arrumação da casa, no preparo dos alimentos, nos cuidados com as crianças, na lavagem de roupa, etc.

Na pesquisa direta, a diminuição do número de pessoas por família do primeiro levantamento para o segundo foi surpreendente, muito embora os dados permaneçam os mesmos nos demais levantamentos: 7,7 em 1977; 4,3 em 1985/86; 4,3 em 1995/96; e 4,3 em 2003/04.

A mudança se deveu tanto à migração precoce dos membros da família quanto à nova estruturação que, de origem rural, hoje assume mais os padrões urbanos, acrescentando-se a isso a disseminação do uso de anticoncepcionais e o engajamento da mulher na força de trabalho.

A fecundidade, enquanto capacidade reprodutiva da população, comportamento reprodutivo de mulheres e casais, deve ser analisada do ponto de vista da classe social. Ressalte-se que a pesquisa de campo se voltou, no conjunto, para a família trabalhadora de baixa renda e com participação significativa da força de trabalho voltada para a atividade canavieira.

A pesquisa de campo deixou de investigar o número de filhos tidos e mortos ou o número de abortos. Os dados da pesquisa farão referência apenas ao número de filhos na família. Constatou-se, igualmente, que a queda foi de mais de 50% da primeira para a segunda pesquisa, enquanto que nas duas outras há concentração foi maior nas famílias com até dois filhos.

Em 1977, a média de filhos por família pesquisada foi de 5,5, enquanto em 1985/86 caiu para 2,6, em 1995/96 foi de 2,0 e em 2003/04 foi de 2,4 filhos por família. No primeiro caso, a concentração de famílias com mais de 7 filhos foi grande, enquanto em 1985/86 e 1995/96 a maior representatividade foi para 2 filhos. Na pesquisa realizada em 2003/04 a concentração foi maior na faixa de até 2 filhos e de 3 a 4 filhos por família, provavelmente, por ter havido concentração de questionários em famílias migrantes recentes. Como o trabalho está em andamento, os resultados não são definitivos. A pesquisa qualitativa demonstra a manutenção da tendência de redução do número de filhos (Tabela 2).

TABELA 2
Macroárea de Ribeirão Preto – Número de famílias, segundo o número de filhos

Ano	até 2	de 3 a 4	de 5 a 6	7 ou mais	zero	Total de Famílias
1977	4	12	11	16	0	43
1985/86	18	13	4	1	2	38
1995/96	23	14	1	1	3	48
2003/04	16	16	1	0	2	35

Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1985/86, 1995/96, 2003/04.

Não é só do salário que vive a família. Existe todo um conjunto de atividades que interferem na qualidade de vida, na manutenção e na reprodução da força de trabalho. Não há dúvida, como já frisamos, de que o salário ou outras fontes de renda pesam substancialmente, mas há outros recursos não monetários que, combinados com as rendas, contribuem para a determinação da qualidade de vida da família: serviços públicos e sociais; a produção doméstica de bens e serviços e o uso das relações sociais informais com parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de ajuda mútua.

Vinculado à produção de valores de uso, queremos ressaltar que também o trabalho cotidiano da casa envolve uma série de tarefas realizadas diariamente, como o preparo do alimento, a limpeza da casa, o cuidado com as crianças e velhos, etc., e outras, no decurso da semana ou do mês, como a lavagem da roupa e seu reparo, o cuidado com a casa e seu entorno, o pagamento das contas, etc. Mesmo o repouso diário é necessário para recuperação das forças para o trabalho reprodutivo e a nova geração de trabalhadores para a sociedade.

Tem havido tendência, cada vez maior, de mulheres assumirem a chefia da casa. Em 1977, 11,6% das famílias tinham a mulher como responsável pela unidade familiar (autoridade parental). A situação em 1985/86 se altera substancialmente com o aumento da responsabilidade da mulher na chefia da família –23,7%. Nesta última pesquisa, em andamento, o resultado deverá manter a tendência histórica, isto é, de aumento percentual de mulheres como autoridade parental. Destaque-se, entretanto, que no estado de São Paulo, em 2000 25,2% das famílias são chefiadas por mulheres (SEADE). Em 1995, era de 21,8%.

Devido às dificuldades econômicas para a sobrevivência das famílias, estas são levadas a lançar mão de um maior número relativo de “braços” que possam colaborar com a manutenção e reprodução (Tabela 3).

TABELA 3
Macroárea de Ribeirão Preto – Número de famílias, segundo o número de pessoas

Ano	Número de Pessoas				
	até 3	4 a 6	7 a 9	10 a 12	Total
1977	1	12	21	9	43
1985/86	13	20	5	---	38
1995/96	16	22	1	3	42
2003/04	8	27	---	---	35

Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1985/86, 1995/96, 2003/04.

Embora a escolaridade, segundo a legislação, seja obrigatória até os 14 anos, na prática isto não acontece, pois a educação é altamente seletiva

e cedo as crianças são chamadas a participar economicamente para garantir a sobrevivência da família. A participação dos volantes ocupados na agricultura vem caindo a cada ano em particular a das mulheres, devido, principalmente à forte mecanização da agricultura e à falta de apoio a agricultura canavieira devido à desativação do Pró-álcool na década de 80. Entretanto, em 1999 e 2000 tem tido leve aumento para o engajamento de homens na força de trabalho (Tabela 4). Ressalte-se, entretanto, que os dados não se referem apenas à agricultura da cana no estado de São Paulo, mas a todos os produtos agrícolas, nos quais a laranja ocupa um bom percentual destes volantes e engaja um volume considerável de mulheres.

TABELA 4
Estado de São Paulo
Número de trabalhadores volantes em alguns meses do ano, segundo o sexo –
1990-2000

		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mulheres	Fev.	113.565	58.577	41.059	35.452	25.279	30.252	23.688	24.329	27.237	12.358	20.375
	Abril	115.908	71.872	56.117	27.721	38.120	45.609	41.143	18.759	19.767	14.361	*
	Jun.	55.997	51.450	54.303	58.950	46.529	28.876	33.683	50.155	44.963	34.511	*
	Set.	54.055	66.585	43.232	39.917	40.419	38.384	36.315	25.063	33.585	31.289	*
	Nov.	50.648	45.965	43.390	30.086	32.302	35.518	46.314	21.936	33.813	18.499	*
Homens	Fev.	248.197	278.561	250.237	157.995	201.589	130.028	178.706	144.316	156.652	141.995	141.845
	Abril	323.381	243.656	287.385	232.215	249.660	230.364	174.492	138.657	124.985	160.136	*
	Jun.	254.557	278.187	256.797	252.197	297.112	186.944	179.682	244.131	213.745	178.151	*
	Set.	263.012	258.454	291.067	253.065	229.750	220.542	205.474	204.342	261.912	273.948	*
	Nov.	239.472	220.571	187.767	164.056	196.834	183.421	194.509	168.577	211.523	250.691	*
Total	Fev.	361.762	337.138	291.296	193.446	226.868	160.280	202.394	168.645	183.889	154.353	162.220
	Abril	439.289	315.528	343.502	259.936	287.770	275.913	215.635	157.416	144.752	174.497	*
	Jun.	310.554	308.637	311.100	311.147	343.642	215.820	213.365	294.286	258.708	212.662	*
	Set.	317.067	325.039	334.299	292.982	270.169	248.926	241.789	229.405	295.497	305.237	*
	Nov.	290.120	266.536	231.157	194.142	229.136	228.939	240.823	190.513	245.336	269.190	*

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

* Dado não disponível

Tem havido crescente escolarização do trabalhador da agricultura. Não havendo, no período noturno, cursos profissionalizantes ligados a essa atividade, o caminho para aqueles que concluem o primeiro e/ou segundo grau é a saída dessa atividade.

Como em geral as cidades pequenas não oferecem outras oportunidades para o engajamento desses na força de trabalho, acabam,

como alternativa, migrando para as cidades maiores ou vindo para a Capital, ou mesmo migrando para outros estados. Não é incomum, após a conclusão do segundo grau, “jogarem o diploma fora” e continuarem sendo volantes –homens e mulheres. Os dados da pesquisa de 2003/04 comprovaram o aumento da escolaridade. Em um total de 135 pessoas, 40 pessoas ou 29,6% tinham escolaridade entre a 1ª e a 4ª série, 66 ou 48% tinham o ensino fundamental incompleto; 7 ou 5,1 tinham o ensino fundamental completo; 8 ou 5,9% tinham o ensino médio incompleto; 3 ou 2,2% tinham o ensino médio completo e apenas 11 ou 8% era analfabeto.

A relação de trabalho, em sua maioria, deixou de ser patrão/empregado. A terceirização assume, cada vez mais, papel de destaque. Com a implantação da legislação do trabalhador rural e legislação subsequente, ficaram assegurados, a partir do registro do contrato de trabalho na carteira profissional, os seguintes direitos: férias proporcionais, 13º salário proporcional, descanso semanal remunerado, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, pagamento de 120 dias de “repouso” para a gestante, etc. Para a maioria da mão-de-obra trabalhadora no campo tudo isto está desaparecendo. A prioridade passa a ser a garantia do emprego/ocupação na década de 90. Hoje a grande luta é pelo trabalho (Cacciamali, 2001; Abreu e Sorg, 1994; Andrade, 2001).

Em 1977, 74,1% das pessoas que trabalhavam declararam possuir carteira de trabalho e, em 1985/86, quase todos possuíam, salvo 4,4% das mulheres. Hoje todos possuem.

Quando são recrutados homens e mulheres para o trabalho por produtividade, não há discriminação em relação à remuneração, pois o rendimento diário depende da capacidade e habilidade de cada um. Em média, cortam 10 toneladas de cana por dia. Algumas mulheres cortam menos, outras mais.

É muito comum homens e mulheres serem roubados na avaliação da quantidade de cana cortada por parte do fiscal, hoje denominado “líder de equipe agrícola”, que deveria, ao final do dia, dar-lhes o controle da quantidade de cana cortada. Isso nem sempre acontece. É até comum receberem o salário, no final da semana ou da quinzena, sem terem recebido a “papeleta” do *quantum* cortado.

É muito difícil levantar informações quanto ao rendimento das pessoas oriundo de trabalho: ou não informam, ou aumentam, ou diminuem e raramente dão o solicitado corretamente. É uma inibição natural do ser humano e muito maior ainda daquele que sente que suas condições são efetivamente precárias. Assim mesmo, foi feito esforço e se constatou que, apesar de não haver no discurso discriminação entre o trabalho das mulheres e dos homens, essas em geral recebem menos, quando contratadas por salário. Quando contratadas só por produtividade, o rendimento depende da capacidade individual. Fez-se estudo do

rendimento médio anual em salário mínimo (SM) vigente à época de cada pesquisa e se chegou ao seguinte resultado: em 1977, os homens na força de trabalho recebiam 1,3 SM e as mulheres 0,85 SM. Para 1985/86, a situação melhorou sensivelmente em relação a 1977, mas isso não quer dizer que a situação seja boa: 1,8 SM para os homens e 1,4 SM para as mulheres. Em 1995/96 era de 2,3 SM para os homens e de 2,1 para as mulheres. Há que se colocar que, em relação aos homens, em 2003/04, levando em conta os que trabalham com máquinas, a média de salário eleva-se para 3,0. Em 2003/04, 1,7 SM para os homens e 1,4 SM para as mulheres. Em função da dificuldade de engajamento na força de trabalho, devido principalmente à modernidade tecnológica, e à enorme oferta da mão-de-obra, a renda média, tanto para os homens quanto para as mulheres caiu consideravelmente (Tabela 5).

TABELA 5
Macroárea de Ribeirão Preto – Rendimento da força de trabalho (em %)

Ano	Sexo	Salário Mínimo em %							Total
		Zero	Até 0,5	0,6 a 1	1,1 a 1,5	1,6 a 2	mais de 2	Ignorado	
1977	Homem	1,10	5,60	32,20	20,00	11,10	12,00	17,90	100
	Mulher	0	18,70	40,00	12,00	0	0	29,30	100
1985/86	Homem	0	2,70	10,70	26,30	34,20	26,30	0	100
	Mulher	0	2,30	27,30	38,60	25,00	6,80	0	100
1995/96	Homem	0	0	11,70	5,80	23,50	58,80	0	100
	Mulher	0	0	11,10	11,10	25,90	51,80	0	100
2003/04	Homem	0	5,80	5,80	23,50	35,00	29,00	0	100
	Mulher	0	0	16,60	37,50	33,3	12,50	0	100

Fonte: Pesquisa de Campo 1977 - 1985/86 - 1995/96 - 2003/04

A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho (rural ou urbano), tende a ser integrada em atividades que guardam “certas especificidades femininas”. Em primeiro lugar, sua entrada na força de trabalho é considerada como ajuda. No momento em que muda a concepção para o trabalho, permite dar sentido à divisão de tarefas por sexo (Bruschini, 1998).

As tarefas agrícolas básicas necessárias para o cultivo da cana são as seguintes: preparação do solo, plantio, tratos culturais e colheita.

A preparação do solo, regra geral, é realizada nos meses de novembro e dezembro, embora hoje, provavelmente, ela se distribua por mais meses, dadas as melhorias no estudo das novas variedades. Essa atividade envolve a aração, calagem, gradeação e locação de curva de nível. Todo o trabalho é feito com máquinas, envolve poucas pessoas e é realizado apenas por homens. Não se tem conhecimento de mulheres operando máquinas na qualidade de assalariadas temporárias.

O plantio se estende por 3 a 4 meses no ano (janeiro a março-abril). Hoje, com o avanço tecnológico, novas variedades foram postas no mercado e é possível também que essa atividade, no futuro, passe a ocupar espaço o ano todo. É realizado ora o plantio com máquinas, ora tem parte do processo feito com trabalho humano direto. Emprega homens e mulheres.

As etapas do plantio envolvem: a) sulcação: feitura de sulcos pela máquina; b) esparramação: consiste em jogar as canas –mudas– do caminhão para junto do sulco aberto pelo trator; c) arrumação: as canas são colocadas uma a uma ao longo dos sulcos; d) picação: a cana é picada no sulco em toletes de aproximadamente 20 centímetros; e) cobertura: atividade quase totalmente mecanizada. O trator aduba e cobre o sulco. É habitual um repasse da cobertura feita pela mão-de-obra trabalhadora para suprir o que a máquina não realizou integralmente.

A outra etapa –tratos culturais– corresponde à carpa, adubação em cobertura, combate às formigas, enleiramento da palha, conservação do carreador. A carpa pode eliminar o emprego da mão-de-obra a partir da utilização tanto da mecanização como do emprego de herbicidas químicos. Na realidade, utiliza-se como estratégia de manutenção da mão-de-obra que será utilizada no período do corte. É uma atividade desenvolvida tanto por homens como por mulheres.

A terceira tarefa na atividade da cana é a de corte. Pode ser no todo ou em parte mecanizada, dependendo do terreno. No caso deste ser plano e de as canas não estarem tombadas, o corte pode ser integralmente mecanizado. Essa tarefa exige grande contingente de mão-de-obra, caso seja efetuada com trabalhadores e demora cerca de 6 a 8 meses, geralmente de maio a novembro. Conforme já ressaltado, em função da introdução de novas variedades, há uma tendência de que o mesmo se estenda por todo o ano. Hoje, ocorre o corte no início do ano, para o serviço de plantio de mudas.

Os passos para a completa realização do corte, após a queima da palha, são: a) corte na base da cana e a retirada das mesmas da touceira; b) desponte do palmito que implica o corte da parte extrema da planta correspondente à parte não fermentescível; c) limpeza da leira: consiste na retirada da cana do local onde foi cortada; d) amontoamento: implica a colocação das canas, cortadas e preparadas, sobre montes, para o carregamento mecânico realizado por guinchos.

Hoje, com a mecanização, boa parte das atividades é feita com máquinas modernas. Já há propriedades que não queimam a cana para melhor aproveitamento dos subprodutos.

Nas pesquisas realizadas em 1977, 1985/86, 1995/96 e 2003/04, não foram encontradas mulheres que exerciam a função de empreiteiras, fiscais (líderes de equipes agrícolas); eram, além de trabalhadoras com remuneração, donas de pensão.

Quando se perguntou na pesquisa quem havia convidado os visitantes a trabalhar, a resposta em 1977 recaiu com percentual maior para turmeiro, em segundo lugar para proprietário. Em 1985/86 o turmeiro/empreiteiro assumiu liderança indiscutível. Em 1995/96 houve certo equilíbrio entre os homens em relação ao convite formulado pelo proprietário, turmeiro, amigo e outro enquanto que para as mulheres predominou o convite formulado por outro (soube de possibilidade de engajamento). Em 2003/04, a liderança, no convite para o trabalho, para os homens, foi mais a do amigo, e para as mulheres a ida para o trabalho se deveu ao convite formulado pelo “líder de equipe agrícola” e pelo amigo (Tabela 6).

TABELA 6
Macroárea de Ribeirão Preto – De quem partiu o convite para trabalhar (em %)

Ano	Sexo	Proprietário	Turmeiro	Amigo	Vizinho	Outro	Total
1977	Homens	32,10	43,40	13,20	1,90	9,40	100
	Mulheres	29,10	36,40	14,50	1,80	18,20	100
1985/86	Homens	2,60	73,70	15,80	2,60	5,30	100
	Mulheres	2,20	77,80	13,30	2,20	4,50	100
1995/96	Homens	16,60	16,60	14,50	2,0	22,0	100
	Mulheres	3,0	11,10	14,80	9,20	59,20	100
2003/04	Homens	7,6	7,6	53,8	0,0	30,7	100
	Mulheres	3,7	29,6	22,22	7,4	37,0	100

Fonte: Pesquisa de Campo: 1977 - 1985/86 - 1995/96 - 2003/04

A jornada de trabalho é mais longa do que a daquelas pessoas que trabalham no urbano, pois as mulheres e os homens ficam na dependência do transporte para conduzi-los(as) até o local de trabalho. O tempo despendido nesse percurso, conforme as pesquisas demonstraram, varia de 30 minutos a 1h30min.

Hoje o transporte é feito por ônibus. Há também verdadeira distribuição sexual dos lugares, como acontecia nos caminhões: as mulheres sentam-se nos bancos da frente e nos outros, os homens. As pessoas trabalhadoras se sentem mais valorizadas no “conforto” propiciado pelos ônibus, embora os veículos sejam sempre de péssima qualidade.

Percebe-se claramente nos discursos dos entrevistados a melhoria no transporte, mas continua a separação homem/mulher. Antes, as mulheres falavam que levavam a comida no embornal, agora usam exclusivamente o termo “mochila” (Rossini, 1999).

No caso específico da dupla jornada de trabalho, verifica-se que a mulher, após um longo dia de trabalho na cana, continua sem descanso, tendo de “enfrentar a casa”, isto é, as chamadas “atividades não-produ-

tivas”: produção de valores de uso e prestação de serviços na unidade doméstica (Posthuma e Lombardi, 1997; Elias e Sampaio, 2002).

Com a entrada da mulher na força de trabalho, agora migrando de casa para o trabalho fora do lar, a atividade doméstica passou a ser considerada secundária, realizada nas horas extremas (muito cedo ou à noite) ou no final do sábado e no domingo, pois é indispensável para a reprodução da família.

O tempo de repouso para mulher passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto para o homem permanece quase o mesmo; após uma longa jornada de trabalho o homem chega em casa e aguarda o jantar. Poucos têm colaborado no trabalho doméstico. Nos fins de semana, em geral, o homem vai se encontrar com os amigos, bater uma bola, bater um papo e ficar no bar conversando e bebendo. Enquanto isso, a mulher trabalha: lava roupa, cozinha, costura, remenda, prega botão, cuida das crianças.

Em boa parte, esse trabalho é desempenhado por ela; raramente tem a colaboração da sogra, da mãe, da irmã, das cunhadas, dos companheiros, dos irmãos, etc. Quando as filhas começam a crescer já recebem alguns encargos. Inicialmente, cuidar dos irmãos menores, arrumar a cozinha. Dividem aos poucos os “encargos” da mãe até irem para a roça ou outro trabalho na cidade ou migrarem. Essa saída é feita para o trabalho em outra cidade ou através do casamento.

Os meninos acompanham o pai, fazem pequenos serviços de compras para casa e aguardam que a mãe ou irmã lhes tragam a comida, lhes dêem a roupa para trocar, etc. Cedo vão para o trabalho.

A queda recente na qualidade da alimentação é grande, embora maior número de pessoas estejam sendo obrigadas a tentar a entrada, mais jovem, na força de trabalho. A carne de frango é consumida com bastante frequência, pois o quilo dela equivale ao preço do quilo de batata, de arroz ou mesmo de um pé de alface.

Algumas usinas ou empresas de trabalhadores rurais estão fornecendo reforço alimentar: pela manhã, leite de soja e pão e ao meio-dia, sopa, suco, etc. Muitas empresas “oferecem” *marmitex*. Há também o reforço com isotônico para evitar câibras.

A refeição é pobre: “Eu almoço às 9 horas e tomo café à 1 hora. Levo arroz, feijão, Ki-suco e água”; “Levo arroz, feijão, farinha, ovo e um garrafão ou corote com água”; “O almoço é às 9 horas: arroz, feijão e verdura. O café é à 1 hora: chá e pão”; “Almoço arroz, macarrão e Ki-suco”.

Anteriormente levavam café para beberem durante o trabalho. Com o aumento relativo do produto e o rebaixamento salarial, mais evidente a cada dia, substituíram o café por chá ou “ki-suco”.

Ao chegarem ao trabalho do campo, hoje, boa parte das empresas ou fornecedores estão oferecendo pão e um copo de leite de soja ou “ki-suco”. Durante o dia isotônico. Nada mais é do que a forma barata de alimentar os trabalhadores para que estes aumentem a produtividade e

não tenham câibras. Já há casos tanto de fornecimento de alimentação a custo quase zero para o trabalhador, como de vale-refeição.

A decisão de fornecer alimentação se deve ao baixo índice de produtividade dos/das trabalhadores/as, devido ao estado de subnutrição que apresentavam. “A comida é servida numa embalagem de alumínio descartável contendo arroz, feijão, carne e uma outra mistura que pode ser farofa, salada ou verdura. Acompanha ainda um pãozinho, além de leite”.

Ribeirão Preto é o centro escolhido para compras gerais ou de algum produto específico e a alegação é que fica “mais em conta”.

Em relação aos “bens possuídos” pelas famílias, o aumento das que passaram a possuir geladeira, fogão a gás, bicicleta foi grande. Caiu o número de famílias com máquina de costura e rádio a pilha. No primeiro caso, a disseminação do hábito de comprar roupa pronta deve ter contribuído bastante, e no segundo, a presença de “aparelhos de som” e televisão deve ter contribuído para a diminuição dos outros itens. Quase todas as famílias possuem televisão. Infelizmente não foi perguntado nada sobre estes novos equipamentos, mas nas entrevistas ficou clara esta nova dinâmica. A televisão aparece em 2003/04 em 85% das residências. Em 1977, apenas 20,9% possuíam geladeira e 87,5% em 2003/04. Em 2003/04, 40% dos pesquisados já possuem bicicleta e provavelmente, na próxima pesquisa, a presença de computador poderá ser uma realidade (Tabela 7).

TABELA 7
Macroárea de Ribeirão Preto – Bens possuídos pelas famílias (em %)

Bens Possuídos	Participação Famílias			
	1977	1986	1995	2003/04
Automóvel	9,30	2,60	16	10
Outro veículo	(item não observado)	(item não observado)	(item não observado)	0
Bicicleta	41,90	23,70	58	40
Televisão	58,10	68,40	80	85
Rádio elétrico	46,50	26,30	82	75
Rádio de pilha	58,10	17,40	28	17,5
Fogão a gás	72,10	100	94	100
Fogão a lenha	62,80	13,20	8	(item não observado)
Máq. de costura simples	65,10	34,20	32	10
Máq. de costura elétrica	2,30	13,20	4	0
Geladeira	20,90	50	76	87,5
Liquidificador	11	42,10	60	40
Videocassete	(item não observado)	(item não observado)	(item não observado)	15
Computador	(item não observado)	(item não observado)	(item não observado)	0

Fonte: Pesquisa de Campo 1977 - 1985/86 - 1995/96 - 2003/04.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança que se tem operado em relação ao trabalho tem sido enorme. Homens e mulheres lutam pela sobrevivência procurando manter o trabalho durante todo o ano, atividade que se torna rara a cada dia devido à mecanização intensa na agricultura. Há permanente perda de ocupação tanto para os homens como para as mulheres. Assiste-se, a cada dia, à possibilidade de engajamento na força de trabalho para as pessoas mais especializadas em máquinas sofisticadas - colhedadeiras, tratores, caminhões e treminhões. Assim sendo, intensificam-se as masculinidades na agricultura moderna: apenas homens operam máquinas. O trabalho no campo capitalista é masculino.

De acordo com as entrevistas realizadas percebe-se que as perspectivas para o futuro não são otimistas para os adultos, apenas os jovens pensam em uma profissionalização que os integre no mercado de trabalho e o caminho parece ser através da educação formal.

Há, por parte de todos, rejeição ao trabalho braçal na lavoura. A outra possibilidade é o trabalho, para os homens, principalmente no setor informal de atividades exercendo funções como de pedreiro, carpinteiro ou pintor. As mulheres querem trabalhar no magistério, no setor urbano como empregadas em lojas, etc. Não querem ser empregadas domésticas porque consideram a atividade mal remunerada e uma “prisão”, entretanto, parece ser esta atividade uma das poucas, que no momento, estão engajando as pessoas. A dupla jornada de trabalho persiste nos discursos. A migração de atividade e de local de residência para melhoria da qualidade de vida são a tônica constante para homens e mulheres. Há enorme contingente dos sem-sem: excluídos e desorganizados que além de não terem terra, não têm emprego fixo, não têm casa decente para morar, não têm saúde, não têm educação (Silva, 2002). Muitos pensam em partir para os acampamentos e, no futuro, terem o lote de terra familiar. A luta continua.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, J. e Sorj, B. 1994 “Informalidade e precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990” em *IV Conferência Internacional da Mulher* (Rio de Janeiro: IPEA).
- Andrade, M. C. de 2001 *História das usinas de açúcar de Pernambuco* (Recife: Ed. Universitária – UFPE).
- Berquó *et al.* 1985 *São Paulo e sua fecundidade* (São Paulo: SEADE).
- Bruschini, C. 1998 *Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* (Campinas: UNICAMP).
- Cacciamali, M. C. 2001 “Informalidade, flexibilidade e desemprego, necessidade de regras e políticas públicas para o mercado de

- trabalho e o exercício da cidadania” em *Revista do Departamento de Geografia*, Vol. 10.
- Cacciamali, M. C. 2000 “Reform and Labor Adjustment in Argentine and Brazil” em *Carta Internacional* (São Paulo) Vol. 8, Nº 93.
- Silva, Graziano da J. 2002 “Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas” em *Revista Reforma Agrária*, Vol. 31, Nº 1.
- Elias, D. e Sampaio, J. L. F. (orgs.) 2002 *Modernização excludente* (Fortaleza: Edições Demócrito Rocha).
- IBGE – Censos Demográficos 1940, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- IEA - Instituto de Economia Agrícola – Secretaria Agrícola do Estado de São Paulo.
- Martins, J. S. 2002 *A sociedade do abismo, novos estudos sobre exclusão, pobreza e classe sociais* (Petrópolis: Ed. Vozes).
- Perillo, S. R. 1985 “Balanço migratório do estado de São Paulo no período 1970/80” em *Informe Demográfico* (São Paulo) Nº 16.
- Posthuma, A. C. e Lombardi, M. E. 1997. “Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina” em *São Paulo em perspectiva* (São Paulo) Vol. 11, Nº 1.
- Rorty, R. 1999 “O futuro da utopia.” *Folha de São Paulo*, 4 de abril.
- Rossini, R. E. 2004 “A luta das mulheres brasileiras por igualdade, equidade de gênero e cidadania” em *Desafios da comparação. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil* (Oeiras: Celta).
- Rossini, R. E. 2004 *Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. Populações: (Con) vivência e (in) tolerância* (São Paulo: Humanitas).
- Rossini, R. E. 1999 “Internacionalização e modernização: os anos 60 a 80” em Brioschi, L. R. e Bacellar, C. A. P. *Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista* (São Paulo: Humanitas).
- Santos, M. 1996 *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- SEADE –Sistema Estadual de Análise de Dados– *Dados populacionais estado de São Paulo*.
- SEADE –Sistema Estadual de Análise de Dados– *Movimento do registro Civil 1940 a 1980*.
- Souza, M. A. A. de. 1998. *A geografia do futuro e o futuro da geografia* (São Paulo: CEGE).
- Souza, M. A. A. de. 1997. “O significado do trabalho no mundo novo” em *XVII Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal das Instituições Federais de Ensino* (Curitiba).

- Wajnman, S. e Perpétuo, I. H. 1997. "A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro" em *Revista Nova Economia* (Belo Horizonte) Vol. 7, Nº 1.
- Wajnman, S.; Queiroz, B. L e Liberato, U. C, 1998. "O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil" em *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. População: Globalização e Exclusão* (Caxambu).
- Wong, L. R. 1985 "Tendências recentes da fecundidade no estado de São Paulo" *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Vol. 1, Nº 1.

GEORGINA CALDERÓN ARAGÓN*

LA INSERCIÓN DEL CAPITAL EN LOS ESPACIOS RURALES E INDÍGENAS EN MÉXICO

INTRODUCCIÓN

El espacio rural en México ha experimentado profundas modificaciones a lo largo del tiempo a través de la incorporación de diversas formas de acumulación capitalista, las cuales, impulsadas desde el Estado han influenciado a la economía agraria de subsistencia y a la instrumentación de la agricultura moderna que logró un nexo agricultura-industria que apoyó preferentemente a esta última. Las formas de acumulación de capital han motivado períodos de inestabilidad como resultado de las recurrentes crisis económicas.

Estos procesos han llevado a una gran diferenciación espacial rural, la cual ha sido intensificada a partir de los cambios del Artículo constitucional 27 y de la entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio para América del Norte (TLCAN), considerado por muchos estudiosos como una contrarrevolución en virtud de las transformaciones ocasionadas y del cambio del sustento ideológico hacia una economía de mercado que ha eliminado los subsidios y los ha lanzado a competir en condiciones absolutamente desfavorables.

* Profesora de la Universidad Nacional Autónoma de México, México.

Dentro de esta nueva estrategia de acumulación, los pueblos indios del país (campesinos también), han padecido la peor embestida de la historia, dado que los medios materiales para su reproducción están en el foco de las transnacionales, vía el resguardo de la biodiversidad y de la riqueza ecológica, que ha llevado a la presentación de tácticas para la inserción del capital en sus territorios.

En este artículo serán analizados estos y otros procesos que permitan presentar un panorama general de los problemas actuales tanto de los espacios rurales como de los pueblos indígenas en el país.

ANTECEDENTE

Si bien la lucha armada de la revolución mexicana en 1910, se llevó a cabo con la demanda de la restitución a los pueblos de los terrenos comunales, de los que habían sido despojados con la creación de las haciendas y además, con la petición de dotación de nuevas tierras en plena propiedad para quienes carecieran de ellas, no fue hasta el gobierno cardenista (1934-1940) que de manera activa se propuso terminar con el latifundio, a partir de la creación de los ejidos colectivos. Esta nueva forma de propiedad quedó impresa en el artículo 27 de la Constitución de 1917, pero no fue definida con precisión, ya que “en sus inicios, fue ideado como una forma transitoria de posesión de la tierra. Los gobiernos de Venustiano Carranza, Álvaro Obregón y Plutarco Elías Calles concibieron y consideraron al ejido como una modalidad temporal de usufructo” (Morett, 1992), por lo que a partir de lo asentado en la ley se le puede dar tres significaciones: como conjunto de tierras, bosques, aguas, etcétera, dotados a un núcleo de población; como núcleo de población y empresa social; y como unidad productiva.

A partir de esta indefinición y de acuerdo con Morett (1992) podría afirmarse que la reforma agraria –distribución y redistribución de tierras– ha sido utilizada por los gobiernos revolucionarios como uno de sus principales mecanismos de control social en el campo mexicano. Más aún, la reforma agraria contraviene su objetivo de justicia social pues considera exclusivamente la distribución de la tierra y no impulsa el aspecto productivo.

Si bien Lázaro Cárdenas repartió en ejidos colectivos más de 20 millones de hectáreas a 810.000 campesinos, éstas no siempre fueron las mejores tierras y muchas de ellas permanecieron en manos privadas a través del artilugio legal de convertirlas en pequeñas propiedades rurales al ser distribuidas entre los familiares. Con Cárdenas también comenzó el proceso de industrialización, el cual tuvo como base tanto la reforma agraria como la inversión en irrigación e infraestructura agraria, pero los precios de los productos agrícolas con el tiempo no tuvieron el incremento proporcional al de los insumos y los productos

industriales que consumía el campo, lo que ocasionó un excedente de población que no pudo ser retenida en el campo y que tampoco captó la industria, lo que propició el surgimiento de un amplio sector informal urbano en un período de alto crecimiento demográfico (Berra, 2002).

La reforma agraria, la intervención del estado, del capital y de los propios campesinos produjeron un espacio rural que en principio trataba de llevar tierra y justicia al campo, pero que con el tiempo y debido al aumento de población, la falta de oportunidades de empleo en los medios rural y urbano, la carencia de capitalización del campo y el insuficiente desarrollo industrial, se manifestó en una fuerte pulverización de la tierra con muy baja productividad. De cualquier forma, el discurso de la modernización permeó a todos los gobiernos posrevolucionarios y durante todo el siglo XX se llevó a cabo la introducción de paquetes tecnológicos que propiciaron una mayor diferenciación espacial en el campo. Ya que, mientras ciertas zonas se vieron favorecidas por las características económicas y culturales de los que se apropiaron de esos paquetes, otras tuvieron que adoptar si no todo, fragmentos del paquete tecnológico, lo cual no repercutió favorablemente en sus vidas, debido a la dependencia que adquirieron hacia ellos, lo que los llevó a invertir mayor presupuesto en insumos sin grandes beneficios.

Por lo tanto, “la modernidad” impuesta, originó una pérdida cultural agrícola paulatina, principalmente en el centro y sur del país que son las zonas donde se encuentra la mayoría de los pueblos indígenas, de la forma de apropiación ancestral de la tierra que se manifestaba en el uso combinado de semillas criollas (muchas de las cuales eran originarias del país, como el maíz, el frijol, la calabaza, el aguacate, el tomate), plantadas con coa o yunta, algunas veces con aplicación de estiércol, por el uso de semillas, en ese entonces llamadas mejoradas, sembradas con tractor y la aplicación de fertilizantes.

LA NUEVA MODERNIZACIÓN

La nueva reorganización del capital mundial en la década de los setenta originó que los organismos internacionales “sugirieran” al país un cambio en la política económica que consistió en la apertura hacia el mercado externo y el distanciamiento del estado de la participación directa en los procesos económicos, lo cual repercutió en la discusión en torno al reparto de tierras y al ejido. Los argumentos esgrimidos abarcaron todo el espectro político, desde que se mantuviera como estaba, pasando por su flexibilización, hasta terminar con el reparto agrario y con la pérdida de la figura jurídica del ejido.

El gran impulsor a los cambios del 27 constitucional fue Carlos Salinas de Gortari. Él lo inducía a partir del siguiente discurso:

Hoy la posición reaccionaria está en pretender repetir y congelar las formas y las maneras del pasado en el campo. Quienes así lo proponen equivocan la realidad y protegen intereses que buscan beneficiarse del control y manipulación campesina, se aprovechan de sus limitaciones actuales y protegen cotos caciquiles [...] Lo único reaccionario es proponer que nada cambie en el campo, que todo es intocable. Los mitos llevan hoy pobreza al medio rural. El inmovilismo es sinónimo de conservadurismo y ante la miseria del campesino es inaceptable. Atar al campo a fórmulas agotadas impide alcanzar los grandes objetivos de nuestras luchas agrarias. Convoco a todos a sumarse al propósito de justicia y libertad como lo han hecho antes las grandes visiones agraristas de México.

Se refería, por supuesto, al grito de Tierra y Libertad formulado por Emiliano Zapata durante la revolución. Pero, nada más lejano a este reclamo ancestral, el 6 de enero de 1992 se publicó en el *Diario Oficial de la Federación* el decreto que modificaba el histórico Artículo 27 Constitucional, dos años antes de la entrada oficial del Tratado de Libre Comercio de América del Norte, el 1 de enero de 1994. Con la reforma del artículo 27 y la expedición de la nueva Ley Agraria, se declaró formalmente concluido el reparto de tierras en el país. Si bien no desapareció el ejido como tal, se le asignaron otras características, ya que a partir de entonces se les otorgó a los campesinos un título individual sobre la tierra, con la finalidad de que pudieran llegar los capitales para la inversión en el campo y quitar las trabas existentes para la compra de terrenos, que si bien teóricamente no podían ser vendidos sin la autorización del “ejido”, ya desde antes del cambio de la ley, existía una venta ilegal, sobre todo de los ejidos cercanos a las áreas urbanas.

El golpe al agro y a los campesinos, como dice Armando Bartra (2003a), fue con todas las agravantes: con premeditación, alevosía y ventaja. Inició con la negociación del Tratado del Libre Comercio, en donde México, adelantándose a la firma del mismo, ya había eliminado los precios de garantía, además de suprimir los permisos de importación para la mayoría de los productos agropecuarios; sólo faltaba la apertura indiscriminada a las importaciones de maíz, el cual por ser el principal producto agrícola de alimentación del pueblo mexicano, era una de las pocas cosechas que aún se protegían con aranceles y precios de garantía.

Con el Tratado, el mercado agropecuario nacional se subordinó al estadounidense, ya que se obligó a nuestro país a dismantlar las políticas de fomento agrícola, aun cuando Estados Unidos no lo hizo y, por el contrario elevó sus apoyos al sector. Además, se llevó a cabo una abrupta apertura de las fronteras a la importación de alimentos, se descapitalizó el campo, se elevó la dependencia alimentaria del exterior,

mecanismo básico de la subordinación al aceptar la firma del Tratado en condiciones totalmente desventajosas para México. Esto aunado a las profundas asimetrías que existen entre los dos países, que si bien las autoridades mexicanas las han presentado como mito, éstas se han acentuado desde la aprobación del tratado, ya que, Estados Unidos posee tecnología de punta, protege el sector agrícola de la competencia externa, cuenta con mano de obra barata e ilegal que le disminuye los costos, es productor hegemónico de estratégicos, cuenta con los subsidios más elevados, impone el patrón alimentario al resto del mundo y manipula los precios de los productos.

A principios de los noventa, nos dice Armando Bartra (2003a), todos los estudios anunciaban una catástrofe rural por el Tratado, en ellos se anticipaba que no dejar fuera cuando menos al maíz y al frijol –como sí lo hizo Canadá con lácteos y aves– fue intencional, y junto con los cambios al 27, la reducción del gasto público y la cancelación de políticas de fomento, buscaba encoger al campo en términos de producción, empleo y demografía. También pretendía acabar con la comunidad agraria y la cultura campesina e indígena, como parte de un cambio de identidad que nos haría modernos por la vía de integrarnos con el norte. Pero el acelerado crecimiento de la industria y los servicios que darían empleo a los desplazados del campo no ocurrió, de modo que el deterioro económico se transformó en deterioro social y la crisis social devino crisis nacional.

Ya en un boletín del 10 de agosto de 1992, el Fondo Monetario Internacional anunciaba que el libre comercio con Estados Unidos significaría para México el retiro del cultivo del maíz de más de 10 millones de hectáreas y un éxodo rural de alrededor de 15 millones de mexicanos, saldo socialmente catastrófico, que tanto nuestros tecnócratas como el organismo multilateral consideraban plausible y económicamente necesario (Bartra, 2003b).

Entre 1994 y 2000 la producción nacional del maíz disminuyó 3,7%, las importaciones aumentaron 135,7%, el precio de garantía para los campesinos mexicanos disminuyó 43,4% y el consumidor final, el que compró tortillas, vio elevar su precio en 571%. Otros productos de importancia para la alimentación son el frijol, cuya producción entre 1994 y 2002 cayó 5,8%, sus importaciones se elevaron 28,6%, el precio de garantía disminuyó 43,4% y el costo al consumidor se incrementó 373%. El caso del arroz es similar, en este lapso la producción interna descendió 35,4%, su precio de garantía también disminuyó 43,3%, las importaciones aumentaron 141% y el costo al consumidor final se disparó 264,5%.

Lo que representa que entre 1994 y 2000, México aumentó las importaciones provenientes de Estados Unidos de forma importante: soya 75,7%; sorgo 47,9%; carne de bovino 237,9%; trigo 87,6%; sopas

y caldos preparados 374,2%; manzanas frescas 21,1%; arroz 242,9%; semillas de girasol 73% y maíz 112%.

Para el 2003, año de revisión del capítulo agropecuario del TLCAN, las exigencias de las agrupaciones campesinas –El campo no aguanta más, el Congreso Agrario Permanente (CAP), la Confederación Nacional Campesina (CNC) y El Barzón– versaban sobre la revisión del proceso de desgravación del maíz blanco y el frijol establecido en el TLCAN para sustituirlo por un mecanismo permanente de administración de importaciones. Esto, en función de que el maíz y el frijol, si bien teóricamente entrarían al mercado libre de aranceles para el 2008, las importaciones han rebasado cada año las cuotas establecidas por el Tratado lo que ha vulnerado la rentabilidad y la economía de los campesinos. El gobierno, ante la comisión interna del país, aceptó excluir ambos productos del Tratado; pero al hacer la petición oficial siempre presentó redacciones poco claras o rebuscadas que impidieron ver claramente la iniciativa, lo que al final evitó la modificación de la política agropecuaria.

Esta forma de actuar es representativa del estilo de dirigir de las personas que gobiernan en la actualidad el país. Los gobiernos pos-revolucionarios manejaron un discurso de apoyo al campo, también manipulado permanentemente por el número de votos que proveía en las contiendas electorales. Este discurso cambió radicalmente desde la llegada de los gobiernos neoconservadores, pero se acentuó con la entrada al poder de Vicente Fox, en donde los campesinos se convirtieron en posibles empresarios. El secretario de Agricultura Javier Usabiaga lo pone en términos:

Un campesino por definición es un empresario, aunque esto pudiera tener una connotación peyorativa o ideologizada. Un empresario emprende un proyecto y para lograrlo utiliza recursos. El campesino más modesto, el que no sabe leer y escribir, tiene un proyecto que es sembrar maíz; tiene recursos: tierra, semilla y algunos instrumentos de labranza; tiene un mercado, a cambio del cual recibe un dinero y tiene un método de trabajo [...] O sea, es un empresario. Ojalá estos términos perdieran la connotación de disputa social que se dio en otra época y que en el siglo XXI ya no tiene razón de ser.

Así las cosas, los campesinos ven a los miembros de la comisión como “lo peor del gobierno”, en donde Pablo Reyes, de la Secretaría de Hacienda, ha tenido actitudes de burla hacia los campesinos; Antonio Ruiz, de Agricultura, “no se lleva con nadie”, el representante de Gobernación, Gonzalo Altamirano Dimas “conoce el campo lo mismo que yo de naves espaciales” y Javier Usabiaga, secretario de Agricultura “es una roca”. Trabajar para las organizaciones campesinas con funcionarios a los que les adjudican esa sensibilidad política, les impide poder llegar a acuerdos.

El verdadero problema es que el gobierno ha colocado el origen del problema en el terreno económico, el discurso oficial gira alrededor de que los productores rurales son atrasados tecnológicamente, tienen bajos rendimientos, no agregan valor al producto y por lo tanto, no pueden enfrentar competitivamente la producción de Estados Unidos. Su pobreza es el resultado de que no han sabido adaptarse a las nuevas reglas del mercado. Pero esta situación de pobreza y baja rentabilidad resulta de una lógica política, y no económica y debe ser enfrentada en ese terreno. La lógica política llevaría a elevar la producción de alimentos al rango de prioridad nacional, toda vez que es depositaria de la seguridad del país. Pero, esta posición requeriría del gobierno una postura de fuerza, en donde tiene que elegir entre enfrentar al imperio o al descontento social que parece estar llegando al límite de la paciencia. Esto, en virtud de que las cifras nos indican que ocho de cada 10 personas que viven en el campo son pobres, 52% de la población rural carece de alimentos y 50% de capacidad para subsistir.

Lo que se ha dejado de lado, en México, es el papel del campo en el desarrollo nacional. Ha habido una devastación del campo provocada por las políticas de ajuste estructural y de libre comercio, las cuales han suscitado malestar, enojo, desesperación e inconformidad en virtud de que la mayoría de los cultivos y de los productos pecuarios y forestales han dejado de ser rentables porque, de acuerdo a Gómez (2003) la actividad agropecuaria y forestal se descapitaliza continuamente, porque se reduce la producción, aumenta la dependencia alimentaria, se destruye la planta productiva, se desarticulan las cadenas de producción. Porque crece la expulsión de la población, los empleos se reducen, los recursos naturales se degradan, las divisas necesarias para el desarrollo se utilizan en pagar importaciones, los ingresos de las familias campesinas caen y la pobreza y la marginación aumentan en las zonas rurales.

Los problemas que plantea Alberto Gómez se han convertido en los más significativos para el campo y son piedra angular en el proceso de modificación del campo en México. El mercado mexicano está afectado por el desborde de exportaciones estadounidenses de productos agrícolas subsidiados de *dumping*, lo cual ha castigado la producción interna y ha deprimido fuertemente los precios. Sobre todo porque los propios estadounidenses aceptan que los granos de su país se vendan en México a precios por debajo del costo de producción, algunas veces hasta del 40%. Mientras que los productos mexicanos no pueden competir con estas prácticas y quedan fuera del mercado y en peligro de extinción, como es el caso del maíz, el arroz y el frijol.

Esto ha provocado una crisis en la producción de granos en México, lo cual es absolutamente contradictorio con lo que pasa en Estados Unidos, con un gobierno agresivo contra el *dumping* y que aplica aranceles para proteger su mercado contra estas prácticas; sin

embargo, las aplica sin reservas en otros países. Además, México no cuenta con blindaje para esta práctica y año a año, desde la firma del Tratado, como se mencionó anteriormente, se han incrementado las importaciones de granos básicos desde Estados Unidos, particularmente de maíz barato, más allá de las cuotas establecidas, comprimiendo los precios a la baja y desplazando del mercado a gran cantidad de productores nacionales. Los pocos subsidios que existen en el país benefician a los grandes productores más que a los pequeños, tanto por la forma de otorgarlos por hectárea, como por el hecho de dárselos a los grandes comercializadores. Por lo tanto, la propuesta de Julio Boltvinik refiere:

Es necesario subsidiar a los productores agropecuarios o protegerlos de la competencia externa... será necesario que los productores familiares reciban la totalidad de los subsidios para compensar el costo de la estacionalidad. Los productores capitalistas, en cambio, sólo requerirían subsidios (que serían comunes a todos los productores) para enfrentar la asimetría de la competencia internacional. Subsidios y protección comercial deben ser complementarios. Mientras menos protección haya, se requieren más subsidios (Boltvinik, 2003).

También ha influido la desregulación de los precios internos y la fijación con referencia a los precios internacionales, los cuales al presentar volatilidad y desplome, sobre todo en los últimos años ha llevado a la agudización de los problemas del agro mexicano. Las redes institucionales de comercialización y apoyo a la producción de granos básicos como Conasupo, Banrural, Fertimex, Conafrut, Inmecafé, Pronace, entre otros, se han desmantelado, lo que dejó a la mayoría de los productores en manos de los grandes intermediarios y de las corporaciones agroalimentarias que han encarecido los insumos y llevado a la descapitalización de los campesinos.

Adicionalmente ha influido la política cambiaria de sobrevaluación del peso que ha funcionado como un subsidio adicional a los productos importados. A partir de la crisis de 1995, se presentó una debacle generalizada de deudores rurales que multiplicó exponencialmente las carteras vencidas y cerró el crédito al campo; se redujo rápidamente las inversiones en infraestructura, obras y mecanización; así se produjo un aumento de precios de los insumos para la producción.

Todo esto ha ocasionado que en la década pasada, de acuerdo a los datos aportados por el Consejo Nacional Agropecuario, hayan desaparecido 3 millones 700 mil productores comerciales con rentabilidad; quebraron 4 mil 500 de los 15 mil ranchos porcícolas, cerraron 300 de las mil granjas avícolas, el hato ganadero se redujo 30%, las importaciones de carne aumentaron 113% para llegar a 307 mil toneladas, lo que representa 40% del consumo nacional. La rentabilidad de los granos y

oleaginosas se fue al suelo y el país se convirtió en uno de los principales importadores de alimentos.

Se puede decir que el embate de las políticas neoliberales en el espacio agrícola ha dado lugar a la creación de latifundios propiedad de empresas extranjeras y de fuertes empresarios nacionales que han aprovechado las mejores tierras y a su vez proletarizado a los antiguos dueños de las parcelas. Estos empresarios que concentran el capital y las mejores tierras del país para producir productos de exportación, han sido los grandes beneficiados del TLCAN junto con las agroindustrias transnacionales –entre las que se encuentran Grupo Sigma de Alimentos, Bachoco, Sabritas, Panamco México, Pepsi-Gemex, Bristol-Myers Squibb de México, Pfizer, Becton Dickinson de México, Cargill, Continental Multa Texo, Mayer y Pilgrims Pride, Wall Mart y Monsanto–, sobre todo de granos y semillas. Estas políticas han ocasionado un proceso de movilización cada vez más profundo desde las áreas agrícolas.

MIGRACIÓN

El empobrecimiento del campo y la falta de oportunidades y de acceso a los recursos han acentuado la migración sin precedente, aunado a que a partir de la entrada del Tratado la estrategia de desarrollo rural del gobierno se ha basado en el supuesto de que la gran proporción de los pobres en el campo se desplazara a las grandes ciudades, hacia Estados Unidos o hacia otras zonas agrícolas. Desde que se puso en marcha el Tratado, un millón 780 mil personas han abandonado el campo y de ellos, casi 600 mil eran productores de granos básicos. Las tierras están regresando a los terratenientes o latifundistas, por la vía de la renta, ya que más del 60% de los ejidos o están rentados o se están vendiendo por la poca rentabilidad. La política gubernamental de abandonar el campo, también ha provocado que cerca del 70% de la superficie cultivable del país (22 millones de hectáreas) se encuentre en alto grado de erosión, lo que ha ocasionado que en estados como Zacatecas, San Luis Potosí, Nayarit, Durango y Guanajuato se encuentren pequeñas comunidades de menos de dos mil habitantes en situaciones alarmantes, donde prácticamente el 80% de la población se está yendo.

La migración hacia otras áreas agrícolas se ha realizado principalmente hacia el noroeste de la República mexicana, ésta ha sido una zona que de forma permanente requiere mano de obra campesina para la recolección de diversos productos hortícolas. Se ha caracterizado por una migración de familias completas que recorren la zona estacionalmente de acuerdo a los diversos cultivos, en donde las familias viven en las peores condiciones toda vez que los jornaleros solamente ganan en promedio 40 pesos diarios y los niños 20 pesos. Las familias viven en galерones insalubres en calidad de esclavos, tienen tienda de raya,

es decir, se reproduce un sistema de control económico anterior a la Revolución. Los efectos más notorios de esta creciente pobreza se observan en el aumento de la desnutrición, el incremento del analfabetismo y en general, el deterioro de todas las condiciones de vida.

La encuesta Hogares de jornaleros migrantes en las regiones hortícolas, aplicada a personas de los estados de Guerrero, Oaxaca, Veracruz y Sinaloa en el año 2003 reveló que 24% de los campesinos que migran a las zonas hortícolas ya no tienen casa en su pueblo natal; de éstos, 21% vive en campamentos y *cuarterías* y 3% no posee residencia en ningún lugar. El 50% no tiene tierra.

Por otra parte, ha habido una migración importante hacia la ciudad, con el afán de buscar empleo seguro que les garantice un ingreso permanente. Pero el proyecto neoliberal lo que ha creado a lo largo de su implementación es un mayor número de desempleados, que en México han engrosado los trabajos informales. El modelo de reducir la población rural copiado de los países del norte, no funciona para el país. México tiene 25 millones de habitantes en los espacios rurales; además, en los países del norte la población desplazada tiene alternativas, como sectores industriales muy desarrollados, que en México no existen. Por lo tanto, los campesinos migrantes acaban en la marginalidad urbana o encuentran empleo en las maquiladoras, las cuales reproducen el régimen fabril de la Inglaterra decimonónica.

Si bien la migración hacia Estados Unidos ha sido permanente a la largo de la historia, cuando se llevó a cabo la revisión del capítulo agropecuario en 2003 surgió en Washington una gran preocupación porque la crisis del agro mexicano podría originar un éxodo mayor de campesinos hacia Estados Unidos. Preocupación que se ha concretado en nuevas bardas a lo largo de la frontera y en grupos cada vez más numerosos de cazamigrantes.

La masificación migratoria, resultado de la pobreza de amplias capas de la población, se ha convertido en una solución financiera al problema que representa el pago del servicio de la deuda externa para la economía mexicana. El Consejo Nacional de Población (Conapo) calcula que más de 400 mil familias integran casi la mitad de su ingreso monetario con las remesas procedentes principalmente de Estados Unidos.

En la actualidad también se ha modificado la estructura de la migración. Es mayor el número de migrantes indocumentados que contratan los servicios de un *pollero* para cruzar la frontera. Entre los que cruzan y llegan a algún lugar de trabajo, el 82% se encuentra ocupado, lo cual indica que cada trabajador mexicano es un real o potencial aportador de divisas para la economía de México. De acuerdo con el Conapo, 60% de la migración mexicana con ocupación en Estados Unidos se encuentra empleada en el sector servicios; 36% en la industria y 4% en la agricultura.

Este contexto ha llevado a que por todos lados del país existan ejemplos de abandono casi completo de comunidades porque, poco a poco les quitaron los precios de garantía y nunca más supieron cómo iban a vender su producto; después les cortaron los créditos y la tierra sembrada se hizo cada vez más chica; luego, para pagar sus deudas, principalmente de energía, empezaron a vender el tractor, el arado y cuando ya no tuvieron otro remedio se vieron obligados a vender las hectáreas: se quedaron sin su tierra, también sin sus vacas y, finalmente, sin sus hijos.

En distintos estados del país, campos de maíz, huertos de vid y fincas cafetaleras, han sido abandonados o rentados a productores estadounidenses, coreanos, o de cualquier otro país que cultivan frutas y hortalizas para exportarlas a Estados Unidos. Ellos contratan a los antiguos campesinos como jornaleros en las condiciones antes descritas, si bien la mayoría migra porque la tecnificación del campo no necesita tanta mano de obra. Como la migración está compuesta principalmente por los hombres de las familias, el 60% de las mujeres del espacio rural son actualmente las jefas de familia y son también la principal mano de obra para hacer producir el campo.

De cualquier manera, no todos los sectores agrícolas presentan este panorama desalentador; los considerados sectores altamente productivos que están integrados a mercados internacionales como el de las flores, frutas y hortalizas, combinan formas flexibles de organización de la fuerza de trabajo con la precarización de la fuerza laboral. Uno de los rasgos esenciales de este modelo de desarrollo es la polarización que lleva al declive de la producción de alimentos básicos para el mercado nacional y la exclusión de una amplia masa de campesinos y empresarios medianos y pequeños, inermes frente a la competencia de productos importados de países con ventajas comparativas o de productos alimenticios de tan baja calidad y con características que ponen en riesgo la salud, como es el caso de los transgénicos, al extremo que están prohibidos en sus países de origen. Para Fox y Usabiaga los más de 25 millones de mexicanos que viven y dependen del campo son prescindibles. Esta consideración incluye desde luego a los 10 millones de indígenas, los más pobres y marginados del campesinado mexicano. Pareciera que no nos hace falta ni su fuerza de trabajo, ni su cultura, ni mucho menos sus productos. Como dice Tagle (2003) ¿Qué pasaría si Estados Unidos decidiera imponer un boicot comercial como el que ha sufrido Cuba? En este sentido los transgénicos se han convertido en un verdadero problema para el campo.

En nuestro país existen experiencias de domesticación de plantas desde hace más de nueve mil años, que lo mismo producen alimentos en regiones de escasa lluvia que en áreas de alta precipitación, montañas, pantanos o dunas costeras. Las culturas indígenas

mesoamericanas son las creadoras de más de 100 especies agrícolas encabezadas por el maíz y sus 56 variedades, y lo más importante es que este acto de creación no es una reliquia del pasado, sino una realidad aún vigente en las mentes y las manos de millones de familias campesinas (Toledo, 2005).

Con esta historia y con el mayor germoplasma de maíz del mundo, los campesinos enfrentan en la actualidad el riesgo de tener que pagar regalías por el uso de semillas que han empleado por generaciones. Toda vez que las semillas transgénicas contienen genes patentados, los agricultores deben pagar regalías a las empresas cada vez que siembran. Este esquema impide a los campesinos guardar una parte de la cosecha, como ocurre tradicionalmente en México, para usarla como semilla o intercambiarla.

En diciembre de 2004 fue aprobada en el país por la cámara de diputados y senadores la llamada Ley de Bioseguridad de Organismos Genéticamente Modificados, llamada también Ley Monsanto y de acuerdo a sus críticos no ofrece garantías de seguimiento y control de organismos modificados genéticamente, desde que es liberado hasta su destino final. La legislación tampoco establece normas claras en el tema de las patentes, uno de los puntos de mayor discusión en el mundo. La ley fue elaborada sin la participación de la sociedad civil y pasó por alto el principio precautorio y las recomendaciones que la Comisión de Cooperación Ambiental, creada a raíz del Tratado de Libre Comercio, hizo al gobierno federal para evitar la introducción de los transgénicos, dejando en manos de las transnacionales la soberanía alimentaria del país.

PROPUESTAS PARA EL CAMPO

La solución de fondo pasa por formular un proyecto nacionalista, donde la producción agrícola cumpla una función estratégica, sobre todo porque de acuerdo con Armando Bartra:

los campesinos no sólo cosechan maíz, frijol, chile o café, también cosechan aire limpio, agua pura y tierra fértil; diversidad biológica, societaria y cultural; pluralidad de paisajes, olores, texturas y sabores; variedad de guisos, peinados e indumentarias; sinfín de rezos, sones, cantos y bailes; los campesinos cosechan la inagotable muchedumbre de usos y costumbres que los mexicanos somos (Bartra, 2003c).

Las autoridades deben plantear programas de apoyo más decididos, que atiendan las necesidades de tipo estructural, entre las que se pueden contar: a) otorgar a los agricultores subsidios y apoyos equivalentes a los que reciben en los países desarrollados para restituir los mecanismos de apoyo a la agricultura (crédito, semillas, fertilizantes, asistencia técnica);

b) reconstruir la institucionalidad rural para reforzar el tejido social del sector y emprender una reforma estructural de las instituciones rurales en el ámbito federal. Repensar el proyecto nacional porque ningún país se puede pensar sin el campo; c) recuperar el proyecto de país rectificando el camino antiagrario, anticampesino y antinacional impuesto por los neoliberales. Debemos subsidiar y proteger los productos agrícolas y sólo importar aquellos básicos que no podemos producir, utilizando los reguladores que se requieran (aranceles, cuotas, normas, acuerdos complementarios), o sea, negociar tratados justos que desconecten la competencia desigual; d) fomentar la pequeña y mediana producción campesina y las agroindustrias y comercializadoras asociadas, para poder reactivar e integrar las cadenas productivas; e) fomentar la producción campesina de granos y otros básicos, para poder recuperar la soberanía alimentaria como centro rector de la política agroalimentaria. Con precios internos remunerativos y estables para sus productos, establecidos de acuerdo con las condiciones del agro mexicano y no necesariamente vinculados a los precios internacionales; f) reactivar el crédito y asegurar la producción para llevar al saneamiento de las carteras vencidas; g) impulsar una agricultura doméstica y asociativa intensiva en trabajo para frenar el éxodo rural y recuperar la soberanía laboral.

La estrategia agrícola dañó severamente tierra, agua, aire, fauna y vegetación, pero despoblar el campo no es conservar la naturaleza, pues los ecosistemas se reproducen socialmente (Bartra, 2003a). Es necesario nuevas formas de apropiación de la naturaleza de las economías campesinas y un control severo sobre el capital que sólo se preocupa por la ganancia a corto plazo.

Recomponer el tejido social en el campo para frenar la migración compulsiva, las estrategias de sobrevivencia delincuenciales, la agudización de los conflictos, la proliferación de grupos guerrilleros, la desconfianza en las instituciones, así como restaurar la vitalidad socioeconómica del campo para mantener la vitalidad cultural del país.

Todos estos puntos requieren, necesariamente, separar el maíz y el frijol del Tratado de Libre Comercio y reintegrar el contenido social al artículo 27 constitucional.

Reconocer los derechos autonómicos de los pueblos indios para impulsar la democracia participativa. Toda vez que el campo, en mucha mayor medida que en el resto del país, ha sido el área privilegiada del autoritarismo nacional. Los campesinos también reivindican la *ley Cocopa* tanto como garante de los indígenas, como por ser modelo de las autonomías cívicas, sociales y económicas en las que estamos empeñados en construir.

LA CONDICIÓN INDÍGENA

El número de pueblos indios a la llegada de los españoles era más o menos 172 con su lengua respectiva. Quinientos años después quedan en el país solamente 62 idiomas, 20 de ellos en peligro de extinción, es decir, con muy pocas personas que lo hablan, en su mayoría ancianos. Y si, como dijo el director general de la UNESCO, “que cada lengua es un universo conceptual, un complejo y fascinante ensamblaje de sonidos y emociones, de asociaciones y símbolos, de representaciones del movimiento y del tiempo”. En un país cuya constitución en los artículos dos, tres y siete, sostiene su carácter pluri-étnico y pluricultural, parece que no es importante defender, en los hechos, la visión singular del mundo que representa cada uno de los pueblos indios de este país.

De los más de 100 millones de personas que habitan la República mexicana, se reconoce que entre 10 y 12 millones hablan algún idioma diferente al español. Los idiomas con mayor número de hablantes son: náhuatl, maya, zapoteco, mixteco, tzotzil, tzeltal, totonaca, otomí y mixe. Los de menos hablantes son: ixcateco, kiliwa, kumiai, lacandón, paipai y cochimí.

En la época de Lázaro Cárdenas, no sólo fue cuando más tierras se repartieron a los campesinos, también comenzaron las políticas indigenistas integracionistas que pretendían asimilar las distintas etnias a la cultura dominante. Las políticas indigenistas siempre han estado contrapuestas a los intereses de los pueblos y las comunidades indígenas, ya que nunca han sido considerados sujetos históricos, como protagonistas políticos y constructores de su propio futuro.

Esta visión permaneció hasta que el 1 de enero de 1994, el mismo día de la entrada del Tratado de Libre Comercio de América del Norte, irrumpió en la escena política el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). La respuesta de Salinas al levantamiento fue la militarización de la zona, situación consolidada por Zedillo y sostenida de manera intacta durante el foxismo. Además, el gobierno federal y estatal también inició en Chiapas una serie de inversiones récord en obra pública, programas de subsidios y proyectos colectivos que con frecuencia han estimulado la reconversión productiva, con la cual se pretende hacer a los campesinos meseros o guías de turistas.

Las comunidades zapatistas y toda la considerada zona de conflicto fueron sitiadas a partir de la construcción de una inmensa red carretera en los Altos, la selva y la zona norte de Chiapas, efectiva para militarizar el territorio y combatir el supuesto aislamiento de los pueblos con programas de paramilitares como el llamado “Desarrollo o Paz y Justicia”.

Sin embargo y a pesar de estos embates, los municipios rebeldes han establecido formas de gobierno, sin las cuales sería impensable la

gobernabilidad de estas regiones. Estas son las juntas de buen gobierno (JBG), las cuales a partir del dinero que recaban y la ayuda nacional e internacional han edificado clínicas, casas de salud y escuelas. Como ejemplo se puede mencionar la turbina colocada en La Realidad para la generación de electricidad, patrocinada por la organización italiana Ya Basta e instalada por ésta y el Sindicato Mexicano de Electricistas.

Las juntas de buen gobierno se han enfrentado a todo tipo de problemas y los solucionan con propuestas alternativas. Por ejemplo, Hermann Bellinghausen (2005a) narra como con un problema de agua en la zona de Oventic ha organizado el suministro periódico a través de pipas y con tinacos traídos de áreas menos secas, y en Zinacantan también esperan instalar pronto sus propios tanques de agua, o tal vez adquirir una pipa que proporcione un servicio permanente.

Las juntas también se han organizado para mejorar las condiciones de los productores del café. Los intermediarios, llamados *coyotes*, compraban el café a un precio muy bajo, pero a finales de 2004 la junta de buen gobierno encontró un mecanismo para obligar a los *coyotes* a pagar mejores precios: entró al mercado y anunció la compra del café 50 centavos arriba de lo que pagaban los *coyotes*. Una cantidad importante de productores de café de la zona se lo venden en la actualidad a los zapatistas y éstos en su camión *Chómpiras* lo llevan a vender a un almacén de la región del Soconusco.

Los indígenas también son campesinos, aunque tienen condiciones históricas todavía menos favorables a la de la mayoría de los campesinos mestizos. Como se dijo anteriormente, desde el gobierno de Lázaro Cárdenas, las políticas gubernamentales han tratado de incorporarlos al desarrollo del país. Esto ha significado un embate permanente para el abandono de su lengua, intentando la incorporación del considerado idioma oficial, el español, con lo cual se ha dejado de lado lo que representa la riqueza de cosmovisiones diversas, manifestadas en idiomas diferentes. Así las cosas, desde la llegada de los españoles a México los indígenas han sido empujados a las peores tierras y a los lugares más inhóspitos, situación que los propios indígenas tomaron como forma de resistencia. Hoy los pueblos indígenas viven con los índices más altos de pobreza. Según el Consejo Nacional de Población, de las 348 mil personas viviendo en municipios con bajo desarrollo humano en el país, 328 mil son indígenas y fundamentalmente viven de las actividades agrícolas y ganaderas, de modo que el empobrecimiento del campo y la falta de oportunidades productivas, laborales y sociales en sus lugares de origen se combinan para provocar en este sector uno de los más importantes flujos migratorios dentro y fuera de las fronteras nacionales.

La oficina presidencial calcula que 700 mil indígenas viven detrás de la línea fronteriza; California, Texas y Arizona son los estados estadounidenses donde se concentra la mayoría de los migrantes represen-

tantes de diversas etnias. A partir de la década de los noventa, se reporta una migración importante de indígenas mayas de Yucatán y Chiapas hacia California y Texas, los hñahñús están llegando al Medio Oeste y a Texas; los mixtecos de Puebla se van hasta Nueva York; y desde Guerrero migran también mixtecos y nahuas. Ahí trabajan en los niveles económicos más bajos, además de enfrentar tanto la serie de obstáculos para cruzar la frontera, como las marcadas actitudes racistas y discriminatorias de mexicanos y de la sociedad dominante en Estados Unidos.

Históricamente, esta migración era de manera temporal. Comenzó por los años treinta con el programa *Bracero* desde comunidades oaxaqueñas pero, con el paso de los años, tanto el costo del paso fronterizo como el cada vez mayor riesgo ha hecho que la población migre por periodos más largos. Para inicios de los noventa, Fox y Rivera-Salgado (2005) indican que “entre 45 mil y 55 mil mixtecos trabajan en la agricultura en el Valle Central de California, y entre 50 mil y 60 mil zapotecos se habían establecido en Los Ángeles”.

Entre los pueblos migrantes, los oaxaqueños, por ejemplo, han integrado organizaciones de comunidades específicas para apoyar a los pueblos de origen, entre algunas se encuentran la Coalición de Organizaciones y Comunidades Indígenas de Oaxaca, la Unión de Comunidades Serranas de Oaxaca, el Frente Indígena Oaxaqueño Binacional y la Federación Oaxaqueña de Comunidades y Organizaciones Indígenas de California. Las organizaciones han propiciado la creación y recreación de identidades sociales a través de la institucionalización de prácticas en las que los migrantes son reconocidos como oaxaqueños y como indígenas, reconociéndose dentro de un espacio real e imaginario denominado *Oaxacalifornia*, sin perder los términos de sus propios pueblos como mixteco y zapoteco, lo cual los identifica y los reafirma en las identidades colectivas como indígenas. En California se llevan a cabo las festividades de música y danza como la *Guelaguetza*, además promueven las importaciones de los productos oaxaqueños. Las organizaciones han servido como vehículo para el reforzamiento de las prácticas colectivas y como integradoras de los pueblos a través del intercambio cultural y el flujo binacional de información y otros recursos, procesos que unen a las comunidades de origen con la de los migrantes. Otra forma de integración ha sido la impresión de periódicos a nivel binacional, como *El Oaxaqueño* “la voz de los oaxaqueños en los Estados Unidos”, en donde el diseño se lleva a cabo en Oaxaca y su impresión se hace en Los Ángeles, que da cuenta de las actividades binacionales de las asociaciones de migrantes.

Estas organizaciones también han hecho importantes esfuerzos por mantener el uso de las lenguas indígenas, como parte de la sobrevivencia cultural, creando sus propios servicios de intérpretes en mixteco, zapoteco y trique para apoyar a la gente que enfrenta cargos criminales, o para aquellos que requieren servicios de salud u otros servicios

públicos. Iniciativas que se han fortalecido a partir del uso de nuevos materiales de enseñanza, como CDs que muestran la historia y la cultura mixteca o zapoteca desde el análisis de los códigos hasta aspectos contemporáneos sobre identidad. A través de estas medidas, algunos de los niños nacidos en Estados Unidos se convierten en trilingües y son valiosos recursos humanos para la comunidad migrante. Estos aspectos han logrado, cuando menos en algunas comunidades indígenas, mantener redes sociales y culturales que les brindan cohesión.

Todas estas experiencias llevan a repensar el significado de ser indígena en el siglo XXI. Estas nuevas formas de organización que no se basan en los vínculos con la tierra, territorio e identidad indígena, llevan a preguntarse sobre las formas que deben revestir la autonomía indígena que todavía está pendiente en el país.

También en la zona zapatista han aparecido *polleros* para cruzar centroamericanos o indígenas hacia Estados Unidos, pero las JBG no permiten sus actividades en municipios rebeldes. Cuando los *polleros* han sido detenidos, se han topado con la justicia zapatista en virtud de la prohibición que existe en la zona para el maltrato hacia los centroamericanos, y han debido pagar su delito trabajando en acciones comunitarias como la construcción de un puente en la zona. En las comunidades zapatistas, los delitos se pagan con un trabajo en beneficio de la comunidad, sin exceder una jornada diaria hasta que terminan su condena. Se les proporcionan alimentos, atención médica si llegan a necesitarla, albergue, día de descanso, y pueden ser visitados por sus familiares todas las veces que quieran. Por lo que se dice que en los territorios zapatistas hay presos, pero no cárceles.

De cualquier forma, la migración de campesinos e indígenas de Chiapas se ha incrementado sustancialmente en los últimos cuatro años. El gobierno del estado reconoció que durante 2004 la entidad recibió 500 millones de dólares de remesas, producto del trabajo de un número de migrantes que se desconoce, que aumentaron los ingresos en un 40% respecto al año anterior.

Las experiencias son muy desfavorables para muchos: violaciones de mujeres y hombres, sida, enfermos abandonados, asaltos violentos, cárcel, desaparición y hasta muerte. Por ejemplo, “dos jóvenes de Altamirano, narra Bellingshausen (2005b), lograron cruzar y conseguir trabajo. Acusados de robo, fueron encarcelados y en el penal violados por otros reclusos. La condena fue corta y luego los deportaron. Están de vuelta en su casa. Son portadores del virus del sida”. Aún así, en las afueras de Ocosingo, Comitán, Las Margaritas, abundan oficinas de *tijuaneros* que ofrecen viajes a Tijuana y Altar “todos los miércoles, a precios económicos y con absoluta seriedad”.

La migración ha sido siempre una de las salidas de la pobreza de este país, pero ahora parece hasta promovida por el gobierno, ya que las

remesas se han convertido en el primer ingreso de dólares, por encima de los ingresos petroleros y la inversión extranjera directa.

Por todo esto, en la celebración de los 11 años del levantamiento zapatista, Leticia, integrante de la junta de buen gobierno de Oventic puntualiza que es muy importante recordar esta nueva historia que empezamos a vivir el primero de enero de 2004, cuando para los indígenas, empieza a brillar la luz y la esperanza para que vivamos con libertad y justicia. El mundo debe saber que la lucha de los zapatistas es por democracia, libertad y justicia. Es decir, para que todos los pueblos indígenas y no indígenas de Chiapas, México y el mundo puedan vivir algún día en la verdadera democracia, que seamos todos tomados en cuenta como pueblos y que los que gobiernan manden obedeciendo.

Las diversas autoridades del país llevan 11 años sin hacer caso de las demandas indígenas, tal vez la explicación está relacionada con el comunicado transmitido en marzo de este año, por el sub comandante Insurgente Marcos a través del Sistema Zapatista de Televisión Intergaláctica, la única televisión que se lee, en donde reflexionaba que:

En la modernidad neoliberal, las imposiciones deben ser rápidas, frenéticas, brutales. Es lo que llaman “terapia de *shock* consecutivo” que consiste en que te dan un golpe y, antes de que te recuperes, te dan otro más y otro y otro, hasta que aceptes eso como normalidad, (pero) el reloj de abajo tiene otro ritmo y el calendario ahí exige más compromisos. Si arriba son los medios electrónicos los que dictan y acompañan la agenda del poder, abajo se escribe un libro en el que no existe la palabra “fin”. Cada cual va agregando letras, palabras, páginas, hasta capítulos enteros. Este libro camina más lento, es cierto, pero tiene los pies de quienes tienen a la lucha como forma de vida. Lo que viene de abajo tiene otro ritmo. Como no apunta a lo inmediato, sino al futuro, va más lento, pero va (sub comandante Insurgente Marcos).

BIBLIOGRAFÍA

- Bartra, Armando 2003a “Diez propuestas para un nuevo pacto entre el campo y la ciudad” en *La Jornada*, 6 de abril.
- Bartra, Armando 2003b “Periciales de un *agrocidio*” en *La Jornada*, 20 de abril.
- Bartra, Armando 2003c “¿Para qué sirve la agricultura?” en *La Jornada*, 21 de enero.
- Bellinghausen, Hermann 2005a “La región tradicional tzotzil construye su autonomía con avance sostenido” en *La Jornada*, 15 de enero.

- Bellinghausen, Hermann 2005b "Tenemos inteligencia y capacidad para dirigir nuestro propio destino" en *La Jornada*, 2 de enero.
- Berra, Rosario Varo 2002 *La reforma agraria en México desde 1853. Sus tres ciclos legales* (México: Universidad de Guadalajara-Juan Pablos).
- Boltvinik, Julio 2003 "¿Por qué son pobres los campesinos?" en *La Jornada*, 31 de enero.
- Fox, Jonathan y Gaspar Rivera-Salgado 2005 "El rostro indígena de la migración" en *La Jornada*, 9 de enero.
- Gómez, Alberto 2003 "Diálogo sobre el campo" *La Jornada*, 8 de marzo.
- Morett, Jesús C. 1992 *Alternativas de modernización del ejido* (México: Diana).
- Tagle, Silvia Gómez 2003 "Un diálogo difícil: campesinos vs Fox" en *La Jornada*, 7 de febrero.
- Toledo, Víctor M. 2005 "El Senado decide: ¿agroecología o biotecnología?" en *La Jornada*, 12 de febrero.

JUAN HIDALGO *

COSMOVISIÓN Y PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LOS INDÍGENAS EN EL ECUADOR

EL ECUADOR Y LOS INDÍGENAS

El Ecuador es un país andino y equinoccial, caracterizado por su gran diversidad biofísica y cultural. Con cuatro regiones físicas bastante diferenciadas –Costa, Sierra, Oriente e Insular– y con muchos compartimentos naturales más o menos cerrados (las hoyas andinas), la realidad geográfica ecuatoriana no ha sido particularmente propicia para la estructuración de un verdadero Estado unitario como señala su Carta Política. La alta diversidad cultural permite un análisis de la cultura en su dimensión espacial. Los paisajes y regiones culturales, las religiones y la cultura popular, son temas muy propicios a estudiarse desde la perspectiva de la geografía cultural.

Sin que los intentos provincialistas aunque regionalistas hayan sido completamente desterrados, un nuevo movimiento antiunitario se ha hecho presente desde hace algún tiempo: el de las nacionalidades indígenas. Desde la Amazonia se han impulsado en los últimos años pretensiones territoriales indígenas que aparecen precisamente

* Profesor Principal Escuela de Geografía, Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Ecuador.

cuando las circunstancias del mundo exigen naciones más grandes y la conformación de bloques como Latinoamérica, el Mercosur, la Región Andina.

PUEBLOS INDIOS O INDÍGENAS

En general el término “indio” es definido como alguien perteneciente o relativo a las Indias Orientales; habitante u originario de ellas. En este sentido indio es sinónimo de hindú o indostánico. Pero más específicamente, indio es el habitante perteneciente o relativo a las poblaciones autóctonas de América, es decir de las Indias Occidentales, y a sus actuales descendientes. La denominación de “indios” dada comúnmente a los indígenas de nuestro continente, suele ser rechazada por los antropólogos, ya que consagra un error cometido por los primeros descubridores españoles de América, que, en un principio creyeron haber llegado a la India. No obstante, este nombre ha alcanzado tal difusión e incluso popularidad, que no puede ser totalmente rechazado. Hay quienes sugieren adoptar el término “amerindio”, creado por los antropólogos para designar a los indígenas americanos.

La expresión “indígena” es sinónimo de aborigen, es decir originario del país de que se trata. Autóctono de un lugar. Indígena viene de las raíces latinas *indius genitus*, que quiere decir “nacido como indio” o “de origen indio”. En la región andina, para sustituir la palabra indígena se presentan alternativas como: nativos, aborígenes, runas o los nombres de cada grupo o parcialidad como aymaras, quechuas, etc.

Runa es la palabra quichua para “hombre” o “ser humano”, para referirse a la gente autóctona de origen prehispánico (lo mismo que indica el término “indio” en forma peyorativa) y distinguirla de los “misti” (mestizos) y de los wiracocha (blancos).

La palabra runa no solo tiene un significado étnico (la raza india), sino cultural y geográfico: es el hombre arraigado e identificado con el mundo andino.

En su proceso de concientización, los indígenas reivindican además la denominación de “pueblos”, categoría que tiene un rango en los documentos del derecho internacional (ONU/ OEA), donde “el pueblo” es sujeto del derecho de autodeterminación, con todas sus implicaciones. Los términos como los de razas, etnias o poblaciones son considerados reductores.

LAS ORGANIZACIONES CAMPESINAS

La entidad rectora del movimiento indígena en la actualidad es la CONAIE –Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador– que fue fundada en noviembre de 1986. Su objetivo es constituirse en el organismo supremo y representativo de todas las organizaciones indí-

genas, no únicamente con carácter reivindicativo, sino abarcativo de lo agrario, educacional, cultural e incluso del ámbito político.

La CONAIE ha llevado la representación de la nacionalidades indígenas. Su lucha se ha concentrado en el apoyo a los grupos indígenas que tienen litigios de tierras y en la implementación de la reforma agraria en la Sierra, bajo la consigna de la abolición de todas las propiedades hacendatarias hasta 1997, en la legalización de los territorios indígenas de la Amazonia, en la defensa del medio ambiente, especialmente ante los impactos producidos por las actividades hidrocarbúferas, la colonización y la deforestación. Ha emprendido proyectos de educación bilingüe cultural. En la fundación de la CONAIE estuvieron presentes casi todas las organizaciones indígenas de la Sierra, federadas en ECUARUNARI –Ecuador Runacunapac Riccharimui (Despertar del Indio Ecuatoriano)– y, la CONFENIAE –Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana. Posteriormente, y por iniciativa de la CONAIE, se ha desarrollado un proyecto de constitución de la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Costa, que aglutina a las organizaciones del litoral.

Una organización que demuestra gran vitalidad es la FICI –Federación Indígena y Campesina de Imbabura–, que lucha por el respeto a los valores culturales indígenas y prioriza su acción en la recuperación de la tierra y en la consecución de la autonomía administrativa con autoridades indígenas.

LA CONSTITUCIÓN DE 1998: INDÍGENAS Y TERRITORIALIDADES

En 1998, la promulgación de una nueva constitución ecuatoriana fue la expresión de las negociaciones entre los diversos actores sociales en la redefinición del modelo de estado. El papel del movimiento indígena en estas negociaciones fue importante y permitió la incorporación de algunos principios y derechos como el reconocimiento de las circunscripciones territoriales.

El artículo 228 de esta nueva constitución dice: “Los gobiernos seccionales, autónomos serán ejercidos por los consejos provinciales, los consejos municipales, las juntas parroquiales y los organismos que determine la ley para la administración de las circunscripciones territoriales indígenas y afroecuatorianas”.

Entonces, resulta evidente la prioridad otorgada por el movimiento indígena a la reconstitución de los territorios de los pueblos como espacios para el ejercicio de sus autonomías. Sin embargo, los casos de Cotacachi, Saquisilí y Guamote, se refieren a cantones en donde, sin incorporar el criterio de circunscripción, se está promoviendo una democracia participativa e intercultural bajo el liderazgo indígena.

Entre los aspectos políticos más sobresalientes y sensibles, tanto para la cultura indígena como para la juridicidad ecuatoriana, están los llamados “territorios culturales o tierras de indios”, protegidos desde la época colonial, por leyes claras y capaces de mantener, por siglos, una llama de esperanza cultural. Los territorios indígenas se han convertido en nuestro tiempo, en el signo más importante del cambio de la sociedad ecuatoriana, en lo que se refiere a las tierras de labranza.

Nadie pudo imaginar que las haciendas pertenecientes a las grandes familias de la sociedad ecuatoriana y que por tantos siglos estuvieron en sus manos, iban a pasar a poder de los indios que vivían en sus ámbitos, de manera precaria y sin esperanza de acceso a la propiedad de la tierra.

El territorio indígena es un espacio apropiado por una comunidad, que tiene una interacción y materialización de su presencia en el territorio. En él, tienen sus viviendas, sus cultivos, sus caminos y plazas, sus lugares sagrados, sus recursos naturales como el agua y el bosque. Por consiguiente, su territorio no es solamente un espacio con dimensiones geométricas, sino un conjunto de elementos vinculados profundamente con el ser humano.

BREVE CONTENIDO DE LA COSMOVISIÓN INDÍGENA

De acuerdo con la cosmovisión indígena cada cierto tiempo, cíclicamente y como resultado del proceso de la vida se da un cambio en todo el mundo. Este cambio se lo conoce en la cultura quichua como el PACHACUTIC, que en español, quiere decir como el regreso al origen, volver a nacer, o el cambio a algo nuevo integrando lo original, las propias fuentes o raíces. Esto además responde al llamado –tiempo circular– es decir que el tiempo y el espacio, Pacha, al avanzar hacia delante, están dando la vuelta y al dar la vuelta, están volviendo hacia atrás, aunque nunca se regresa al mismo punto, sino a otro nuevo, diferente. Después de más de 500 años de dominación, se ha completado un ciclo y hoy se puede ver y sentir un despertar de los pueblos indios en todo el continente, éste se expresa en todas las manifestaciones de la vida; en lo político, lo cultural, en las demandas para vivir dignamente; en sus propias tierras, con sus costumbres y creencias, con su idioma y manera de organizarse. En definitiva, con su propia identidad, después de haber pasado sometidos sin voz, desde la invasión europea hace 500 años (CONAIE, 1992).

En 1992, en ocasión de conmemorarse los 500 años del descubrimiento de América, los pueblos indígenas organizaron una serie de eventos, encuentros y, cumbres, de carácter nacional, continental y mundial, los mismos que dejaron una gran cantidad de documentos (memorias) en los que se sintetiza sus pensamientos, denuncias y aspiraciones.

Mediante citas textuales de estos y otros documentos se puede extraer algunos elementos del contenido de la cosmovisión indígena. En la Declaración de Quito, hay párrafos con el título “Nuestra visión cósmica”:

Nuestra concepción de territorio se sustenta en la forma de entender el sentido de lo humano y de la naturaleza así como la interrelación de estos. Las formas organizativas, políticas, económicas, de producción, en fin todos estos elementos que conforman nuestras culturas, están enraizados y orientados por lo comunitario; por ello la tenencia de la tierra debe ser colectiva; por ello la cultivamos en comunidad y entre esta distribuiremos sus frutos; por ello si creemos en la solidaridad y por ello nuestros hijos son de la comunidad [...] Es este valor de lo comunitario desde el cual entendemos el sentido de lo humano y la posibilidad de todos y cada uno de lograr una vida armónica. Asimismo, este convivir fraterno lo es también con los seres, es decir con la naturaleza.

Otra síntesis de la cosmovisión indígena se encuentra en la memoria del II Encuentro continental, realizado en Guatemala, 1991.

Por siglos los habitantes de los pueblos originarios que conforman Abya Yala, hemos vivido de acuerdo con todo el sentimiento y creencias que están englobadas en la cosmovisión, sabiendo que somos parte de un todo en el que todos los elementos que nos rodean son importantes, el padre sol, la abuela luna, la madre tierra, y todos los que la habitamos. El equilibrio en todas las cosas fue lo que hizo avanzar a nuestros antepasados en la construcción de unas sociedades acorde con lo que los rodeaba, para que nadie ni nada quedara en el olvido. Es dentro de este espíritu que nuestros abuelos han vivido y resistido dentro de estos 500 años, no olvidando, preservando y transmitiéndonos esta sabiduría que enriquece nuestra vida y nos hace sentir un todo con todos. Es por este sentir de la cosmovisión que nosotras viudas, los huérfanos, los presos, los oprimidos, los torturados, los desaparecidos, los que sufren hambre y persecución, estamos resistiendo y encontrando consuelo y apoyo.

ALGUNOS ELEMENTOS DE LA COSMOVISIÓN ANDINA

Dos elementos fundamentales de la cosmovisión andina son el sol o *Inti* y la naturaleza o *Pachamama*. Por ello los indígenas se consideran una raza solar porque *Inti* además de fecundar a la *Pachamama* es guía de los pueblos y hogares, el que indica la mejor parte del año y del día. La *Pachamama* da la vida, los alimentos, los vestidos y el techo y además es la cuna y la tumba de los pueblos.

Los indígenas ofrendan amor a su padre *Inti* y a su madre *Pachamama* y les ofrecen la primera chicha de jora o de quinua y el primer bocado de comida, como símbolo de la unión entre el ser humano y la naturaleza. Tanto depende el indio de su tierra que se considera que “un indio sin tierra es un indio muerto”. El runa, respetando a la *Pachamama* y estudiando su comportamiento, obtuvo un conocimiento profundo y adecuado de los Andes. La aparición y concepción de la tierra como madre es la base del desarrollo de la agricultura y ésta, a su vez, la base de la subsistencia (especialmente con el cultivo de tubérculos) y la organización social.

El runa andino tiene su propia lengua que es el runa *shimi*, que es el medio a través del cual se comunica y expresa el saber andino con la Pachamama. El runa *shimi* es la base de la autoestima y un componente importante de la agroecología y la cultura andina que comprende múltiples elementos como la organización social, creencias, mitos, ritos, ceremonias, valores, la minka, solidaridad, la chakra, comportamientos, músicas (Firestone, 1988).

A partir de la conquista, los pueblos andinos fueron sometidos a situaciones de dominio y opresión. Cuando llegaron los conquistadores enseñaron a los indios lo que es el miedo y la agresión. Con la colonización, los indios andinos sufrieron procesos de desestructuración, segregación y desmembramiento territorial de la *llakta*. Se perdieron las unidades sociales, los agroecosistemas y las formas de vida de la cultura andina, surgiendo los fenómenos de aculturación y fragmentación.

Con respecto a la tierra, el runa conoce tres diferentes expresiones diferentes: cuando se trata del planeta tierra, le llama *Kay pacha* (este mundo); cuando se trata de la tierra como materia inorgánica, le llama *allpa*; y cuando se trata de la tierra como base de la vida, usa la expresión *Pachamama* (madre tierra).

El vocablo pacha también puede ser traducido por la característica fundamental de la racionalidad andina que es la “relacionalidad”. Tiempo, espacio, orden y estratificación son elementos indispensables para la relacionalidad del todo. Así, pacha puede ser entendida como el “cosmos interrelacionado” o la “relacionalidad cósmica”.

EL MOVIMIENTO INDÍGENA Y EL ESTADO PLURINACIONAL

EL CARÁCTER POLÍTICO DEL MOVIMIENTO

La gran paradoja que define a la problemática indígena en la actualidad es querer ser al mismo tiempo distintos pero iguales. Buscan igualdad ante la ley, plenos derechos económicos, sociales y políticos, y al mismo tiempo, pretenden afirmar las diferencias étnica, cultural y nacional. Mientras la dinámica del movimiento indígena fortalece su participación

en todos los ámbitos de la vida económica, social y política del país, continúa el discurso sobre su extrema diferenciación, su autonomía e incluso su auto segregación de la comunidad. En el marco de la problemática indígena, diferencia e igualdad, son dos conceptos complementarios.

Indios y explotados, es la expresión que demuestra la opresión y discriminación étnica y social de que han sido objeto.

Resulta difícil definir el carácter del movimiento indígena porque aparece al mismo tiempo como: a) un movimiento de afirmación de la identidad étnico –cultural, tanto de las distintas nacionalidades y etnias, cuanto del movimiento en su conjunto; b) un movimiento social de lucha por la tierra y otras demandas económicas y sociales; y c) un movimiento de derechos civiles y políticos y por la participación en la dirección de la sociedad y el poder.

¿EXISTE RACISMO EN EL ECUADOR?

En el Ecuador nadie habla de razas, sin embargo es un tema cuya sola mención despierta susceptibilidades, sospechas y hasta agresividades. Si no se habla de razas, mucho menos de racismo. Estos temas han sido evadidos permanentemente; prueba de ello es que después de 175 años de fundada la República, no sabemos cuantos negros, indios, blancos y mestizos hay entre los 12,5 millones de habitantes del Ecuador.

La CONAIE dice que el 40% de la población ecuatoriana corresponde a los indios, mientras muchos antropólogos aseguran que ese porcentaje corresponde al 5,3%. Frente a esto no hay cifras oficiales.

El hecho de que no se hable de razas no quiere decir que esté ausente el tema racial. Mas bien es un tema que existe notoriamente e influye directamente en las relaciones sociales, en las decisiones políticas y hasta en los roles económicos. Nadie podría negar que en el Ecuador los blancos tienen una posición social diferente que los indios. Los términos “indio”, “longo”, “runa”, son despectivos y muchas veces sirven para insultar a alguien.

El rol político militante que han tomado los indígenas, desde los años ochenta, está revelando con mucha claridad que el Ecuador está atravesado por divisiones y hasta por tensiones raciales. Si bien el mestizaje ha sido muy marcado desde la época colonial, los ecuatorianos no nos hemos fundido en un solo pueblo, con características propias e integradoras.

El Ecuador se ha autodefinido como una sociedad abierta y plural, básicamente mestiza, que no es agresiva con sus minorías raciales. En realidad, no ha habido enfrentamientos graves o violentos ocasionados por lo racial. Pero algunos científicos sociales consideran que esto se ha debido a que estas minorías no representan todavía un peligro para los blancos –mestizos ni han puesto en peligro su poder.

Sin embargo, observaciones empíricas comprueban que sí existe una segregación, y a veces incluso una violencia, que se asume como normal, disimulada por la costumbre. La pregunta actual es si la segregación tiende a acentuarse o se está aplacando con la democratización política y la liberalización económica. Es difícil anticipar una respuesta. Sin embargo, hay algunos hechos que resultan alentadores. Por ejemplo, el congreso nacional en los últimos años ha tenido una vicepresidenta indígena; el gobierno ha tenido ministros indígenas en las carteras de relaciones exteriores, agricultura y ganadería, bienestar social y personal indígena en las embajadas. Pero, sobre todo, la voz del indigenado ha tenido influencia en la toma de decisiones públicas, aunque los sectores indígenas más conservadores afirman que estos avances son todavía mínimos y lo toman como respuesta a su actitud combativa y militante.

La presencia indígena se aprecia en la política y en las actividades públicas, pero en el sector privado la situación es diferente. No se conocen casos de altos ejecutivos o gerentes indígenas en las grandes corporaciones y empresas nacionales. Esto quizás es muestra de la segregación grave que existe o la falta de preparación adecuada en un mundo cada vez más exigente y competitivo.

Más allá de una auto definición o del color de la piel, ser indígena representa todo un modo de vida. Esto implica que deben existir rasgos culturales, además de raciales, para que alguien sea llamado indígena. El idioma, la religión y, las costumbres son rasgos culturales determinantes. La forma de relacionarse unos con otros o entre el individuo y la comunidad es otro rasgo cultural.

En este sentido, el dato de que el 40% de la población ecuatoriana corresponde a los indígenas, carecería de fundamento antropológico y sería inmanejable racialmente, pues con el mestizaje urbano, que es muy rápido, resulta imposible clasificar a las personas como indígenas. Sencillamente ese 40% no refleja la realidad.

Es por eso que el CODENPE –Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador– y el PRODEPINE –Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Afroecuatorianos–, que son organizaciones directamente vinculadas con indígenas, señalan para la asignación de recursos y obras que los indígenas en el Ecuador son alrededor de 700.000, de una población de 12,5 millones de habitantes.

Esas organizaciones establecen esta distribución: 620.000 Kichwas, 38.000 Shuar –achuar, 7.000 chachis, 2.500 awas, 2.000 huaoranis, 1.000 tsáchilas, 850 siona / secoya, 650 cofanes y 200 eperas. Los indígenas están concentrados en la Sierra y en algunos sectores de la Amazonia.

Muchos jóvenes indígenas creen que el pueblo indígena es incomprendido y que todo lo hecho por el Estado y la sociedad son nada más que concesiones, por la fuerza que ha demostrado el movimiento

indígena. Ellos sostienen que la pluriculturalidad del Ecuador no ha sido asumida.

Manifiestan que quieren recuperar el espacio propio al que tienen derecho en la sociedad ecuatoriana, ese espacio que les fue arrebatado hace 500 años. Este espacio propio se refiere fundamentalmente al respeto a sus formas de hacer, de desarrollarse y de crecer de las comunidades indígenas, las cuales deben ser manifestadas y expresadas con su propia voz y sin intermediarios.

También existe una actitud discriminatoria, sobre todo en las ciudades, respecto del indígena, lo cual es visto como algo normal. Por lo cual no existen cuestionamientos. Esto tiene una explicación histórica. Es porque en la Sierra, hasta comienzos del siglo anterior, todavía se vendía haciendas con indígenas incluidos. La mentalidad que explica esas formas de trato entre el blanco y el indígena se mantienen hasta la actualidad.

En cambio, en la Costa, las relaciones siempre fueron más equitativas, porque la hacienda se abrió hacia el mercado mundial, ya que su producción casi siempre fue exportable, por lo que el cholo y el indígena fueron siempre considerados obreros asalariados, y la relación con el empleador fue históricamente diferente a la relación con rasgos esclavistas que predominó en la Sierra.

LOS LEVANTAMIENTOS INDÍGENAS DE LOS ÚLTIMOS AÑOS

EL LEVANTAMIENTO DE 1990

Diversos factores dieron lugar a este levantamiento. En primer lugar, las dinámicas intrínsecas al propio movimiento, en el sentido de los cambios ocurridos dentro del sector indígena durante las últimas décadas y que dieron lugar al surgimiento de un movimiento nacional. En segundo lugar, el cambio de conciencia debido al influjo internacional. En Europa y los Estados Unidos de Norteamérica se produjo un proceso creciente de afirmación de los derechos de los sectores comunitarios y excluidos de las posibilidades de tomar decisiones. La década del 60 fue el período de mayor auge de la lucha de sectores como las mujeres, los homosexuales y los negros, durante el cual culminaron algunas luchas previas, como las de los derechos civiles. En este contexto juega papel importante el ILV –Instituto Lingüístico de Verano.

En tercer lugar, resulta interesante mencionar el rol de las ciencias sociales frente al desarrollo y conformación de la conciencia étnica actual. En este campo, se tiene en cuenta tres momentos caracterizados por un tratamiento diferente de la situación indígena. Por un lado, se debe mencionar el “ensayismo” en gran medida heredero de las anteriores tradiciones intelectuales y que se constituyó en una “moda”. Una segunda etapa, fue la línea agrarista, representada especialmente en la

sociología y la economía. Finalmente, en la década de los ochenta, se presenta una corriente de reflexión basada en estudios de la etnicidad, vinculada con el desarrollo de la antropología.

Así, se puede afirmar que las ciencias sociales tienen vinculaciones con los movimientos sociales como el levantamiento de junio de 1990. El papel de las ciencias sociales se ha dirigido a conformar un puente de comunicación especializada entre los movimientos sociales y los sectores encargados de implementar políticas que busquen soluciones para los problemas.

CONVOCATORIA Y MOVILIZACIÓN

El 4 de junio de 1990 se inició el primer levantamiento indígena nacional. Una semana antes, el 28 de mayo, se produjo la toma pacífica de la iglesia de Santo Domingo en Quito, por parte de unas ochenta personas, quienes dirigieron una carta al Presidente de la República, en la que hacían algunas demandas sobre la situación del agro y sobre otros aspectos como la declaratoria del Estado plurinacional. Este movimiento generó algunas acciones de solidaridad provenientes de distintas organizaciones indígenas, clasistas e independientes.

La propuesta indígena se concretó en “los 16 puntos del movimiento indígena”, que eran verdaderas demandas jurídicas, políticas, agrarias, económicas y culturales: 1) declaración del Ecuador como “Estado plurinacional”; 2) entrega de tierras y legalización de territorios de las nacionalidades; 3) solución a los problemas de agua y riego; 4) condonación de las deudas con el Banco Nacional de Fomento; 5) congelación de precios de los artículos de primera necesidad; 6) terminación de obras prioritarias en las comunidades; 7) no pago del predio rústico; 8) expulsión del Instituto Lingüístico de Verano según decreto de 1981; 9) libre importación y exportación comercial y artesanal para los miembros de la CONAIE; 10) control, protección y desarrollo de los sitios arqueológicos por parte de la CONAIE; 11) oficialización y financiamiento por el Estado de la medicina indígena; 12) derogación de decretos que han creado organizaciones paralelas a los consejos seccionales; 13) entrega inmediata de fondos presupuestarios para las nacionalidades indígenas; 14) entrega de fondos permanentes para la educación bilingüe; 15) respeto real a los derechos del niño, sin demagogias y 16) fijación de precios justos a los productos campesinos y autonomía en el mercado.

El levantamiento tomó fuerza especialmente en las provincias que cuentan con mayor población indígena, como Cotopaxi, Imbabura, Chimborazo, Bolívar, Cañar, Tungurahua; los indígenas cerraron las carreteras y dejaron a estas provincias prácticamente incomunicadas. Los miembros del Ejército y la Policía actuaron con mucho tino, pues tenían la disposición expresa de no disparar.

La toma de la Iglesia de Santo Domingo finalizó el 6 de junio, como consecuencia del inicio de conversaciones con el Gobierno y los indígenas continuaron con sucesivas rupturas temporales, amenazas de nuevos levantamientos, rechazo a propuestas de los políticos y pequeños avances en la solución de problemas operativos.

EL LEVANTAMIENTO INDÍGENA DE 1998

El 10 de agosto de 1998 Jamil Mahuad asumió la presidencia del Ecuador. El mayor logro de este gobierno fue la firma de un acuerdo definitivo de paz y límites con el Perú. Sin embargo, pesaron más los compromisos políticos y la subordinación a las fuerzas de los grupos de poder económico y principalmente de la bancaria. Debido a la crisis económica, 16 de 41 bancos cayeron y el gobierno se empeñó en “salvatajes” nada transparentes que evidenciaron la protección a los bancos e incluso a algunos banqueros que habían financiado la campaña electoral de Mahuad. En marzo de 1999, el gobierno decretó el congelamiento de los depósitos en los bancos, lo que fue interpretado como el mayor atraco en beneficio de los bancos, dando lugar a la ira popular y la desesperación de los ahorristas. En enero del 2000, en medio de una profunda crisis económica, el gobierno de Mahuad decreta la dolarización de la economía.

Todo esto hizo que el régimen de Mahuad se encuentre cercado por todos los lados: los sindicatos, los indios, las cámaras de la producción, las oligarquías, los movimientos sociales, la burocracia, y la misma iglesia católica. Entonces se produjo la explosión social. La CONAIE lanzó una consigna definitiva: la salida del ejecutivo, legislativo y judicial, por no responder a las necesidades del país. Los indios iniciaron un nuevo levantamiento, se tomaron las principales carreteras y establecieron “parlamentos del pueblo” en las diferentes provincias. El 20 de enero, unos 8 mil indios marcharon sobre Quito y el 21 ocuparon el local del congreso nacional, y el palacio de justicia y se dirigieron a la toma del palacio de gobierno. Entonces actuaron los militares y son apoyados por la constitución de la “Junta de Salvación Nacional” integrada por: un militar, el presidente de la CONAIE, y un ex-presidente de la corte suprema de justicia. Este hecho ha sido calificado de diversas maneras; para algunos analistas se trató de un golpe militar; para otros, fue una revolución popular; para otros, fue un asunto de populismo militar.

La presencia de un indígena en el poder era una situación inédita en el Ecuador en 500 años, la misma que desató sentimientos racistas y prejuicios ancestrales. Entonces, los indígenas retomaron otra estrategia participativa en el proceso electoral siguiente. Para las elecciones presidenciales del 2001, el movimiento Pachakutic, brazo político de la CONAIE, participó en alianza con el Partido “Social Patriótica 21 de enero”,

liderado por el coronel Lucio Gutiérrez quien ganó las elecciones en la primera y segunda vuelta.

LOS INDÍGENAS LLEGAN AL PODER

En el 2002, al llegar al poder el dilema para los indígenas fue: ser gobierno o seguir siendo un movimiento social.

La historia demuestra que los movimientos sociales también tienen un ciclo de vida: nacen, se desarrollan y decaen. Así, en la década de los 80, el movimiento obrero alcanzó una presencia significativa a través del FUT –Frente Unitario de Trabajadores– que agrupó a las principales centrales de trabajadores del Ecuador. El FUT impulsó una serie de “huelgas nacionales”, con apoyo popular. Pero el derrumbe del socialismo mundial y el régimen autoritario de León Febres Cordero, sustentado por la derecha política y por poderosos grupos económicos de la costa ecuatoriana, desarticularon la fuerza que tuvo el movimiento obrero.

Ya en el poder, el movimiento indígena no pudo traducir en políticas públicas sus aspiraciones y tesis de cambio social, porque el gobierno seguía los lineamientos neoliberales. Los ministerios de relaciones exteriores y de agricultura y ganadería así como cargos secundarios entre los que se menciona a la subsecretaría de gobierno y representaciones diplomáticas, fueron confiados a líderes indígenas. Al cabo de 6 meses de participación en el gobierno, se rompió la alianza de Pachakutic con Sociedad Patriótica y los indígenas debieron abandonar sus cargos.

La principal herencia de haber llegado al poder es el fraccionamiento del movimiento indígena. Algunos sociólogos y antropólogos endiosaron al movimiento indígena, pues creyeron que los indígenas podían arreglar todos los problemas del país. Hay grupos de indígenas resentidos; los que llegaron al poder no continuaron con la política pregonada. Por ejemplo, por principio el movimiento indígena ha sido contrario a las negociaciones con el Fondo Monetario Internacional, y cuando están en el poder no manifiestan su desacuerdo y el Gobierno de Lucio Gutiérrez, en sus primeros meses, lo primero que hizo, fue firmar un nuevo acuerdo con el FMI. En lugar de oponerse a esta firma, los líderes indígenas estaban preocupados por recoger carpetas de sus seguidores para darles cargos públicos de representación diplomática en embajadas o consulados del Ecuador en otros países. Por esta razón, se sostiene que los líderes indígenas se contagiaron de las ideas liberales, y estaban disfrutando de las comodidades y delicias del poder. Después de la salida del gobierno, el movimiento indígena ha quedado seriamente fraccionado y será necesario algún tiempo para reconstruir el mismo. Más aún, si se toma en cuenta que el Presidente Gutiérrez se ha dedicado permanentemente a dividir al movimiento indígena, aprovechándose de sus tendencias evangélicas, haciendo proselitismo

directamente mediante la entrega de picos, palas, pelotas y computadoras a ciertas comunidades y nombrando ministro de bienestar social a Antonio Vargas, antiguo presidente de la CONAIE –Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador.

Precisamente en estos días, se anunció que en la primera semana de abril del 2005 se realizará una asamblea paralela a la de la CONAIE para nombrar autoridades legales de la confederación. Debido a que el grupo indígena gobiernista considera que el nombramiento del presidente actual de la CONAIE, Luís Macas, no fue legal. De esta manera se busca crear una CONAIE afín al Gobierno.

Frente a esta situación, es necesario rearticular las fuerzas sociales, quizás desde otra óptica. Se trata de formar redes nuevas y otras formas de contactos con grupos pequeños.

En diciembre del 2004, algunos partidos políticos populistas, con el apoyo de grupos de la oligarquía, han hecho importantes cambios en organizaciones claves como el Tribunal Constitucional, el Tribunal Supremo Electoral y hasta en la Corte Suprema de Justicia y en el propio Congreso Nacional. El Gobierno Nacional, a través de su partido político, “Sociedad Patriótica”, ha promovido estos cambios, de tal manera que el presidente Gutiérrez concentra todos los poderes: ejecutivo, legislativo, judicial y electoral.

De allí que el movimiento indígena tiene grandes retos: proponer alternativas para enfrentar al populismo y las oligarquías; crear espacios de reencuentro de las fuerzas sociales; definir una agenda para enfrentar los conflictos y defender el estado de derecho.

Los movimientos de izquierda han fracasado porque perdieron los principios éticos. También ellos se contagiaron de los principios neoliberales.

Sin embargo, las luchas indígenas de las últimas décadas han fortalecido la presencia social y política de los indios en la vida nacional. Ellos no solo han conquistado representaciones electorales en el congreso y los organismos seccionales, sino que tienen las más fuertes organizaciones sindicalistas étnico –culturales. De este modo, el país lentamente se va acostumbrando a la imagen india.

LA PARTICIPACIÓN INDÍGENA EN EL PODER LOCAL

Hasta la aplicación de la reforma agraria el poder local y el control de las poblaciones indígenas de la sierra ecuatoriana estuvo regentado por el hacendado, el teniente político y el cura, quienes ejercieron el poder despóticamente. A esto se lo denominó el “gamonalismo” (Guerrero, 1997).

Las transformaciones agrarias destruyeron esta forma de poder local y abrieron otros escenarios políticos, en los cuales aparecen nuevos actores: comerciantes, líderes de partidos políticos, de iglesias, y

líderes indígenas. De acuerdo a Torres (1999) estos cambios políticos resultan de un largo y complejo proceso histórico de luchas campesinas y transformaciones agrarias; la paulatina desaparición de la hacienda como soporte del control de la población indígena, abrió espacios para que las organizaciones campesinas construyan identidad indígena en las parroquias rurales.

Desde los años noventa, la creciente influencia de las organizaciones indígenas en los escenarios parroquiales permitió que los dirigentes pensarán en que había condiciones para avanzar hacia el control de ciertos cantones.

En 1996, el Movimiento Pachakutic identificó algunos ejes de trabajo dentro de su propuesta electoral: concertación entre diversos actores locales (urbanos, rurales, étnicos, de género y clasistas), democracia participativa, impulso al modelo de desarrollo sustentable y equitativo, combate a la pobreza, autonomía indígena o negra, capacitación en gestión y negociación, generación de recursos propios (Ramón, 1996).

Esta propuesta fue enriquecida tanto por las experiencias de gestión de espacios zonales por organizaciones de segundo grado, y por federaciones provinciales, como por el discurso político global del movimiento. Se trataba de ir de las pequeñas experiencias hacia espacios mayores, de articular los procesos dispersos en una perspectiva de desarrollo territorial: ir desde los predios al manejo de microcuencas, de las propuestas comunitarias a los cantones; de los espacios privados a espacios públicos. Estos saltos fueron posibles por el crecimiento de un importante capital social: redes de organizaciones, sistemas de confianza y capacidad de acción pública en el mundo indígena.

ECUADOR: PAÍS PLURINACIONAL

La tesis que ha logrado unificar los múltiples niveles y sentidos de la lucha de los indígenas es la del Estado plurinacional. Hay quienes sostienen que el Ecuador es solo un país, es decir un territorio y un aparato estatal. No es una nación ni un Estado Nacional, en cuyo seno puede darse un poder multinacional o plurinacional.

EL PAÍS ECUADOR

El Ecuador no es una nación o un pueblo. No es un estado nacional. Es un estado país. Casi ningún ecuatoriano habla de nación ecuatoriana. La categoría y denominación de país es la que engloba el pensamiento y los sentimientos de los ecuatorianos. La palabra nación solo apareció en la década de los 30, en cambio la palabra país fue producida por la Independencia y ha dominado el pensamiento social hasta la actualidad.

País es una categoría territorial geográfica. No tiene contenido histórico –social y por tanto no puede fundar un sentimiento de identidad. Por otro lado, es que no hay una identidad nacional ecuatoriana en la que se reconozcan todas las clases y capas sociales. El elemento tradicionalmente común es el territorio. De esta manera, se puede decir que el Ecuador es sólo una existencia geográfica.

En el Ecuador, el poder nunca surgió de la sociedad; ni el estado de la nación; lo político no es expresión de lo social.

EL ESTADO PLURINACIONAL

Desde la perspectiva indígena se plantean varias propuestas políticas. Una de ellas tiene que ver con la conformación de un estado indio con autonomía económica y territorial, o la reconstrucción del Tawantinsuyu; hasta quienes plantean la conformación de “ghetos” culturales y políticos. Hay también propuestas intermedias: autonomías micro-regionales.

Almeida (1998) en *Quinto Centenario y resistencia indígena*, habla de tres tesis presentes en el movimiento indígena: la indianista que busca el retorno del Tawantinsuyu; la socialista que es partidaria de una alianza popular; y la etnopopulista, que plantea la fusión de la demanda indígena con la política estatal.

La tesis del estado plurinacional ha unificado finalmente todas esas posiciones. Pero la idea de un estado plurinacional significa la unidad política de varias naciones, con sus respectivas economías y territorios diferenciados.

La existencia de varias naciones dentro de un mismo país conlleva a la constitución de una federación de repúblicas independientes, cada una de las cuales tiene todos los atributos de la soberanía, salvo que resolvieran, de común acuerdo, mantener un ejército, una política internacional y un espacio económico conjuntos. Resulta que el concepto nación, además de referirse a más de una cultura, una lengua, una historia, una religión, alude a la unidad diferenciada de ellas respecto de otras naciones, y sobre todo a la existencia de una economía y un territorio propios y diferenciados.

Para llegar a la conformación de un estado plurinacional, se necesitarían reformas estructurales que tomen en cuenta las tendencias actuales relacionadas con el sistema mundial del poder. Además, la unidad territorial dejaría de ser la esencia del estado y sería reemplazada por una unidad basada en las complejidades étnico – territoriales.

CONCLUSIONES

Resulta muy importante que el concepto y la gestión del desarrollo sustentable tomen en cuenta el conocimiento ancestral. Las culturas indígenas disponían de un amplio conocimiento de la naturaleza como par-

te de su sabiduría milenaria orientada básicamente a la conservación y a la protección de la *Pachamama*. La relación entre el ser humano y la naturaleza entre los indígenas fue y es fundamentalmente armoniosa. Para los indígenas esa armonía significa un equilibrio natural.

Las demandas de autonomía territorial por parte de los pueblos indios sacuden la soberanía ecuatoriana sobre el espacio. Este postulado fractura la idea de integridad territorial, uno de los pilares claves de la construcción de la identidad nacional.

Es evidente que entre las ciencias sociales y el movimiento indígena se establece una relación dinámica que refleja los niveles del debate político sobre los actores indígenas contribuyendo con replanteamientos, reconceptualizaciones y nuevas propuestas. Actualmente, esta relación es mucho más dinámica, en la medida en que los propios sectores indígenas, algunos de cuyos miembros son destacados profesionales en las ciencias sociales o afines, redimensionan los conceptos desde sus propias experiencias personales y políticas. En muchos casos también las ciencias sociales han contribuido a conformar nuevos espacios de identidad, puesto que ofrecen nuevas visiones históricas e incentivan el resurgimiento y la revisión de tradiciones pasadas, mediante el mecanismo de la escritura, las que son contrastadas y reinterpretadas por los actores contemporáneos.

Esto puede generar el concepto de que los especialistas en ciencias sociales han jugado el papel de “instigadores” o manipuladores de los grupos indígenas.

La participación política de los indígenas ha ido consolidándose paulatinamente; su movimiento ha conseguido logros paso a paso, hasta lograr una presencia política que ha significado su llegada al poder.

Los alcaldes indígenas han tenido logros significativos en el impulso de la participación social y en la difusión de la concertación plural como mecanismo clave para configurar el desarrollo. Seguramente falta un largo camino para legitimar las dinámicas generadas, para garantizar la continuidad de las nuevas formas de participación, para convertir estas interesantes experiencias en propuestas políticas de carácter nacional y para transformar todos estos esfuerzos en resultados válidos que conduzcan al mejoramiento de la calidad de vida de los pueblos.

En síntesis, el movimiento indígena ecuatoriano se ha convertido en un poderoso actor social y político. Nuestro país vio emerger a comienzos de los años 90, un movimiento que sorprendió por su estructura organizativa y su capacidad de convocatoria, pero también por la reivindicación profunda que levantó en el escenario político: la del Estado plurinacional.

BIBLIOGRAFÍA

- Albán, Ernesto *et al.* 1993 *Los indios y el Estado – país* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Almeida, José 1998 *Quinto centenario y resistencia indígena* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Comisión por la Defensa de los Derechos Humanos 1996 *El Levantamiento indígena y la cuestión nacional* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- CONAIE 1992 “Pachacutic” en *Nacionalidades indias* N° 2.
- Firestone, Homer 1988 *Pachamama en la cultura andina* (La Paz).
- Guerrero, Fernando 1997 “Desarrollo local, participación social y descentralización” en *Poder Municipal* (Quito) N° 35.
- Girardi, Giulio 1996 *El derecho indígena a la autodeterminación política y religiosa* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Hidalgo, Mauro *et al.* 1999 *Ciudadanías emergentes* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Mercure, Stéphanie *et al.* 2004 *Gestión integral de cuencas y asentamientos humanos* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Mundo Diners 2003 *El campo, ese desconocido* (Quito: DINEDICIONES).
- Moreno, Segundo y Figueroa, José 1992 *El levantamiento indígena del Intiraymi de 1990* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Ortiz, Gonzalo 1992 *Resumen de historia económica del Ecuador* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Paz y Miño, Juan 2002 *Golpe y contragolpe* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Quinde, Isidoro 2002 *La cultura y la ecología andina* (Quito: Tesis de graduación en Escuela de Geografía de la PUCE).
- Ramón, Galo 1996 *Movimientos sociales y gobiernos locales* (Quito: mimeo).
- Ramón, Galo y Torres, Víctor H. 2004 *El desarrollo. El desarrollo local en el Ecuador* (Quito: Ediciones Abya –Yala).
- Torres, Víctor Hugo 1999 “El proceso indígena de gobierno municipal participativo” en *COMUNIDEC* (Quito).

ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS*

CAMPONESES, CULTURA E INOVAÇÕES

*A identidade é algo
formado ao longo do tempo,
através de processos inconscientes, e
não algo inato, existente na consciência
no momento do nascimento*
Stuart Hall

A identidade é algo que se constrói através de um processo contínuo de formação sempre em busca de sua plenitude. A identidade camponesa no Brasil foi sendo construída passo a passo juntamente com a história da formação do território brasileiro. Já no século XVI muitos registros identificaram a presença de camponeses na figura do morador e do proprietário do sítio junto às áreas produtoras de cana-de-açúcar. Estes agricultores, segundo Manoel Correia de Andrade (1995), foram o germe do campesinato nordestino. Nesse sentido, também é importante lembrar as comunidades dos quilombos. No entanto, é a partir da decisão do governo português de trazer agricultores para o Brasil que o campesinato ganha importância. Inicialmente foram os açorianos vindo para o Sul, ainda no período colonial, seguidos pelos suíços em Nova Friburgo; no governo imperial foi a criação das colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina atraindo principalmente alemães, num primeiro momento, e italianos a seguir. Importante ressaltar que estes imigrantes vindos para o Sul vieram todos na condição de proprietários da terra uma vez que o principal objetivo do governo era a ocupação do espaço.

* Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

No caso do Rio Grande do Sul, a política de colonização procurou ocupar os espaços, considerados vazios pelo governo. O espaço então coberto pela mata nativa foi sendo aberto e os colonos foram se instalando em lugares distantes e na maior parte das vezes ficando isolados dos centros da época. Este isolamento foi um fator que reforçou a manutenção de seus hábitos culturais até porque em decorrência da língua, a grande maioria se organizava e se mantinha em comunidades fechadas. Por esta razão os últimos projetos de colonização organizados pelo próprio governo tinham como critério que os mesmos deveriam ser mistos a fim de evitar a formação do que Leo Waibel (s/d) denominou de “quistos étnicos”. Essas comunidades fechadas assim permaneceram por um período significativo uma vez que a elas era dado o direito de criarem escolas e trazerem professores de sua terra de origem, principalmente no caso dos alemães. Essa situação foi um fator impeditivo da integração dessas comunidades com as comunidades locais o que reforçava ainda mais a sua cultura e a não absorção de elementos da cultura local. Na verdade, estes colonos procuravam construir a sua identidade com este novo espaço, mas através de uma transposição de sua cultura. Esta construção, esta busca ainda não cessou se pensarmos que são os descendentes destes colonos que se organizaram, se manifestaram, construíram um movimento social através do qual buscariam o mesmo que os seus ancestrais buscaram quando decidiram vir para o Brasil: terra para trabalhar, para produzir, para viver com dignidade. Medeiros, destaca que:

Estes colonos (camponeses) lá chegaram no final do século XIX e princípio do século XX, como pioneiros desbravando terras, abrindo clareiras nas matas, sobrevivendo num mundo para muitos deles desconhecido, construíram cidades e desenvolveram regiões. Eles não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao Planalto Gaúcho e a soja ocupou seu espaço de sobrevivência. Procuraram novas alternativas, alguns partindo para outras áreas distantes levando sua tradição e sua experiência camponesa, outros sendo atraídos pela cidade que hoje os expulsa. Mas houve aqueles que ficaram e que não desistiram diante da dificuldade, diante da luta pelo seu direito de ter acesso à terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram. Eles criaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra –MST (Medeiros, 2004).

São estes os camponeses que hoje estão nos assentamentos que constituem estas comunidades simbólicas, o que pode explicar esta geração do sentimento de pertencimento na busca de novas raízes, na busca de sua reterritorialização.

Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para ou-

tros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território no qual as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade.

Nesse processo de desenraizamento e de busca de enraizamento, estes agricultores assentados, na condição de migrantes, vêem suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, de louvar a Deus (Bosi, 1983). Segundo Cavalcanti (2002), o desenraizamento configura-se como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social. Por outro lado, o enraizamento, considerado como uma das mais difíceis necessidades do ser humano a ser definida, é ao mesmo tempo a mais importante e a mais desconhecida. Cada “indivíduo tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (Weil, 1979: 137). Mas, além disso, os indivíduos encontram também dentro de sua própria cultura, espaços diferenciados aos quais se articulam, constroem e reconstroem referências de uma forma permanente tanto para si como para o outro.

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos. Ao partir, este agricultor sem terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que é lhe dado neste momento. O que ocorre aqui é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido. É partir de então que uma nova necessidade se impõe, ou seja, que é preciso mudar o modo de ver o mundo interno e o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. Neste preciso momento é fundamental contar com a cooperação de amigos e parentes, o que lhes dará uma segurança para viver como grupo em terra desconhecida. O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo.

As peculiaridades de cada assentamento perpassam pela sua maneira de organizar ou reorganizar aquele espaço. As famílias oriundas de diferentes lugares passam a enxergar e vivenciar seu pedaço de terra e aos poucos vão dando “sua cara” para este lugar. Uma das características mais imediatas é de organizar o processo produtivo desta nova área de terra produzindo geralmente para seu sustento até a chegada de crédito para o plantio das culturas. Cada assentamento cria situações para orga-

nizar a questão do lazer; o encontro das famílias, as trocas de produtos que cada um cultiva, ou o fazer de forma coletiva. Observando esta realidade é difícil encontrar assentamentos iguais, mas enxerga-se traços que simbolizam o que significa ser um assentamento dos sem-terra e que estes demarcam a ocupação deste território realizado pelo MST.

O aprendizado com a terra e com o assentamento passa muitas vezes a estabelecer relações que anteriormente nunca haviam realizado, como a experiência de fazer reuniões, coordenar, respeitar a decisão e opinião dos outros, fazer cumprir as decisões tomadas no grupo, o convívio social. Estas situações forçam as pessoas a pensarem sobre o que faziam antes e como deverá ser a vida no assentamento, o choque com a herança cultural nem sempre é inevitável.

Paul Claval (1999) refere-se à cultura como um elemento que tem uma influência muito grande na constituição do espaço. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas. O espaço demarcado é apropriado, institucionalizado, qualificado, sinalizado. O território é a ocupação do lugar, do espaço. É uma necessidade da sociedade para estabelecer suas relações.

a territorialidade adquire um valor bem particular; pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993: 158).

Aos poucos o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, identidades; cria significações da luta e do jeito cultural de cada um. Os significados e as estratégias existentes multiplicam-se em conjunto de ações. Poderíamos dizer que a territorialidade que aparece em um assentamento está composta de relações simétricas, estabelecendo as trocas necessárias, os ganhos e os custos se equilibram revelando a multiplicidade do espaço vivido.

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que passaram a viver neste espaço não por se identificarem com aquele ambiente, mas porque se engajaram em uma organização cuja identidade é ser Sem Terra, é buscar a terra.

Castels (1999) ressalta que a identidade é um processo de construção de significados baseados em atributos culturais ou num conjunto de atributos culturais inter-relacionados que vão prevalecer sobre outras fontes de significados.

Para Santos (2002), o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence; é a base do trabalho, da moradia, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Dessa forma, quando se fala em território deve-se entender logo que se fala de território usado, utilizado por uma dada população.

O camponês, quando perde a sua referência anterior, ou seja, sua condição de pequeno proprietário, ou de arrendatário ou a sua relação com a terra, sofre um processo de desterritorialização. Na medida em que vai se constituir um novo território este camponês passará por um novo processo de organização, mas que ainda manifestará os seus jeitos, as práticas, as suas experiências acumuladas em sua história de vida, pois como Claval (1999) destaca, o peso da cultura é decisivo em todos os domínios, político, econômico, social e cultural.

A cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. Inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. Comporta um arsenal de métodos para se orientar (Claval, 1999: 142).

Num assentamento de reforma agrária os grupos são heterogêneos, é uma encruzilhada social entre as pessoas e famílias diferentes com rotinas de vida diferentes, com vivências diferentes, mas com um objetivo único, ou seja de construir sua identidade com o novo espaço, com a nova realidade. Precisam juntas equacionar os problemas do cotidiano que não são mais os mesmos, é uma nova realidade na qual deverão re-construir suas vidas.

No Rio Grande do Sul, são 11.200 famílias assentadas, em várias regiões do estado produzindo alimentos para sua subsistência, gerando mais emprego, construindo uma nova consciência sobre a importância da reforma agrária neste país e também produzindo para a exportação. Mas ainda existem mais de 2.500 famílias acampadas esperando o seu pedaço de chão.

O processo de ocupação de terras pelos agricultores sem terra se deu originalmente no seu espaço de origem, ou seja, na parte norte do estado onde foram criados os primeiros assentamentos. Entretanto, a política implantada pelo governo Olívio Dutra estabeleceu ocupar a outra metade do estado, a metade sul onde o latifúndio se instalou e se enraizou, conforme nos mostra a história do povoamento do Rio Grande do Sul.

A questão agrária do Rio Grande do Sul passou, então, a ser tratada pelo Gabinete de Reforma Agrária, criado pelo governo estadual com o objetivo principal de implementar o Programa de Reforma Agrária no Estado. Esse programa tinha como princípio básico assentar com responsabilidade, o que significa ir além da terra, viabilizando crédito e assistência técnica dando oportunidade real a trabalhadores do campo, excluídos há muito tempo da ordem econômica e social do país.

A viabilização desse programa se deu através da assinatura de um convênio estabelecido entre o Rio Grande e o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária–, em agosto de 2000. Dessa forma seria permitida a aquisição de áreas em conjunto, onde

os valores pagos em dinheiro pelo estado estariam aliados aos TDAs –Títulos de Dívidas Agrárias– emitidos pelo INCRA. Este acordo se deu uma vez que, de acordo com a constituição, a reforma agrária é competência do governo federal, e somente ele tem o direito de desapropriar áreas a serem pagas com TDAs.

A proposta do estado, através do seu Programa de Reforma Agrária, foi a de dinamizar esse novo espaço, desenvolvendo uma economia embasada na produção familiar e, em decorrência do número de assentamentos, o número de famílias e a área destinada aos assentamentos na metade sul cresceu de forma significativa.

O MST, através da criação de assentamentos na metade sul está, portanto, se territorializando na área que historicamente foi de domínio do latifúndio pecuarista gaúcho. Isso, sem dúvida, tem reflexos significativos na forma como os assentados vão orientar e organizar suas vidas, pois os mesmos terão de passar por todo um processo de readaptação a um espaço que para eles era até então desconhecido; onde provavelmente não poderão desenvolver os mesmos cultivos, nem terem as mesmas técnicas que herdaram de seus antepassados e que tão bem desenvolviam nas áreas de origem.

Na metade sul já existe uma concentração de assentamentos em mais de 50% do total de seus municípios o que corresponde a cerca de 75% do total das famílias assentadas, numa área correspondente a quase 80% do total das áreas dos assentamentos.

O governo estadual entre 2002 e 2003 criou 93 novos assentamentos, sendo 43 criados exclusivamente pelo estado, 28 criados pelo INCRA e 22 assentamentos foram resultados do convênio do estado com o INCRA¹. Aos agricultores assentados foram garantidas formas de viabilização econômica através de novas alternativas de organização do assentamento, da produção e, conseqüentemente, da comercialização de seus produtos, uma vez que a grande preocupação –o principal objetivo do governo– é o de efetivamente assentar com responsabilidade, ou seja, indo além da mera concessão da terra, viabilizando créditos e assistência técnica para, assim, dar uma oportunidade real aos trabalhadores rurais excluídos, tanto economicamente quanto socialmente.

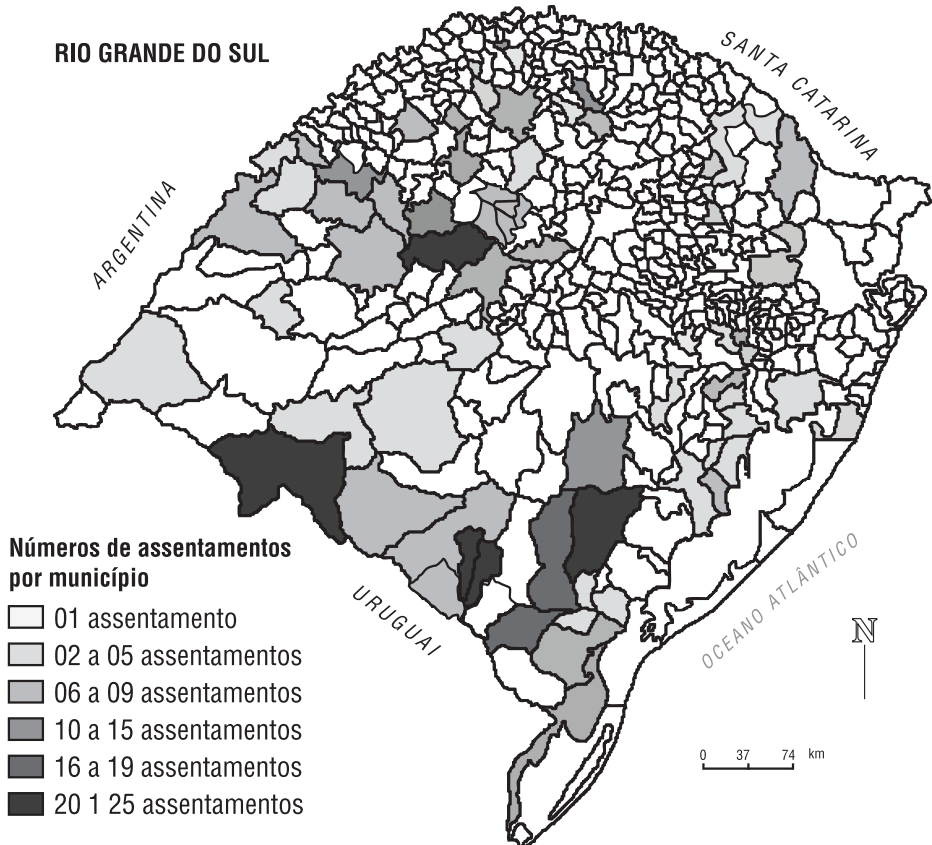
O processo de execução do Programa de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul se desenvolveu em duas etapas, sendo a primeira de implantação e a segunda de consolidação do assentamento. Na primeira fase ocorreu a instalação da infra-estrutura social básica que incluiu moradia, água, luz, estradas, saúde e educação. Ocorreu simultaneamente a liberação dos créditos necessários para a produção agrícola, para o manejo de

¹ Estes assentamentos foram destinados também para os ocupantes das áreas indígenas e para os atingidos por barragens no estado.

recursos naturais, para a construção da moradia e das benfeitorias, etc.². A efetiva consolidação foi acontecendo à medida que os recursos advindos desses créditos chegavam até os assentados viabilizando a produção agrícola, sua comercialização, garantindo assim não só sua sobrevivência, mas também sua busca por uma melhor qualidade de vida.

MAPA 1

Concentração dos assentamentos por município no Rio Grande do Sul - 2003



2 Para cada família é liberado um total de R\$18.200,00, distribuídos da seguinte maneira: Fomento (INCRA) R\$1.400,00; Produção para autoconsumo (Estado) R\$1.200,00; Moradia (INCRA) R\$2.500,00; Moradia (Estado) R\$2.600,00; Manejo de Recursos Naturais (Estado) R\$500,00; Crédito para a Produção Agrícola PRONAF "A" (INCRA) R\$9.500,00.

A partir do mapa 1, observa-se que determinados municípios destacaram-se nesta concentração de assentamentos, principalmente aqueles localizados na área fronteira do estado. Por essa razão, os municípios de Hulha Negra e Candiota, onde foram realizadas parte das entrevistas, foram analisados mais detalhadamente.

TABELA 1
População dos municípios de Candiota e Hulha Negra

Município	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Candiota	8.065	4.165	3.900	2.657	5.148
Hulha Negra	5.359	2.817	2.452	2.416	2.943

Fonte: Censo Demográfico IBGE /2000.

O município de Hulha Negra foi criado em 1992, emancipando-se do município de Bagé. Conta atualmente com uma população de 5.359 habitantes, sendo um pouco mais de 50% fixada na área rural. Possuía, em 2003, 25 assentamentos com 1.016 famílias, sendo que 10 deles foram instalados antes da data de sua emancipação. Se considerarmos uma média de três pessoas por família em Hulha Negra, poderemos afirmar que a sua população rural é constituída exclusivamente por assentados. Por essa razão a presença da participação da produção familiar no município é significativa, sendo que 50% de sua produção é oriunda desta atividade. No entanto, não é a propriedade familiar que ocupa a maior área do município ficando com apenas 32% da área total deste. Em contrapartida as grandes propriedades ocupam 63% da área total do município sem que, no entanto, tenham uma contribuição na produção municipal proporcional à área que ocupam. Sua produção corresponde a 39% da produção do município³.

Os dados nos permitem observar que, efetivamente, a instalação dos assentamentos em Hulha Negra promoveu mudanças na economia do município, na organização do seu espaço rural e conseqüentemente no perfil de sua população, uma vez que são 1016 famílias ali assentadas (Tabela 2).

3 IBGE –Censo Agropecuário 95/96.

TABELA 2
Número de assentamentos e famílias por município na Regional de Bagé

Municípios	Nº de municípios	Nº de famílias
Bagé	1	80
Aceguá (município criado em 2001)	1	113
Candiota	23	666
Hulha Negra	28	1016
Total	53	1875

Fonte: MST

O município de Candiota, que também foi criado em 1992 e emancipado a partir do município de Bagé e de Pinheiro Machado, apresenta uma população de 8.065 habitantes, sendo 62% na área rural e 38% na área urbana (Tabela 1). Possui atualmente 23 assentamentos onde estão assentadas 666 famílias. Deste total, 6 assentamentos foram instalados ainda antes da sua criação. Se considerarmos uma média de cinco pessoas para cada família, é possível afirmar que cerca de 60% da população rural de Candiota está localizada nos assentamentos. No entanto, neste município não se observa uma situação semelhante à de Hulha Negra, pois a participação patronal, tanto em termos de área quanto em termos de produção é superior à familiar, apesar da importância da participação da produção familiar no contexto municipal⁴. O município de Candiota tem também como fator importante na sua economia a extração de carvão e a produção de energia termoeleétrica.

Esses dois municípios têm entre suas atividades econômicas o desenvolvimento da pecuária bovina extensiva, muitas vezes associada à produção de arroz. No entanto, em Hulha Negra as 1016 famílias assentadas estão em sua maioria ligadas a cooperativas, como a COOPERAL –Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados– que tem um total de 1.300 famílias associadas em toda a Regional de Bagé. São 700 famílias que se dedicam à produção de sementes agroecológicas Bionatur.

A COOPERAL foi fundada em 12 de julho de 1992, com o objetivo de ser a ferramenta de organização para os agricultores assentados desenvolverem sua produção e criar alternativas para a pequena propriedade familiar. Está localizada na metade sul do Rio Grande do Sul, onde predominam grandes propriedades, com base na pecuária extensiva, com economia extremamente fraca e sem política para a agricultura familiar. Através da luta pela terra e organizados no MST, conquistaram desde 1989 em torno de 18.000 ha. nos municípios de Hulha Negra e Candiota, resgatando a cidade-

4 IBGE –Censo Agropecuário 95/96.

nia de 700 famílias. Após, enfrentaram outros desafios como a conquista da estrada, energia elétrica, assistência técnica e alguns recursos. Priorizaram a identificação das matrizes produtivas da região e a construção de um plano de desenvolvimento sustentável, que permitisse a produção da economia dos assentados. Com o lançamento das sementes agroecológicas Bionatur, consolidaram mais uma conquista fundamental para o sucesso do desenvolvimento da Cooperativa e seus associados, produzindo de forma totalmente sustentável, preservando a saúde e a economia dos produtores e consumidores. Entenderam ser essa uma função estratégica da Reforma Agrária, construindo novas referências na área da produção, indústria e comércio, possibilitando que os agricultores realmente sejam donos do que produzem e os consumidores saibam e discutam sobre o que estão consumindo.

Um coletivo formado entre os coordenadores (representando os produtores) técnicos (representando o corpo técnico) e a área comercial (representando a cooperativa regional) estabelece como irá funcionar a produção.

Há um consenso na regional e principalmente entre os produtores agroecológicos que os debates sobre a produção culminem em uma prática de campo coletiva; isto faz com que as visitas técnicas sejam mais esparsas. Esta prática faz com que ocorra uma troca de experiências entre os agricultores, fazendo assim com que o conhecimento adquirido no cotidiano do trabalho na lavoura seja socializado, ocorrendo uma valorização do trabalho do produtor, um apoderamento por parte da coletividade do que é exposto. A Bionatur faz com que seja o coordenador a visitar os produtores de sua área, deixando o técnico de ser a referência, tornando-se apenas um facilitador para que, assim, o produtor assuma a responsabilidade sobre o processo produtivo.

Outra forma encontrada para a valorização dos produtores foi levar um produtor a cada feira onde a Bionatur está representada para que assimilem, conheçam melhor o mercado consumidor, esclarecendo dúvidas dos consumidores e identificando suas necessidades. Dessa forma, o produtor tem uma visão ampla do processo do qual faz parte já que sua participação se faz desde a produção até a comercialização.

Mas o que pensam e o que sentem esses camponeses assentados em um lugar tão distante de sua terra de origem? Algumas entrevistas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa “Territórios e práticas de mobilidade espacial: o caso dos trabalhadores rurais assentados no Rio Grande do Sul” permitem perceber o sentimento desses camponeses assentados com relação a sua reterritorialização, a sua identidade com o lugar.

Em Candiota foi entrevistado o assentado Júlio, no Assentamento Pátria Livre (18 famílias). Este assentado, liderança no assentamento, é peruano, professor no seu país de origem e buscou refúgio político no Brasil. Em São Paulo, participou do “Comitê de Apoio ao Povo

Peruano”, e a partir de um contato com João Pedro Stédile se engajou no MST. Suas atividades no movimento estavam, inicialmente, relacionadas ao setor de educação. Ao vir para o sul do Brasil encontrou sua companheira e “*começamos a caminhar juntos*”. Acamparam durante 1 ano e 5 meses no acampamento de Quebracho até receberem o lote no assentamento. Para ele:

a terra embrutece, absorve as pessoas, ela te ganha, te leva a uma rotina, a sua dimensão é muito grande [...] dizer e fazer é um desafio [...] é preciso passar da consciência à ação pois a consciência todos têm, na maioria, mas existem limitações políticas, econômicas e materiais e é preciso manter princípios e valores para superar estas limitações [...] Quanto ao trabalho nos assentamentos há muitas limitações dentro do sistema capitalista, queremos fazer alguma coisa e não podemos porque temos limites para fazer. Queremos fazer açude, não podemos. Agora, plantamos milho e tudo está seco. Fizemos uma horta coletiva para nove famílias, mas a maioria estão recém chegando, então temos que contribuir com eles. Plantamos de tudo e a produção seca; os poços secaram; são limitações naturais e de ordem política mas todos nós temos consciência de que temos que produzir (Júlio, no Assentamento Pátria Livre).

Em Aceguá, no Assentamento Conquista do Jaguarão (113 famílias, 23ha para cada família) foi entrevistada a família Zeilig. São cinco irmãos no assentamento e segundo Orlando:

Nós tínhamos uma propriedade no Uruguai ainda temos uma irmã que mora lá. No Uruguai ainda tem aquela política, uns bem ricos e outros bem pobres. Aqui há empréstimo de material entre as famílias para poder se ajudarem no trabalho. Por exemplo, essa família que chegou da Serra agora, começou a lavrar toda essa terra aqui, e quebrou a cara, os coitados. Eu acho que o pessoal que não é daqui, quase todo mundo vai embora, pois tem saudade do próprio lugar, saudade das pessoas. Sem o apoio familiar é difícil da pessoa vencer (Orlando, Assentamento Conquista do Jaguarão).

No Assentamento Conquista da Fronteira em Hulha Negra, com uma área de cerca de 2000ha onde estão assentadas 91 famílias todas elas vindas da metade norte do Rio Grande do Sul foi entrevistado um assentado, Elton (14 anos, assentado), que participou da organização do assentamento desde seu primeiro momento. Este assentado não tinha nenhuma experiência de vida no país vizinho, mas tem muito claro o significado da fronteira que para ele nada representa, pois sequer pensa na distância que o separa do Uruguai. O seu verdadeiro desejo seria estar na sua região de origem, junto à sua cidade (Aratiba), pois sente que a Metade Sul está abandonada, não há nenhum tipo de recurso diferenciado para a produção nesta região.

Este assentamento no período de 1991 a 1996 era coletivo, possuindo agrovila e refeitórios comunitários. A partir de 1996, a organização do assentamento passou por uma transformação deixando o caráter coletivo e passando para uma condição de cooperativa de produtores individuais. O entrevistado, atual presidente da COOPTIL, integrante do CPM –Círculo de Pais e Mestres– da escola e coordenador do grupo de 10 famílias que plantam para a Bionatur, tem consciência das dificuldades enfrentadas pelos assentados destacando que o MST deveria promover cursos de formação para aqueles que não querem se dedicar à agricultura, pois segundo eles *“não quero que meus filhos acampem como eu, a solução é dar estudo mas este também é um problema porque nossas escolas não funcionam pois não temos estradas que permitam um acesso fácil aos assentamentos”*. No seu pensar, essa formação permitiria que o movimento tivesse seus professores, seus técnicos, seus médicos, seus dentistas, enfim seus administradores. Hoje, os assentados da região já construíram sua identidade e seu território, assim como eles, é reconhecido e respeitado na região. É graças a esses assentados que o comércio local se dinamizou com a criação/ampliação de estabelecimentos para atender a sua demanda. Inclusive, a COOPTIL instalou um mercado na cidade de Hulha Negra que atualmente atende toda a população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado deste mundo contemporâneo levou esses camponeses, hoje assentados, num primeiro momento a serem desterritorializados. Perderam sua identidade de pequenos proprietários ou arrendatários, de trabalhadores empregados, embora ainda tragam consigo sua cultura anterior que servirá de base para a construção de uma nova identidade, a cultura camponesa.

As novas experiências de vida levam o ser humano a mudar comportamentos, avaliar antigos padrões e acrescentar outros, isto vai provocar certamente algum tipo de transformação, pois as fontes de informação não são mais as mesmas, seu ambiente não é mais o mesmo, sua vizinhança mudou, seus amigos e sua família estão longe, a terra que hoje ele trabalha não é mais a mesma, o conhecimento de que ele precisa para trabalhar é outro.

Além disso, uma grande modificação se fez na vida deste camponês cuja história de construção de sua identidade foi feita praticamente sozinha, superando obstáculos: é o trabalho coletivo. É nesse momento de opção pelo coletivo que ele abdica de algo que conquistou e que é inerente a sua condição campesina: a liberdade. Liberdade esta para tomar suas próprias decisões, para pensar individualmente, para inclusive trabalhar no horário de sua escolha. Até quando sua condição campesina ficará no limbo? Em que momento alguma fissura permitirá

o afloramento dessa cultura? Tais questionamentos começam a ser discutidos, uma vez que são objetos de uma pesquisa cujas descobertas e resultados certamente trarão uma nova contribuição à compreensão da cultura camponesa nos assentamentos de Reforma Agrária.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Manoel Correia 1995 *A questão do território no Brasil* (São Paulo-Recife: IPESP/Hucitec).
- Bosi, E. 1983 “O que é desenraizamento?” *Revista de Cultura Vozes* (Petrópolis) Ano 77, Vol. LXXVII, N° 6.
- Cavalcanti, H. 2002 “O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo” em Burity, J. A. (org.) *Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares* (Rio de Janeiro: DP&A).
- Claval, Paul 1999 *Geografia cultural* (Florianópolis: Ed.da UFSC).
- Castels, Manoel 1999 *O poder da identidade* (São Paulo: Paz e Terra).
- Fernandes, B. M. 2000 “O MST no contexto da formação camponesa no Brasil” em *A questão agrária e a justiça* (São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais).
- IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.
- Medeiros, Rosa Maria Vieira 2004 “O Rio Grande do Sul e a busca pela reforma agrária” em *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação* (Porto Alegre: Ed. UFRGS).
- Medeiros, Rosa MariaVieira 1998 *De la colonisation des terres nueves à la réforme agraire au Brésil – le parcours exemplaire du Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado apresentada à Université de Poitiers, Poitiers.
- Raffestin, Claude 1993 *Por uma geografia do poder* (São Paulo: Ática).
- Santos, Milton 2002 “O retorno do território” em Santos, Milton; Souza, Maria Adélia e Silveira, Maria Laura *Território, globalização e fragmentação* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A. e Silveira, Maria Laura 2002 *Território, globalização e fragmentação* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, M. e Silveira, M. L. 2001 *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (Rio de Janeiro: Record).
- Waibel, Leo s/d *A colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Ed. Globo).
- Weil, S. 1979 *A condição operária e outros estudos* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

TERCEIRA PARTE

TURISMO E TERRITÓRIO

ADYR BALASTRERI RODRIGUES*

TURISMO E TERRITORIALIDADES PLURAIS – LÓGICAS EXCLUDENTES OU SOLIDARIEDADE ORGANIZACIONAL

*Na medida em que, no mercado chamado global,
cada empresa busca satisfazer-se nos lugares onde as
respostas aos seus reclamos é mais adequada,
tal demanda é errática e o território passa a ter,
nas áreas atingidas por esse tipo de relações,
uma dinâmica praticamente imprevisível no próprio
lugar em que se exerce e que é também alienada,
já que não precisa ter correspondência com os
interesses da sociedade local ou nacional.
Novas formas de compartimentação do território
ganham relevo e são capazes de impor distorções
ao seu comportamento: são as novas caras da
fragmentação territorial (Milton Santos, 2001: 254).*

Focalizando o turismo na escala planetária, é consensual considerá-lo como um dos elementos fundamentais da globalização, estando subordinado aos atores hegemônicos que capitaneiam a economia global, assumindo como tal um cariz importante no modelo de acumulação capitalista contemporâneo.

Assim, o turismo só pode ser entendido à luz de matrizes conceituais-metodológicas que iluminam o contexto social da modernidade, particularmente a partir do fordismo, o qual impôs um pacto social baseado na redistribuição do excedente material da produção e na distin-

* Professora Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

ção bipolar do espaço-tempo, nomeada como esfera de trabalho e esfera do ócio. Essa dualidade dilui-se no pós-fordismo nos países centrais do capitalismo, mas não desaparece por completo, embora se considere a flexibilidade da produção e dos calendários operativos. Tais ambigüidades dificultam as análises que procuram apreender as dinâmicas dos espaços de lazer, tanto no campo como na cidade, assim como as novas territorialidades produzidas pelo turismo.

Alguns autores (Molina, 2003; Marchena Gomez, s/d.) quando se referem a uma fase pós-fordista do lazer e do turismo, balizam-na a partir dos anos 1980, na qual, entre outras características, observa-se uma maior flexibilidade da oferta como novo paradigma na estrutura produtiva que permite, graças ao manejo da informação, à gestão integrada em um processo contínuo de vários produtos turísticos intermediários, ofertar produtos finais mais elásticos. Apesar da adoção de estratégias para a desmassificação do mercado –para o atendimento a nichos subordinados a interesses vários, correspondentes a demandas cada vez mais exigentes–, ainda é o lazer alienado (veja-se o frenético mundo dos parques temáticos) e os pacotes estandardizados que predominam. Enquanto um dos importantes segmentos da economia de mercado, o turismo vincula-se aos sistemas produtivos globais, dominados por macroatores, sob uma lógica organizacional reticular, cada vez mais competitiva e tecnificada.

A evolução do turismo para formas alternativas ao modelo de turismo maciço, ancorado basicamente no segmento “sol e praia”, sobre o qual se estruturou o mercado fordista de viagens estandardizadas e rígidas, requer repensar as escalas de análise, em que o local assume importância crescente, não somente enquanto cenário para novas práticas, mas reconhecidamente como o único recorte territorial que pode conjugar os interesses dos vários segmentos envolvidos no turismo, a fim de se contrapor à lógica do mercado hegemônico globalizado, sem que isto signifique completo isolamento, não só considerado quase impossível, como contraproducente na atual conjuntura econômica. Como observa Mantero “considera-se necessário consignar que o processo de desenvolvimento local não pode desconhecer o risco de descontextualizar-se das lógicas macroeconômicas do país e de sua limitada capacidade de compensar políticas macroeconômicas divergentes” (Mantero, 2004: 25).

As diferenças entre um turismo do tipo fordista para um novo turismo, seja ele pós-fordista ou pós-turismo, como sugere Molina (2003), parece que são mais freqüentes na teoria do que na empiria. Um dos aspectos problemáticos de muitas análises que insistem em periodizações rígidas reside em leituras sob uma perspectiva longitudinal, em que é assumida uma ruptura cronológica clara entre o fordismo e o pós-fordismo. Sem dúvida, a emergência dos processos de produção flexível não se produz com a mesma rapidez com a qual aparece na literatura

–veja-se, por exemplo, a produção industrial da China contemporânea. Pode ocorrer também num mesmo espaço uma mescla entre temporalidades distintas, revelando inércias precedentes, portanto, uma complexa dialética entre resistência e transformação.

Dentre as novas tendências que caracterizam o turismo contemporâneo observa-se a descentralização da gestão; a adoção de um leque de estratégias de cooperação, alianças e parcerias nas destinações para suprir bens e serviços que estariam a cargo de pequenas e médias empresas; a desvinculação em relação aos fatores naturais condicionantes através da criação de ambientes artificiais e simulacros; o maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais; a adoção de códigos de certificação, de ética e da criação de incentivos à fidelização, com acompanhamento pós-viagem, só para citar algumas.

UMA PRÁTICA SOCIAL MARCADA PELO HIBRIDISMO TERRITORIAL

Uma das características da prática turística que interessa a estas reflexões, vale a pena insistir, é o grande dinamismo ao qual está subordinada.

Aparecem na literatura especializada vários modelos que procuram ilustrar tal dinamismo, como o de Jean Marie Miossec (1977), de Chadeffault (1987), sendo o mais conhecido e divulgado o modelo do ciclo de vida do turismo de Butler (1980). Em que pese as críticas à modelização, observa-se, na prática, que muitos destinos turísticos têm apresentado um crescimento rápido, evoluindo para uma fase de estabilização, seguida por uma retomada em novas bases ou um declínio lento ou rápido, requerendo a aplicação de novas estratégias para sua recuperação. O caso mais clássico é o das Ilhas Baleares, mais especificamente de Mallorca, onde no município de Calviá, no início dos anos 1990, sob forte pressões dos ecologistas e de outros segmentos da sociedade civil organizada, foram adotadas políticas de reabilitação da destinação, como a implosão de alguns grandes hotéis na orla marítima para dar lugar à ampliação de horizontes visuais. Os espaços recuperados ganharam novos projetos paisagísticos para brindar os visitantes com uma imagem mais acolhedora. Esse processo teve o objetivo de combater a massificação da destinação, que conduziu à sua deterioração e obsolescência em virtude dos baixos preços praticados, processo que culminou com uma queda dos fluxos (crise de 1989-1992).

Com a finalidade de competir mais eficazmente no mercado, formatam-se novos produtos que contrariam o caráter maciço e o ritmo dos tempos velozes, oferecendo “cultura” e “tradição” –em tratamento personalizado, caseiro, artesanal, familiar, hospitaleiro, que inclui “co-

mida da avó”, pães artesanais, cerveja e vinho caseiros, casas restauradas, tecidos naturais, ciclismo, antigas vias férreas e trens restaurados, enfim símbolos plenos de apelos nostálgicos que nos remetem ao passado distante, quando o tempo se escoava lentamente, em oposição aos tempos frenéticos e à agitação das grandes metrópoles. Essas características são largamente utilizadas para o marketing do turismo rural e do ecoturismo, modalidades que têm apresentado um crescimento razoável nas duas últimas décadas, sob o rótulo de segmentos alternativos ao modelo dominante, “sol e praia”.

É interessante insistir no tema da polaridade entre as esferas de trabalho e de lazer, tanto na sua dimensão social quanto na territorial, o que dificulta sobremaneira a análise mais precisa da natureza das territorialidades turísticas, uma vez que as práticas são cada vez mais imbricadas.

Em primeiro lugar, para que muitos se divirtam num território turístico, outros tantos estão trabalhando, isso sem considerar que o mesmo sujeito pode estar em atividades de trabalho e praticando o lazer de modo simultâneo, como nas viagens de turismo de negócios ou de congressos e convenções, segmentos que crescem também de maneira expressiva nos dias atuais. Em segundo lugar, as práticas de lazer e de férias, porque incluídas na esfera de consumo, evidenciam também uma dualidade entre produtor e consumidor, entre vendedor e comprador. No mesmo espaço efetua-se a co-presença, por uns, em situação de trabalho, e por outros, em situação de lazer (Gama e Santos, 1991). Os territórios se superpõem subjugados a novas temporalidades, por exemplo, as áreas centrais de algumas metrópoles como Paris, Londres, Nova Iorque, Madri, Barcelona, Roma, Lisboa nos finais de semana dão lugar a outros freqüentadores –de trabalhadores semanais a turistas– que para suporte de suas atividades necessitam igualmente de trabalhadores locais –são territórios duais que assumem temporalidades igualmente híbridas. O mesmo ocorre nos centros comerciais que se tornam movimentados territórios de lazer, acumulando num mesmo espaço usos distintos, substituindo as antigas ruas centrais das grandes cidades, que aglutinavam cinemas, teatros, galerias de arte, cafés bares, restaurantes, etc. Embora ainda persistam em algumas metrópoles, a competição dos centros comerciais com essas ruas é um fato observado em escala mundial, devido, entre outros fatores, ao agravamento da violência urbana. É evidente que os fatos aqui sumariamente apresentados vão ocasionar desdobramentos de grande repercussão, tanto econômicos –os mais estudados– como sociais, culturais, políticos, territoriais, ambientais.

A análise da dimensão social do turismo tem recebido, marcadamente, nos últimos vinte anos, uma crescente atenção dos estudiosos, que basicamente se dividem, de um lado, em estudar o grupo constituído tecnicamente pela chamada demanda –os sujeitos que fazem

turismo– e de outro lado, pela comunidade receptora, os sujeitos que, no território de destino, ao mesmo tempo que dão o suporte para o turismo acontecer, são envolvidos em relações sociais complexas que modificam, de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo. O resultado é que nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades.

A prática dos lazeres e, por extensão, das férias, é evada de valores éticos, tornando-se, como a esfera do trabalho, quase que uma obrigação, por assumir a conotação de elemento de diferenciação social e pseudo-realização pessoal. Paradoxalmente, o lazer e as férias remuneradas, que deveriam representar uma alforria em relação ao trabalho, vão ser logo submetidos à regulação do modelo econômico dominante, assumindo uma marcante similaridade com as relações sociais que caracterizam a esfera da produção, ou seja, a massificação, a padronização, a prática rotineira, a ausência de criatividade, a competitividade, a escravização ao tempo do relógio.

Do outro lado, observa-se uma complexa trama de relações entre os turistas que chegam ávidos de desfrutar ao máximo a sua viagem e a comunidade receptora que também é heterogênea, segmentada e com interesses diferentes, definindo-se distintas territorialidades, como procuraremos analisar.

Propor uma análise sobre o “fazer turismo” deve iniciar com a tentativa de desvelar as representações sociais que povoam o imaginário do turista, de modo a motivá-lo de forma poderosa a perseguir a fantasia de experimentar algo diferente do seu modo de vida cotidiano, para isto investindo principalmente tempo e dinheiro.

Devido à facilidade de mobilidade na transposição de fronteiras culturais, seja por motivos profissionais, seja para mudança de lugar de moradia e mesmo de país, os quadros de vida são cada vez mais multiculturais, exigindo a aceitação e ou a tolerância das diferenças, como observa Carminda Cavaco: “As próprias modalidades profissionais geram novas práticas territoriais e com elas novas raízes, materiais e imateriais, indutoras de retornos ou pelo menos de visitas, tal como, aliás, as correntes emigratórias no chamado turismo étnico ou de saudade” (Cavaco, 2006: 68).

Em princípio, pode-se propor que as viagens de férias se moldam supostamente sobre um fragmento, já que mobilizam um tempo e um espaço distinto do cotidiano, onde se pode dar livre voo à imaginação, dispondo-se a experimentar tudo o que signifique diferença. O caráter duplamente alteritário de tempo e de espaço confere aos deslocamentos turísticos uma textura particular, alimentada pela memória de outras experiências semelhantes e as expectativas do que está por vir, onde tudo estará sendo exacerbado ainda mais por densas campanhas de

marketing e de publicidade que colorem fortemente o cenário paradisíaco à espera do visitante.

Figueiredo Santos (2002), baseando-se na teoria de campos de Bordieu, faz uma profunda e consistente análise da experiência turística. Bourdieu preconiza a interdependência recíproca entre indivíduos e estruturas sociais, onde o elemento de mediação é o “habitus”. Retornaremos a essa categoria a fim de subsidiar a discussão sobre o desenho de novas territorialidades em função da prática turística. Para Figueiredo Santos, a apreensão da experiência turística transita pelos modos através dos quais certas práticas, bens ou valores, espaço ou tempo, se transfiguram em relação ao cotidiano, ganhando uma aura que se distingue da vida cotidiana, através de artifícios que codificam e decodificam mensagens trabalhadas mentalmente. Para ele, os campos criam necessidades fetichistas que alimentam a ilusão de que a sua satisfação só se pode consumir sob o seu domínio, criando uma fantástica máquina de dependência e manipulação dos indivíduos na prática turística (Figueiredo Santos, 2002). O autor afirma que “a experiência turística, qual desiderato de apropriação simbólica de um mundo reduzido ao estatuto de paisagem, não emerge, nem se edifica apenas na forma de consumo do mundo em objetos, mas como sistema de significados que ele inaugura, no seio da ficcionalização mais geral da experiência” (Figueiredo Santos, 2002: 105).

Do outro lado, nas destinações turísticas, há que desvendar que mecanismos culturais e simbólicos se exercem sobre a população anfitriã, a partir do contato com os visitantes, que permitiria um cosmopolitismo impingido de fora para dentro, que vai produzir consequências inenarráveis em nível das representações sociais, pois a viagem e o conhecimento do novo através do outro –exercício de alteridades distintas–, também se dá entre a população local. Poucos estudos têm sido realizados neste sentido, ou seja, de como a presença do turista transforma aquele mundo imaginário no qual ele tanto deseja emergir e experienciar. É claro que estas relações são tanto mais perturbadoras e inescrutáveis, quanto maior for a expressão da população local, ou seja, quanto mais consolidado estiver seu quadro de vida. Em outras palavras, quanto mais fortes forem as territorialidades estabelecidas sobre vínculos identitários historicamente determinados, mais complexos vão ser os embates e ajustes.

Evocamos novamente Bourdieu (1989) nomeadamente a categoria de “habitus”, já aludida, que permite entender a articulação entre o objetivo e o subjetivo, entre interioridade e exterioridade, enfim conduz à reflexão sobre a construção das territorialidades e ao entendimento da articulação entre o local e o global, imprescindível na análise do turismo.

O conceito de “habitus” foi trabalhado e retrabalhado pelo autor em várias das suas obras. Ultrapassando as abordagens deterministas

iniciais, vai conceber o “habitus” como agente social, ou seja, como o sujeito atua, ao mesmo tempo em que sofre a ação do campo social. Para Bordieu, no “habitus” situam-se as disposições duradouras que se formam na prática da vida social e que se apresentam, ao mesmo tempo, como determinações estruturadas, como resultado do processo histórico e das inter-relações entre os sujeitos, e de disposições estruturantes, enquanto polarizadoras das práticas e das representações individuais e coletivas, delineando nos contextos sociais concretos, as possibilidades de pensamento e de ação (*apud* Figueiredo Santos, 2002: 120). Assim, as condições sociais de existência são interiorizadas pelos indivíduos sob a forma de princípios inconscientes de ação e de reflexão, de esquemas de sensibilidade e de entendimento, subordinados as estruturas de subjetividade. Apesar das dificuldades impostas pela sociedade, o indivíduo, ou grupo, pode inovar as condições socioespaciais, assumindo o status de ator, ou seja, tem a capacidade de escolher, criar e modificar seus quadros de vida. Em última análise, o que está em jogo são os pontos de vista que os sujeitos sociais possuem do território, a partir da posição que nele ocupam, e das posições de conservação ou mudanças resultantes dos seus embates.

Estudos empíricos demonstram uma variedade muito grande de contextos do cotidiano impactados pelas práticas turísticas. Apesar de os cenários e os processos serem diferentes, os resultados finais tendem à homogeneidade, quase indiferentes ao entorno e às condições históricas. Há casos, como no projeto Aldeias Históricas de Portugal, em que algumas aldeias se encontravam quase desertas, devido ao grande despovoamento rural que ocorreu, não passando de aldeias fantasmas. O modelo de turismo que se propôs para sua recuperação acabou por imprimir feições novas a essas aldeias, atendendo aos gostos forjados pela demanda que clama pelo bucólico, artesanal, familiar, pastichizado. Em outros casos, a territorialidade turística é criada em reais vazios demográficos, principalmente, nos novos continentes, através de programas de computador dos planejadores e arquitetos como em Cancún, no México, como em Las Leñas, na Argentina, mesmo a futurista Las Vegas, nos Estados Unidos, criada em pleno deserto. Neste caso, a multiterritorialidade vai sendo construída juntamente com a turistificação dos territórios. É muito comum observar-se que as territorialidades são distintas e nem sempre se sobrepõem, como no exemplo de Cancún, onde os turistas não se apercebem dos bairros residenciais, que abrigam a população local e que também resultam de migrações de outras áreas do país, visto que Cancún não passava de uma pequena aldeia de pescadores.

Pearce e Moscardo (2002) apresentaram um interessante estudo teórico entre os efeitos do turismo nas comunidades locais, sugerindo uma análise baseada na teoria das representações sociais,

argumentando que as atitudes provocadas pelo turismo são parte de uma grande representação da forma pela qual os fenômenos sociais importantes são percebidos. As representações sociais são meta-sistemas complexos do conhecimento diário que perscrutam os valores, crenças, atitudes e comportamentos.

Serge Moscovici, um dos teóricos das representações, observa que não há um conceito unitário para definir as representações sociais, uma vez que estas se expressam através de “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, no curso das comunicações interpessoais. São equivalentes em nossa sociedade aos mitos ou sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podendo ser vistas como uma versão contemporânea do sentido comum” (Moscovici, 1981: 181).

O tema do turismo, sem dúvida, é um tópico interessante para ser focalizado a partir dessa perspectiva, começando pelo questionamento da razão pela qual as comunidades evoluem entre a posição de perplexidade, de adesão, ou de antagonismo ao turismo. A adesão está sempre em função da sua verdadeira inclusão no processo ao vislumbrar reais e potenciais vantagens. Se, entretanto, antevirem perdas, com certeza passarão da adesão à hostilidade. Não raro a hostilidade reside no segmento que anteriormente era constituído por turistas que passaram a residir no local, não tolerando, então, os alardeados incômodos do turismo. A lógica e o conteúdo das representações sociais que são essencialmente dinâmicas envolvem comunicação, discussão e interação social. Através de ações públicas em escala local pode haver uma administração destes conflitos, principalmente no controle de forças do poder econômico monopolizador, a fim de combater possíveis assimetrias, evitando-se, por exemplo, o favorecimento de um determinado grupo em detrimento de outro, mesmo que este seja de origem local.

TURISMO E MULTITERRITORIALIDADE - BUSCANDO A ESSÊNCIA DE TERRITÓRIOS PLURAIS

Nas reflexões anteriores procuramos tecer um pano de fundo para as análises que se seguem e que objetivam mostrar que o território turístico resulta da prática turística, ao mesmo tempo em que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialético de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a multiterritorialidade, cujo marco teórico se apóia basicamente em Haesbaert (2004 e 2005).

Não desconsiderando as diversas dimensões do conceito de território que se compõem pelas perspectivas materialista, naturalista, economicista, jurídico-política, idealista, elegemos a perspectiva integradora como base da reflexão que norteia este ensaio. Desta pers-

pectiva, o território é concreto e abstrato, uma complexa tessitura do material e do ideal.

Yves Barel (1986) insiste na dimensão simbólica do território ao observar que todo território social é um produto do imaginário humano. Assim, territorializar é construir e reconstruir sem cessar o quadro de vida do ator social, tanto materialmente como do ponto de vista das representações. Para a instituição é a sua área de poder e influência; para o indivíduo é uma sutil alquimia entre o pessoal e o coletivo. É oportuno, então, discutir o tema da multiterritorialidade, que significa experimentar vários territórios ao mesmo tempo.

A dinâmica territorial é sempre vida e morte dos territórios, sejam eles contíguos, os chamados territórios-zona, sejam eles espacialmente descontínuos, denominados por Rogério Haesbaert de territórios reticulares (Haesbaert, 2005) produzidos pela estrutura das redes em pontos, arcos e nós, cujos fluxos conduzem bens materiais, energia, pessoas e capitais, assim como bens intangíveis, como idéias e informações.

É no espaço de origem da demanda que se originam os fluxos turísticos, mas é no espaço de destino que se concretiza, produzindo novas territorialidades. Muitas vezes os dois vetores ocorrem no mesmo território, produzindo hibridismo, demarcando fragmentos que se superpõem. Por exemplo, a cidade de São Paulo é o primeiro destino do turismo interno no Brasil e é ao mesmo tempo o principal pólo emissor de demanda para outras partes do país. Esta flexibilidade territorial do mundo contemporâneo, dito pós-moderno, possibilita que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, que alimentam os fluxos internacionais, experienciem uma multiplicidade de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja na sua conexão em rede pelo espaço planetário.

De acordo com Raffestin (1993), os atores sociais ao se apropriarem concreta ou abstratamente de porções do espaço, delimitam territorialidades, mesmo que seja através de representações, o que ocorre no segundo caso. Através da ação de produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço, os homens erigem territórios que se articulam num campo relacional de poder. Assim, as territorialidades que daí resultam expressam a mediação entre os grupos humanos e entre a sociedade e o espaço. Em última análise, rompem com a dicotomia clássica entre sociedade-natureza. Desta perspectiva o território é visto pelo seu papel ativo, como agente de transformação social, assumindo a conotação de ator e não apenas como um receptáculo da ação humana (Santos, e Silveira, 2001).

Esse breve arrazoado teórico nos permite inferir a dimensão ontológica do território.

Um espaço apropriado torna-se um território, expressão de poder, poder não somente do ponto de vista político, no sentido mais con-

creto de fundo dominial, mas expressando também poder no sentido mais simbólico, de apropriação por meio das representações sociais.

O território turístico, em particular, sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade.

Insistimos na importante contribuição de Haesbaert (2004 e 2005) para o entendimento das dinâmicas territoriais, aprofundando a discussão da desterritorialização e da multiterritorialidade ao analisar o processo da construção, desconstrução e reconstrução dos territórios. A este processo denomina territorialização efetivamente múltipla, ou em outras palavras, um entrecruzamento de diferentes territórios (Haesbaert, 2004). O autor argumenta que a desterritorialização é em grande parte relativa e nem sempre revestida apenas de aspectos negativos, porque contém em si a possibilidade de renovação, ou seja, de contrariar a inércia.

APROPRIAÇÃO TERRITORIAL PELO TURISMO SOB LÓGICAS APARENTEMENTE OPOSTAS

A partir das considerações anteriores, pensamos em dois modelos territoriais de turismo, que, em princípio são excludentes por se basearem em lógicas não só distintas, como opostas. Ao primeiro atribuímos o título de “modelo economicista” e ao segundo, “proposta humanista”. Estes dois modelos derivam de observações do processo de implantação do turismo no Brasil, nas duas últimas décadas. Entendemos que o primeiro modelo é um exemplo típico de território descontínuo reticular, de tessitura complexa, de caráter funcional e mercantil, que integra o turismo local-regional ao contexto do mercado global, considerando os fluxos do turismo internacional, capitaneados por macro-atores e submetidos a lógicas verticais, enquanto o segundo expressa o território zona (Haesbaert, 2005), território este visto como abrigo e recurso, prenhe de simbologia, onde predominam as relações de poder local, ditas horizontais.

O turismo como atividade monopolista manifesta-se em países pobres e emergentes não somente na inversão direta de capitais, mas também por benefícios outorgados pelo estado a grandes empresas, as quais, sem investir em infra-estrutura básica, obtêm grandes facilidades para a viabilização dos seus equipamentos, tais como *resorts*, grandes hotéis, parques temáticos, aeroportos, marinas, etc. Esta prática caracteriza o processo de implantação de equipamentos turísticos na América Latina, entre os quais o exemplo de Cancún é um dos mais conhecidos, motivado pela valorização dos atrativos tropicais sob o signo sol e praia, como já sinalizamos no princípio.

No Brasil, este modelo está sendo formatado com grande força na região Nordeste, através do programa denominado PRODETUR-NE, desde o início dos anos 90 (séc. XX), sendo responsável por uma grande transformação na valorização do território, produzindo-se novas territorialidades que se expressam na paisagem através de formas estandarizadas, atribuindo-se ocasionalmente ao Nordeste o *slogan* de “Caribe brasileiro”. O empreendimento Costa do Sauípe, no estado da Bahia, é um dos melhores exemplos da atualidade, recorrendo inclusive à criação de simulacros, como a construção de uma aldeia “tradicional” de pescadores com a sua não menos “tradicional” e “singela” pousada.

Este modelo de implantação, que denominamos também de modelo tecnocrático –hegemônico, está subordinado a um sistema reticular de fluxos, “exigente de fluidez e sequioso de velocidade” como observa Santos (2000: 106), apesar de o autor não estar se referindo especificamente ao turismo, tema que não aprofundou em seus trabalhos. Vincula-se aos sistemas produtivos globais, dominados por macroatores, que produz a valorização seletiva dos lugares, conjugando possibilidades (mundo) com oportunidades (locais). Expressa uma solidariedade do tipo organizacional verticalizada, cujas relações de agregação e cooperação entre os atores produzem uma estrutura em que predominam fatores externos aos espaços de sua incidência, configurando, portanto, territórios descontínuos, unidos por pontos em rede. Trata-se de uma regulação subordinada porque, na sua maior parte, é capitaneada por macroempresas transnacionais. Referindo-se a esta lógica de apropriação do território, Milton Santos e María Laura Silveira observam:

À medida que o território brasileiro se torna fluido, as atividades econômicas se difundem e uma cooperação entre as empresas se impõe, produzindo-se topologias de empresas de geometria variável, que cobrem vastas porções do território, unindo pontos distantes sob uma mesma lógica particularista. Os sistemas de engenharia que permitem esse relacionamento constituem recursos públicos, cujo uso privatista autoriza dizer que um novo processo ganha corpo – o da privatização do território (Santos e Silveira 2001: 291).

Os megaempreendimentos subordinados a esta lógica desenham novas funcionalidades territoriais, desestruturando a organização social local, imprimindo, portanto, novos valores ambientais e socioculturais, desenhando de maneira arbitrária e autoritária novas territorialidades. Visto por outro lado, pode-se argumentar que desencadeiam reações locais, mesmo que em curto prazo, introduzem novas formas de sociabilidade, marcadas pelo hibridismo e pela flexibilidade, o que pode beneficiar antigos territórios ao permitir o rompimento de inércias. Podemos resumir as características desse modelo de apropriação territorial através dos itens elencados a seguir:

- do ponto de vista locacional, está comprometido com a articulação local-global, sendo planejado para a atuação em larga escala, embora no discurso oficial esteja vinculado ao chamado “desenvolvimento” regional;
- do ponto de vista econômico, é alimentado basicamente por capitais externos, com contrapartida de capitais nacionais, prometendo geração de emprego e de renda, captação de divisas, voltando-se principalmente para a demanda turística internacional, ofertando incentivos à iniciativa privada, inclusive isenção de tributos, em muitos casos;
- do ponto de vista técnico, resulta de um planejamento imposto em escala federal, baseado na racionalidade e na funcionalidade, necessitando de infra-estrutura pesada a cargo do setor público que tem privilegiado as empresas corporativas outorgando-lhes benefícios de toda sorte, desde incentivos fiscais até a logística a fim de favorecer a viabilidade dos projetos, como implantação de rede de transportes, de rede de energia elétrica, de abastecimento de água, de comunicações, conduzindo à formação de *clusters* a fim de adensar, em escala reduzida, os recursos financeiros, técnicos e organizacionais, objetivando a reprodução ampliada do capital investido. Em última análise, essa lógica causa um grande ônus social às comunidades locais, tanto de forma indireta, como má alocação de recursos no estabelecimento de prioridades que não contemplam os habitantes locais e, de forma direta, como por exemplo, aumento de IPTU (imposto predial territorial urbano) nos municípios turísticos para custear equipamentos, nem sempre necessários aos residentes;
- do ponto de vista ambiental, promete a sustentabilidade em suas diversas dimensões, em particular na esfera ecológica, que via de regra é desconsiderada, como por exemplo através de construção de equipamentos sobre geossistemas litorâneos frágeis, tais como sistemas dunares e manguezais, que são aterrados para dar lugar a marinas, parques aquáticos, clubes de recreio, portos fluviais e marítimos ou aeroportos junto a áreas metropolitanas densamente povoadas;
- do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã, que freqüentemente é alijada do processo por não apresentar qualificação profissional adequada, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados e, portanto, mal remunerados.

Sob tal modelo encontramos vários mega-empresendimentos turísticos de capitais globais, que estão sendo implantados com incentivos do PRODETUR-NE, já na sua segunda fase de atuação na Região Nordeste, cuja primeira fase foi iniciada nos primeiros anos da década de 1990, contemplando o segmento “sol e praia”. Em áreas de praias quase desertas, de rara beleza cênica, de baixa densidade populacional, ocupadas eventualmente por pequenas aldeias de pescadores, impõem novas territorialidades que estão modificando radicalmente o mapa e a paisagem regional. A título de exemplo, transcrevemos um texto, publicado num jornal de grande circulação no Brasil:

Até 2007, 19 redes hoteleiras que já operam ou pretendem se instalar no País deverão inaugurar 23 novos empreendimentos, a maior parte no segmento de *resorts*. Apenas no litoral norte da Bahia, em uma faixa de 85 quilômetros ao norte de Salvador, quatro novos mega *resorts* irão representar uma injeção de R\$1,2 bilhão no Estado. Os grupos portugueses Vila Galé e Reta Atlântico, o espanhol Iberostar e o italiano Orísio planejam resorts sofisticados para aquela que é considerada a faixa mais cobiçada do litoral nordestino (*Estado de São Paulo*, 22-06-2004).

Além de visarem ao turista doméstico e internacional de modo geral, esses grupos costumam atrair clientes de seus países de origem. Contam, para isso, com redes próprias ou parceiras de operadores e agentes de viagem, configurando a rede verticalizada à qual nos referimos. É o caso do grupo espanhol Iberostar, com a construção de um *mega-resort* orçado em US\$200 milhões na Praia do Forte, também no litoral da Bahia, onde se instalam quatro hotéis e um campo de golfe, entre outros equipamentos, em uma área aproximada de 2 milhões de metros quadrados e um quilômetro de praia. Além de administrar 75 hotéis pelo mundo, o grupo espanhol é proprietário de uma grande operadora (Iberojet), uma rede com mais de 450 agências (Viajes Iberia) e parceiro de diversas agências européias, como a tradicional Thomas Cook. A empresa possui ainda uma companhia aérea para vôos fretados, a Iberoworld, com 11 aviões de médio e grande portes.

Subordinado a outra lógica, apresentamos um modelo territorial de turismo, o qual nomeamos de proposta humanista, que é concebida, implantada e gestionada pelos vários segmentos que compõem a população local, mobilizando recursos endógenos, expressando o que Milton Santos denomina de exercício das horizontalidades, ou seja, o fortalecimento de uma integração solidária local. Referindo-se às horizontalidades, Milton Santos afirma: “na verdade são contra-racionalidades, isto é, formas de convivências de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (Santos, 2000: 110).

As reflexões a seguir dizem respeito à implantação do turismo em territórios anteriormente apropriados e que, pelo menos, atendem aos seguintes requisitos: a) os recortes territoriais mantêm um adensamento populacional que permitia vínculos sócio-espaciais entre seus habitantes, expressando uma apropriação territorial, ainda que simbólica; b) as atividades econômicas que davam suporte a estas comunidades –monoatividade ou poliatividade– encontram-se em crise ou em vias de transformação, não permitindo mais o suprimento das necessidades comunitárias, pelo menos, as básicas; c) as comunidades não se encontram geograficamente isoladas, articulando-se minimamente com o exterior por uma rede de transportes e de comunicação; d) o território dispõe de um capital social e material capaz de alavancar mudanças que transformem estes territórios em meios inovadores através do empreendedorismo local.

A fim de fundamentar esta proposta valemo-nos do modelo de Boisier (2001) apresentado como sendo uma estrutura conceitual para o desenvolvimento, que está fundamentado em quatro marcos que o autor denomina de: marco valórico, marco instrumental, marco endógeno e marco sinérgico. O autor coloca no centro do conceito de desenvolvimento a valorização do ser humano enquanto ser individual e social, sinalizando como requisito fundamental a possibilidade de todo indivíduo alcançar sua plena dignidade enquanto sujeito do desenvolvimento, elegendo os valores: liberdade, democracia, justiça, ética, estética, solidariedade como decisivos (Boisier, 2001:24). Enunciamos a seguir as características deste modelo, que adaptamos para o turismo:

- o marco territorial constitui um território zonal, portanto contíguo, perseguindo-se a sustentabilidade em todas as suas dimensões, apesar de termos sempre manifestado uma certa desconfiança em torno da expressão desenvolvimento sustentável que, como rótulo, é empregado de maneira generalizada podendo significar, de acordo com quem a utiliza, apenas falácia ou engodo. Porém, não resta a menor dúvida que esta expressão, do ponto de vista semiológico, tem uma abrangência monossêmica unificando todo discurso sobre sustentabilidade, subordinada aos princípios de eficácia econômica, justiça social e conservação ambiental, conforme propostas do relatório *Our Common Future* (1987) divulgadas com maior ênfase, a partir da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro);
- o marco valórico é ancorado na democracia, na justiça, na ética e na solidariedade, entendendo que o ser humano, como indivíduo e como sujeito coletivo, vive em sociedade e tem, antes de tudo, um compromisso com os seus semelhantes;
- o marco material ou instrumental reúne os recursos materiais, as condições de pleno emprego com dignidade, a distribuição equitativa dos benefícios e o uso de tecnologias de baixo impacto,

incentivando o resgate dos saberes tradicionais, elementos fundamentais para empreendimentos de turismo rural, só para citar um segmento;

- o marco endógeno propõe a valorização do capital cognitivo, cultural, simbólico, priorizando a identidade territorial. Aqui também colocam-se os valores cívicos e institucionais, sendo imprescindível a participação do estado, que não pode ser isentado das suas funções básicas, muito pelo contrário, o setor público é fundamental para dar respaldo material e jurídico ao projeto.

A dimensão política nos remete às relações de força por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os sujeitos sociais, bem como à formação de identidades sociais e práticas de gestão. Na prática política há normalmente um desequilíbrio nas relações de poder, onde alguns atores o exercem, enquanto outros a eles se subordinam. Com muita frequência os interesses pessoais ou de alguns grupos estabelecem prioridades de ação a fim de auferir vantagens que se sobrepõem ao coletivo. A estrutura do poder entre os sujeitos presentes no território é uma combinação variável entre o peso relativo dos empreendedores locais e das relações estabelecidas com o exterior. O exercício de poder dos sujeitos no lugar e sobre o lugar dá-se, de um lado, pela capacidade de construção das mediações necessárias ao funcionamento do sistema local de modo a fortalecê-lo e, de outro lado, ao lançar mão de meios externos para assegurar sua reprodução. Os empreendedores locais, qualquer que seja a modalidade da mediação, seja como membro de uma cadeia integrada ou franqueada, seja como membro inserido em redes institucionais amplas (veja-se, por exemplo, a rede DLIS–Desenvolvimento Local Integrado Sustentável), podem contribuir para expansão do sistema local, amparando-se no poder que lhes confere a aludida articulação e inserção. Essa capacidade de mediação interfere muito no peso relativo dos sujeitos sobre os lugares. Assim, os vários segmentos envolvidos no turismo necessitam negociar suas estratégias com o poder público local, colocado em posição de arbitragem. Cabe a ele mediar a relação/oposição com outras lógicas que podem definir a supremacia para outros setores da economia, como por exemplo, da indústria, do comércio, da agricultura, da pesca, da aquicultura. Na verdade, a pluriatividade dá mais margem de manobra para os territórios, atribuindo-lhes maior autonomia.

Tal modelo de território se assemelha, grosso modo, ao que tem sido relatado na literatura pelo Grupo Europeu de Pesquisas sobre Ambientes Inovadores (GREMI), cujos estudos e debates em países da União Européia, particularmente da Itália, foram dirigidos por Giacomo Becatini, Sebastiano Brusco, Fabio Sforzi e Gioacchino Garafoli, sendo divulgados sob o título de *Local Productive Systems*, referindo-se na sua maioria aos antigos distritos industriais marshallianos, que

acabaram dando respaldo científico à teoria do desenvolvimento local, como relata Veiga (2002).

Têm aparecido na literatura especializada relatos de projetos que, sob a proposta de desenvolvimento do turismo com base local, estão se dando na América Latina, como na Costa Rica (Morera, 1998), na Argentina, (Varisco, 2004) e muitos no Brasil, como o projeto de agroturismo no estado do Espírito Santo (Portuguez, 1999), o Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, na região metropolitana de Curitiba (Tarlombani, 2001), além de outros estudados pelo grupo Turismo e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (RS), dirigido por Joaquim Anécio de Abreu, só para citar alguns exemplos, sem nenhuma intenção de ser exaustiva.

ENCAMINHANDO NOVAS REFLEXÕES

A contigüidade espacial entre os sujeitos envolvidos com o turismo não garante, de fato, sua cooperação, a qual depende, antes de tudo, da capacidade de construir novas territorialidades através de um consenso local que permita a união de forças, tendo em vista um objetivo comum. A fragmentação das diferentes culturas, constituindo multiterritorialidade pode ser vista tanto pelo seu viés alienante, reprodutora de opressão e exclusão social, como pela sua força de articulação, oposição e resistência no efetivo exercício das horizontalidades, processo que poderá ensejar a apropriação e consolidação do território em novas bases. A administração pública tende a se tornar flexível também, a fim de responder aos anseios da comunidade, abrindo-se à participação da sociedade civil organizada nas decisões. Isto se deve fortemente ao crescimento das organizações não-governamentais, com o conseqüente aumento do poder de barganha no cenário político. Palavras como *stakeholders* e *empowerment* passaram a ser usadas com frequência a partir da década passada (anos 1990). Todavia, é importante salientar que, apesar do discurso de participação e “empoderamento”, os organismos internacionais não deixaram de influenciar, padronizar e controlar as decisões. Observa-se, lamentavelmente, com muita frequência, a interferência dos agentes externos na orientação das ações coletivas locais, transformando a chamada participação popular em estratégias de dominação e não como um caminho para o exercício pleno da cidadania. Isto já é perceptível em alguns casos de projetos turísticos em território brasileiro, os quais são apresentados até na literatura especializada, decorrente de eventos científicos, como iniciativas muito exitosas. É o caso da Prainha do Canto Verde, no estado do Ceará e de Silves e Mamirauá, no estado do Amazonas, amparadas por ONGs, só para citar alguns exemplos.

Não se deve negligenciar o papel dos novos fluxos de população residente que demandam os territórios turísticos com fins de trabalho, trazendo pouca ou nenhuma qualificação profissional, pouco ou nenhum

recurso material, mas muita esperança de se engajar no mercado de trabalho, formal ou informal. Este é um tema complexo que não tem sido tratado nos estudos acadêmicos. Esta população é vista freqüentemente como um mal necessário e a ela são imputadas todas as mazelas dos territórios rápida e densamente turistificados. Habitam em barracos ou em casas autoconstruídas em terrenos ilegalmente ocupados, geralmente em bairros periféricos que se multiplicam em territórios muitas vezes protegidos por legislação ambiental restritiva. Tristes exemplos que podem ser observados na Serra do Mar, junto ao Guarujá, e nas periferias serranas de Campos de Jordão, dois centros turísticos dos mais sofisticados do estado de São Paulo. Embora socialmente segregados, trata-se de territórios densamente consolidados, portadores de sólida consciência territorial construída sobre práticas cotidianas consensuais. A estética paisagística que caracteriza os bairros da periferia social do Guarujá é a da “pobreza tropical exuberante”, o reverso do cartão postal dos bairros nobres de Campos de Jordão, pastiche europeu, prova cabal de que a multiterritorialidade dos espaços turísticos coexiste de forma democrática, mesmo que, aparentemente, expresse contra-racionalidades.

Vale a pena, para finalizar, sugerir linhas de pesquisa que não só dêem sustentação a projetos de turismo com base local, mas também sirvam como canal para socializar o conhecimento neste tema de estudo, a fim de encorajar novos projetos em âmbito acadêmico, assim como dar subsídios para novas políticas e ações na prática turística.

BIBLIOGRAFIA

- Barel, Y. 1986 “Le social et ses territories” em Auriac, F. e Brunet, R. *Espaces, jeux et enjeux* (Paris: Fayard).
- Baudrillard, J. 1970 *La société de consommation* (Paris: Gallimard).
- Beni, M. 2003 *Globalização do turismo. Megatendências do setor e a realidade brasileira* (São Paulo: Aleph).
- Bertoncello, Rodolfo. 2002 “Turismo y territorio. Otras practicas, otras miradas” em *Revista Aportes y Transferencias* (Mar del Plata) 6 (2).
- Boisier, Sergio 2001 “Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial”. em *Revista Interacciones* (Campo Grande) Vol. 2, N° 3.
- Bourdieu, P. 1990 *Coisas ditas* (São Paulo: Brasiliense).
- Bourdieu, P. 1989 *O poder simbólico* (São Paulo: Difel).
- Brunet, R. 1990 *Territoire dans les turbulences* (Montpellier: Reclus).
- Butler, R. W. 1980 “The Concept of a Tourism Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources” em *Canadian Geographer*, N° 24.

- Cavaco, C. 2006 “Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta” em Almeida, J. A. e Souza, M. (orgs.) *Turismo rural. Patrimônio, cultura e legislação* (Santa Maria: Facos-UFSM).
- Cavaco, Carminda 1996 “Turismo rural e desenvolvimento local” em Rodrigues, Adyr B. (org.) *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoque regionais* (São Paulo: Hucitec).
- Chadefaud, M. 1987 *Aux origines de tourisme dans les pays de l’Adour du mythe a l’espace: um essai de géographie historique* (Pau: Département du Géographie et d’Aménagement de l’ Université du Pau).
- Coriolano, L. M. 2004 *Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas*. Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Sergipe.
- De Masi, D. 2000 *O ócio criativo* (Rio de Janeiro: Sextante).
- Di Meo, G. 1996 *Les territoires du quotidien* (Paris: L’Harmattan).
- Di Meo, G. 1991 *L’Homme, la société, l’espace* (Paris: Anthropos).
- Figueiredo Santos, J. M. 2002 *Turismo - mosaico de sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística* (Lisboa: Colibri).
- Gama, A. e Santos, N. P. 1991 “Tempo livre, lazer e terciário” em *Actas da II Jornada de Geografia Humana: Terciário e desenvolvimento* (Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos).
- Guattari, F. 1985 “Espaço e poder: a criação de territórios na cidade” em *Espaço e Debates*, 5 (16).
- Haesbaert, R. 2005 “Da desterritorialização à multiterritorialidade” em *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* (São Paulo).
- Haesbaert, R. 2004 *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Hiernaux-Nicolas, D. 1994 “En busca del Edén. Turismo y territorio en las sociedades modernas” em *Revista Ciudades, Red Nacional de Investigación Urbana* (Universidad Autonoma de Puebla).
- Mantero, J. C. 2004 “Desarrollo local y actividad turística” em *Revista Aportes y Transferencias* (Mar Del Plata) 8 (1).
- Marchena Gomez, M. s/d. *Un ejercicio prospectivo: de la industria del turismo “fordista” al ocio de la producción flexible* (Sevilha) (mimeo).
- Miossec, J. M. 1977 “Un modèle d’espace touristique” em *L’Espace géographique* (Paris) 6 (10).
- Molina, A. 2003 *O pós-turismo* (São Paulo: Aleph).
- Moreno, Luís 2002 *Desenvolvimento local em meio rural. Caminhos e caminhanças*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Morera, C. M. 1998 *Turismo sustentable em Costa Rica* (Quito: Abya-Yala).

- Moscovici, Serge. 1981 "The Phenomenon of Social Representations" em Farr, R. M. e Moscovici, S. (orgs.) *Social Representations* (Cambridge: University of Cambridge).
- Pearce, P. L. e Moscardo, Gianna 2002 "Análise do turismo comunitário – fazendo as perguntas certas" em Pearce, D. e Butler, R. W. (orgs.) *Desenvolvimento do turismo. Temas contemporâneos* (São Paulo: Contexto).
- Portuguez, A. 1999 *Agroturismo e desenvolvimento regional* (São Paulo: Hucitec).
- Raffestin, C. e Turco, A. 1984 "Espace et pouvoir" em Bailly, A. *Les concepts de la géographie humaine* (Paris: Masson).
- Raffestin, C. 1993 *Por uma geografia do poder* (São Paulo: Ática).
- Rodrigues, Adyr Balastrieri 2003 "Patrimônio, território y emprendedorismo: pilares del desarrollo del turismo con base local" em *Revista Aportes y Transferencias* (Mar del Plata) 2 (7).
- Rodrigues, Adyr Balastrieri 1996 "Percalços do planejamento turístico" em Rodrigues A. B. (org.) *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record).
- Santos, Milton e Silveira, María Laura 2001 *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI* (Rio de Janeiro: Record).
- Seguí Lhinas, M. 1996 "El espacio turístico y su consumo en la isla de Mallorca" em Rodrigues, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais* (São Paulo: Hucitec).
- Tarlobani, M. A. 2001 "Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local" em Rodrigues, A. B. (org.) *Turismo rural. Práticas e perspectivas* (São Paulo: Contexto).
- Tizon, Ph. 1996 "Qu'est-ce que le territoire" em Meo, Gui (org.). *Les territoires du quotidien* (Paris: L'Harmattan).
- Touraine, A. 1969 *La société post-industrielle* (Paris: Denöel).
- Varisco, Cristina 2004 "El cluster turístico de Miramar" em *Revista Aportes y Transferencias* (Mar del Plata) 8 (2).
- Veiga, J. E. 2002 "A face territorial do desenvolvimento" em *Revista Interações* (Campo Grande) 3 (5).
- www.dlis.com (Desenvolvimento Local Integrado Sustentável).

RODOLFO BERTONCELLO*

TURISMO, TERRITORIO Y SOCIEDAD. EL “MAPA TURÍSTICO DE LA ARGENTINA”

INTRODUCCIÓN

Argentina vive un notable auge turístico en la actualidad, observable tanto en el incremento de las llegadas de turistas internacionales como en la multiplicación de lugares de destino y de productos turísticos. Esta situación ha llevado a un creciente interés por el estudio del turismo, revirtiendo la situación contraria que había predominado en el país hasta hace poco tiempo (Bertoncello, 2005). Este interés se refleja también en la geografía, entre otras razones por la evidencia de los profundos cambios que se reconocen en el mapa turístico argentino en las últimas décadas.

Los estudios geográficos sobre el turismo han estado fuertemente amarrados a una matriz interpretativa tradicional, que ha centrado su atención en la descripción de la distribución espacial de lugares de origen, destino y flujos turísticos. En el caso específico de los lugares de destino turístico, estas perspectivas tradicionales han abordado la descripción de sus rasgos o atributos distintivos, tomando como guía los estudios de tipo regional. Como consecuencia de esto, la condición de destino turístico de determinados lugares ha sido vista, fundamen-

* Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y profesor de la Universidad de Buenos Aires, Argentina.

talmente, como resultante de la existencia, en esos lugares, de rasgos o atributos característicos –usualmente denominados atractivos turísticos– cuya presencia incentiva el interés de los turistas y, por lo tanto, su visita (Lozato-Giotart, 1987; Barrado y Calabuig, 2001).

Otras perspectivas, sin desconocer la importancia que las especificidades de los lugares tienen en el turismo, proponen considerar su análisis a la luz de los procesos sociales más generales en los cuales cobran sentido tanto la práctica turística como los atractivos turísticos que la sustentan¹. Desde esta perspectiva, interesa el análisis de los procesos específicos que conducen a la valorización turística de determinados lugares merced a la transformación de sus rasgos específicos en atractivos turísticos, llevada a cabo por actores sociales concretos e intencionados que intervienen en estos procesos, ya sea actuando desde el lugar en cuestión o desde otros lugares. Al mismo tiempo, los resultados de este análisis geográfico del turismo pueden aportar a la comprensión de las relaciones entre sociedad y territorio en un sentido más amplio.

Este trabajo se propone analizar las características del mapa turístico de Argentina poniendo énfasis en el análisis de los lugares de destino turístico², para describir sus rasgos fundamentales y sus transformaciones a lo largo del tiempo. Interesa reconocer cuáles son los atributos específicos de los lugares que, convertidos en atractivos turísticos, definen su condición de destinos turísticos, y cómo esto se relaciona con las modalidades que el turismo adopta en cada momento, en vinculación con las tendencias y transformaciones sociales generales.

El tratamiento del tema se organiza bajo dos títulos principales. El primero aborda lo que denominamos “turismo tradicional” y corresponde a una forma de organización del territorio turístico que se consolida hasta la década de 1970. El segundo se aboca a la consideración de las transformaciones que dicha organización atraviesa en las dos últimas décadas; lo denominamos “el nuevo mapa turístico”. Esta distinción responde a los objetivos del texto y no debería ser interpretada como un quiebre en un proceso de transformación que, en gran medida, puede caracterizarse por la constancia de permanentes cambios y continuidades a lo largo del tiempo.

1 Una discusión de esta cuestión puede verse en Bertonceilo y Zusman (2003).

2 Si bien no se desconoce que el estudio del territorio turístico podría considerar también los lugares de origen y las características de los flujos, ellos no serán objeto de tratamiento en este texto, en el que la expresión “mapa turístico” refiere exclusivamente al conjunto de lugares de destino turístico del territorio nacional. Sólo conviene decir que, dada la distribución territorial de la población y la riqueza en la Argentina, el grueso de los flujos turísticos internos tienen su origen en el Área Metropolitana de Buenos Aires, al tiempo que esta ciudad sigue siendo la principal puerta de entrada del turismo internacional.

EL “MAPA TURÍSTICO TRADICIONAL” DE LA ARGENTINA

En el contexto de la redemocratización del país, en 1984, el organismo sectorial nacional da a conocer las Bases para un plan federal de turismo (Argentina, 1984) cuya descripción del sistema turístico nacional puede tomarse como punto de partida para este análisis. Recurriendo a un esquema de división regional tradicional del territorio del país, el plan enumera en cada una de las regiones un amplio conjunto de destinos turísticos, describiendo sus características. Más allá de las aspiraciones de asegurar el equilibrio y la representación de todo el país que puede intuirse por detrás de esta presentación (comprensible y esperable en un plan federal), la lectura del texto permite ver que, en verdad, existe un número limitado de lugares de destino turístico de importancia, ya sea por su consolidación histórica, su presencia en las representaciones turísticas o por el volumen de turistas que reciben. En la región noroeste se destacan la Quebrada de Humahuaca y las ciudades de Salta y Tucumán; en el Nordeste, las Cataratas del Iguazú; en Cuyo, la ciudad de Mendoza y los faldeos montañosos próximos a ella. En la región centro, dominan las sierras de Córdoba, y en la región pampeana, Mar del Plata, los restantes balnearios de la costa atlántica bonaerense y también la ciudad de Buenos Aires. Por último, en la región Patagónica se encuentran los parques nacionales del área andina, destacándose el Parque Nacional Nahuel Huapi y la ciudad de Bariloche vinculada a éste.

Esta presentación, que por supuesto no es exhaustiva pero sin dudas es representativa de los principales destinos turísticos del país en ese momento, resulta de interés porque, por una parte, es el resultado de un largo y heterogéneo proceso de valorización turística del territorio nacional. Por otra parte, porque este sistema turístico será objeto de importantes transformaciones entre esa fecha y la actualidad.

LOS ALBORES DEL TURISMO EN ARGENTINA: ELITES Y CONSOLIDACIÓN NACIONAL

Diversos trabajos (Schlüter, 2001 y Ospital, 2005) han indagado sobre el turismo en Argentina, señalando que el mismo comienza a desarrollarse en las últimas décadas del siglo XIX, en correlación con el proceso de organización nacional y la consolidación del modelo económico agro exportador. Se trata de un turismo que puede adscribirse al denominado turismo de elite, en tanto practicado sólo por los sectores sociales más acomodados de la población, quienes emulando comportamientos sociales de grupos europeos con los que se identifican, comienzan a viajar con fines turísticos hacia algunos lugares del país. El turismo tiene para estos grupos una clara función social, en la medida en que se trata de una práctica compartida que define y refuerza el grupo de pertenencia.

cia y establece claras distinciones respecto de los otros; en gran medida, es una práctica social complementaria a otras que, con roles similares, conforman los hábitos de recreación de estos grupos en la ciudad de Buenos Aires. Forma parte, en definitiva, de los hábitos y costumbres que se definen como “civilizados” y que establecen claras distinciones sociales³ respecto de quienes no los practican, algo fundamental en un grupo que está definiendo su propio lugar social, en el contexto de una sociedad atravesada por la inmigración masiva y tensada por los procesos de integración nacional.

¿Qué lugares pueden ser valorizados como destinos turísticos en este contexto? En primer término, aquellos que cuenten con características naturales que habilitan esta práctica social: lugares de playa, de montaña, con paisajes pintorescos, similares a los que muestran los destinos turísticos europeos. Sin embargo, estos atributos son valorizados fundamentalmente como entorno o paisaje, como “contexto” de la práctica turística, y no como sustento de prácticas específicas; ejemplo de esto es lo que sucede en Mar del Plata, donde la playa es fundamentalmente el ámbito de reunión, o el paisaje visible desde la rambla y los ventanales de los grandes hoteles, estos sí auténticos lugares de reunión (atractivos turísticos?), teniendo el baño de mar una función muy secundaria (Villar y Bilbao, 2000). En segundo término, estos lugares deben ser accesibles, y el ferrocarril que se está extendiendo en el territorio nacional tiene un rol fundamental en la definición de estos lugares, no sólo porque permite el traslado de los turistas, sino por el papel que las empresas ferroviarias juegan en la prestación de servicios turísticos. En tercer lugar, aquellos que puedan ofrecer el equipamiento indispensable, fundamentalmente de alojamiento; el *grand hotel* será el tipo de alojamiento paradigmático de este tipo de turismo, pues en tanto “avanzada de la civilización y la modernidad en medio de la nada” (retomando las imágenes que asociaban el desierto con la barbarie), permiten que ella se lleve a cabo. En síntesis, serán unos pocos lugares, y aunque vayan aumentando a lo largo del tiempo, serán siempre destinos específicos y puntuales: el turista se dirige a ellos desde su lugar de origen, permanece en ellos un período acotado de tiempo, y regresa a su lugar de origen.

¿Cuáles han sido estos lugares? Sin dudas, Mar del Plata es el destino turístico paradigmático de este período y modalidad turística. Antiguo asentamiento poblacional vinculado a la ganadería y el comercio, y oficializado como pueblo recién en la década de 1870, con la llegada del ferrocarril en 1886 y la inauguración del Hotel Bristol en

3 Una discusión instigadora sobre el turismo como práctica de distinción y su papel en la consolidación de Mar del Plata, puede verse en Cabrera (2003).

1888 (Barili, 1991), la “perla del Atlántico” se convertiría en el destino turístico obligado de una elite social que se consolida como tal a través de esta práctica. Son también las localidades serranas de Córdoba, en torno a cuyos grandes hoteles (como el Edén Hotel de La Falda o el Hotel Sierras de Alta Gracia) se iría consolidando un turismo vinculado, asimismo, con la salubridad del aire serrano. Son también los centros termales, con sus grandes hoteles organizados en torno a las salas de baño y las funciones curativas, tales como el Gran Hotel Termas de Rosario de la Frontera (provincia de Salta-1896) o el de Termas de Reyes (provincia de Jujuy, inaugurado en torno a 1900) (Schlüter, 2001).

Si los últimos años del siglo XIX fueron los de expansión de esta modalidad turística, las primeras dos décadas del siglo XX serían su período de esplendor, tras el cual comenzaría un largo y heterogéneo proceso de “decadencia” y transformación, a partir de la llegada de nuevos turistas, y la consiguiente transformación de la práctica y los lugares turísticos.

Por último, y aunque se consoliden un poco más tarde, debe hacerse referencia también a los primeros Parques Nacionales de Argentina: el Nahuel Huapi y el Iguazú. Especialmente el primero contó con afluencia turística ya en años anteriores a su creación en 1934, lo que fue transformando al antiguo poblado de San Carlos de Bariloche (vinculado al transporte a través del lago Nahuel Huapi y el comercio con Chile) en un incipiente destino turístico ya en este período, reservado entonces a un público exclusivo.

LA MASIFICACIÓN DEL TURISMO EN ARGENTINA: EL DERECHO AL DESCANSO

El panorama turístico descrito anteriormente fue transformándose lenta y paulatinamente ya desde las primeras décadas del siglo XX, en consonancia con los cambios sociales generales del país. Ellos conducirán a la consolidación, hacia mediados de siglo, de prácticas turísticas que pueden ser adscriptas al denominado turismo masivo, no sólo por el aumento del volumen de turistas sino, y fundamentalmente, por la vinculación del turismo con el mundo del trabajo y su reconocimiento como un derecho asociado al mismo.

En efecto, en Argentina el mundo del trabajo presentó una paulatina consolidación de derechos laborales tales como la limitación del tiempo de trabajo diario y semanal, los días de descanso y, finalmente, el descanso anual pago: las vacaciones (Cabrera, 2003). Se trata de un proceso cuyo análisis excede a este trabajo, que por cierto fue conflictivo y estuvo muy vinculado con los avatares políticos y económicos del país, pero que fue consolidándose en intensidad y en cantidad de trabajadores que pudieron acceder a ellos. El

derecho al descanso se va asociando cada vez más con el turismo, en la medida en que éste es visto como una instancia de recuperación física y psíquica necesarias para el mundo laboral. Paulatinamente, el turismo se instala como una necesidad y, también, como un derecho (Bertoncello, 2002).

El período de gobierno peronista, en torno a la mitad del siglo XX, se constituye como un momento paradigmático de este proceso, cuyo reconocimiento no debe, sin embargo, llevar a desconocer que muchos de los cambios y las “conquistas sociales” de ese momento tenían raíces en procesos anteriores. La política social de redistribución y beneficio de los trabajadores tuvo un componente importante en el turismo, por una parte, a través de la oferta de turismo social administrada directamente por el gobierno y, en particular, por la Fundación Eva Perón. Por otra, a través de la consolidación de las estructuras sindicales que, entre otros beneficios para sus afiliados, comenzarían a ofrecer servicios turísticos, en muchos casos en sus propios establecimientos (Cabrera, 2003 y Scarzanella, 1998).

La crisis del modelo agro exportador, y la paulatina consolidación de un modelo económico vinculado con la industrialización y el mercado interno, fueron expandiendo la base de trabajadores urbanos; esto, junto con la ampliación de los derechos laborales y el creciente acceso al consumo (parte consustancial de la política económica) permitió que sectores cada vez más amplios de la sociedad pudieran acceder a la práctica turística. En otras palabras, el turismo se fue convirtiendo en un componente cada vez más importante de una sociedad que estaba consolidándose como una sociedad de consumo; al igual que sucede con otros bienes y servicios, su demanda es incentivada por los agentes económicos involucrados en la actividad, a través del establecimiento de las habituales relaciones entre consumo, estatus y distinción social.

Gran importancia tuvo también la difusión del transporte automotor, que desplazó al ferrocarril de su primacía absoluta para el transporte de pasajeros. Por una parte, el automóvil dio una mayor flexibilidad a los desplazamientos, permitiendo tanto el viaje hacia lugares no servidos por el ferrocarril, como el desplazamiento más aleatorio y por etapas; la paulatina consolidación de la red de caminos fue condición necesaria para esto. Por otra, los intereses económicos vinculados al transporte automotor incentivaron los viajes, promoviendo la visita de lugares cuyos rasgos peculiares son convenientemente utilizados por la publicidad. También las instituciones vinculadas con el automovilismo, como el Touring Club y el Automóvil Club Argentino, tuvieron una importancia creciente en la incentivación de los viajes, brindando información y servicios indispensables para los viajeros (Ballent, s/f).

Estos cambios sociales conllevaron a la transformación de la práctica y, también, del mapa turístico del país: los tradicionales destinos turísticos se modificaron profundamente, y muchos otros fueron sumándose y consolidándose. El mapa turístico descrito por el Plan federal de turismo de 1984 expresa los resultados de este proceso; para comprenderlo mejor, conviene observar los principales destinos turísticos.

En consonancia con los nuevos tiempos en el país, y tal como sucede también en otros países, la masificación de la práctica turística asociada con el acceso creciente de trabajadores a la misma, tuvo como destinos privilegiados a los de “sol y playa”. En Argentina, Mar del Plata atravesó una paulatina transformación de su condición de balneario de elite, hasta convertirse, ya a mediados de la década de 1950, en el modelo nacional de turismo masivo de sol y playa. Diversas investigaciones (Pastoriza, 2002 y 2003) han dado cuenta del crecimiento del número de turistas que se produjo en forma permanente y cada vez más acelerada desde las primeras décadas del siglo XX; asimismo, han mostrado que estos flujos estuvieron compuestos por contingentes poblacionales en los que los sectores medios fueron teniendo una creciente presencia. Contradiendo lo que durante mucho tiempo se sostuvo, hoy se sabe que este balneario fue perdiendo su carácter elitista y recibiendo turistas de extracciones sociales más amplias desde mucho antes del arribo del peronismo al poder, aunque sin dudas fue con las políticas sociales del peronismo (entre mediados de las décadas de 1940 y 1950) que una parte de los sectores obreros y de la clase media baja accedieron en forma masiva al turismo.

Los objetivos de descanso y recuperación física que se asignan al turismo se relacionan con el denominado turismo vacacional, de realización anual y estadía relativamente prolongada; las condiciones naturales suman una marcada estacionalidad, convirtiendo a la “quin-cena de veraneo” en la modalidad dominante. Permanencia prolongada y menores recursos económicos se asociaron en la consolidación de un tipo de alojamiento que, con el tiempo, será dominante: la segunda residencia, que en el caso de Mar del Plata es en gran medida el departamento en propiedad horizontal, adquirido en propiedad o alquilado para el veraneo⁴. A este tipo de alojamiento turístico se suma una heterogénea oferta hotelera, en general más económica y con servicios acotados. Ambas consolidan la decadencia de los grandes hoteles, cuyo destino es el cierre y la demolición (y su reemplazo por

4 La construcción y adquisición por parte de las familias de viviendas de propiedad horizontal se incentiva fuertemente en todo el país, merced a la promulgación de la ley que habilita la propiedad de unidades de vivienda en edificios colectivos (ley de propiedad horizontal), en la segunda mitad de la década de 1940 (véase Ballent, 2005).

edificios de propiedad horizontal para el turismo), o su traspaso a las grandes organizaciones sindicales, que a través de estas compras incrementan su capacidad de brindar servicios turísticos a sus afiliados y se apropian del prestigio social de estos equipamientos, reforzando las consignas políticas que hablaban de la “conquista” por los trabajadores, de la perla del Atlántico otrora reservada a la oligarquía.

La temprana pavimentación del camino entre Buenos Aires y Mar del Plata (ruta nacional N° 2) rompe el monopolio del transporte ferroviario e incrementa la accesibilidad. El transporte automotor también tuvo incidencia en la reorganización de la ciudad permitiendo una mayor distancia entre la playa y la residencia turística.

La ciudad turística se transforma profundamente en este período, al tiempo que toda la ciudad crece y diversifica su base económica. La vieja rambla del balneario elitista es reemplazada por un conjunto arquitectónico monumental en el que dos grandes edificios encierran una plaza central que articula el centro de la ciudad con el acceso oficial a la playa (flanqueado por dos grandes lobos marinos en piedra, infaltables en las fotografías del veraneo familiar de los argentinos); en un estilo arquitectónico típico de la época, este conjunto se convertirá en la imagen paradigmática de “la ciudad feliz” abierta a todos los argentinos. Los grupos sociales más acomodados van abandonando esta área central y desarrollando la zona sur, con núcleo en Playa Grande y el barrio Los Troncos, mientras el centro ve demolidos sus grandes hoteles y residencias familiares, que son reemplazados, como ya se ha indicado, por edificios de propiedad horizontal para residencia turística, al tiempo que asiste al crecimiento de toda clase de servicios para los turistas (Barili, 1991).

Pero la expansión del veraneo provocó también el surgimiento y notable crecimiento de un conjunto de balnearios a lo largo de las playas marítimas de la provincia de Buenos Aires, ubicados mayoritariamente al norte de Mar del Plata, que junto con ésta acabarán recibiendo a la mayor proporción del turismo nacional (Bertoncello, 1993). Estos pueden ser agrupados bajo el rótulo de balnearios bonaerenses. En efecto, entre las décadas de 1930 y 1940 se fundan una serie de balnearios que, si bien son heterogéneos en términos del grupo social al que se orientan (Pinamar y Villa Gesell predominantemente a sectores sociales acomodados; San Clemente, Santa Teresita o Mar de Ajó a sectores de clase media baja), o del tipo de implantación territorial (con un mejor aprovechamiento de las condiciones naturales en los primeros), comparten el hecho de haber estado orientados a contener la expansión del turismo de veraneo en el país, el basarse en alojamiento en segundas residencias, y en haberse propuesto como alternativas más “libres y naturales” que Mar del Plata. Comparten también la marcada

estacionalidad del turismo: repletos de visitantes durante los tres meses de verano, están vacíos el resto del año.

La fundación de estos balnearios estuvo muy vinculada con los negocios inmobiliarios, pues se organizaron en torno a la transformación de tierras rurales (de muy escaso valor agropecuario) en suelo urbano con fines turísticos; su núcleo fue la venta de lotes individuales, en los cuales los compradores construirían predominantemente residencias estivales para uso propio o para su incorporación al mercado de alquileres turísticos⁵. No puede dejar de señalarse que esto fue posible merced a la existencia de un amplio número de potenciales compradores, que adquirieron estos lotes y construyeron sus viviendas gracias a una capacidad adquisitiva real, derivada en gran medida de las políticas de redistribución social del período. La venta era tomada como una inversión (en un país donde la propiedad inmobiliaria fue siempre un reaseguro frente a la inestabilidad económica), y en parte también porque el veraneo se había convertido ya en una práctica vista como una necesidad y como un derecho conquistado, si no por todos, sí por una proporción muy considerable de la población (lo que, al menos, aseguraba que esta inversión tuviera un uso efectivo).

Este conjunto de balnearios estuvo en relación directa con la expansión del transporte automotor, ya que no contaron con servicios de transporte ferroviario.⁶ Más aún, en su surgimiento y consolidación, las instituciones vinculadas con el automovilismo tuvieron una gran importancia, como es el caso del Automóvil Club Argentino. Algunos de los lugares donde se fundaron estos balnearios habían sido los elegidos por los *rallys* deportivos que esta institución organizó en la década de 1930, al tiempo que prácticamente todos ellos contaron con grandes campings y brindaron servicios esenciales en los tiempos “pioneros” de estos destinos turísticos (Piglia, 2005).

Los balnearios bonaerenses también estuvieron relacionados con los cambios en los gustos y las prácticas vinculadas con el tiempo libre. La búsqueda de un mayor contacto con la naturaleza y de contextos más tranquilos y “relajados”, se asoció al objetivo de descanso y restauración física típico de este tipo de turismo. Con esto se relacionan también medidas tales como la preservación del relieve de médanos y la forestación del área que se urbanizaría, o las normas de construcción que definían porcentajes de ocupación del suelo o estilos y materiales de construc-

5 En gran medida, estas operaciones replicaron el modelo de negocio inmobiliario que lideraba la expansión urbana de las grandes ciudades del país, y en particular de la periferia de Buenos Aires. En muchos casos se trató de los mismos agentes económicos (Bertoncello, 1993).

6 A excepción de las localidades de Necochea y Miramar, esta última muy próxima y articulada a Mar del Plata.

ción. Si bien los resultados son extremadamente contrastantes entre un balneario y otro (algunos dominados por equipamiento de muy alta calidad en medio del bosque, otros de pobre equipamiento, más próximos a los suburbios populares de Buenos Aires que a villas balnearias), todos se reconocieron como diferentes de Mar del Plata, cuya historia y paisaje tenderían a rechazar⁷. Más allá de estos discursos que los contraponían con Mar del Plata, y que eran obviamente bien utilizados para su comercialización, los balnearios bonaerenses sí se diferenciaron claramente de ésta respecto al tipo de playas con que contaron (continuas y de grandes superficies), y al papel absolutamente central que ellas jugaron en el veraneo: el baño de mar y la permanencia en la playa fueron las actividades predominantes en estos lugares de veraneo.

Cambios similares acontecieron en los destinos turísticos de las sierras de Córdoba. A lo largo del período que va desde el auge de los grandes hoteles de inicios del siglo XX hasta la década de 1970, toda el área vio multiplicarse y crecer sus localidades turísticas, al tiempo que diversificaba el tipo de turistas que recibía, creciendo la proporción de los grupos sociales medios, y haciéndose muy importante el turismo de tipo sindical (Schlüter, 2001). Durante este período la localidad de Villa Carlos Paz, a orillas del lago San Roque, se convierte en uno de los principales destinos turísticos del país.

También aquí la difusión del automóvil provocó cambios muy importantes en el turismo serrano, no sólo habilitando núcleos turísticos sin acceso ferroviario sino, y fundamentalmente, permitiendo llevar a cabo una modalidad turística que irá adquiriendo cada vez más importancia: el recorrido o circuito, esto es, el uso del automóvil para desplazarse de un lugar a otro dentro de un área determinada, permaneciendo poco tiempo en cada uno de ellos. Esta modalidad turística reposa, además, en una forma de valorar las condiciones naturales de las sierras de Córdoba que difiere de la tradicional (centrada en el reposo y la salubridad) en tanto valora la heterogeneidad del paisaje, cuyos rasgos pintorescos justifican la observación, y la existencia de condiciones específicas en algunos lugares del conjunto, que permiten la práctica de las actividades predominantes: el baño en los arroyos y el descanso bajo el sol o a la sombra de la vegetación arbórea, cuya gran dispersión justifica el recorrido y, a través de éste, la permanencia durante un período prolongado.

Durante este período se consolidó también la incorporación de algunos Parques Nacionales al conjunto de destinos turísticos del país,

7 Si bien los discursos que enfatizaban la oposición respecto de la “urbana” Mar del Plata fueron una constante entre los mentores de estos emprendimientos y sus comercializadores, tampoco se trató de emprendimientos que procuraran la conservación de la naturaleza. Por el contrario, en todos los casos las condiciones naturales fueron profundamente modificadas y, con el tiempo, se consolidaron auténticos centros urbanos (sobre este tema, véase Bertonecello, 1993).

en particular el Parque Nacional Nahuel Huapi en Patagonia, y el Iguazú, en el nordeste de Argentina. Ambos Parques se crearon junto con el organismo encargado de su administración en la década de 1930, en el nivel federal. Los objetivos de preservación y de disfrute de los visitantes, presentes entre los objetivos que llevaron a crear estas áreas, dieron lugar a su paulatina transformación en destinos turísticos (Scarzanella, 2003).

El PN Nahuel Huapi se organizó en los entonces territorios nacionales, a partir de las tierras que el Perito Moreno había donado al gobierno nacional para estos fines. Con el fin de asegurar su adecuada administración, la dirección a cargo realizó un conjunto de obras orientadas a garantizar el acceso y el cumplimiento de los objetivos propuestos; entre ellas, cabe citar la construcción del Centro Cívico de Bariloche, donde se instaló la intendencia del parque, un conjunto de caminos que permiten recorrerlo, y la construcción de equipamiento hotelero, que tiene su paradigma en el gran hotel Llao-Llao, ubicado en las proximidades de la ciudad, en un entorno de gran belleza paisajística. Las obras emprendidas no sólo permiten el aprovechamiento turístico del parque, sino que dan cuenta de un modelo de valorización turística que se arraiga fuertemente en lo ya descrito sobre el primer período del turismo en el país, y que junto con las peculiaridades del poblamiento del área (con alta presencia de inmigrantes oriundos de Europa central y del norte), darían lugar a la denominada "Suiza argentina" (Bertoncello, 2000).

Destino turístico inicialmente reservado a los grupos más acomodados de la población nacional, el Parque fue perdiendo paulatinamente esta condición, hasta llegar a convertirse en un destino turístico masivo. En este proceso, la llegada del ferrocarril jugó un papel decisivo. Igual importancia tuvieron las políticas turísticas del gobierno peronista, que provocaron cambios importantes en la organización de la institución, facilitando el acceso al Parque de los sectores menos acomodados. Asimismo, el interés por la naturaleza prístina, que iría cobrando cada vez más importancia desde los años sesenta, jugó un papel fundamental en este proceso de masificación (Bertoncello, 2000 y Scarzanella, 2003).

En síntesis, puede decirse que el período de consolidación del turismo en Argentina define un mapa turístico del país caracterizado por un conjunto de destinos turísticos de gran importancia, que reciben una masiva afluencia de turistas, y que pueden ser caracterizados en función de atractivos específicos: sol y playa, entornos naturales, paisajes dignos de observación, etc. Sin embargo, más allá de las cualidades intrínsecas de estos atributos de cada destino turístico, son las funciones que la sociedad les asigna, junto con las posibilidades y la utilidad de hacerlo (diversas para los diferentes actores sociales), las que acaban definiendo esta condición. El absoluto predominio de los destinos turísticos de sol y playa da cuenta del papel que el turismo vacacional adquiere en la sociedad: parte consustancial de una sociedad en la que se consolidan

los derechos laborales y se desarrollan estrategias de inclusión social y distribución de riqueza a través del trabajo; parte consustancial también de una sociedad que propicia la expansión del consumo interno y que ve al turismo como un componente de esta expansión; de una sociedad que apuesta a la industria automotriz y construye caminos mediante los cuales y en automóvil se alcanzan nuevos destinos turísticos.

Las décadas de 1960 y 1970 pueden ser consideradas como el momento de apogeo de este modelo turístico en Argentina. Los destinos turísticos del período de elite siguen estando entre los de mayor importancia, pero las profundas transformaciones sufridas los convierten en algo totalmente diferente de lo que fueron en sus orígenes; como siempre, el ejemplo paradigmático de esto es Mar del Plata. Otros destinos turísticos se incorporaron en relación directa con las nuevas condiciones, como es el caso de los balnearios bonaerenses. La práctica turística se afirma como algo natural y necesario para sectores cada vez más amplios de la sociedad y, al mismo tiempo, como algo posible y efectivamente experimentado. Al papel que siempre ha tenido el turismo en la producción de distinción social, se suma el de ser también una instancia de inclusión social⁸, y en un juego dinámico entre ambos, se instala como una necesidad y un derecho. Entendemos que el mapa turístico de Argentina es la expresión concreta de esta situación y dinámica social.

LAS TRANSFORMACIONES RECIENTES: FRAGMENTACIÓN Y HETEROGENEIDAD EN EL “NUEVO MAPA TURÍSTICO” DE ARGENTINA

Las profundas transformaciones sociales y económicas que tienen lugar en la Argentina a partir de la segunda mitad de los años setenta, y que se consolidan en los años noventa⁹, van a expresarse también en el turismo y en su dimensión territorial, definiendo un nuevo mapa turístico del país. Por una parte, el paulatino abandono del modelo de desarrollo orientado al mercado interno y con fuerte intervención estatal, va dando paso a la instalación de un modelo económico neoliberal, abierto al mercado internacional y asociado al achicamiento del estado, en particular en lo relativo a su intervención en la economía. Una de las consecuen-

8 Así como las ofertas de turismo social en sentido estricto de la Argentina (los complejos de Embalse Río Tercero en Córdoba, y Chapadmalal, al sur de Mar del Plata) pueden verse como una clara apuesta al turismo como instancia de inclusión social, el turismo emisor, particularmente la consolidación de Punta del Este en Uruguay como destino turístico de elite de Argentina, y en la segunda mitad de los años setenta la incorporación de las playas del sur de Brasil y los viajes internacionales para amplios sectores sociales, pueden interpretarse como nuevas formas de reproducir distinción social a través del turismo.

9 Existe una nutrida literatura que da cuenta de estas transformaciones. Desde una perspectiva económica, resulta útil la síntesis propuesta por Rapoport (2005). Desde una perspectiva más centrada en las dimensiones sociales y políticas, el texto de Svampa (2005) es una referencia fundamental.

cias más evidentes y de mayor impacto que esto tuvo en la sociedad se relaciona con los cambios en el mercado de trabajo, que se caracterizan por el crecimiento de la precariedad laboral, la flexibilización y el aumento de la desocupación, junto con una reestructuración por ramas (disminución del empleo industrial) y una disminución general de la proporción de riqueza distribuida a través del salario (caída de los niveles salariales). El empobrecimiento y la inestabilidad son resultado de estos cambios, y afectarán a porciones crecientes de la población.

Lo anterior tuvo consecuencias significativas para el modelo turístico que hemos presentado en el título anterior. Un turismo masivo vinculado al mundo del trabajo entra en crisis por varias razones; por una parte, el empobrecimiento excluye a un creciente número de habitantes del país de la posibilidad de practicar turismo; por otra, la crisis de la representación sindical tiene efectos en este tipo de turismo, disminuyendo la cantidad de afiliados que se benefician del mismo (lo que, asimismo, llevará a la crisis a esta oferta turística, que tendrá serios problemas para seguir sosteniendo su equipamiento). La mayor flexibilización laboral incide en la forma en que se tendrá acceso al tiempo libre, dando lugar a una mayor fragmentación del mismo. El veraneo es el principal perjudicado, ya que la posibilidad de disponer de un largo período anual de vacaciones en un momento fijo del año será cada vez más difícil (más aún si esto se considera en el contexto de familias en donde más de un miembro trabaja). En este contexto, el turismo como derecho, se ve fuertemente cuestionado, si no como aspiración, sí en la práctica, definiendo una situación de carencia que es vivida como tal por una parte importante de la población (esto es, como una expresión más del deterioro general de sus condiciones de vida).

Esta situación tuvo su máxima expresión en los destinos turísticos de sol y playa, y si bien los afecta a todos, lo hace en mayor proporción en aquellos cuyos turistas provenían fundamentalmente de la clase media baja y los sectores asalariados. La disminución del volumen de turistas, y el empobrecimiento de quienes aún lo pueden ser, tienen consecuencias negativas en estos balnearios, tanto por la disminución de la actividad económica (principal y a veces única fuente de trabajo de sus habitantes estables), como por la incapacidad de invertir en el mantenimiento de su equipamiento (sea por parte de sus gobiernos locales que dejan de recaudar impuestos, sea por muchos propietarios de equipamiento que, empobrecidos, ya no pueden afrontar los costos de mantener sus bienes), o por la depreciación simbólica que sufren como destinos turísticos al ser asociados con los “pobres y perdedores” (Bertoncello, 1999). Destinos turísticos en crisis, pierden paulatinamente su atractivo a medida que van degradándose sus condiciones materiales y simbólicas.

En el extremo opuesto, quienes mantienen una inserción laboral plena, o quienes logran mejorarla (y, luego de la devaluación de la mo-

neda de fines del 2001, el creciente flujo de turistas extranjeros), tienden a consolidar esta fragmentación de destinos turísticos, ya sea dejando de dirigirse hacia algunos de ellos, ya sea optando por ofertas específicas que algunos (los que pueden hacerlo) comienzan a ofrecer. Esto produce una fuerte fragmentación tanto entre los balnearios como al interior de algunos de ellos. Nuevamente Mar del Plata puede ser un ejemplo de estas tendencias, en la medida en que, al tiempo que ve deteriorarse su capacidad receptiva dirigida a los sectores más populares, ofrece nuevas opciones orientadas a retener a los turistas provenientes de sectores más acomodados; el deterioro del área central se consolida, al tiempo que nuevas ofertas de alojamiento y balnearios exclusivos se suman en su litoral sur (Cicalese, 2005).

En síntesis, es posible observar en el turismo las tendencias que, marcadamente en los años noventa, se instalan en el país: un modelo económico neoliberal que conlleva profundas transformaciones sociales; el desmantelamiento de las políticas sociales universalistas y la exacerbación de la competencia se asocian con un fuerte cuestionamiento al turismo masivo. Así, la Argentina turística se va redefiniendo paulatinamente, para ofrecer “a cada cual lo que le corresponde”; los procesos de degradación –no sólo objetiva sino también, o más aún simbólica– de los destinos y modalidades turísticas tradicionales se acelera, al tiempo que se promocionan nuevos destinos y nuevas ofertas en algunos puntos tradicionales para el disfrute de los “sectores ganadores” (Bertoncello, 1999 y 2002).

Los años noventa establecen también nuevas lógicas para el desarrollo del turismo en tanto actividad económica. Al mismo tiempo que la política cambiaria acaba propiciando el turismo emisor (Bertoncello, 2001), va consolidándose una estructura turística más orientada al gran negocio y a la captación de turismo internacional (Mantero, 1999). En efecto, en el contexto de la nueva política económica y de la redefinición del rol del estado, las actividades vinculadas con el ocio y la recreación pasan a tener un lugar destacado, atrayendo grandes inversiones y grupos económicos poderosos. El turismo asiste a la llegada de nuevos capitales y agentes económicos que incentivan la demanda de grupos solventes, orientándola hacia nuevos destinos turísticos, o hacia nichos específicos que se desarrollan en los tradicionales. Ejemplo de este tipo de accionar es el desarrollo de la estación de esquí de Las Leñas en la provincia de Mendoza, creada de la nada por este tipo de agentes económicos para satisfacer a turistas interesados en la práctica de deportes invernales y de alto poder adquisitivo. Los hoteles *resorts* con equipamiento de alta gama que se localizan en algunos centros turísticos estableciendo una clara distinción con el resto, son otro ejemplo de este tipo de desarrollo presentes en lugares de destino nuevos o también en tradicionales como Mar del Plata o

Villa Carlos Paz. En algunos casos, estos procesos se articulan con los de retiro del estado y privatización de sus bienes, como sucede en el caso del hotel Llao-Llao de Bariloche, un ícono del turismo tradicional de este destino, que es privatizado y reciclado para convertirlo nuevamente en un hotel de lujo, en un proceso en el que el valor patrimonial y simbólico de este hotel es recuperado para su nueva función. Los proyectos orientados a incentivar una mayor actuación del capital privado en la oferta turística de los parques nacionales son otro ejemplo que tienen un punto culminante en el centro de esquí de Cerro Catedral del PN Nahuel Huapi, cuya área es desahogada como parque y transferida a la provincia de Río Negro, dando lugar a una intensa revitalización privada del centro y la villa (y también de la ciudad de Bariloche), beneficiados siempre por contar con el entorno de paisajes preservados del parque nacional (Bertoncello, 2000).

El énfasis en el turismo como negocio es asumido también por otros actores sociales, que ven en él una estrategia para enfrentar las situaciones de crisis económica y social que se instala en muchos lugares del país, abrevando en las propuestas vinculadas con el turismo como impulsor del desarrollo local (Brondolo *et al.*, 2000). Esto se conjuga, a su vez, con las nuevas tendencias que se van imponiendo en la práctica turística, orientadas a formas de turismo más específicas como los denominados turismo alternativos, cultural, entre otros. Se trata de modalidades turísticas paradigmáticas de los tiempos actuales, en tanto se correlacionan fuertemente con las tendencias de fragmentación social y el consumo diferenciado según nichos de demanda dominantes en el nuevo contexto (y que las nuevas tecnologías también hacen posible) (Meethan, 2001 y Bertoncello, 2002).

Los desarrollos turísticos resultantes de esta matriz se distribuyen por doquier en el territorio, más allá de que su suerte sea muy heterogénea. Las más diversas cualidades de los lugares son minuciosamente registradas, inventariadas e incorporadas a productos turísticos que, *marketing* mediante, se ofrecen a posibles consumidores. En estos procesos, la activación patrimonial juega un papel central, en la medida en que otorga a los atributos del lugar una mayor potencialidad para transformarse en atractivo turístico, o para hacerlo desde una posición que les permita ubicarse en posiciones ventajosas en una exacerbada competencia entre los lugares para atraer turistas (Almirón, Bertoncello y Troncoso, 2006).

El patrimonio natural juega un papel fundamental en estos procesos. La creciente valorización de la naturaleza en función de su consumo estético (Nouzeilles, 2002) la convierte en atractivo turístico por doquier. En algunos casos, sus cualidades excepcionales activan procesos de institucionalización de su condición de patrimonio, otorgando al turismo que se basa en ella un mayor prestigio, como sucede en el caso

de Península de Valdés con la presencia de ballenas declaradas patrimonio de la humanidad por UNESCO (Kuper, 2005). Otro tanto acontece con la valorización creciente de la naturaleza sujeta a mecanismos institucionales de preservación (parques nacionales, provinciales, etc.) u objeto de designación patrimonial como en el caso del Parque Nacional Los Glaciares, declarado Patrimonio Natural de la Humanidad por esta misma institución. Otro tanto sucede con el patrimonio cultural, cuyo reconocimiento está en gran medida vinculado a sus potenciales usos turísticos; el caso de la ciudad de Buenos Aires es uno de los ejemplos paradigmáticos, como también lo es la Quebrada de Humahuaca, recientemente incorporada al listado de Patrimonio de la Humanidad por UNESCO (Almirón, Bertonecello y Troncoso, 2006).

La valorización turística abarca también las expresiones más diversas del patrimonio, y no sólo las que adquieren reconocimiento oficial. Bosques, lagos y desiertos, cascos de estancias, tradiciones populares, equipamiento ferroviario, entre otros, convenientemente organizados en productos turísticos y asociados al equipamiento y la infraestructura necesarios, son activados por doquier para el desarrollo del turismo. Ejemplo de esto es el desarrollo turístico que se ha ido consolidando en la provincia de Entre Ríos, en un conjunto de ciudades y pueblos que, muy bien conectados con el principal centro emisor nacional por las carreteras del MERCOSUR, ofrecen hoy un amplio conjunto de atractivos turísticos basados en sus rasgos naturales (como turismo termal o de caza y pesca), históricos y culturales.

En síntesis, la búsqueda incesante de atractivos que satisfagan demandas muy puntuales y diversificadas va transformando a todo el territorio en potencial destino turístico, exacerbando los proyectos de desarrollo turístico local y la competencia entre los lugares para construir imágenes positivas que sustenten un atractivo turístico capaz de captar inversiones y turistas. Naturaleza y cultura desigualmente distribuidas en el territorio, se transforman así en una especie de materia prima que puede ser activada para el turismo, y que de hecho lo es en forma creciente. El mapa turístico argentino actual muestra, precisamente, esta característica de contar con infinidad de lugares valorizados como destinos turísticos, que coexisten y compiten con los tradicionales. Estos construyen una oferta turística extremadamente heterogénea, una cualidad indispensable cuando sus usuarios ya no se incrementan por la inclusión de nuevos grupos sociales sino que lo hacen, fundamentalmente, por el mayor acceso y la multiplicación de los viajes, por parte de un porcentaje limitado de ellos; o también, como sucede en los últimos años, por el consumo realizado por el turismo internacional. Evidentemente, un “mapa turístico” acorde no sólo con la nueva sociedad argentina sino también con su inserción internacional actual.

CONCLUSIONES

A modo de breves conclusiones, interesa retomar la cuestión relativa a la geografía del turismo, a la luz de los contenidos desarrollados en este texto, en la medida en que ellos permiten reflexionar en torno a la necesidad de superar las perspectivas que la disciplina ha transitado en el tratamiento del tema, para avanzar hacia abordajes más abarcativos que, al tiempo que aportan a la comprensión del turismo como un fenómeno social en sentido amplio, permiten comprender las formas específicas de valorización turística de los lugares.

Las perspectivas tradicionales se han centrado en describir los lugares turísticos en términos de sus rasgos distintivos: los atractivos presentes, el equipamiento, la configuración territorial. Los estudios del turismo se han centrado en analizarlo como actividad económica, o como práctica social en sentido estricto. La conjunción de ambas tradiciones ha dado lugar a un tratamiento del turismo como fenómeno excepcional, en gran medida descontextualizado del orden social a cuya comprensión poco podía aportar, y del territorio turístico como el mero lugar donde esto sucede. La descripción del “mapa turístico” de Argentina, y de sus transformaciones a lo largo del tiempo, ofrece elementos para reconocer las limitaciones de tales formas de abordaje y aspira a ofrecer pistas para superarlas.

BIBLIOGRAFÍA

- Almirón, Analía; Bertoncello, Rodolfo y Troncoso, Claudia 2006 “Turismo, patrimonio y territorio. Una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina” en *Estudios y Perspectivas en Turismo* (Buenos Aires) N° 15 (2).
- Argentina, Ministerio de Economía, Secretaría de Comercio 1984 *Bases para un plan federal de turismo* (Buenos Aires).
- Ballent, Anahí 2005 *Las huellas de la política. Vivienda, ciudad, peronismo en Buenos Aires, 1942-1955* (Buenos Aires: UNQuilmes y Prometeo).
- Ballent, Anahí (s/f) *Kilómetro cero: la construcción del universo del camino en la Argentina de los años treinta* (Buenos Aires, mimeo).
- Barili, Roberto 1991 *Historia de Mar del Plata* (Buenos Aires: Plus Ultra).
- Barrado, Diego y Calabuig, Jordi 2001 *Geografía mundial del turismo* (Madrid: Ed. Síntesis).
- Bertoncello, Rodolfo 2005 “Documento de base y síntesis del panel del ‘Sector Turismo’” en Argentina, Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación, Secretaría de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva (SECyT) *Bases para un plan estratégico de*

- mediano plazo en ciencia, tecnología e innovación* (Buenos Aires) SECyT. Anexo 4.
- Bertoncello, Rodolfo; Castro, Hortensia y Zusman, Perla 2003 "Turismo y patrimonio: una relación puesta en cuestión" en Bertoncello, Rodolfo y Carlos, Ana Fani Alessandri (comps.) *Procesos territoriales en Argentina y Brasil* (Buenos Aires: Instituto de Geografía de la Universidad de Buenos Aires).
- Bertoncello, Rodolfo 2002 "Turismo y territorio. Otras prácticas, otras miradas" en *Aportes y Transferencias* (Mar del Plata) 6 (2).
- Bertoncello, Rodolfo 2001 "El turismo emisor argentino y sus consecuencias internas" en *GeoUruguay* (Montevideo) N° 5.
- Bertoncello, Rodolfo 2000 "Turismo en los Andes Patagónicos. Valorización turística de áreas de preservación ambiental" en *Actas Latinoamericanas de Varsovia* (Varsovia: CELA) N° 23.
- Bertoncello, Rodolfo 1999 "Las prácticas turísticas y sus implicancias socio-espaciales" en Coriolano, Luzia Neide (comp.) *Turismo com ética* (Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará).
- Bertoncello, Rodolfo 1993 *Configuración socio-espacial de los balnearios del partido de la costa (pcia. de Buenos Aires)* (Buenos Aires: Instituto de Geografía, FFyL, UBA).
- Brondolo, Margarita; Vaquero, M. del Carmen y Ercolani, P. (comps.) 2000 *Turismo: desarrollo local y regional* (Bahía Blanca: EdiUNS).
- Cabrera, Maria Claudia 2003 *El turismo social como derecho. El acceso a Mar del Plata, territorio de distinción* (tesis maestría) (Buenos Aires: FFyL-UBA).
- Cicalese, Guillermo 2005 "Territorios críticos y propiedad privada de recursos turísticos valiosos. Las playas privadas del sur de Mar del Plata, 1991-2005" Trabajo presentado en el Taller *Desplazamientos, contactos y lugares* (Buenos Aires).
- Kuper, Diego 2005 "Áreas protegidas y turismo. El caso de Península de Valdés" Trabajo presentado en el Taller *Desplazamientos, contactos y lugares* (Buenos Aires).
- Lozato-Giotart, Jean-Pierre 1987 *Geographie du tourisme. De l'espace regarde a l'espace consomme* (Paris: Masson).
- Mantero, Juan Carlos 1999 "Actividad turística y desarrollo local" en Amadasi, Enrique (comp.) *Política turística argentina. Bases para su reformulación* (Buenos Aires: LADEVI).
- Meethan, Kevin 2001 *Tourism in Global Society. Place, Culture, Consumption* (Nueva York: Palgrave).
- Nouzeilles, Gabriela (comp.) 2002 *La naturaleza en disputa* (Buenos Aires: Paidós).

- Ospital, Maria Silvia 2005 "Turismo y territorio nacional en Argentina. Actores sociales y políticas públicas 1920-1940" en *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, N° 16 (2).
- Pastoriza, Elisa 2003 "Mar del Plata en la 'década infame': la democratización del balneario y la sociabilidad del ocio" en *Aristas* (Mar del Plata) N° 1 (1).
- Pastoriza, Elisa 2002 *Las puertas al mar. Consumo, ocio y política en Mar del Plata, Montevideo y Viña del Mar* (Buenos Aires: Biblos y UNMdP).
- Piglia, Melina 2005 "Ciudades de lona: el Automóvil Club Argentino y la práctica del camping en la entreguerra (1926-1939)" Trabajo presentado en el Taller *Desplazamientos, contactos y lugares* (Buenos Aires).
- Rapoport, Mario 2005 *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)* (Buenos Aires: Ariel).
- Scarzanella, Eugenia 1998 "El ocio peronista: vacaciones y turismo popular en Argentina (1943-1955)" en *Entrepasados* (Buenos Aires) N° 7 (14).
- Scarzanella, Eugenia 2003 "*Le bellezze naturali e la nazione: i parchi nazionali in Argentina nella prima metà del XX secolo*" en *Revista Theomai*, N° 7.
- Schlüter, Regina G. 2001 *El turismo en Argentina. Del balneario al campo* (Buenos Aires: CIET).
- Svampa, Maristella 2005 *La sociedad excluyente. La Argentina bajo el signo del neoliberalismo* (Buenos Aires: Taurus).
- Villar, María del Carmen y Bilbao, Rene F. 2000 "Pasajes litorales: imágenes del pasado, sociedad, territorios" en *Amadis* (Brest) N° 4.

RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ*

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DO TURISMO: CONVERGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

COM A CONSAGRAÇÃO DO NEOLIBERALISMO como paradigma econômico e político assistimos, nos anos 90, no Brasil, à fase possivelmente mais aguda da transição de um Estado interventor para um Estado parceiro do Mercado, o que se reflete, no turismo, na forma de políticas públicas comprometidas com a produção e a reprodução do capital *vis à vis* as inversões públicas voltadas à criação de um novo sistema de objetos cuja materialidade é demandada pelo novo sistema de ações que se impõe.

Se, todavia, os anos 90 são emblemáticos no que tange ao processo acima anunciado, os primeiros anos deste século dão claros sinais de que aquela lógica orientadora se mantém, apesar da imaginada ruptura política e ideológica que se poderia esperar do governo Luiz Inácio Lula da Silva relativamente a seus antecessores.

Dada a natureza das relações de que estamos tratando –uma atividade geradora de riqueza e os sujeitos sociais responsáveis por sua promoção e organização– é forçoso reconhecer que às convergências (temporais, espaciais, de interesses, etc.) se somam as contradições que são, em suma, as contradições do próprio processo de produção do espaço.

* Professora Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

É sobre este processo em curso de que tratará este texto, centrado na análise de políticas públicas federais de turismo deflagradas a partir dos anos 90 e de seus rebatimentos espaciais.

SOBRE A NATUREZA DO TURISMO

Duas características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo.

Como prática social, a atividade do turismo tem o turista como principal protagonista e isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do estado, o “mundo do turismo” não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos.

O turismo se dá na escala e na efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência sempre vai além das lógicas impostas pela atividade. Contra-movimentos, contra-racionalidades, horizontalidades, como quer que as denominemos, as relações social e historicamente construídas por um dado grupo dão o tom da maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidos com o turismo.

Ingressar no competitivo rol dos destinos turísticos nacionais e internacionais não é objetivo fácil de ser alcançado. Tornar-se um destino turístico nacional e internacionalmente conhecido é resultado de um feixe de ações e relações, fatores endógenos e exógenos cujo comando, no mais das vezes, não pertence ao lugar receptor. Ao contrário, a hegemonia dos mais importantes pólos emissores do País e do mundo se pode fazer sentir sobre muitos dos destinos turísticos do mundo e do País.

A implementação de obras voltadas a aumentar a fluidez do território, bem como outras destinadas à melhoria de condições infra-estruturais básicas dos lugares (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto e coleta e acondicionamento de resíduos sólidos) correspondem a algumas das ações estratégicas emanadas do Estado (sobretudo poderes públicos federal e estaduais) no sentido de desenvolver o turismo no território nacional. Tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações.

Esse processo não é, de forma alguma, unívoco, posto que não raras vezes divergências de interesse entre os sujeitos sociais diretamente envolvidos existem e são difíceis de serem superadas. Se, de um lado, o turismo gera riqueza, renda, postos de trabalho, etc., de outro, pode desencadear processos inflacionários, principalmente na escala local, e aprofundar práticas indesejadas como prostituição infantil e tráfico de drogas.

Tais pressupostos remetem a uma reflexão crítica acerca da pertinência da busca “cega” pelo desenvolvimento do turismo, além de remeter à discussão, entre outras coisas, a uma análise acerca das escalas do planejamento territorial do turismo, responsabilidade do estado.

O TURISMO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Partindo do pressuposto de que vivemos inseridos no contexto de um modo de produção capitalista e que o capitalismo é, por essência, concentrador de riqueza e gerador de exclusão social, o que cabe colocar em discussão são as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais, histórica e socialmente construído.

Considerando que a matéria-prima do turismo é o espaço, reconhecemos desde já um diferencial entre a atividade econômica do turismo e outras atividades econômicas, ou seja, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos já que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica.

Até meados do século XVIII, por exemplo, não se costumava frequentar praias ou montanhas como espaços de lazer porque tanto oceanos como montanhas causavam pavor às populações (Boyer, 2003). De destinos de lazer a destinos turísticos, espaços à beira-mar e montanhas, tais como todos os considerados atrativos turísticos de hoje e de ontem não são mais que construções culturais.

Tais ponderações nos são muito úteis no sentido de compreender o papel do turismo na distribuição da riqueza. Se, no que tange à sua dimensão espacial, o turismo pode, teoricamente, acontecer em todos os lugares do planeta, isso lhe confere uma competência, maior que de qualquer outra atividade econômica, de distribuir espacialmente a riqueza. A indústria, por exemplo, é uma atividade produtiva muito mais seletiva e concentrada espacialmente que o turismo.

Distribuição espacial da riqueza não é o mesmo, entretanto, que distribuição estrutural da riqueza. Por isso, muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda. Ingenuidade teórica ou manipulação inescrupulosa de dados e informações, é isso, todavia, que o discurso dominante sobre o turismo quer fazer crer.

O aumento espontâneo ou planejado de fluxos turísticos pode dinamizar as economias locais e regionais pelas demandas que os turistas trazem consigo (demandas por hospedagem e alimentação, entre outras), multiplicando infra-estruturas, gerando postos de trabalho, fazendo o dinheiro circular.

Todavia, faz-se necessário lembrar, também, que o conceito de desenvolvimento é polissêmico. Desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social.

Desenvolvimento sustentável também pode ser um conceito vago. Sustentável em que sentido? Sustentável para quem? No meu entendimento, o desenvolvimento que queremos é aquele sustentado nas sólidas bases da justiça social, mas seria possível construir uma sociedade mais justa por meio do turismo? Naturalmente não. Todavia, pode-se fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor do alcance deste objetivo, mas para isso seria necessário conduzir o processo de desenvolvimento do turismo segundo a premissa da busca por justiça social. Mas essa não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia. Por isso, não é, também, evidentemente, a tônica do desenvolvimento do turismo.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E “ALÍVIO À POBREZA”

No ano de 2005, o Ministério do Turismo do Brasil envolveu-se em um projeto internacional voltado a discutir as possibilidades de o turismo “aliviar a pobreza”; e sobre isso teço a seguir algumas considerações.

Se se pretende, por meio do turismo, “aliviar a pobreza” no Brasil (e não pretendo entrar aqui no mérito de uma discussão acerca da pertinência do conceito), uma condição elementar para o alcance deste objetivo diz respeito à disposição, para o planejamento, de uma radiografia profunda da pobreza no País e, neste caso, mais uma vez o espaço se coloca como um imperativo.

Como já disse Alain Lipietz em *O capital e seu espaço*, “não há regiões pobres, mas regiões de pobres”, fazendo uma clara alusão à distribuição espacial da pobreza cujo completo entendimento somente pode ser pautado por uma análise profunda sobre seu contrário, ou seja, sobre a distribuição espacial da riqueza, sobre a “divisão territorial do trabalho”, sobre os princípios daquilo que Marx e Trotsky chamaram, há muito tempo, de “desenvolvimento desigual e combinado”.

A pobreza tem, em essência, uma causa estrutural e como fenômeno social não pode ser alijada de contextos históricos e espaciais. A pobreza no semi-árido nordestino, por exemplo, não é fruto das condições naturais da região, embora não se possa negar que tais condições agravam os efeitos da pobreza bem como constituem, ao mesmo tempo, dificuldades conjunturais à sua superação.

Embora o país tenha, reconhecidamente, manchas de riqueza e de prosperidade econômica e social, a pobreza está em todos os rincões da nação, como revela, entre outros estudos, aquele realizado por um grupo de pesquisadores coordenados por Márcio Pochmann e Ricardo Amorim, publicado no livro intitulado *Atlas da exclusão social no Brasil*.

Tais estudos corroboram o entendimento de que a pobreza não é endêmica e que sua compreensão passa, portanto, necessariamente, pelo entendimento de dinâmicas sociais edificadas ao longo do tempo e junto com o espaço.

Se, de um lado, o turismo pode, teoricamente, contribuir para “aliviar a pobreza”, de outro, tem sido, na prática, responsável por sua redistribuição espacial. Ao tornar determinadas porções do território atrativas para trabalhadores com baixa qualificação profissional, dado que grande parte dos postos de trabalho diretamente associados ao turismo estão na informalidade ou dizem respeito a empregos mal remunerados, o turismo tem atraído contingentes de pobres para lugares receptores de fluxos, na busca por sua inserção no mundo do trabalho.

É assim que muitos destinos turísticos espalhados pelo País viram suas periferias crescerem, com ocupações desordenadas e carentes de infra-estruturas urbanas, sendo este processo, em muitos casos, iniciado por trabalhadores do setor da construção civil, que corresponde a um dos setores mais dinamizados pela atividade do turismo.

Se existe, teoricamente, alguma possibilidade de o turismo contribuir para “aliviar a pobreza”, então o planejamento do turismo como instrumento para o alcance de tal fim deveria: 1) apropriar-se do conhecimento já produzido no País acerca da distribuição espacial da pobreza, localizando-a bem como diagnosticando seu perfil (quem são os pobres, onde moram, como vivem, quais suas principais restrições, etc.); 2) diagnosticar as causas da pobreza para além de explicações óbvias, como aquelas que se restringem a questões estruturais (modo de produção, distribuição da renda, distribuição da riqueza); é preciso conhecer as especificidades regionais da pobreza para não se incorrer no erro de se produzir uma política ou um plano de ação para todo o País, ignorando-se essas especificidades; 3) identificar eventuais fatores regionais perpetuadores da pobreza ou dificultadores de sua superação, de modo a construir um referencial que ao fim e ao cabo permita avaliar as possibilidades de o turismo contribuir para a sua superação.

Dadas as colocações acima, está clara a necessidade de as políticas públicas de turismo integrarem-se a outras políticas públicas setoriais, posto que a atividade do turismo não está apartada de um contexto social, econômico e político maior.

PLANEJAMENTO REGIONAL E PLANEJAMENTO LOCAL DO TURISMO: MAIS QUE UMA ABORDAGEM ESCALAR, UMA QUESTÃO POLÍTICA

Planejamento é algo que remete sempre a futuro, já que não se pode planejar o passado ou o presente. Por isso, planejar significa, sempre, projetar o futuro que se deseja. Mas para projetar o futuro é preciso olhar para o passado e identificar os erros que não se deseja voltar a cometer. É

preciso também olhar para o presente, diagnosticar a realidade atual e, a partir disso, pensar sobre os cenários futuros que se almeja construir.

Em segundo lugar, o planejamento é sempre uma ação racional e, como tal, é imbuído de ideologia. Planejamento é meio e não fim. O planejamento é um processo político-ideológico, que exprime anseios, objetivos, visões de mundo dos atores sociais que o conduzem. Isto significa que há, por exemplo, planejamentos autoritários, socialmente pouco comprometidos, tanto quanto existem planejamentos participativos, que dão voz ativa aos sujeitos sociais direta e indiretamente por eles atingidos.

Em terceiro lugar, o planejamento é um processo e, por isso, comporta uma gama de ações. A organização de um dado setor da vida social –e este é o caso do turismo– somente pode ser resultado de um processo contínuo de planejamento. Neste caso, falar em processo é quase um pleonismo, já que o próprio conceito de planejamento remete a isto. Quanto à continuidade, é outra condição básica do planejamento setorial. Se as sociedades estão em processo permanente de mudança, como estancar o planejamento no tempo?

Por fim, cabe dizer: planejamento local e regional não são necessariamente excludentes, ou seja, o planejamento regional não elimina a possibilidade de existência de planejamentos em escala local, desde que, naturalmente, estes sejam convergentes.

Ao abordar a importância do planejamento do turismo, Michael Hall destaca que “embora o planejamento não seja uma panacéia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo” (Hall, 2001: 29).

O processo de planejamento envolve, também, a elaboração de políticas públicas. A política pública de turismo deve ser um documento público, que reúna o pensamento do(s) poder(es) público(s) (local, estadual, regional ou nacional) com relação à organização do setor turismo em um dado território. Objetivos, metas, diretrizes e estratégias devem estar claramente descritos num documento desta natureza, pois a política pública setorial é uma referência para o planejamento do setor, tanto para os agentes públicos quanto para a iniciativa privada.

O planejamento do turismo, seja ele numa escala regional ou local, não se dá sobre um espaço “plano” e “vazio”, um receptáculo puro e simples de nossas ações. Ao contrário, este planejamento se dá sobre um espaço concreto, herdado, histórica e socialmente construído, e que, portanto, tem de ser considerado pela política pública e pelos programas e projetos que dela derivam. O desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído coletivamente e não uma resposta a interesses particulares, de grupos sociais específicos.

Partindo da premissa de que planejar é preciso, concluo parcialmente: a) uma das heranças do espaço que interferem direta e incisivamente sobre o planejamento regional é a divisão político-administrativa do território, herança esta que, evidentemente, não pode ser ignorada e que é reconhecidamente difícil de ser superada. O planejamento regional requer a abdicação, por parte dos poderes públicos municipais, de parte de seus projetos individuais em prol de um projeto coletivo, que requer a superação de vaidades pessoais e o desenvolvimento da capacidade de diálogo; b) o planejamento regional do turismo pode significar, para muitas municipalidades, a única possibilidade de inserção no seleto rol de lugares que conseguiram fazer do turismo um instrumento de seu desenvolvimento econômico e social, já que a presença de um atrativo ou de um conjunto de atrativos nem sempre é capaz de mobilizar fluxos de turistas. Neste caso, vale o ditado: “uma andorinha só não faz verão”. Os municípios, reunindo suas forças e seus recursos e planejando o turismo coletivamente têm muito mais chance de alcançar seus objetivos.

Partindo das premissas acima arroladas, fazer do turismo um instrumento do desenvolvimento local e regional requer, em suma: 1º) um posicionamento pró-ativo por parte das sociedades locais. Como o turismo acaba afetando, de uma forma ou de outra, a vida de todos, que vivem no lugar e como os efeitos desejados do turismo são sempre bem-vindos, as populações residentes dos lugares receptores de turistas devem buscar inserir-se nas decisões que dizem respeito ao turismo na sua cidade e na sua região. Capacitar-se profissionalmente para isto é um caminho fundamental. Não é possível opinar de modo coerente sobre aquilo que se desconhece; 2º) o necessário discernimento de que o turismo é apenas uma pequena parte do complexo de relações que é a vida em sociedade, ou seja, por mais importante que o turismo possa ser, a vida envolve outras muitas questões como política, saúde, educação, etc. Esquecer-se de tudo para cuidar do turismo é o pior caminho. Relacionar o turismo com todas as coisas é um bom começo; 3º) um olhar atento sobre o território, sua história, sua gente, suas demandas e a busca permanente pelo encontro de um equilíbrio entre os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento do turismo: os interesses dos turistas, dos comerciantes, dos governos, da população em geral. O espaço não é um palco para a ação deliberada dos atores hegemônicos de uma economia globalizada.

O ESTADO BRASILEIRO E O PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL NOS ANOS 90

O planejamento governamental do turismo no Brasil nunca foi uma tradição. Não, ao menos, até início dos anos 90 do século passado. Tido sempre como uma atividade menos importante que outras, o

conjunto de ações emanadas do Estado para fomentar o desenvolvimento do turismo no País foi, até o referido período, pequeno e restrito a aspectos parciais da atividade.

A emergência do turismo, todavia, no final do século XX, como uma das mais importantes atividades geradoras de riqueza do mundo, fez despertar nas administrações públicas brasileiras e, especialmente, na esfera federal, um súbito e profundo interesse por seu desenvolvimento.

É nesse contexto que assistimos, a partir do período em tela, ao alargamento e ao aprofundamento da ação pública federal voltada ao setor turismo, traduzida em uma seqüência de políticas públicas, substanciadas na forma de planos, programas e projetos.

No plano político, econômico e social, o que está em curso no País, neste período, é o avanço e aprofundamento dos paradigmas neoliberais, entre os quais o enxugamento da máquina estatal, muitas vezes confundido com “diminuição do estado” e daí a aderência que ganha a expressão “Estado mínimo”. Mínimo para quem?

Liberalização e desregulamentação são dois traços marcantes do Estado neoliberal, traços esses que, naturalmente, se refletem sobre o setor turismo, como, por exemplo, no que diz respeito ao transporte aéreo e a sua desregulamentação acontecida em meados dos anos 90. Mas, também, e sobretudo, no papel que passa a exercer o estado brasileiro na produção do espaço nacional, por meio da adequação de partes eleitas do território, a um uso turístico. Este processo envolve a criação de um novo sistema de ações público e a implantação de novos sistemas de objetos bem como a recuperação (modernização) de sistemas pré-existentes. Desta forma, o Estado valoriza o espaço, tornando-o mais atrativo ao capital privado.

Entretanto, lembra-nos Chesnais, “não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele” (Chesnais, 1996: 18). Assim, no afã de atrair o interesse de agentes de mercado, o Estado é quem realiza a primeira seleção espacial de lugares/regiões que devem ser contemplados por seus programas de desenvolvimento do turismo. Neste caso, o Nordeste, ou melhor, o litoral nordestino está, desde o início deste processo, no centro dessas políticas.

Vantagens comparativas como ampla extensão de costa e altos níveis de insolação somam-se, no Nordeste, a poucos constrangimentos espaciais, como extensas áreas de baixa ocupação ou baixa densidade demográfica e baixo custo da terra, bem como maior proximidade geográfica –relativamente às regiões sudeste e sul do país– dos mais importantes pólos emissores de turistas do mundo, ou seja, Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental.

É neste contexto que o litoral nordestino se transforma, ao longo dos anos 90, em um extenso e longitudinal “canteiro de obras”. À ampliação e modernização de praticamente todos os aeroportos nor-

destinos somou-se um conjunto de obras rodoviárias, ambas as ações voltadas ao requerido aumento da fluidez do território regional. Outras obras, de infra-estrutura básica, procuraram (e ainda procuram) sanar deficiências infra-estruturais históricas e, conforme colocado acima, atrair o interesse de agentes de mercado.

A mesma lógica está se impondo à Amazônia, por meio do PROE-COTUR–Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal e às outras macro-regiões brasileiras. O PRODETUR-NE (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) é, todavia, aquele que se encontra em estágio mais avançado de implementação.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: VELHOS E NOVOS PARADIGMAS

A reconstituição histórica das políticas públicas de turismo no país desde o início do século XX e o aprofundamento da análise sobre períodos mais recentes conduziram-me à identificação de dois momentos distintos, cujo divisor de águas parece localizar-se no final dos anos 80 do século XX, em que ocorrem, sob alguns aspectos (infra-estrutura, natureza e gestão, por exemplo), mudanças significativas na condução das ações públicas federais voltadas ao setor turismo.

Essas mudanças são, substancialmente, mudanças nos paradigmas orientadores das políticas públicas de turismo e isto somente pode ser compreendido levando-se em consideração o pressuposto de que essas políticas –como não poderia deixar de ser– espelham os contextos sociais, históricos, políticos e econômicos de que fazem parte (Tabela 1).

TABELA 1
Políticas públicas de turismo no Brasil – velhos e novos paradigmas

	Passado (até final dos anos 80)	Presente
INFRA-ESTRUTURA	Criação de facilidades para a implementação de infra-estruturas turísticas (binômio fomento-rodoviarização)	Implementação/melhoria de infra-estrutura básica e de transporte (aeroportos, principalmente);
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Geração de riqueza (desenvolvimento econômico a qualquer preço)	Geração de emprego e renda/ desenvolvimento sustentável
GESTÃO	Centralização	Descentralização/gestão participativa
ESCALA	nacional <=> regional	regional <=> local
MERCADO	Estado regulador/interventor	Liberalização/Desregulamentação
NATUREZA	Objeto de atração	Objeto de atração e de proteção
ESPAÇO/TERRITÓRIO	Palco de ações deliberadas	Receptáculo de ações planejadas (espaço-objeto)

INFRA-ESTRUTURA

No que chamamos de “pré-história” jurídico-administrativa do turismo no Brasil, ou seja, período compreendido entre os anos de 1938 e 1966, a ação pública federal para o setor turismo esteve voltada, sobretudo, à regulação/normatização do setor, atuando sobre venda de passagens e funcionamento, em geral, de agências de viagens e de transportes.

É a partir de 1966, com a criação do SISTUR –Sistema Nacional de Turismo– e da Embratur e CNTur (Decreto-Lei 55/66) que o estado brasileiro começa a tratar o setor turismo de forma mais abrangente –para além do agenciamento de viagens– mas com uma forte ênfase, a partir de então, no setor de hospedagem. É assim que, ao longo dos anos 70 o parque hoteleiro –sobretudo de luxo– é significativamente ampliado, beneficiado pela criação de um sistema de fomento ao setor, constituído por fundos especiais como o FUNGETUR –Fundo Geral do Turismo (1971) e Fiset –Fundo de Investimentos Setoriais (1974).

De outro lado, políticas de rodoviarização e, sobretudo, a construção de rodovias pára-litorâneas, como a BR 101, já nascem com propósitos explícitos de incentivo ao desenvolvimento do turismo litorâneo no País.

A adequação do território brasileiro a um uso turístico não é, neste momento, prioritária e, por isto, essas ações são pouco ou nada articuladas.

A partir do início dos anos 90, há o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de que deficiências infra-estruturais básicas, como parca rede de saneamento, interferem diretamente no desempenho do território relativamente ao desenvolvimento de um turismo massivo e internacionalizado, principalmente quando se considera que a competição entre destinos se dá hoje em escala planetária.

Além disso, a implementação de infra-estruturas voltadas a aumentar a fluidez do território ganha novos ingredientes como a implementação/modernização de rodovias ditas estruturantes, litorâneas e pára-litorâneas, prioritariamente destinadas a facilitar o desenvolvimento da atividade turística.

Soma-se a estas obras, a reforma, ampliação e modernização do parque aeroportuário, principalmente nordestino, posto que esta tem sido a região priorizada pela ação pública federal desde o início dos anos 90.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O período da história do País compreendido pelos anos 1950 até meados dos anos 1970 é marcado pelo que se habituou chamar de “desenvolvimentismo”. Dos “50 anos em 5” de JK ao “Milagre Brasileiro”, o

desenvolvimento econômico a qualquer preço deu a tônica a esta fase da história do País.

O avanço do neoliberalismo somado ao progresso tecnológico e ao desemprego estrutural do final do século XX muda, de forma substancial, o paradigma do desenvolvimento econômico até então vigente.

A geração de emprego e renda se colocou para o mundo como o grande desafio do final do século XX e início do século XXI. Além disso, com a emergência, em escala planetária, do paradigma ambiental, o desenvolvimento econômico a qualquer preço passa a ser substituído pelo “desenvolvimento sustentável”, mais atento, ao menos no plano do discurso, à conservação e proteção ambiental bem como à qualidade de vida das populações atuais e das gerações futuras.

As políticas públicas de turismo no país são um fiel retrato deste contexto político-ideológico mundial, incorporando em seu discurso e em suas práticas claros elementos denotadores desta mudança de paradigma.

GESTÃO

A criação do Sistema Nacional de Turismo, momento em que, pela primeira vez na história do País, o Estado organiza-se, de fato, para a gestão pública do turismo em escala federal, se dá no contexto de um regime autoritário e, conseqüentemente, centralizador, cuja transição para um regime democrático acontece apenas em meados dos anos 80.

O paradigma da descentralização e da gestão participativa é fruto de um momento histórico que se inicia, possivelmente, no final dos anos 80 e que se fortalece ao longo dos anos 90. O PNMT–Programa Nacional de Municipalização do Turismo, criado no final da gestão Itamar Franco e encampado como principal programa de turismo do governo Fernando Henrique Cardoso é o mais importante representante desta mudança de paradigma.

Naturalmente, não se pode deslocar esta discussão do contexto histórico e político em que os fatos se desenrolam e, neste caso, o avanço do neoliberalismo e o conseqüente enxugamento da máquina administrativa estatal são o pano de fundo a partir do qual a municipalização se impõe.

ESCALA

Também no que tange às escalas dos programas/planos de desenvolvimento do turismo emanados da esfera pública federal há uma clara mudança de paradigma.

Sobretudo os anos 50, 60 e 70 foram marcados por grandes obras públicas federais e pelos Planos de Desenvolvimento que pensavam o território nacional na sua totalidade (Plano de Metas e 1º e 2º PND – Plano Nacional de Desenvolvimento são alguns exemplos disto). No que

tange ao desenvolvimento do setor turismo não foi diferente e até final dos anos 80 se pode dizer que as políticas públicas para o setor oscilaram entre ações voltadas para o território nacional (Resoluções CNTur 31 e 71, por exemplo)¹ como um todo e outras ações regionalizadas (como as linhas de fomento FINAM E FINOR).

Os anos 90, conforme colocado anteriormente, viram emergir e consolidar-se o paradigma da descentralização da gestão e, atrelado a ele, as escalas regional e local como escalas prioritárias da ação pública. Se o PNMT é o representante mais fiel, naquela década, da valorização da escala local no planejamento governamental do turismo, o Programa de Regionalização do Turismo, do governo Lula, tem o mesmo significado no que diz respeito à escala regional, para esses primeiros anos do século XXI.

MERCADO

A relação entre Estado e mercado é marcada, ao longo da história, por diferentes paradigmas. Do liberalismo econômico de Adam Smith (séc. XVIII), que entendia haver uma “mão invisível” capaz de produzir o equilíbrio necessário ao funcionamento da economia, ao pensamento oposto de Keynes (séc. XX), que entendia ser fundamental a intervenção do estado, o fato é que se trata, reconhecidamente, de uma relação dialética, conforme lembra Milton Santos (1994).

Segundo Santos, com a internacionalização da economia, sobretudo no pós Segunda Guerra, o estado é chamado a intervir para orientar o mercado, exercendo um papel regulador da economia. Mas esta fase não dura muito tempo, posto que os anos 90 assistem a um resgate do paradigma liberal de Adam Smith, marcando uma nova fase da história na qual a liberalização e a desregulamentação são as mais importantes características.

Como é o mundo que explica o turismo e não o contrário, é neste contexto que se desenrola a atividade do turismo, antes marcada por uma clara intervenção do Estado em atividades diretamente relacionadas ao setor (como é o caso do transporte aéreo e do agenciamento de viagens) e hoje caracterizada por uma ação governamental muito mais focada na indução para o desenvolvimento do setor que numa intervenção.

NATUREZA

A exuberância dos ecossistemas brasileiros esteve sempre presente no discurso público federal acerca do desenvolvimento do turismo, entendida como um dos principais atrativos turísticos nacionais.

A consolidação do paradigma ambientalista nos anos 80 muda, todavia, a qualidade do discurso e da ação pública, em todas as esca-

¹ Ver Cruz (2000).

las de governo, agregando ao discurso de valorização da atratividade turística dos recursos naturais a retórica da necessidade de sua proteção/preservação.

As políticas públicas federais a partir dos anos 90 incorporam, assim, o discurso da sustentabilidade e os grandes programas de desenvolvimento do turismo a partir de então contemplam, em muitos casos, a criação de unidades de conservação.

ESPAÇO/TERRITÓRIO

A análise das políticas públicas federais de turismo no Brasil mostra, claramente, a total ignorância daqueles que as elaboraram relativamente ao significado do espaço para a vida e, conseqüentemente, para o turismo.

Reduzido a ‘atrativos naturais e culturais’, o espaço foi e continua sendo compreendido pelas administrações públicas –ao menos no que diz respeito ao turismo– como um puro e simples receptáculo de suas ações às quais devem somar-se as ações dos agentes de mercado.

O espaço não é, todavia, um palco de ações deliberadas de atores hegemônicos. A relação entre sociedade e espaço é, também, dialética. Como afirma Carlos: “o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade em toda sua multiplicidade ou, ainda, conforme Santos (1996: 101), o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada” (Carlos, 2001: 11).

O que muda, então, entre um período e outro, é o fato de as ações públicas voltadas ao setor turismo assumirem, a partir dos anos 90, uma maior racionalidade, traduzida na elaboração de diversos planos e programas voltados ao ordenamento do território brasileiro para um uso turístico massivo e internacionalizado. Cada vez mais, a lógica vigente é a lógica do espaço-mercadoria.

BIBLIOGRAFIA

- Boyer, Marc 2003 *História do turismo de massa* (Bauru: Edusc).
- Carlos, Ana Fani Alessandri 2001 *Espaço-tempo na metrópole* (São Paulo: Contexto).
- Carlos, Ana Fani Alessandri. 1999 “Novas’ contradições do espaço” em Damiani, Amélia L. et al. *O espaço no fim de século: a nova raridade* (São Paulo: Contexto).
- Chesnais, François 1996 *A mundialização do capital* (São Paulo: Xamã).
- Cruz, Rita de Cássia Ariza da Cruz 2000 *Política de turismo e território* (São Paulo: Contexto).
- Hall, C Michael 2001 *Planejamento turístico. Políticas, processos e relacionamentos* (São Paulo: Contexto).

- Knafou, Remy 1996 “Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo” em Rodrigues, Adyr A. B. (org.) *Turismo e geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais* (São Paulo: Hucitec).
- Lipietz, Alain 1988 *O capital e seu espaço* (São Paulo: Nobel).
- Pochmann, Marcio e Amorim, Ricardo 2003 *Atlas da exclusão social no Brasil* (São Paulo: Cortez).
- Prosérpio, Renata *O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil: 1994-2002* 2003. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, Milton. 1996 *A natureza do espaço* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1994 *Metamorfoses do espaço habitado* (São Paulo: Hucitec).
- Smith, Neil 1988 *Desenvolvimento desigual* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).

EMILCE BEATRIZ CAMMARATA*

EL TURISMO COMO PRÁCTICA SOCIAL Y SU PAPEL EN LA APROPIACIÓN Y CONSOLIDACIÓN DEL TERRITORIO

LA NECESIDAD DE UN ABORDAJE científico del fenómeno turístico conlleva a la reflexión de un campo de estudio multidisciplinario y requiere modelos de interpretación, evaluación y planificación para analizar el tipo de prácticas sociales y generar conocimiento sobre la puesta en valor de un lugar, la fuerte relación entre los actores sociales de pertenencia, las imágenes que se construyen y los usos del territorio. Implica considerar a lo teórico simplemente como ensayos interpretativos explícitos o implícitos que problematizan la realidad desde distintas perspectivas.

Las transformaciones mundiales y la velocidad de los cambios aumentan las posibilidades de los impactos sobre las estructuras territoriales. En este sentido, se requiere una constante observación de los procesos, y de hacer consciente las situaciones problemáticas en el uso del territorio, en las prácticas de des localización, del no lugar en el intercambio de bienes y servicios. ¿Cómo captar desde lo local esta enorme dinámica y evaluar las consecuencias más inmediatas y cotidianas de los habitantes? Implica iniciar el conocimiento del lugar en el territorio, preguntarse quiénes somos, qué capacidad tenemos para confrontarnos con los otros y detectar el tipo de relaciones que apare-

* Profesora Doctora de la Universidad Nacional de Misiones, Argentina.

cen en el tejido territorial, si son de apropiación o consolidación dadas las prácticas sociales del turismo.

Desde la década del '70 se pasa de las actividades primarias, secundarias a la de servicios, fuente de acumulación de bienes y servicios. Importa el análisis del contexto económico para poder reconocer los cambios que se dan en el lugar y las formas de apropiación y consolidación del territorio.

En este contexto de complejidad es necesario caracterizar la intensidad y sofisticación del proceso de comodificación del consumo, a partir de la producción y valoración estética de los paisajes, en conjunto con las asociaciones y significados que se adosan a los objetos materiales –el no poder de las culturas– y las prácticas tradicionales a través de la integración del turismo global. Explorar las relaciones sociales y prácticas que conectan la producción con el consumo y la comodificación del turista. Analizar las formas de articulación de los bienes turísticos del contexto cultural, su creación con el consumo y la apropiación de las nuevas localizaciones, reemplazando y transformando las relaciones humanas y representaciones de la identidad (Ateljevic *et al.* 2003).

El turismo como fenómeno socioeconómico (mercantilización del tiempo libre) está en constante transformación debido a la fuerte competitividad de los mercados y las exigencias de la demanda, entre otras causas. Las empresas pasan de ser generalistas a ofrecer productos específicos a distintos segmentos de clientela. La transformación de la práctica turística recreativa se relaciona con la búsqueda de nuevos productos orientados a dicha demanda. Robert Shepherd (2003) analiza el rol de la comodificación de la cultura y los efectos de apropiación territorial. Al estudiar las relaciones de causa y efecto entre el turismo y la comodificación, pone de relieve la problemática de la noción de autenticidad. Destaca el doble discurso de valor del recurso, en el que la esfera intrínseca y sagrada de la cultura del valor, se ostenta como circulando de manera independiente en la inestable y profana esfera económica del valor. Dado el hecho social en el que todo incluye cultura, ésta conforma un *commodity* potencial. El estudio de esta perspectiva es útil en la agenda de investigación para reconocer los tipos de relaciones que se dan entre los individuos y grupos en los *lugares de destino*, en donde se conforman nuevas formas de intercambio y autenticidad y solo como simple componente de comodificación. Con el encuadre de una perspectiva constructivista se apunta a trascender esa distinción y dicotomía binaria entre lo auténtico y lo no auténtico de las prácticas, y trabajar en conjunto con los agentes involucrados en la práctica turística para reconocer mejor el rol del turismo en las formas de apropiación y consolidación del territorio (Olsen, 2003).

El turismo (fenómeno socioeconómico) como actividad humana aporta muchas ideas, pero es necesario estudiar las prácticas concretas

para re-definir estas ideas en un saber sistematizado y valorar su papel. Los nexos entre el proceso de globalización (técnico, informacional, económico) y las áreas y lugares del territorio (nuevas formas y contenidos de materialización territorial y simbólica), se reconocen en las prácticas que se generan y producen entre las relaciones sociales con los objetos-recursos del espacio-lugar geográfico. En este contexto surgen algunos interrogantes que nos sirven como aportes para la reflexión y tal vez para una agenda de investigación, al identificar aspectos de la actividad turística contemporánea: ¿qué constituye la representación de lo efímero, provisorio, artificial?, ¿se mistifica la realidad dándole nuevos contenidos? Los lugares y paisajes del territorio ¿crean atractivos para el flujo de la sociedad? La revalorización de estos objetos ¿se transforma en el intercambio de bienes y servicios, cuya dinámica es parte de la construcción real y simbólica de los territorios turísticos? ¿Desde dónde se impulsa el turismo con distintas modalidades y prácticas sociales? ¿Cómo se genera el proceso de apropiación y consolidación del territorio, ante las nuevas necesidades sociales cuya satisfacción da lugar a distintas prácticas y actividades económicas en el contexto actual?

Pero al mismo tiempo, interesa reflexionar en las prácticas sociales del lugar, la búsqueda endógena de las propias imágenes locales, la reconstrucción del pasado simbólico como acciones para encontrar lazos entre el individuo y el territorio. Con las nuevas formas de elegir y reconstruir los lugares y territorios atractivos se participa de la apropiación de territorios, dado que en el proceso de construcción el hombre individual y colectivo se torna cada vez más sujeto de su propia construcción. Pero ¿se contribuiría a la transformación de un espacio neutro en la apropiación de su territorio?, y ¿se transformaría el territorio en un espacio de acogida para el individuo-habitante y los turistas como sujetos insertos en una estructura social, activos e intencionados que reclaman por el acceso a las prácticas sociales y culturales del turismo como una necesidad y un derecho? En la contribución al debate se focalizan tres aspectos: a) Interrogar sobre el significado de la práctica social del turismo; b) Caracterizar los tipos de relación entre el turismo y el territorio; y c) Identificar la secuencia de la sociedad local respecto a la multi-dimensión de lo vivido en su territorio que implica a la vez, proceso y producto de las nuevas formas territoriales, a partir de la experiencia de la movilidad, del campo de relaciones preferenciales y de un mundo simbólico que le da sentido y sustenta una identidad, una diferencia para interpretar su patrimonio, a la vez, componentes de la apropiación y posible consolidación del territorio.

LA PRÁCTICA SOCIAL DEL TURISMO

La práctica social y cultural forma parte del proceso histórico, por tanto es de naturaleza dialéctica, dado que en relación activa (cono-

cimiento y acción) con el mundo, lugares y paisajes del territorio, y con otros hombres, transforma la naturaleza y se transforma a sí mismo, construyendo un mundo cualitativamente nuevo de significaciones, valores y obras humanas, y realizándose como ser humano que se apropia y se consolida en su territorio. Sin embargo, la práctica es abordada por diferentes actores con distintas lógicas y pautas de comportamiento.

En su conjunto, las prácticas turísticas recreativas constituyen implicancias territoriales económicas, sociales y de modo de vida. Desde otras perspectivas, las del mundo del ocio que se desplaza para conocer, sentir, vivenciar, para recorrer, ubicarse, por el valor simbólico del sitio que valoriza el espacio territorial. “Solo viajando maduran los hombres”, destaca el proverbio persa que apunta al desplazamiento turístico, el viaje para poder ver y sentir el espacio, la necesidad de situarse y descubrir con mayor profundidad los signos del tiempo, más individualizado; y aunque entre las consecuencias del capitalismo se nos encapsula en un sistema homogéneo y hegemónico de duración hasta de percepción, la relación se analiza en el marco de la mercantilización del ocio, pero también existen instancias de intercambio social y creación cultural.

Las relaciones sociales de producción y consumo, a partir de la práctica social individual y colectiva, integra mecanismos distintos de relación con el territorio, la identidad, y con el Otro. Su efecto se hace sentir progresivamente en todos los sectores de la vida colectiva: en las instituciones, en las mentalidades, las concepciones de la identidad y hasta en la idea que la sociedad se hace de sí misma (Lanfant, 1994).

Desde esta secuencia espacial y temporal se encuentra la posibilidad de ejercer prácticas sociales distintas a las tradicionales que constituyen el preludio de formidables transformaciones sociales y aportan ideas para identificar aspectos de su construcción en la apropiación y consolidación del territorio. En este sentido, la actitud natural del hombre no es guardar las cosas sino usarlas, no es aislarlas de nuestro entorno sino darles nueva vida y reutilizarlas nuevamente. Todos esos testimonios nacen de un proceso cultural del que no se pueden separar, son objeto, historia y entorno natural. Es por ello que uno de los principales pasos para integrar este proceso con la actividad turística y, que éstas se conviertan en herramientas para el desarrollo, es fortalecer la identidad cultural de cada pueblo a través de la educación, tomando conciencia sobre la importancia del legado cultural. La identidad es una red de relaciones efectivas, que debe ser tejida constantemente a fin de garantizar su existencia, su continuidad. Se coloca el interés en los individuos, en los turistas y en las condiciones sociales que habilitan esta condición, marco en el cual cobran sentido.

Las identidades significan el reconocimiento que hace una persona o un grupo de su inscripción en una red imaginaria que lo sostiene (pertenencia a un almacén de sentido), de sus percepciones, representaciones; la imagen es influida por los medios de comunicación, por tanto, es una representación de la realidad que no se puede confundir con lo real, pero a su vez, está condicionada por el desarrollo cognitivo de cada individuo.

El abordaje de dicha realidad se hace explícito a través de instrumentos metodológicos que parten desde perspectivas psicológicas y psicosociales y contribuyen con el conocimiento de los intereses y deseos de los turistas, los motivos que los incentivan a llevar a cabo esta práctica y los sentidos que le otorgan. El turismo como práctica social integra esta ruta-mundo en el cual estamos incluidos, al crear conocimiento e interactuar con el ambiente, constituye una forma de ser-estar en el mundo, de construirnos en él (Pons, 2003).

El conjunto de significados y símbolos de la cultura local le dan sentido a un lugar e incide en la realización de las prácticas sociales del habitante. Ese conjunto de valores además de proyectarse en el territorio es transferido al otro –el forastero o visitante– pero al mismo tiempo, el habitante se apropia, imprime marcas en su comunidad o grupo social identificándose con su lugar, con su yo y el nosotros. Tiene sentido y significaciones porque se construye como individuo-habitante, y como trabajador. Desde su lugar es visitante y turista y en esta dimensión de análisis se construye el lugar de origen, el de la sociedad local en la que se generan condiciones de destino con diversas imágenes, representaciones de los objetos cuya práctica en el destino se satisface la necesidad de ver, sentir, conocer (Bertoncello, 2002).

Al examinar las prácticas del diálogo de los encuentros que se hacen en el viaje como proximidad física, obligatoria y sustantiva, interesa identificar los roles que se imbrican como redes sociales del viaje. En las diferentes clases de viaje se pone de relieve la distribución del capital social, la proximidad, el estar y tener experiencias a partir de las distintas prácticas sociales, en tanto existen la co-presencia de muchas formas en la vida social de los territorios (Urry, 1990).

En este sentido, como ser simbólico el individuo-habitante-visitante se relaciona con el mundo. Y, el trabajo, el ocio y las prácticas sociales del turismo siempre están revestidas de significaciones y valorizaciones. Esta reflexión conduce a dos realidades distintas: a) el plano real, con lugares turísticos como territorios ricos de potencialidades y fortalezas, pero también con debilidades y amenazas; y b) el plano de la imagen, imaginario y simbólico que revela las representaciones que se hacen desde esos lugares focalizando cuestiones virtuales y que no siempre coinciden con lo real, porque para el turismo la realidad es fiesta, fantasía, sueño. En ese proceso se integra la

expectativa de tener experiencias diferentes de las que suceden en su vida cotidiana.

Al considerar estas dos realidades se reconoce que la sociedad produce imágenes que la identifican, que orientan su desarrollo, que la definen. La práctica social del turismo en sí se individualiza generando un sistema de relaciones propio, un campo que se independiza progresivamente, se especifica y se materializa en una sociedad particular, a veces artificial, estacional, de fin de semana. Pero también se reconocen situaciones problemáticas relacionadas con los temas de inclusión y exclusión social y no se puede dejar de examinar la compleja, contradictoria y traslapada movilidad que integran los patrones de vida del cuerpo social.

La práctica social del turismo requiere de ciertas condiciones para la utilización y finalmente apropiación del espacio. Los geógrafos llaman *mise en tourisme ou touristification* a esta relación que pasa por una cadena de procesos, y desde este ángulo genérico se estudia la producción turística y las formas de apropiación y consolidación del territorio (Lazzarotti, 1994). ¿Cuáles son los componentes de base para apropiarse de los territorios? La producción turística pasa por la acción conjunta de tres sistemas: un sistema de actores, de imágenes y de espacios, o “territorios con ciertos bienes y servicios del patrimonio ambiental” (Cazes, 1995). Como parte del mundo de los símbolos, de ideas, sueños y representaciones, las prácticas turísticas plantean un conjunto de pre-conceptos y percepciones de imágenes, y valores de significado cultural, construido por el que viaja, antes de realizar la experiencia. Asimismo, la relación que existe entre el producto turístico -formato comercial por el cual se compra y vende a través del mercado-, y el mito, no sólo se estructura económicamente en la venta del destino turístico sino que se crean y recrean experiencias con elementos tangibles e intangibles, muchas veces asociados al imaginario que se construye de los lugares.

Las prácticas sociales del turismo crean, transforman e inclusive valorizan diferencialmente los territorios que no tenían valor desde la lógica de la producción. Algunos lugares se transforman, cambian, decoran, y revalorizan en función de las nuevas necesidades sociales dando lugar a distintas actividades socio económicas y nuevas experiencias que según el escenario se valorizan o re funcionalizan. Las relaciones entre los objetos naturales y culturales están imbricadas en los procesos sociales y económicos del territorio. En lugar del cotidiano vivir se construye la práctica social del turismo, destino para los otros pero donde el individuo-habitante satisface sus necesidades. Esta mirada es crucial para tomar conocimiento de quiénes se relacionan con la apropiación y consolidación del territorio, qué formas de construcción se observan desde la satisfacción de las necesidades cambiantes y dinámicas. Sobre todo, apuntar a la caracterización de los que tienen el derecho social de com-

partir las prácticas sociales y desplazarse por el territorio que se valoriza con las nuevas actividades turístico- recreativas en nuevos escenarios.

TIPOS DE RELACIÓN ENTRE EL TURISMO Y EL TERRITORIO

Se parte de la premisa que las actividades turísticas, como toda actividad humana, tienen una inscripción en el espacio geográfico. Sin caer en determinismos, se trata de una verdadera producción del espacio territorial que interactúa en forma dialéctica con las otras actividades humanas.

El territorio es portador de una identidad colectiva expresada en valores y normas que interiorizan sus miembros y conforma un sistema de relaciones de poder constituido en torno a procesos locales de generación de riqueza. En este sentido, ¿el turismo es un pasaporte para la apropiación y consolidación del territorio?

La dimensión territorial del espacio turístico caracteriza a una formación socio-espacial compuesta por dos tipos de espacios: el material o construido y el inmaterial basado en las imágenes y representaciones que se conforman en connotaciones mercantiles de la promoción turística sobre el espacio material. Al estudiar las formas que adoptan los sistemas territoriales, se parte de la función a partir de los recursos u objetos (naturales y culturales), la especialización, los recursos humanos (la fuerza de trabajo, –cantidad y calidad–), el grado de desarrollo de las infraestructuras, la relación y el papel de la práctica social del turismo con otros sectores de la economía nacional.

Al identificar las relaciones o prácticas que se ejercen, se infiere la “estructura espacial, las formas y las funciones” de la configuración territorial en las etapas de ocupación, uso y valorización de los recursos naturales, los relictos o formas del pasado que coexisten junto a las nuevas formas de uso y técnica actuales; es decir, el conjunto de medios instrumentales y sociales con los cuales el hombre realiza su vida, produce y al mismo tiempo crea espacio. En cada lugar, el patrón espacial no es sólo morfológico sino también funcional, es decir, los viejos objetos permanecen, lo que cambia es la función (Santos, 1996).

Ambas nociones se refieren a la disposición de los fenómenos que cambian y se alteran a lo largo del tiempo; en cada momento cambia el valor de la totalidad de los objetos (cantidad, calidad y funcionalidad): cambian los procesos, las funciones de las cosas, su valor específico.

La categoría territorio en perspectiva histórica, como producto de la concreción de lo social y lo natural sobre la superficie terrestre, tiende a ser menos nacional y simultáneamente más mundial. Se instala la diferenciación a partir de la selectividad espacial y socio económica, objetivación multidimensional de la apropiación social del espacio, lo cual obliga a repensar la relación entre las entidades territoriales, las

estrategias y las organizaciones de las empresas en vías de la mundialización (Santos, 1996).

En este contexto, interesa el estudio de las formas de apropiación y consolidación del territorio y su relación con la tipología de prácticas sociales turístico- recreativas que se localizan en el tejido local y regional, y analizar las interconexiones coyunturales y estructurales entre el desarrollo del turismo y sus vínculos con los cambios económicos, sociales y ambientales. En esta perspectiva el orden local se re territorializa porque reúne en una misma lógica interna todos sus elementos: hombres, empresas, instituciones, formas sociales y jurídicas y formas geográficas. La revalorización de los paisajes, la fuerza de los lugares con recursos naturales y culturales, generan traslados y producen flujos, movimientos de construcción real y simbólica, y construyen nuevas territorialidades, nuevas morfologías espaciales y configuraciones territoriales.

El territorio se define en la temporalidad, se construye, amplía o reduce con las acciones de los hombres. ¿Qué formas se producen? ¿Qué tipos de relaciones existen entre los objetos y las prácticas o acciones en el territorio? Las acciones se proyectan en el territorio a partir de una intencionalidad: así se construye el espacio turístico recreativo, se adorna, se arma para el mercado actual o potencial. De esta manera, el territorio es una proyección de la acción social, a partir de una intencionalidad. En este ámbito se realiza el territorio del turismo, se le adorna con una nueva cara hacia la proyección de su bien amado mercado potencial. Las adjetivaciones varían con las intenciones de los negocios: turismo: ecológico, religioso, rural, cultural. Se diseñan proyectos para la creación de flujos, se localiza un conjunto de objetos técnicos y se instituyen normas para definir las orientaciones de las acciones.

El territorio se va definiendo a medida de los intereses y lugares, las demarcaciones surgen ante variados tipos de acciones e intereses de los hombres o agentes económicos donde lo que se consolida son acciones de poder político y económico inducidos por los negocios, promociones y eventos.

Al hacer explícito este marco conceptual interpretativo de la geografía y la relación con el territorio –prácticas sociales del turismo– y apropiación o consolidación del territorio, es necesario considerar en la producción del espacio otras categorías de análisis que remiten paralelamente a tres órdenes: la forma técnica, la forma jurídica y la simbólica. La estructura espacial resulta de la división territorial del trabajo como un proceso por el cual se distribuyen los recursos naturales y construidos mediante las acciones de los tres órdenes: lo técnico y jurídico que constituyen la fuerza de la transformación y cambio; y lo simbólico que se da en el recurso del pasado, que tiene la fuerza de la afectividad en los modelos de significación y representación (Santos, 1996).

En el encuadre turístico-recreativo las formas técnicas de desarrollo contemplan la infraestructura básica urbana y de acceso a las redes de transporte y comunicación, el equipamiento receptivo y la estructura de servicios. Las formas jurídicas y simbólicas se relacionan con la transformación del uso del suelo agropecuario de las chacras y estancias, algunas de las cuales ofrecen recursos y actividades turístico-recreativas rurales y ecológicas. De este modo, conforman una nueva territorialidad, un cambio social posible donde aflorarían otras subjetividades, nuevas formas de sociabilidad y división espacial del consumo, con emprendimientos sociales no agenciados por la ley del valor.

Se considera la totalidad en movimiento como trama de la realidad espacial y se reconocen los agentes e instituciones que construyen los productos turísticos recreativos y producen el espacio turístico, a través de las formas materiales (construcción, ordenamiento, facilidades para el esparcimiento) y las formas simbólicas que representan a los paisajes e imágenes de promoción de los nuevos productos, a partir de los cambios en la demanda y en la estructura del mercado. Cabe la siguiente cuestión: ¿es posible que la interdependencia y simultaneidad de los eventos constituyan la esencia o existencia geográfica de una nueva formación socio espacial? En el análisis territorial de las prácticas, ¿qué bienes del patrimonio ambiental natural y cultural conforman los recursos y productos turísticos en determinados lugares del territorio?

Las actividades del ocio y el turismo se desarrollan en los *lugares* con atributos de base natural y/o cultural. Estos componentes denominados *recursos* surgen al realizar el inventario, instrumento operativo para la transformación y desarrollo. El recurso, término de origen latino que significa *recurrir*, se asocia al valor del uso y de cambio en el sistema de acciones (sociedad-grupos) e interacción con objetos que se descubren, transforman, re valorizan, o re funcionalizan de acuerdo a las necesidades cambiantes en el proceso socioeconómico del territorio. Por eso los recursos pertenecen a una categoría histórica, cuyos cambios se suceden al interior del movimiento de la totalidad social; cambios en el volumen de la demanda y materia prima de la actividad turística, ya sea por las necesidades propias o creadas en los objetos nuevos y atractivos. La Real Academia de la Lengua Española señala que un recurso es un “conjunto de elementos disponibles para resolver una necesidad o llevar a cabo una empresa”. Ambos criterios se adaptan a la función turística dado que con el tiempo, se constituyen en bienes capitalizables que incentivan las actividades turístico-recreativas y, bienes que motivan el desplazamiento del turista y recreacionista.

Con las nuevas formas de elegir y reconstruir los lugares con atractivos, se participa de la apropiación de territorios que se despegan del lugar para transformarse en símbolos de consumo y focos de atracción social, en cuyos desplazamientos aparece la mercantilización conjuntamente con otras instancias de intercambio social y creación cultural.

LA SOCIEDAD LOCAL COMO INTEGRANTE DEL PROCESO - PRODUCTO DE LAS NUEVAS FORMAS TERRITORIALES

El desarrollo humano se realiza por una suerte de capitalización de los productos del pasado: se agrega a lo que se hizo ayer a lo que se hace hoy y a lo que se hará mañana, y por ello lo que tiene que conservarse no son tanto las cosas sino también las ideas, los descubrimientos y los procesos. Entonces, importa tener en cuenta a la sociedad local, que define y conoce históricamente los objetos, el tipo de relaciones y el grado de espacialidad o procesos de construcción social. Sus miembros unidos por un sentimiento de pertenencia y lazos de solidaridad, valorizan las prácticas sociales del territorio y recrean a través de la gestión colectiva del espacio, áreas y lugares de significación que están ligados al tema de la identidad, producto de una continuidad en el tiempo que vive concientemente dicho grupo humano. A través del tiempo se genera una acumulación o capital cultural en términos de normas y valores e implica la pertenencia a una comunidad, como reconocerse en una colectividad compartida.

En este sentido interesa plantearse interrogantes acerca de cómo operar con esquemas constructivistas que contribuyan a concebir un proyecto de sociedad local que responda a las decisiones políticas, socioculturales del destino u origen y en la trayectoria de apropiación y consolidación del territorio.

En el punto anterior se analizaron las formas de construcción del territorio y los tipos de relación entre el turismo y el territorio. Importa destacar esta perspectiva dado que la producción histórica del espacio geográfico ha devenido en el estudio de los recursos turísticos o formas patrimoniales del ambiente natural y cultural que en el presente están siendo valorizadas como producto o experiencia turística por diferentes actores sociales, económicos y políticos. El territorio en el que vivimos es más que el conjunto de objetos, mediante el cual trabajamos, circulamos y vivimos; conforma la relación que recíprocamente tiene un grupo humano como espacio de su expresión y reproducción; es un ámbito que se crea en la práctica.

Por ello se destaca al territorio como un verdadero espacio de fuerzas cuya aceleración es desigual. Partes de su pasado se actualizan en un paisaje atravesado por diferentes coordenadas e intereses. Esta situación pone en evidencia ciertos temas ineludibles al momento de analizar y reflexionar sobre la relación entre la valoración patrimonial, los fenómenos relacionados con los tipos de turismo y su relación al tomarlos como recursos que generan tanto potencialidades como restricciones en la estructura espacial.

De acuerdo a su localización, características y formas de generar itinerarios y rutas como vías de comunicación e intercambio de experiencias, bienes y costumbres, se percibe al patrimonio con una

mirada integral en la que se destacan dos subgrupos de perspectivas: a) los valores socioculturales que integran componentes, históricos, simbólico culturales, sociales, religiosos-espirituales y estéticos, b) los valores económicos que integran componentes de bienes y servicios como los valores de uso y cambio o mercadeables y los que no son mercadeables porque en los aspectos de su contenido, es difícil la expresión en precios de mercado.

Ahora bien, interesa preguntarse también qué se entiende por patrimonio del pasado mediato o inmediato, de qué manera incide en las prácticas sociales pero más aún, quién define el patrimonio ya que en la práctica lo que sucede es que ciertos expertos deciden qué es patrimonio y qué no, dejando de lado a las partes interesadas, la comunidad o sociedad local. El patrimonio es reflejo de la sociedad que lo produce y es necesario señalar que el patrimonio no siempre es el fruto de la colectividad. Existen procesos en los cuales el patrimonio es producto de procesos económicos, políticos o culturales que a su vez poseen su origen en decisiones de clases o grupos concretos, pero apenas se representan como patrimonio cuando tales construcciones se asumen por la colectividad de forma autónoma.

El trabajo participativo con la sociedad local requiere de espacios de diálogo e intercambio para construir el camino de la gestión compartida entre los sectores públicos, privados y otras organizaciones no gubernamentales, en espacios donde se desarrollan sus actividades, aspiraciones e intereses.

En estos talleres se parte de la necesidad de contar con el aporte del conjunto para detectar el tipo de imágenes que se producen de su lugar de vida. Como ejemplo, tomaremos la secuencia del estudio realizado en el suroeste de Buenos Aires (Bustos Cara, 1995: 89 e 90), en el que aparecen patrones de interpretación por etapas que surgen como situaciones propias entre la sociedad local, productora de imágenes y en relación con las potenciales demandas de actividades turísticas que en su conjunto inciden en las representaciones e imágenes de su propio mundo: a) la sociedad auto genera imágenes, incentivadas por la propuesta de actividades turísticas generándose una búsqueda de valores y especificidades. El proceso se caracteriza como de dominio creativo, desarrollando un papel más activo. Protagonismo de elementos de identidad y diferenciación ante la aparición de nuevos destinos como competencia de otros consolidados; b) en otra secuencia se intensifica la actividad turística y se desarrolla la imagen turística, por selección, exageración, exclusiones conscientes o no. A la sociedad local se agregan otros actores externos y aparecen nuevas habilidades en los recursos humanos; c) en cierto momento de apropiación se destaca la separación, a veces total, entre los agentes más o menos consolidados y la sociedad local ajena y excluida. En

esta fase se construye un imaginario de la materialidad, ajena a la esencia local; d) luego de un desarrollo independiente, la sociedad local puede producir una reconquista, aunque parcial en dichos ámbitos. En general, el problema en esta fase ocurre por el desinterés de los sectores dominantes que actuaron en el lugar como miembros de una sociedad transplantada y desarraigada del nivel local y sus referentes sociales. En este proceso existe una toma de conciencia y se generan expresiones políticas.

Así el turismo actúa como incentivo para reconocer la propia trayectoria sociocultural, en la búsqueda endógena de las propias imágenes locales: búsqueda de originalidades, de raíces, así como de reconstrucción acelerada del pasado simbólico que crea nuevas metáforas. Se crea el pasado desde el presente con un sentido utilitario no ideológico, acorde a los intereses primordiales de localización y potencialidad para los visitantes, a fin de consolidar el territorio de vida, la puesta en valor y en desarrollo en función de una estrategia de inclusión de determinados espacios, diferentes en la consideración del turista y operadores de la actividad turístico recreativa.

En la secuencia de esta trayectoria existen tensiones, conflictos, intereses antagónicos. Esto supone contemplar el perfil social y cultural y el nivel del desarrollo de la localidad o comunidad para asumir el reto de comprometerse y actuar.

Los agentes locales presentan distintas modalidades de intervención y apropiación distinta, a través de empresas y organismos nacionales e internacionales, de manera que es necesario contextualizar las relaciones micro y macro, a distintas escalas de relación para reconocer la trayectoria de las formas de producción en el espacio turístico.

La multifuncionalidad, el tipo de uso, la reconversión agrícola dada las sucesivas crisis, deriva de las nuevas demandas hacia la agricultura y el medio rural. Surgen actividades no agrícolas en áreas periurbanas, en el espacio rural, con capital social acumulado, valor del paisaje, y otros atractivos que se desarrollan y que requieren caminos de abordaje para los conflictos que se suceden en el territorio.

El tipo de relaciones varía dependiendo de la técnica, el tiempo (presente en cada momento histórico) y la intencionalidad, dimensiones que se materializan en los objetos y distintas acciones a través del trabajo (técnica) fuente de valor desde la praxis del materialismo histórico, pero, al ser la técnica también social, dichos objetos caracterizan el espacio geográfico territorial, la realidad objetiva y el producto social en un permanente proceso de transformación (Cammarata, 2001).

¿Desde dónde organizar los espacios de participación para construir la capacidad efectiva o potencial de una comunidad que asume su rol de pertenencia? ¿Cómo generar la voluntad de concertación y establecer mecanismos solidarios y asociativos? ¿Cómo recuperar el valor

democrático a través de la estrategia de participación y responsabilidad ciudadana para con su localidad? Las problemáticas sociales que parten de las prácticas sociales del turismo requieren la conducción y manejo de múltiples desafíos que enfrentan las sociedades hoy, y para ello se requieren personas con conocimientos y habilidades técnicas y prácticas para la gestión de estas nuevas situaciones problemáticas.

La universidad, como agente de promoción y desarrollo, debe poner atención a las demandas sociales y productivas para centrar su tarea en forma operativa y dinámica en relación con los usuarios, los habitantes, la sociedad local, nacional y transfronteriza. La preocupación de algunas instituciones de formación universitaria se relaciona con la necesidad de consultar a la comunidad, contribuir a su educación turística y fortalecer los lazos de su identidad territorial, detectar formas de eliminar barreras para que los beneficios se reinviertan en la sociedad local de destino, relevar las necesidades y priorizar los niveles de demanda local y generar estrategias de cooperación. Sobre todo, poner de relieve aquellas prácticas sociales de acceso a las oportunidades de superación (conocimiento) por parte de los integrantes de la comunidad dadas por referencia a las asimetrías y exclusiones sociales, contrario a situaciones de apropiación y consolidación del territorio de vida.

La relación entre la investigación científica y la gestión plantea el desafío de una mayor reflexión-acción acerca de los procesos socioeconómicos que devienen de diversas acciones políticas. Esta relación se concreta en el proceso de gestión en torno a las problemáticas del colectivo social en el que se involucra el profesional.

En este contexto se destaca la concepción comprehensiva del desarrollo humano que exige considerar la finalidad del bien común de su realización como de una concepción integrada en respuesta a las necesidades locales, regionales, nacionales y de transfrontera en la consideración del bien común.

Es preciso considerar que la actividad turística, generada por determinadas prácticas sociales, se puede concebir como un medio, antes que como fin, es decir que existe en forma complementaria con otras actividades sociales y económicas. Esto podría coadyuvar en un cambio hacia otros niveles de desarrollo de la población local, a través del intercambio y la cultura que se genera, a través de los ingresos que se perciben y de algunos otros beneficios inducidos.

Por el contrario, al estudiar la trayectoria de ciertos lugares, aparecen modalidades concentradas, estrategias de enclaves desterritorializados, es decir, con débiles relaciones y articulaciones económicas y sociales en el territorio derivados de factores exógenos de crecimiento que se propician en el nivel nacional y provincial. Se pueden analizar diversos ejemplos en la República Argentina, en las provincias de Mendoza y Córdoba áreas y lugares dominantes de grandes

concentraciones de poder económico. También en áreas y lugares de las fronteras marginales de la provincia de Misiones.

A modo de síntesis, los temas tratados en los tres aspectos de la contribución al debate, siguen abiertos a la reflexión, dada la necesidad de estudiar en forma concreta las diversas situaciones que aparecen en los territorios para reconocer el tipo de prácticas sociales turísticas que se articulan y se destacan en diferentes formas de apropiación y consolidación del territorio.

Entre los interrogantes que pueden servir para continuar con el tema y plantear una agenda de investigación, se resumen algunos elementos para el encuadre del análisis:

- Analizar las actividades económico- sociales a diferentes escalas de relación en el fenómeno turístico, a fin de reconocer las variaciones especiales de la oferta en cuanto a su valor económico, y el mercado que se desarrolla en diferentes áreas del territorio.
- Caracterizar los cambios y los procesos del crecimiento turístico recreativo en los territorios del país.
- Interrogar las causas y las motivaciones del mercado en las promociones, el incremento o la disminución de determinadas actividades y prácticas sociales en turismo.
- Analizar qué tipo de viajes y flujos llegan al país y a determinados territorios relacionados que tengan más relación con el *pasaporte de turista*, más económico, que con los flujos de determinados paquetes hacia determinadas prácticas, e incidan en la apropiación y/o consolidación del territorio.
- Tomar en consideración desde dónde se impulsa el turismo y las diferentes modalidades o prácticas sociales (aspectos de la deuda externa, la estabilidad política, el abaratamiento del crédito, el dólar barato, el aumento de los servicios, las concepciones de desarrollo turístico del Banco Mundial, y la Organización Mundial del Turismo a partir de los Programas de Ajuste Estructural, y de las nuevas formaciones de desarrollo social).
- Caracterizar las formas de apropiación del territorio en relación con los paraísos fiscales con determinadas inversiones en los servicios y equipamiento, al crear un marco adecuado para las inversiones extranjeras y fomentar al sector privado.
- Detectar los tipos de apropiación y consolidación del territorio, las modalidades de gran concentración de recursos y servicios.
- Analizar las componentes de accesibilidad e infraestructuras para el crecimiento del turismo en determinados territorios. Esta situación reproduce e incluso incrementa las diferencias regionales del territorio y contradice las situaciones de desarrollo local en áreas marginales.

- Evaluar las relaciones del campo de poder local en vinculación con el crecimiento de áreas turísticas y de otras actividades económicas.
- Visualizar si en determinados territorios el turismo es una actividad dinámica con garantía de éxito, o es funcional a las nuevas características de la nueva sociedad.
- Estudiar los impactos reales del turismo en la economía para apreciar aspectos de la apropiación y consolidación del territorio.
- Analizar las formas de uso turístico en la apropiación de lugares, sitios para identificar quiénes acceden y cómo vive la población con-tigua a dichos lugares.
- Considerar en estos dos grandes bloques temáticos de apropiación y consolidación del territorio: a) los condicionantes internos (com-ponentes territoriales, condiciones de localización y condiciones so-cioeconómicas de los destinos), y b) los condicionantes externos: ca-racterísticas de la estructura internacional del sector (concentración de grandes empresas transnacionales: conocer su organización y, su articulación con los agentes de los destinos –empresas filiales e inde-pendientes– y los estados, además de la estructura intra-empresarial /inter-empresarial del sector)

BIBLIOGRAFÍA

- Ateljevic, I. *et al.* 2003 *Culture, Economy and Tourism Commodities* (Auckland: University of Technology and University of South Pacific, Fidji).
- Bertoncello, Rodolfo 2002 “Turismo y territorio. Otras prácticas, otras miradas” en *Revista Aportes y Transferencias* (Mar del Plata/ Buenos Aires) 6 (2).
- Bustos Cara, R. 1996 “El turismo y los procesos de transformación territorial” en Rodrigues, Adyr Balastreri (org.) *Turismo e geografia* (São Paulo: Hucitec).
- Cammarata, Emilce Beatriz 2001 *El turismo en Misiones en el espacio transfronterizo con Paraguay y Brasil. Situación actual, formas de integración y desarrollo desde una perspectiva geográfica*. Tesis doctoral (La Habana).
- Cazes, George 1996 “Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes” en Rodrigues, Adyr Balastreri (org.) *Turismo e geografia* (São Paulo: Hucitec).
- Coriolano, Luzia N. Texeira 2003 “A produção da imagem dos lugares turísticos” em *Encontro o turismo de inclusão e o desenvolvimento local* (Fortaleza: Premius).

- Di Pietro Pailo, Luis José 2001 "Hacia un desarrollo integrador y equitativo. Una introducción al desarrollo local" en Burin, David-Herras *Desarrollo local* (Buenos Aire: Ed. Ciccus, La Crujía).
- Lanfant, M. F. 1994 *Identité, memoire, patrimoine et touritification de nos sociétés* (Paris: Gallimard).
- Lazzarotti, O. 1994 "La geographie dans la controverse touristique" en *Ann. Géo* (Paris) N° 50.
- Lebret, Joseph Louis 1967 *Dinamyque concrete du developpement. Economie et humanisme* (Paris: Editions Ouvrieres).
- Mantero, Juan Carlos 2001 "Centros urbanos bonaerenses: red turístico – recreacional" en *Aportes y transferencias* (Mar del Plata) Año 5, N° 1.
- Munne, Frederic 1980 *Psicosociología del tiempo libre. Un enfoque crítico* (México: Editorial Trillas).
- Olsen, Kjell O. 2003 *Authenticity as a Concept in Tourism Research: The Social Organization of the Experience of Authenticity* (London: Tourist Studies, Sage Publications. London).
- Pons, Pau Obrador 2003 *Being-on-Holiday, Tourist Dwelling, Bodies and Place*, University of Durham, Tourist Studies (London: Sage Publications).
- Rodrigues, Adyr Balastrieri (org.) 1997 *Turismo e desenvolvimento local* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1994 *Técnica, espaço, tempo* (São Paulo: Hucitec).
- Shepherd, Robert 2003 *Commodification, Culture and Tourism* (London: Tourist Studies, Sage Publications).
- Urry, J. 1990 *The Tourist Gaze* (Londres: Sage Publications).
- Vachon, Bernard 2001 (1993) *El desarrollo local. Teoría y práctica. Reintroducir lo humano en la lógica de desarrollo* (Gijón: Ediciones Trea).
- Vera, Fernando 1997 *Análisis territorial del turismo* (Barcelona: Ariel).

LUZIA NEIDE M. T. CORIOLANO*

TURISMO: PRÁTICA SOCIAL DE APROPRIAÇÃO E DE DOMINAÇÃO DE TERRITÓRIOS

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma análise do uso do espaço para o turismo a partir das contradições e das relações do poder na apropriação do território para o uso turístico. Verifica, a partir do turismo, como ocorrem as novas configurações geográficas definidas pelas estratégias políticas dos governos, operacionalizadas pelas políticas públicas para implantação de infra-estruturas. Analisa como a política empresarial, especulando o litoral, implanta *resorts* e como se dão as formas de resistências dos residentes criando o turismo comunitário. Pesquisar as relações de poder na produção do espaço turístico implica necessariamente compreender o espaço como algo socialmente produzido que expressa as contradições do modo de produção capitalista ou as contradições do espaço-mercadoria.

* Professora Doutora da Universidade Estadual do Ceará e Faculdade Grande Fortaleza, Brasil.

TURISMO: COMPREENSÃO E DESENVOLVIMENTO

O turismo, uma atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais. Dentro da nova dinâmica da acumulação capitalista, responde às crises globais e ampliadas do capital mundial, submetendo diretamente o Estado em favor do mercado, embora e aos poucos, a sociedade civil de vários lugares descubra estratégias de beneficiar-se economicamente com ele, ou a partir dele.

Como serviço de suporte à recuperação do trabalho humano, possibilita o avanço da exploração do trabalho industrial, comercial e financeiro, nos diversos mercados internacionais. É o lazer de viagem, elitizado, transformado em mercadoria, invenção da sociedade de consumo. Forja respostas às necessidades humanas, mas atende especialmente ao capital. É um fenômeno próprio das classes ricas que podem comprar lazer. Atinge todos os continentes e a muitos lugares periféricos, estendendo seu raio de ação aos lugares tidos como subdesenvolvidos e às classes pobres, que passaram não a usufruir, mas a produzir serviços turísticos, pois a injustiça e a desigualdade social não foram eliminadas, são marcas do capitalismo.

Enquanto prática social é também econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores. O turismo é simultaneamente ócio e trabalho, produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas a poucos.

É possível constatar logísticas globais sob o comando de corporações e bancos internacionais que se sobrepõem à autonomia dos governos estaduais e municipais, redirecionando suas ações para atender interesses globais, embora com especificidades regionais. A riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para sua produção e apreensão, nos conflitos e possibilidades de entendimento desse fenômeno. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes.

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias.

Esta análise tenta fugir da abordagem estruturalista que considera o espaço objeto rígido, homogêneo, isótropo, neutro, delimitado por linhas periféricas, localizado, formal, a priori do homem, palco dos acontecimentos e admiti-lo como um processo histórico e dialético resultante das relações sociais de produção. Assim, o espaço geográfico não é suporte nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social. Mostra Santos que:

o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios (Santos, 1979: 18).

A partir dessa compreensão, o espaço físico em si passa a ser considerado a partir de sua organização e de seu sentido social, criando espacialidades, ou seja, espaços produzidos através das relações de forças e de poder que se estabelecem de forma contraditória, transformando a chamada primeira natureza em segunda natureza. Espaço é, assim, a principal categoria da análise geográfica e nele está contido uma série de outras categorias e conceitos de apoio, tais como: território, lugar, região e paisagem, dentre outras. Enquanto o território é “o resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (Moraes, 2002: 63). É visto como uma forma de relação de poder que imbrica a soberania, o estado-nação e a fronteira. É o lugar o espaço das resistências, onde se travam as lutas cotidianas, a exploração das forças de trabalho, o fluxo da mais-valia e a reestruturação produtiva da acumulação capitalista. As lutas que antes pareciam apenas das classes sociais ampliam-se e chegam aos lugares. Não apenas as classes lutam por seus interesses antagônicos, mas os espaços, os lugares tornam-se competitivos e ameaçadores, ocorrendo o que Santos (1999) denominou de “guerra dos lugares”. Os espaços vão sendo produzidos diferenciadamente, como forma de subsunção ao capital.

O turismo é, na atualidade, um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando/reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, regiões litorâneas, originalmente ocupadas pelos indígenas, pescadores, comunidades tradicionais –os chamados “povos do mar”–, são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos, por exemplo. Nessa produção espacial faz-se necessário considerar a luta dos diferentes atores locais: os nativos usuários do espaço litorâneo que tentam defender suas propriedades, ou bens de usos, contrapondo-se aos interesses dos empresários, dos agentes imobiliários e do

próprio Estado que se interessam pelo valor de troca do espaço, pois o transformaram em mercadoria.

Cabe ainda considerar a dupla dimensão do espaço –do conteúdo e da forma–, como definiu Carlos (1999), desfazendo vieses de vertente de uma única mão, pois o espaço não é “mero receptáculo”, como mostra Martins (1999) ou “palco”, nas ressalvas de Oliveira (1999), mas produto, condição e meio das relações sociais. Ao se fazer meio ou objeto para atividade econômica ou demais práticas sociais, é também força produtiva, apropriada pelo capital para sua reprodução. Assim, “o espaço não se encontra excluído das relações de produção, como tampouco das relações de dominação consubstanciadas e expressas pelas relações de propriedade” (Martins, 1999: 25).

É no conteúdo do espaço de relações sociais que se engendram os processos, pois, nessa formação histórica se estabelecem, se recriam e se transformam as relações sociais e espaciais. Mas esse produto social não se faz sem conflitos, contradições e resistências. Justamente dessas contradições emergem as relações de dominação e de poder na produção do espaço, que visa à acumulação capitalista. Explica Carlos que “as relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim efetivamente a sociedade produz o espaço” (Carlos, 1999: 63). Cada local, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e deste modo o espaço vai sendo produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade. Diz Chesnais que os “serviços são a nova fronteira para a mundialização do capital” (Chesnais, 1996: 185). A reestruturação produtiva industrial desenvolveu uma infinidade de serviços funcionais à sua produção, ou seja, a cada bem produzido ligado às novas tecnologias desencadeiam-se os serviços de suporte e sustentação, sendo o turismo um desses serviços, voltado especialmente à reprodução da força de trabalho e ao consumo.

TERRITÓRIO TURÍSTICO: DOMINADOS OU APREENDIDOS?

Muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo por oferecer atrativos para a demanda e aos gestores e operadores turísticos oportunidade para alocarem seus investimentos e retirarem mais-valia dos espaços, do trabalho humano. Os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo.

O turismo materializa-se na lógica da diferenciação histórica e geográfica dos lugares e das regiões. É pertinente ao local tanto quanto ao mundial, pois domina as relações sociais históricas em função de mudanças e reestruturação dos espaços, aproveitando os recursos

locais. Transfere o valor dos patrimônios culturais, das cidades, dos lugares e da população local para os turistas, enquanto objeto do olhar, do prazer e de desejo. Em função do turismo e do consumo dos espaços são produzidas diversas formas estruturais de paisagens e de negócios. No tempo em que os processos históricos seriam inoperantes, a técnica utilizada proporciona agilidade e capacidade de organização territorial. Para cada modalidade de turismo existe uma demanda espacial. Aproveitam-se áreas de montanha, de sertão e litoral, áreas urbanas e rurais, metrópoles e cidades históricas, inclusive os desertos e os enclaves.

Com o turismo, novos processos concentram ou distribuem renda, aumentam ou diminuem as formas de exploração dos trabalhadores, além de entrada ou fuga das divisas. Requer, como toda atividade capitalista, controle governamental e, sobretudo, participação da sociedade. Os equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, agências de viagens, de comunicação) e os ambientes de lazer servem de suporte à mobilização da mão-de-obra globalizada, afinal, estão a serviço da reprodução do capital. Mas a lógica não é perfeita como querem os neoliberais. Sob concorrência oligopolista, os investidores sofrem restrições de mega-operadoras internacionais, em função dos altos níveis de concentração e de integração de grandes conglomerados atuantes nos principais mercados emissores. Criam-se, muitas vezes, barreiras à sobrevivência e entrada de novas operadoras e de pequenos destinos turísticos. O turismo produz espaços standardizados e controlados pelas redes mercantis transnacionais que dificultam o crescimento das empresas locais e regionais.

O turismo, enquanto negócio, visa à obtenção de lucros; ao mesmo tempo, desenvolvê-lo implica continuar a distribuição injusta da riqueza. Produz contradição ao se propor ao desenvolvimento local, preservar lugares, e proteger as culturas, obtendo, ao contrário, a transformação do espaço em mercadoria, massificação das culturas, atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam. Apesar de a expectativa principal do turismo ser o lucro e concentrar riqueza e renda, também cria oportunidades de ganhos para os trabalhadores e os lugares mais pobres. Assim, na contradição de que destrói e beneficia, o turismo pode ser visto positivamente tal como na perspectiva da tese, que ao incorporar a antítese, o seu “contraponto”, transforma-se em síntese, ponto e novamente contraposição da posição, marcando o processo evolutivo da sociedade.

Como positivo, trouxe, em alguns casos, a descoberta comunitária de um outro turismo possível. Diferindo na forma como o turismo é explorado, ou como se dão as relações sociais de produção, que determinam mais ou menos exploração e concentração de renda. As explorações exacerbadas nas relações de trabalho associam-se às relações mais flexíveis e adaptadas aos interesses das comunidades locais. Por

consequinte, executivos de *resorts* e ambulantes vendedores de *souvenir* e artesanatos são igualmente trabalhadores no turismo. Ao mesmo tempo em que a tendência de acumulação cresce na maioria dos lugares e na maior parte dos negócios turísticos, inclusive no Brasil e no Ceará, emergem ricas experiências voltadas para menor exploração do trabalho, com melhores ganhos para os trabalhadores, além dos capitalistas, distribuindo melhor os resultados do trabalho social e fazendo valer os valores comunitários.

O modelo fordista massificou a cultura, a escola, a comunicação; também tornou maciço o turismo, cuja superação requereu a estratégia de fusões/aquisições, formação de conglomerados e de oligopólios dominantes, organizando a produção de forma flexível quanto ao trabalho e aos lugares. A crise do turismo fordista, porém, produziu o turismo flexível, voltado às individualidades, com alto nível de qualidade, profissionalismo e competência, e de altos custos, que seriam reduzidos quando adaptados às condições comunitárias, locais e regionais.

O TURISMO ALTERNATIVO: RESISTÊNCIAS ENTRE O DISCURSO E AS PRÁTICAS

O discurso sobre o turismo é situado como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios. Mas, na prática, é uma super-estimação de seu desempenho, criando falsas expectativas, sem possibilidades de solução aos problemas sociais e ambientais existentes. Pois não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do País, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros. Acrescentou problemas onde foi tratado como política para atender a acumulação capitalista em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais. Transformou o espaço local em mercadoria global, desvalorizando o uso pela troca.

As práticas sociais e políticas dos governos e dos grandes empresários primeiro conflitaram depois coincidiram com as das comunidades e dos pequenos empreendedores. Os focos de interesses específicos, a princípio divergentes –para os primeiros, o centro é a acumulação de capital e para os outros o enfoque é humanista– foram redirecionados para a solidariedade entre povos e lugares. É certo que não na maioria dos lugares e territórios, mas a minoria mostrou que é possível e viável atender a interesses múltiplos.

Idéias dominantes foram divulgadas até a formação de um discurso coletivo e quase todos os lugares passaram a afirmar ser o turismo gerador de emprego e renda. Constatou-se na prática que o discurso, de que todos ganham com o turismo, é superficial, pois mascara contradições e as diversas formas de exploração do trabalho que, às vezes, acirram as contradições entre o capital e o trabalho. Alguns estados

brasileiros, em particular o Ceará, vêm servindo como laboratório dessa dialética expressa nos discursos e práticas sobre o turismo, que opõe a percepção de mundo oficial e de mercado àquela visão humanista e comunitária. Os governos propalam o discurso do mercado neoliberal, ao afirmar ser o turismo o caminho para o desenvolvimento; de que é o caminho certo, pois não há outro; e que os obstáculos serão vencidos; omitindo-se da missão com que foi criado, de regular o mercado.

O que se esperava do Estado democrático era a interlocução das críticas, sem ceder, facilmente, aos pontos de vista da classe dominante. Ao incorporar em seus discursos a idéia de comunidade e de inclusão social, o faz para se legitimar, mais que isso, para cooptar os movimentos e as resistências sociais, posicionando-se pelas minorias dominantes, ao contrário do que se esperava de ser a favor da maioria excluída.

As sociedades sem capacidade crítica para perceber a falácia do discurso governamental submeteram-se à ação estatal de construção de uma forma de turismo segregado, aquele que impede o turista de conhecer de fato o local que visita. Estados neoliberais se comprometem com o turismo internacional, esperando a entrada de divisas, sem verificar seus resultados sobre as “exclusões sociais”, pois, na prática, as formas de se obter emprego e renda que garantam a grande maioria da população são poucas. Muitos acreditaram no discurso da atividade ser introduzida nos países periféricos como alternativa de oferta de emprego e renda, e isso virou um mito. Aqueles que ainda não se inseriram nos roteiros lutam para sua inclusão. O planejamento, a administração, as políticas e as gestões tão solicitadas no turismo não foram suficientes para superar as crises. Afinal, o cerne da questão não está nessas ausências, mas nos conteúdos desses instrumentos que são o próprio conteúdo das crises, seja no turismo ou outro setor da sociedade. É preciso superar os problemas das territorialidades turísticas antes de resolver as questões da gestão. Portanto, o caos não está nele próprio, mas no conteúdo que se deu a ele.

As práticas da sociedade civil organizada e das comunidades tomaram duas direções distintas: daqueles que não acreditando no turismo, por acharem superestimadas as possibilidades de extraordinários ganhos pelo setor, e dos que acreditaram e buscaram-no como perspectiva de desenvolvimento e solução para o lugar. Mas o que se constatou foi que o turismo não é diferente de nenhuma atividade capitalista, não é maldição nem benção, é resultado das práticas políticas dos discursos hegemônicos e dos de resistência. Obter sucesso no nível comunitário com o turismo não significa desconhecer a presença do Estado ou da mundialização do capital. Não se trata de desconectar dessas realidades, implica, contudo, em redirecionar a política estatal para os interesses das economias populares, enquanto alternativa de social mais ampla e continuada. O turismo comunitário é uma estratégia de sobre-

vivência, e de entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a ressignifica a cultural.

Do turismo global, elitizado e de *resorts* emergiu o turismo local e alternativo, voltando-se para os interesses dos residentes, das pequenas pousadas, da valorização e manutenção da identidade local, mesmo que em processo simultâneo de resistência e solidariedade. Nesse processo seletivo de lugares para o turismo, novas contradições emergem, sendo mais comuns os de usos e posse da terra, e por oportunidades de trabalho. Do conflito, porém, surge o turismo alternativo, aquele desenvolvido a partir das comunidades e pelas comunidades, bem como os das favelas, dos índios, dos acampamentos dos *sem-terra*, ou seja, de diversos grupos de excluídos. Todos incluídos na mesma sociedade, no modo de produzir, mudando na forma como cada classe ou grupo se inclui, e como os níveis de conflitos produzem resistências.

Não há como afastar a análise do turismo da valorização do espaço e (ou) do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente, mas se podem obter resultados menos desiguais. Os territórios turísticos passam, a um só tempo, por serem dominados (pelo capital) e apropriados (pelos interesses locais e dos trabalhadores). Os lugares, além de pertencerem às estratégias do capital, do espetáculo e do embevecimento dos visitantes, são susceptíveis às resistências dos residentes, apesar de nem todos participarem da luta. A maioria da população local, alienada que está pelo consumo, adapta-se ao sistema de produção capitalista convencional. O turismo é uma prática social que causa divisão interna nas comunidades, mas que demanda tempo para se transformar e obter resultados mais genéricos e sustentados.

O turismo é um lazer especial dirigido às pessoas e grupos que podem consumir viagens, conforme os ditames do capital internacional. As redes de serviços destinadas ao turismo como a da hotelaria, por exemplo, levam em consideração as vantagens de localização representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanhas) bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país (arquitetura, museus). São esses fatores e também as decisões das multinacionais especializadas que determinam a capacidade de um país receber turistas. As atividades ligadas à indústria do turismo (hotéis, restaurantes, clubes de férias) são intensivas em mão de obra; e é por isso que as multinacionais do setor obtêm consideráveis vantagens por uma localização em países que combinem atrações naturais com mão de obra barata (Chesnais, 1996). As grandes cadeias de hotéis e de restaurantes funcionam como empresas-rede, utilizando o regime de franquia. As multinacionais deixam os franqueadores, seus parceiros subalternos, suportarem todo o peso dos investimentos locais e os imprevistos das flutuações da demanda, além de tudo o que diz respeito aos numerosos

problemas da administração cotidiana da força de trabalho mal remunerada e, por isso, migrante, de forma que consigam menores custos e o máximo de lucro possível.

O movimento reprodutivo do capital mundializado, em sua ânsia de acumulação contínua e ampliada, reforça os conflitos, mas não sem produzir resistências. Como processo hegemônico e homogeneizante, faz surgir a necessidade de defesa dos atores locais para manter as especificidades próprias da história dos lugares, do local e do regional, valorizando-as para não serem aniquiladas pelos interesses globais. É assim que o capital avança com inúmeros objetivos, produzindo diferentes resultados sobre os espaços locais, a depender também das relações de poder da ordem local. Daí, as várias formas de resistências em relação ao turismo global. Martins ressalta os motivos dos conflitos emanados do espaço como mercadoria, que

se torna objeto das estratégias que visam impulsionar a acumulação de capital, e, portanto, tende a dominar a prática social. O que amplia o campo de tensões e conflitos, pois o que se encontra em questão é assegurar a produção e a reprodutibilidade das relações sociais de produção fundamentais e essenciais ao capitalismo através da produção do espaço (Martins, 1999: 29).

Ainda na perspectiva de mercadoria, o valor de uso do espaço submeteu-se ao valor de troca, e assim, novas contradições vão aparecendo. O espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas entram em conflito. Lugares lutam entre si para atrair empreendimentos, obedecendo à lógica do capital. Daí ressaltar-se o papel determinante do Estado burguês nesse processo, posicionando-se abertamente a favor das classes dominantes, dos empresários do turismo, dos proprietários de terra, dos agentes imobiliários. Há os que lutam pelo espaço, lugares e territórios e são favoráveis à troca e à acumulação capitalista, e aqueles que resistem com movimentos sociais e urbanos e rurais, às vezes fazendo alianças ou contando com a solidariedade de outros grupos que passaram pelo mesmo processo de resistência à aniquilação, em permanentes conflitos. Nessa luta de interesses conflitivos, distingue-se facilmente a ocupação dos usuários e a dos usurários.

Para Oliveira “as resistências juntas com a capacidade de mudanças são mediadas pelos usos e costumes para determinarem a produção do espaço articulado entre o lugar, o nacional e o global” (Oliveira, 1999: 203). O capital ao transformar o espaço em mercadoria, faz surgir novas atividades econômicas, como o ramo econômico das atividades do lazer e do turismo. O turismo provoca profunda mudança sócio-espacial, redefine as singularidades espaciais além de reorientar os usos. Carlos (1999) reporta-se a Lefebvre a respeito

da contradição entre a abundância relativa de produtos e as novas raridades, mostrando que o turismo e o lazer, ao provocarem essas mudanças, dão novos sentidos aos lugares, levando-os a usos intensivos, tornando-os escassos. A escassez vai tornar a mercadoria-espaço sujeita a especulação pelo valor de troca em detrimento do valor de uso, acirrando os conflitos e as lutas de classe, acionando as relações de poder para deter a propriedade (ou apropriação) desse fator de produção que virou uma mercadoria, ou um bem econômico. A raridade vai se dar não apenas em termos produtivos, de locais propícios à atividade turística, mas porque vai concorrer com espaços e lugares de antigos usos, de moradia e comércio, por exemplo, ou mesmo com o lazer dos moradores do lugar. Oliveira (1999) afirma que no caso da transformação do tempo de ócio em negócio, entra em jogo o que Lefebvre (1976) chama de emergência das novas raridades (a luz, o ar, o espaço e tempo). O que antes era abundante torna-se raridade e entra no circuito das carências tão necessárias à economia política, por isso, objeto de estratégias governamentais e privadas. Assim, o espaço passa a ser raridade, sobretudo, se acompanhado de atributos como “natural”, “verde”, “rural”, “conservado”.

No caso específico do Ceará, Brasil, até meados do século XX, a sua região costeira não era valorizada em termos de espaço urbano para o turismo. Apenas as atividades portuárias e de pesca artesanal ocupavam esse espaço, além do uso residencial e de atividades socialmente marginalizadas, como a boemia, o artesanato, e a cultura popular. Com a valorização do litoral e implantação de projetos financiados pelas agências de fomento internacionais e nacionais, a partir da década de 70, esse espaço foi redirecionado para o turismo. A partir da década de 80, a população local disputa palmo a palmo o espaço construído e urbanizado para o turismo, com os seus espaços residenciais e para atividades econômicas, recreativas e esportivas. Entretanto, tudo isso passou e passa por intenso processo de luta, mediante relações de poder para redefinição desses espaços e redefinição de territórios.

As populações residentes nas áreas litorâneas sustentam uma luta de resistência para permanecerem nesses lugares. O avanço da especulação imobiliária tem como estímulo a indução dos investimentos e da infra-estrutura implantada pelo Estado. Várias foram as favelas desmontadas e retiradas das dunas e áreas para serem direcionadas ao turismo, ao lazer e à moradia das classes mais favorecidas, quando aquelas são expulsas para áreas periféricas da Grande Fortaleza. O movimento dos moradores de bairros e favelas foi testemunha de uma trajetória de deslocamentos compulsórios, seguidos de conflitos, às vezes armados e sangrentos, e as comunidades litorâneas cearenses também contam suas lutas com os especuladores imobiliários. A cada necessidade de modernização imposta pela reestruturação produtiva,

sob influência do Estado, a orla marítima de Fortaleza especialmente, e todo o litoral do Estado do Ceará passa por novos usos e apropriações.

Ao defender o turismo enquanto atividade de forte impacto sobre sua economia e, portanto, na geração de riqueza, o Estado retira as populações historicamente assentadas nesses lugares, sob o propósito de que estes lugares estão degradados e agredidos por serem ponto de prostitutas, vendedores e desocupados. A respeito dessas lutas mais recentes pela apropriação das áreas litorâneas de interesse turístico, Silva posiciona-se criticamente quanto à desocupação de uma área nas imediações do Farol Novo, nas dunas da Praia do Futuro. Diz ele:

Se o Estado, através de medidas moralizantes, resolvesse buscar tudo o que é seu, teria que desocupar não só os lotes como este do Farol Novo, deveria reaver porções imensas de nossa cidade, especialmente no litoral. Os ocupantes são certamente, pessoas “ricas” e “respeitáveis”. Ninguém mexe com elas. A cidade tem uma oferta considerável de imóveis vagos. Os pobres, alijados desse mercado, insistem na ocupação nas dunas e várzeas de nossa cidade, lugares únicos de possibilidade de abrigo (Silva, 2001: 37).

Os mais pobres criam alternativas de espaços de usos que cedem as forças de mercado quando são compulsoriamente deslocados. Essa experiência em Fortaleza faz lembrar Lefebvre (*apud* Duarte, 1999: 77), que mostrava duas possibilidades de ação pela manutenção de territórios: A vida programada no e pelo espaço tende a reduzir os “usadores” à passividade e ao silêncio, salvo se eles se revoltam, sua revolta pode e deve levar à apresentação de contra-projetos, de contra-espacos, de reivindicações algumas vezes violentas.

Conclui-se que a produção do espaço é determinada por relações sócio-espaciais e de poder. Que o turismo é uma prática social de apropriação e de dominação de muitos territórios, especialmente nos países tropicais. Que o direito à cidade, ao lazer, ao turismo e ao espaço reclamado pelo filósofo francês, há pelo menos quatro décadas, continua sendo motivação para a luta de muitos no Ceará. Que essas utopias só se concretizam quando essa parcela da população, mantendo relações de poder, possa fazer valer seus direitos para se impor diante dos conflitos e das contradições geradas pelo capitalismo em suas novas formas expressas nos artefatos modernos, dentre eles os de lazer e turismo.

BIBLIOGRAFIA

- Carlos, Ana F. Alessandri 1999 “Novas” contradições do espaço” em Damiani, Amelia Luisa *et al.* (orgs.) *O espaço no fim do século: a nova raridade* (São Paulo: Contexto).
- Chesnaïs, François 1996 *A mundialização do capital* (São Paulo: Xamã).
- Coriolano, Luzia Neide 2003 *Turismo de inclusão e desenvolvimento local* (Fortaleza: FUNECE).
- Damiani, Amélia Luisa 1999 “As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço” em Damiani, Amelia Luisa *et al.* (orgs.) *O espaço no fim do século: a nova raridade* (São Paulo: Contexto).
- Duarte, Cláudio Roberto 1999 “Notas de pesquisa: das contradições do espaço ao espaço vivido em Henri Lefebvre” em Damiani, Amelia Luisa *et al.* (orgs.) *O espaço no fim do século: a nova raridade* (São Paulo: Contexto).
- Lefebvre, Henri 1976 *O direito à cidade* (São Paulo: Moraes).
- Martins, Sérgio 1999 “Crítica à economia política do espaço” em Damiani, Amelia Luisa *et al.* (orgs.) *O espaço no fim do século: a nova raridade* (São Paulo: Contexto).
- Moraes, A. C. R. 2002 *Território e história no Brasil* (São Paulo: Hucitec).
- Oliveira, Carlos Roberto 1999 “Introduzindo o espaço do ócio” em Damiani, Amelia Luisa *et al.* (orgs.) *O espaço no fim do século: a nova raridade* (São Paulo: Contexto).
- Santos, Milton 1979 *Espaço e sociedade* (Petrópolis: Vozes).
- Santos, Milton 1999 “A guerra dos lugares” *Folha de São Paulo*: Caderno Mais 08/08.
- Silva, J. Borzacchiello 2001 *Nas trilhas da cidade* (Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura e Desportos).
- Soja, Edward 1993 *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.).
- Teixeira, Francisco José 1995 *Pensando com Marx* (São Paulo: Ensaio).
- Trindade Júnior, Saint-Clair Cordeiro 1999 “Sujeitos políticos e territorialidades urbanas na centralidade da periferia” em Damiani, Amelia Luisa *et al.* (orgs.) *O espaço no fim do século: a nova raridade* (São Paulo: Contexto).

Impresso no mês de dezembro de 2006
na Cromosete Gráfica e Editora Ltda.
Rua Uhland, 307 – Vila Ema
03283-000 – São Paulo SP – Brasil
Primeira impressão, 1.500 exemplares

Impresso no Brasil